UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

ANDRÉ ZANETIC

**A relação entre as polícias e a segurança privada
nas práticas de prevenção e controle do crime:**
**Impactos na Segurança Pública e Transformações Contemporâneas no
Policciamento**

São Paulo

2010

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

**A relação entre as polícias e a segurança privada
nas práticas de prevenção e controle do crime:**
**Impactos na Segurança Pública e Transformações Contemporâneas no
Policimento**

André Zanetic

Orientador: Prof. Dr. Leandro Piquet Carneiro

Texto apresentado como requisito parcial necessário à obtenção do título de Doutor em Ciência Política junto ao Programa de Pós Graduação do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

São Paulo

Maio de 2010

SUMÁRIO

Lista de Figuras, Gráficos Quadros e Tabelas.....	2
Siglas	3
Agradecimentos	5
Introdução	7
Capítulo 1 – Perspectiva histórica e referencial teórico: correntes, questões e conceitos pertinentes	17
1.1 Referencial teórico: sociologia política, políticas públicas e agentes das políticas “no nível de rua”	17
1.2 A evolução do setor privado de provisão da segurança.....	24
1.3 Policiamento, polícia e segurança privada	41
1.4 Relações entre segurança pública e segurança privada	56
1.5 Dinâmicas da expansão dos espaços policiados por segurança privada.....	63
Capítulo 2 – Regulação da segurança privada e características dos setores público e privado na gestão da segurança	74
2.1 Aspectos gerais da regulação do setor.....	80
2.2 Vigilância Patrimonial, Segurança Orgânica e Vigilantes	83
2.3 Características do sistema policial.....	90
Capítulo 3 – A relação entre segurança privada e policiamento: evidências a partir de estudos de caso	96
3.1 A definição do objeto e o levantamento das informações	96
3.2 Apresentação dos casos analisados	101
Capítulo 4 – A relação segurança pública e segurança privada nos espaços observados: análise e discussão dos resultados.....	116
4.1 Shopping-center	116
4.2 Universidade de São Paulo	128
4.3 Alphaville	143
4.4 Espaços policiados privadamente e seu impacto sobre o policiamento – algumas considerações	155
Capítulo 5. Considerações Finais	159
Referências Bibliográficas	165
Anexos.....	179
Anexo 1: Roteiros para Entrevistas	180
Anexo 2: Estatísticas de segurança - Associação Residencial e Empresarial Alphaville – AREA e Sociedade Alphaville Tamboré – SIA	195
Anexo 3: Perspectiva de Alphaville e do residencial Gênesis II em Alphaville	198
Anexo 4: Histórico das entrevistas	199
Anexo 5: Organograma da Polícia Militar do Estado de São Paulo.....	202
Anexo 6: Organograma da Polícia Civil do Estado de São Paulo.....	203

Lista de Figuras, Gráficos Quadros e Tabelas

Figuras

Figura 1. Roubo de notebooks em São Paulo – 2008	700
Figura 2. Furto em estabelecimento comercial – 2008.....	700
Figura 3. Total de Furtos no distrito da Lapa – 2008	711
Figura 4. Total de Furtos no distrito do Tatuapé – 2008	722
Figura 5. Total de Furtos no distrito de Santa Cecília (detalhe) – 2008.....	723
Figura 6. Organograma da Segurança Pública do Estado de São Paulo – SSP/SP	911
Figura 7. Localizações dos shoppings centers no Brasil – 2005	1055
Figura 8. Organograma Shopping Center.....	1177
Figura 9. Distribuição de furtos no Distrito da Penha, cidade de São Paulo - 2008	1188
Figura 10. Organograma USP	1300

Gráficos

Gráfico 1. Número relativo de empregados na segurança privada e nas polícias por região do mundo ou país, 2003 – 2005.....	29
Gráfico 2. Número relativo de empregados na segurança privada e nas polícias por países europeus, 2003 – 2005	31
Gráfico 3. Principais contratantes dos serviços de vigilância terceirizada em 2005 - %	35
Gráfico 4. Distribuição dos vigilantes orgânicos por setores regionais em 2003 - %.....	36
Gráfico 5. Veículos Cadastrados no Detran - Município de São Paulo	69
Gráfico 6. Evolução do número de Shopping Centers nos EUA - 1970 a 2005	104
Gráfico 7. Evolução do número de shoppings centers no Brasil - 1966 – 2009	105
Gráfico 8. Condomínios horizontais na RMSP (lançamentos) - 1991 a 2004	111
Gráfico 9. Roubo, roubo de veículos, furto e furto de veículos em São Paulo - 1984 - 2009 (taxas por 100 mil habitantes)	113
Gráfico 10. Homicídios / tentativas e lesão corporal dolosa em São Paulo - 1981 - 2009 (Taxas por 100 mil habitantes)	114

Quadros

Quadro 1. controle social, policiamento e forças de segurança.....	455
Quadro 2. Caracterização dos campos da segurança pública e segurança privada	522
Quadro 3. Espaços e forças de policiamento.....	544
Quadro 4. Descrição e áreas de atuação dos segmentos da Segurança Privada	822

Tabelas

Tabela 1. Frequência a atividades de lazer entre jovens e adolescentes no Brasil (12 a 29 anos) – 2004	377
Tabela 2. Ocorrências criminais na Universidade de São Paulo - USP - 2009	1377
Tabela 3. Atividades operacionais da Guarda Universitária na Universidade de São Paulo – 2009	1377
Tabela 4. Atendimentos realizados pela Sociedade Alphaville Tamboré - SIA – 2009 ..	1522

Siglas

ABESE - Associação das Empresas Brasileiras de Segurança Eletrônica
 ABRASCE - Associação Brasileira de Shopping Centers
 AREA - Associação Residencial e Empresarial Alphaville
 ASIS - American Society for Industrial Security
 CAP/SSP-SP - Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo
 CGCSP - Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada
 CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança
 CPC - Central de Operações do Campus da Universidade de São Paulo - Guarda Universitária da USP
 DECAP - Departamento de Polícia Judiciária da Capital
 DELESP - Delegacia de Controle de Segurança Privada
 DEMACRO - Departamento de Polícia Judiciária da Macro São Paulo
 DOV Divisão Técnica de Operações e Vigilância – Guarda Universitária da USP
 DPF - Departamento da Polícia Federal
 EU-ICS - European – International Crime Survey
 FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública
 FENAVIST - Federação Nacional das Empresas de Vigilância e Transporte de Valores
 GCM - Guarda Civil Metropolitana
 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 ICVS - International Crime Victimization Survey
 INFOCRIM - Sistema de informações criminais do estado de São Paulo
 MJ - Ministério da Justiça
 PC - Polícia Civil
 PM - Polícia Militar
 PNAD - Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar
 PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 RAIS - Relatório Anual de Informações Sociais
 SACIE - Segurança Alphaville Empresarial
 SIA - Sociedade Alphaville Tamboré
 SSP/SP - Secretaria de Segurança Pública

Resumo

O mundo contemporâneo vem passando por importantes mudanças no conjunto de atividades que chamamos de policiamento. Dentre essas mudanças, o processo de expansão da segurança privada é um dos aspectos que mais chama a atenção, pela dimensão e pela influência que o setor exerce hoje na maior parte dos países em que se têm informações substantivas sobre o tema. Este trabalho tem como objetivo discutir o impacto que a expansão dos serviços de segurança privada tem causado nas atividades de policiamento - em especial em relação às inter-relações entre esses serviços e as polícias - em suas tarefas de prevenção do crime e da violência. O estudo específico acerca dessa inter-relação é realizado a partir da análise de três espaços específicos, localizados na cidade de São Paulo e adjacências, que possuem policiamento realizado por forças privadas.

Palavras-chave:

Segurança privada; policiamento; segurança pública; crime; políticas públicas.

Abstract

The contemporary world is undergoing major changes in the set of activities that we call policing. Among these changes, the expansion of private security is one of the aspects that draws the most attention, because of the size and influence that this industry has today in most countries that have substantive information on the subject. This paper aims to discuss the impact that the expansion of private security services has caused on the activities of policing, especially in relation to the interrelationship with the police, in its crime and violence prevention tasks. The specific study concerning this interrelation is achieved by analyzing three specific spaces, located in São Paulo and surrounding areas, which are conducted by private forces of policing.

Key words:

Private security; policing; public police; crime; policy.

Agradecimentos

Esta tese de doutorado representa para mim a continuidade de um trabalho que se iniciou alguns anos antes de eu começar o meu mestrado, no ano de 2004, no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (tendo também como objeto a questão da segurança privada), devido ao meu envolvimento com a temática da segurança, da criminalidade e da violência e pela minha passagem por algumas instituições de pesquisa e desenvolvimento de projetos na área das políticas de segurança. O estudo da segurança privada ganhou forma e se consolidou em minha pesquisa de mestrado e agora, com um novo enfoque, em minha tese de doutorado. Sendo uma continuidade, todos que contribuíram para meu trabalho nessas diferentes fases certamente também me ajudaram a desenvolver esta tese de doutorado, e, sendo assim, todas as pessoas a que já agradei anteriormente estão aqui contempladas. Gostaria, neste momento, de agradecer às pessoas e instituições que foram fundamentais durante o período específico de desenvolvimento desta tese, e cujo apoio foi decisivo para a sua concretização.

Agradeço primeiramente ao Prof. Dr. Leandro Piquet Carneiro pelo apoio acadêmico na orientação de meu trabalho e também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - CAPES pela bolsa concedida como apoio para o desenvolvimento deste, bem como para o desenvolvimento de minha bolsa de estágio no exterior no *Criminal Justice Program* da Universidade Estadual de New Jersey - Rutgers em Camden, entre maio a outubro de 2009. Agradeço especialmente ao Prof. Ted Goertzel, meu co-orientador na Rutgers, que criou todas as condições e tomou todas as providências necessárias para que eu pudesse aproveitar minha estada na universidade da melhor forma possível.

Quero agradecer também aos diversos atores da segurança privada e empresários dos espaços investigados nesta pesquisa, em especial ao Renato Rosetto, Gerente Técnico de Análise e Gestão de Risco do Grupo Verzani e Sandrini, a Marcelo Takaoka e Wilson Honda, da Construtora Albuquerque, Takaoka S.A., ao Ronaldo Pena, Coordenador de Operações da Guarda Universitária da Universidade de São Paulo, e à Silmara, também

funcionária da Guarda Universitária da USP, bem como aos diversos policiais civis e militares da cidade de São Paulo, sejam da sede da secretaria estadual de segurança, sejam em seus batalhões, DPs e demais espaços de atuação com quem conversei e que me passaram importantes informações durante o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também à Profa. Titular Maria Hermínia Tavares de Almeida e meus colegas do grupo de seminários metodológicos do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (Polmet), coordenado por Leandro e Maria Hermínia, que muito me ajudaram a refinar e construir esta pesquisa em suas diferentes etapas.

E agradeço por fim à minha mãe Vera Lucia Carrara e ao meu pai João Zanetic.

André Zanetic, 28 de maio de 2010

Introdução

O mundo contemporâneo vem passando por importantes mudanças no conjunto de atividades que chamamos de policiamento. Dentre essas mudanças, o processo de expansão da segurança privada é um dos aspectos que mais chama a atenção, pela dimensão e pela influência que o setor exerce hoje na maior parte dos países em que se têm informações substantivas sobre o tema. Embora esse recente processo de expansão não tenha ocorrido no mesmo momento em todos os países, de uma forma geral pode-se identificar que essa mudança começa a ocorrer a partir de meados do século XX.

No Brasil, apesar de importantes particularidades do modelo desenvolvido no país, a forma como transcorreu a disseminação do mercado de segurança privada guarda muitas semelhanças com o processo apontado pelas informações disponíveis sobre o contexto internacional, marcado por um crescimento proporcionalmente muito mais acentuado do que o crescimento das forças públicas de segurança, pela ampliação de áreas de atuação do setor (segurança patrimonial, segurança eletrônica, escolta armada, serviços de investigação) e também por uma crescente especialização desses serviços em relação aos diferentes espaços em que exercem a sua atuação (setor bancário, shopping-centers, condomínios empresariais e residenciais, edifícios da administração pública, etc.).

Desde seu surgimento oficial em 1969, a segurança privada teve crescimento muito significativo no país. Seu principal período de expansão foi a partir dos anos 1990, notado pelo número de empresas de vigilância e de transportes de valores, dos profissionais relacionados à atividade operacional de segurança, dos cursos de formação dos profissionais da área, em diversos níveis, e pela disseminação de tecnologias voltadas à indústria da segurança eletrônica. De forma semelhante cresceram também o número de vigias de rua e demais categorias de agentes de segurança privada que exercem o serviço em caráter informal, além da grande proliferação do número de policiais que exercem funções de segurança junto ao mercado de segurança privada em seus horários de folga (o chamado “bico” policial).

A disseminação dos serviços de segurança privada no país, evidenciada pela grande presença de agentes de segurança privada e veículos de segurança patrimonial circulando nas ruas das cidades, tem chamado cada vez mais a atenção da sociedade e se tornado mais presente nos meios de comunicação nos últimos anos, devido tanto ao grande crescimento do número de guardas privados comparativamente ao número de policiais, quanto por casos de arbitrariedades e abusos cometidos por esses profissionais.

A preocupação com o crescimento da segurança privada é assunto ainda recente no Brasil, e aparece na esteira das questões relacionadas à criminalidade e à violência na sociedade brasileira, problemas que passam a ser notados de maneira mais contundente a partir do final dos anos 1970. De acordo com os dados disponíveis, a partir desse período verifica-se um acirramento significativo das ocorrências relacionadas ao crime, e, sobretudo, à criminalidade violenta, principalmente nos grandes centros urbanos. A questão da segurança pública, a partir de então, passou a estar mais presente nos foros públicos de discussão - seja no debate especializado sobre o tema, seja na veiculação de casos dramáticos de crime e violência -, e no cotidiano dos cidadãos, em que tais problemas tornaram-se mais freqüentes.

Aparentemente, tanto no cenário nacional quanto internacional, o crescimento da segurança privada parece ter emergido entrelaçado ao mesmo contexto em que se dá o crescimento do crime, da violência e da sensação de insegurança, mas que também é marcado por outros processos importantes, como a proliferação dos chamados espaços “semi-públicos” (como shopping-centers, cinemas, universidades, escolas, hospitais, restaurantes, bares, museus, parques, estádios de futebol, espaços para shows e para eventos culturais diversos), de edifícios empresariais, de condomínios e de edifícios de instituições públicas, e que fazem parte, também, de um contexto de transformação da paisagem urbana no período. Ao mesmo tempo, mudanças importantes passaram a ocorrer de forma mais contundente no policiamento público e na participação da sociedade nas tarefas de policiamento, entre as quais as mais evidentes são a emergência do chamado policiamento comunitário, em que há uma busca, por parte das organizações policiais, por uma interface maior entre a polícia e a

população, e a busca das comunidades por uma participação maior da população nas tarefas de prevenção do crime.

As causas, o impacto e o momento em que se dão essas transformações têm sido tema de intenso debate entre alguns dos pesquisadores que têm analisado o problema em diferentes contextos, no cenário internacional. Com relação à disseminação da segurança privada - que, ao menos no que diz respeito à dimensão que o setor atualmente possui, corresponde à transformação mais significativa desse processo de mudanças -, o impacto de sua expansão para o exercício do policiamento e sua inter-relação com as forças públicas é muito pouco conhecido. Não obstante já ser possível encontrar um montante considerável de estudos, na literatura internacional, sobre os serviços particulares de segurança, a ausência substantiva de trabalhos analíticos voltados ao estudo do tema tem deixado importantes questões em aberto.

Entretanto, algumas características levam a crer que elas constituem um modelo de policiamento significativamente diferente da polícia pública tradicional. Embora o policiamento exercido pelos agentes de segurança privada tenha características semelhantes às dos policiais, como nas suas funções de patrulhamento e presença física como agentes facilmente identificados de controle dos crimes, os agentes de segurança privada diferem dos policiais em algumas características essenciais. Entre essas características está o fato de, na segurança privada, os objetivos serem sempre definidos pelo contratante e seus interesses privados, que orienta as ações de segurança com base na autoridade que possui sobre sua propriedade. As duas forças de segurança diferem também pela mentalidade específica que motiva as suas ações: enquanto os vigilantes possuem características mais preventivas e voltadas ao controle e regulação de acesso, procurando minimizar danos e evitar ocorrências criminais, a polícia pública possui perfil mais repressivo e punitivo, voltado ao estabelecimento da ordem pública através da aplicação da lei.

Embora, de uma forma genérica, haja considerações tanto na literatura internacional como na nacional sobre os efeitos que a emergência desse ator na segurança possa ter para o caráter da organização dos governos, para a vigência de direitos individuais e para a

distribuição das funções de segurança na sociedade, não se sabe ainda quais são as mudanças que de fato ocorrem devido à atuação exercida pelo segmento da segurança privada - que poderia, também, ajudar a responder a essas indagações¹. Ao afetar o policiamento, tais mudanças têm impacto direto nas políticas públicas relacionadas à contenção do crime, da violência e da organização do Estado em relação às tarefas destinadas à segurança.

Para que se possa compreender essa influência, é necessário analisar o conjunto de ações exercidas pelos vigilantes em sua prática de trabalho, em especial as suas funções diretamente relacionadas à prevenção do crime e à promoção da segurança, e sua inter-relação com as forças públicas. Essa inter-relação pode ocorrer de algumas formas específicas: pelo chamado direto das forças públicas no caso de necessidade de detenção ou outras ações consideradas fora do escopo da segurança pública; pela resposta a alarmes; e pela comunicação das ocorrências nos estabelecimentos policiados privadamente para as forças públicas (em forma de registros oficiais de ocorrência). É necessário analisar, portanto, como se dá a relação entre as duas forças nessas situações específicas. Como é feito o atendimento das forças públicas aos chamados das forças privadas, e em que ordem de prioridade? Como são feitos os registros pelas forças privadas? Esses registros de fato são comunicados às autoridades públicas? Há aumento da sub-notificação pelo fato dos registros serem feitos apenas pelas forças privadas (não sendo, portanto, contabilizados pelos órgãos oficiais)? Como as forças públicas avaliam a existência desses serviços, sobretudo com relação à necessidade que eles têm de interagir em situações específicas? É também necessário analisar o que muda no trabalho policial pela presença dos vigilantes

¹ Com relação a isso, podemos citar uma série de questões tem sido levantada sobre o tema nas últimas duas décadas na literatura brasileira: De que forma a expansão dos serviços privados de segurança pode afetar a vigência de direitos individuais dos usuários de áreas monitoradas por empresas privadas de segurança (indústrias, empresas, órgãos da administração pública e espaços semi-públicos)? Como ocorre a relação entre as empresas privadas de segurança e o público em espaços semi-públicos? Do ponto de vista da segurança pública, qual a relação custo-benefício com a divisão da responsabilidade de policiamento de áreas e instalações com empresas privadas? Mais segurança privada significa menos crime para a sociedade em geral, ou apenas para aqueles que pagam diretamente por esses serviços? A expansão dos serviços de segurança privada significa uma nova ameaça aos direitos dos grupos menos favorecidos em uma sociedade profundamente desigual como a brasileira? Qual o efeito da segurança privada sobre a sensação de insegurança do público? Embora este trabalho tenha intenção de lidar diretamente com apenas uma parte pequena destas questões, esse conjunto de questionamentos é essencial para a compreensão da temática mais abrangente sobre a expansão da segurança privada, e fazem parte do enredo deste trabalho.

em um determinado espaço policiado privadamente. A atuação das forças públicas nesses espaços e em suas proximidades tende a mudar (por exemplo, com a diminuição do policiamento público na área)?

Tendo em vista essas lacunas, o objetivo central deste trabalho, que se ampara fundamentalmente em perspectivas teóricas pertinentes ao campo dos estudos criminológicos, mas que possui também interfaces com a sociologia política e a ciência política é fazer uma análise focalizada sobre a atuação desse setor, de forma a compreender **como a expansão da segurança privada modifica o exercício do policiamento**.

Mais especificamente, este trabalho procura compreender como se traduz, na prática, a atuação desse “novo” agente - que ganha terreno impulsionado pela lógica econômica de expansão desse tipo de serviços e que influencia diretamente a gestão do policiamento e a atuação das forças públicas de segurança – pautando-se especificamente na forma como se dá a inter-relação entre as forças públicas e privadas de segurança: Como se dá a gestão e a inter-relação segurança pública – segurança privada nos espaços policiados pelas forças privadas? Como se dá a troca de informações entre os setores? São elaborados registros das ocorrências pelos responsáveis locais pela segurança? Como são feitos esses registros? Há cooperação nessa relação (por exemplo, nas ações conjuntas desempenhadas por policiais e agentes da segurança privada nesses espaços)? Há antagonismo entre os dois setores, por exemplo, na disputa pelo policiamento em determinadas áreas?

Além dessas questões, o trabalho realiza também uma discussão sobre as mudanças que a (re)emergência desta forma de policiamento traz sobre a gestão da segurança e seus resultados: Como se diferenciam as atividades realizadas pelas polícias e as atividades realizadas pelos agentes da segurança privada? O que muda, em relação ao policiamento público, na relação com a população na gestão feita pela segurança privada? Se fosse possível definir uma única questão mais ampla, a pergunta implícita aqui é se os serviços de segurança privada, na prática, auxiliam ou dificultam o trabalho do policiamento². Também

² Como ficará mais claro adiante, estamos utilizando o conceito de policiamento sempre em sentido amplo, que contempla tanto o policiamento público como o policiamento privado.

como objetivo secundário, mas fundamental para o desenvolvimento desta análise, este trabalho apresenta o processo de evolução da segurança privada no país e no cenário internacional, situando a forma como se deu a sua consolidação e legitimação, em termos de sua regulação e adoção pelos diferentes setores do Estado e da sociedade.

Assim, este trabalho tem como objetivo discutir o impacto que a expansão dos serviços de segurança privada tem causado nas atividades de policiamento nas sociedades contemporâneas, em especial na inter-relação entre esses serviços e as polícias. A principal hipótese do trabalho relaciona-se a essa questão específica da inter-relação entre as duas forças – a de que a ausência de instrumentos formais (regulatórios), modelos operacionais e também políticos de intermediação entre elas modifica a gestão do policiamento (realizado tanto pelas forças públicas quanto privadas), hipótese que é destrinchada em três pontos principais: a ausência de regras formais e pouca clareza de diretrizes para o desenvolvimento dessas ações causam (1) diminuição do conhecimento público (essencial a gestão da segurança) dos crimes nos espaços policiados privadamente; (2) indecisão e falta de clareza sobre a gestão das ações em que há a necessidade de participação de ambas as forças; (3) diminuição da participação da polícia nas áreas policiadas privadamente.

Como antítese, portanto, caberia saber se o informalismo “discricionário” dessas relações atua no sentido de suprir essa carência de soluções formais, eventualmente produzindo soluções criativas e eficazes para os problemas aos quais se dirige, ou se de fato essa carência apenas gera novos e importantes problemas para a gestão do policiamento. Assim, estamos considerando (tal qual apresentado, a seguir, no modelo sistemático desta pesquisa) que os efeitos da informalidade devem ser observados tanto com relação aos aspectos “positivos” quanto aos aspectos “negativos” que eventualmente decorrem desta forma específica de relação entre as duas forças. Nesse sentido, por exemplo, aspectos como a diminuição da alocação de policiais nos espaços (que pode ser tido como “negativo” para a gestão do policiamento) pode também permitir, em oposição a essa interpretação, que a polícia seja alocada em maior número em outras localidades.

Em resumo, o que estamos problematizando é que a falta de regulação específica nessa relação entre a ação das polícias e da segurança privada contribui negativamente (ou ao menos reduz a eficácia) da gestão da segurança, tendo, portanto, como antítese, a idéia de que a regulação interna desempenhada pelas empresas / agentes de segurança e a discricionariedade policial podem solver os problemas e até superar e inovar frente ao quadro da gestão tido inicialmente³.

Dessa forma, o principal objetivo deste trabalho é compreender e explicar o impacto específico no exercício do policiamento devido à presença cada vez maior das forças privadas na provisão da segurança, presença esta que é proporcionada por importantes mudanças no quadro regulatório, na autorização e provisão do policiamento e na jurisdição dos espaços policiados privadamente. A pesquisa é realizada a partir da observação de um conjunto específico de espaços onde há contratação dos serviços de segurança privada, na cidade de São Paulo, além da investigação de diferentes trabalhos e pesquisas existentes sobre o tema, de fontes de informações específicas sobre o setor da segurança privada e outras características sociais e econômicas relevantes a esta análise. Atualmente, os setores caracterizados como “segurança privada” correspondem, de acordo com o Departamento da Polícia Federal – DPF, que é oficialmente o órgão responsável pela regulação e controle do setor, à Vigilância Patrimonial, Segurança Orgânica, Segurança Pessoal, Curso de Formação (responsável pela formação dos agentes da segurança privada), Escolta Armada (como, por exemplo, na escolta e monitoramento do transporte de cargas) e Transporte de Valores; em uma visão mais abrangente, podemos incluir como pertencentes ao setor da segurança privada as áreas da segurança eletrônica, blindagem de veículos e gestão de presídios. Ao campo mais abrangente da segurança privada somam-se também outros meios de proteção que funcionam à margem da lei, que vão desde as empresas chamadas “clandestinas” (que podem tanto ser empresas do campo da segurança privada, mas sem autorização formal para atuar – que deve ser dada pela Polícia Federal - quanto empresas

³ É importante dizer que a discricionariedade policial - para além de ser realizada muitas vezes pelos agentes que estão em contato direto com a população e em situações bastante corriqueiras – possui enorme influência na gestão das políticas. A definição sobre se um determinado evento corresponde ou não a um crime, por exemplo, depende não apenas do contexto da ação e de se houve uma ofensa e um ofensor, mas também da resolução que o agente policial em questão decide, em conjunto com os demais, sobre se irão reportar o fato como um crime (Jones e Newburn, 1998).

“de fachada”, ou seja, que fazem parte de outro agrupamento de atividade econômica mas que prestam serviços de segurança privada), até o chamado “bico” policial (a sub-contratação de policiais para atuarem como vigilantes nas empresas de segurança privada ou segurança orgânica), bem como um grande contingente de pessoas atuando nas ruas das cidades como “vigias” particulares, prática comumente conhecida como “vigilância comunitária”, mas que não possui instrumento legal que regularize sua atuação.

Dentre eles, entretanto, os setores de segurança privada investigados a fundo correspondem aos setores da vigilância patrimonial e orgânica que atuam de forma devidamente regularizada, descritos na parte 1.2 e no capítulo 2 (como veremos mais detalhadamente, os serviços de “segurança orgânica” correspondem aos departamentos de empresas e instituições que optam por constituir a sua própria área de segurança, ao invés de contratar o serviço de empresas de segurança privada).

O quadro abaixo explicita o modelo geral da pesquisa.

MODELO - A RELAÇÃO ENTRE AS POLÍCIAS E A SEGURANÇA PRIVADA NAS PRÁTICAS DE POLICIAMENTO

* Em resumo, “Broken Windows” designa uma teoria, criada pelos sociólogos Wilson e Kelling (1982), que explora a relação entre aspectos da “desordem urbana” com a criminalidade. De acordo com a teoria, o controle de aspectos de desordem - tais quais janelas quebradas, carros abandonados, falta de iluminação e moradores de rua - são capazes de reduzir as probabilidades de ocorrência do crime em uma região específica, ao transmitir a possíveis detratores os sinais de que a população cuida e se preocupa com o que está ocorrendo no bairro onde vivem, reduzindo a atratividade do espaço para o desenvolvimento de ações criminosas.

A tese se divide da seguinte forma: no capítulo 1, discorremos sobre a perspectiva histórica e o referencial teórico da discussão, apresentando as correntes, linhas de pesquisa e conceitos importantes com os quais identificamos este trabalho. Aqui é dada especial atenção ao processo de evolução do setor privado de provisão da segurança, as dinâmicas da expansão dos espaços policiados por segurança privada e a apresentação e discussão dos conceitos de policiamento, polícia e segurança privada, bem como sua inter-relação com a segurança pública.

O capítulo 2 trata dos aspectos regulatórios e características da segurança privada do setor e analisa a forma como se dão suas características particulares de atuação nas áreas em que estão presentes. Neste capítulo realizamos uma descrição mais detalhada sobre os setores da segurança privada que enfocamos neste trabalho e sobre os profissionais que exercem formalmente a função de agentes de segurança privada junto às empresas, instituições e áreas em que há policiamento privado (os “vigilantes”), bem como uma apresentação sintética da estrutura e características da organização policial. No capítulo 3 discorremos sobre as características da pesquisa e apresentamos os casos analisados.

No capítulo 4 apresentamos os resultados e a análise dos aspectos levantados e observados sobre a relação entre a segurança privada e a segurança pública, analisando especificamente os pontos destacados como foco da análise nos casos analisados (alocação de policiais, realização de registros e troca de informações, e atuação conjunta). Por fim, nas considerações finais são retomados e analisados os pontos centrais da análise à luz do referencial teórico e das informações levantadas, sendo também realizada uma discussão mais abrangente sobre as mudanças recentes observadas no campo da gestão da segurança e seus impactos sobre a atividade de policiamento.

Capítulo 1 – Perspectiva histórica e referencial teórico: correntes, questões e conceitos pertinentes

1.1 Referencial teórico: sociologia política, políticas públicas e agentes das políticas “no nível de rua”

Embora o campo desta pesquisa e seu objeto se configurem fundamentalmente como uma conjunção entre determinados aspectos da literatura criminológica específica sobre policiamento e políticas de prevenção e controle do crime (que correspondem à base teórica central dessa pesquisa e serão desenvolvidos mais detidamente adiante) e a área de estudos da sociologia política, compreendendo-a como “o estudo do poder e dos relacionamentos entre sociedade e política” (Newman, 2005, p.3), é possível dizer que esta se encontra sob importante influência também de algumas idéias, trabalhos e correntes teóricas específicas (comumente reconhecidas como pertinentes à área da “ciência política”) que lidam com os temas referentes ao Estado, às políticas públicas e à sua interação com outros setores da sociedade. Dentre estas podemos situar o grande “guarda-chuva teórico” que, dentro da ciência política, se convencionou chamar de neo-institucionalismo (e mais especificamente o neo-institucionalismo histórico, uma vez que estamos aqui em consonância com a perspectiva de que as instituições influenciam as idéias, atitudes e comportamentos dos atores), e também, emanando desse “guarda-chuva”, os estudos mais recentes acerca das chamadas “burocracias do nível de rua” tal como conceitualizados por Lipsky (1980).

É importante também deixar claro que o que chamamos “sociologia política” corresponde também a outro grande guarda-chuva conceitual que abarca não apenas um vasto número de linhas de pesquisas diversas, mas também uma densa conexão com outras áreas de conhecimento, tornando sua delimitação um tanto difusa. Entretanto, o que aqui importa situar é a ênfase dada à interação da sociedade com a política, mais especificamente sobre as dinâmicas políticas e sociais que ocorrem em diferentes arenas da sociedade (e eventualmente, tal como em nosso objeto em questão, na sua interação com o Estado). Importante também situar que os sociólogos políticos, assim como a parte que aqui importa

situar das correntes da ciência política, também sofreram importantes deslocamentos conceituais pelas “inadequações” presentes nas abordagens abrangentes do marxismo, do elitismo, das teorias pluralistas e também das abordagens behavioristas das políticas, inadequações estas que motivaram os pesquisadores da área a reconhecerem as instituições políticas como “autoconscientes” e a tratar o Estado e as diferentes instituições políticas, cada vez mais, como variáveis independentes dentro do estudo das análises sociais e políticas; constituindo-se este, portanto, o elo de intersecção entre a sociologia política e a ciência política em que reconhecemos esta pesquisa e a abordagem sobre seu objeto⁴.

Sem incorrermos em uma digressão acerca do desenvolvimento contemporâneo das metodologias e correntes teóricas construídas no âmbito específico dos estudos sobre o Estado, as políticas públicas e a sua interação com a sociedade, é importante situar que a crítica e a desconstrução das teses pluralistas e marxistas representam um ponto de partida essencial a partir do qual têm sido desenvolvidos novos modelos, métodos e ferramentas de análise que procuram se afastar tanto da visão de que o Estado se constitui apenas como um entre os vários atores chave que influenciam os processos políticos, como queriam os primeiros, como da visão de que o Estado, sendo inerentemente captado pelos interesses de determinados grupos da sociedade, não se constitui como um ator relevante com relação a tais processos, como defendiam os últimos. Ao contrário, tais esforços críticos atuaram no sentido de reordenar a noção de Estado e sua compreensão como uma entidade (ou agente, ator) que efetivamente influencia no desenvolvimento e no resultado das políticas.

Efetivamente, a compreensão de que os resultados das políticas provenientes do Estado (e de suas interações com outros agentes, como a sociedade civil e interesses corporativos diversos) não têm resultados conhecidos *a priori* só se torna possível com a efetiva desconstrução da noção do Estado como permanentemente dependente dos interesses de

⁴ Talvez mais apropriado seja dizer, de forma mais flexível, que em ambos os campos da ciência política e da sociologia política encontramos um conjunto de características úteis e facilmente reconhecíveis para o desenvolvimento deste trabalho, e que ambos o influenciam, ao invés de procurar traçar de forma mais rígida se este trabalho pertence a tal ou qual campo, mesmo porque no enfoque em questão estamos lidando com temas, abordagens e ferramentas de grande interação entre ambos e que tornam pouco claras as suas distinções. Mais do que uma definição exata, há, portanto, uma somatória de conceitos aqui trabalhados, que por vezes inclusive extrapolam os campos em questão.

um grupo específico da sociedade⁵. Nesse sentido, esse importante deslocamento teórico acerca do papel do Estado e das instituições, que se manifesta também na mudança de foco e de nível de análise das abordagens sobre os fenômenos sociais e políticos, é também uma mudança bastante cara a esta pesquisa, pelo caráter de redirecionamento de uma visão ora pautada por uma equalização tão absoluta do papel dos diferentes atores que neutraliza qualquer influência mais substantiva destes nos processos políticos, ora direcionada para uma adequação “inevitável” dos processos políticos às grandes teorias capazes de englobar todos os diferentes fenômenos a um mesmo arcabouço explicativo dominante (e que em certos momentos chegou a atingir características verdadeiramente doutrinárias sobre a interpretação dos fenômenos sociais), para uma visão que prima pela constatação da importância da análise dos processos e dos micro-dados que os compõem, para que seja possível uma compreensão mais “realista” de qualquer fenômeno social.

O problemático conceito de “instituição” também é preocupação que está implícita nesta discussão, especificamente no que diz respeito à oposição entre “normas formais” e ações e constrangimentos “informais”, que revela também a dificuldade em se estabelecer exatamente em que ponto termina a ação do Estado e começa a sociedade, cuja percepção e delimitação podem variar enormemente de acordo com as diferentes interpretações dos conceitos e das relações entre Estado e sociedade. Apesar do debate quanto a esta delimitação constituir apenas parte do pano de fundo das indagações teóricas que se relacionam ao tema aqui analisado (não sendo, portanto, objetivo nosso discutir este ponto em profundidade e traçar uma definição teórica para tal), uma vez que este aspecto compõe parte importante de nossa pergunta (ou seja, se a existência de normas explícitas para o ordenamento da relação entre segurança pública e segurança privada e a ocorrência de práticas informais e discricionárias⁶ possuem efeitos positivos ou negativos para os

⁵ Não por acaso, grande parte dos campos teóricos e da constituição de novas ferramentas para análise das políticas têm enfatizado a necessidade de se buscar a compreensão de aspectos específicos e das regularidades existentes em tais processos, ao invés de se buscar a reformulação de uma nova “teoria geral do Estado, da Economia e da Sociedade”.

⁶ Embora as delimitações entre discricionariedade e informalidade se situem num terreno um tanto “nebuloso”, de uma forma geral estamos caracterizando o ato discricionário como aquele que é exercido em um contexto em que há um conjunto de normas estabelecidas para a ação, mas em que há também espaço para o administrador / ator responsável pela ação exercer seu juízo de valor; e informalidade como o nome genérico dado às decisões e ações que não se enquadram a nenhum contexto normativo, seja porque este não existe (que é o ponto mais importante para esta análise) seja porque ele não é obedecido.

resultados na gestão do policiamento) estamos trabalhando com uma noção específica sobre ele, de tal forma que, esperamos, até o final deste texto estejam mais claros os contornos de tais limites dessas esferas, de acordo com a visão aqui defendida. Nesse sentido, as contribuições empíricas que têm sido dadas por pesquisas recentes acerca das políticas públicas não deixam margem de dúvidas sobre a necessidade de aprofundamento do conhecimento das dinâmicas específicas dos diversos setores pertinentes a tais políticas, dado o fato de que, uma vez que temos claro que as instituições não estão presas a um determinado enredo pré-determinado com relação a seu campo específico de ação, as políticas que estas desenvolvem podem efetivamente alterar os resultados possíveis.

A influência deste arcabouço teórico aparece aqui mais como uma forma de se abordar e direcionar a análise dos fenômenos sociais, de um ponto de vista mais amplo, do que propriamente servir, como dito anteriormente, como fundamento operacional para a pesquisa. Ou seja, ao mesmo tempo em que estamos aqui levantando informações sobre as ações em que há interação entre as instituições públicas (as organizações policiais) e determinados corpos sociais que influenciam diretamente as políticas desempenhadas por tais instituições (o conjunto de agentes de segurança que atuam nos espaços policiados privadamente), e, a partir de sua análise, teorizando também sobre a mediação realizada pelas instituições, não estamos aqui procurando responder essencialmente como tais instituições são criadas e se transformam⁷, foco importante que marca parte considerável dos trabalhos desenvolvidos sobre as dinâmicas institucionais pelo menos nas últimas três décadas, mas sim investigando outro elo analítico ainda muito pouco explorado pela literatura acerca das relações entre Estado, instituições públicas e sociedade: as interações entre Estado e sociedade em um campo de ação marcado quase que pela total ausência de regras e normas de conduta, mas que possui enorme influência sobre a gestão das políticas públicas e sobre o mandato que as instituições responsáveis possuem sobre estas. No âmbito desta pesquisa, estamos mais especificamente nos referindo às interações entre

⁷ Estas duas perguntas, assim como a questão sobre a construção da relação entre instituição e comportamento, são identificadas pela literatura que trata das análises institucionais como fundamentais para a perspectiva de qualquer análise nesse âmbito (ver Hall e Taylor, 2003; Marques, 1997; Thelen e Steinmo, 1992; entre outros).

Estado e sociedade e sua influência sobre as práticas de policiamento⁸ e sobre o bem público constituído pela segurança⁹.

Assim, o que também está em jogo neste trabalho, para além da análise específica das inter-relações entre as forças de segurança pública e privada e seu impacto sobre as práticas de policiamento, é a análise sobre como setores não-estatais constituem-se como atores de grande importância e de impacto substantivo sobre a formulação, implementação e gestão de políticas públicas (e, como no caso do policiamento, de políticas e ações de interesse da sociedade que não sejam necessariamente “públicas”), atuando com bastante flexibilidade no desenvolvimento e direcionamento de suas ações. Neste sentido, importa ser destacada a emergência de uma conjunção de idéias que, embora não tenham contornos ainda muito definidos, nos remetem à necessidade de se compreender e de se ajustar melhor as orientações e comportamentos entre entidades corporativas e entidades do setor público (e ao público em geral) - conjunção em que aparece como conceito importante a idéia de “governança”¹⁰ - que lidam com as dificuldades, desafios e ganhos na articulação entre as diferentes esferas sociais no desenvolvimento dos processos políticos, visando resultados práticos objetivos. Esta discussão nos dirige ao desafio reflexivo relacionado mais com a nossa antítese do que propriamente com a hipótese principal: quais são os limites do Estado regulatório e da força da imposição de normas para a obtenção de resultados políticos efetivos, no caso específico da gestão do policiamento (de acordo com o conceito de policiamento que estamos aqui utilizando)? Poderia a ênfase maior nas ações informais e

⁸ Como discutiremos adiante, o conceito de policiamento aqui apresentado não se restringe ao campo das políticas públicas *stricto sensu*, incluindo também as forças da segurança privada, que são autorizadas e reguladas pelo setor público para exercer funções complementares às das polícias.

⁹ A respeito dessa influência, basta dizer que estamos falando de um setor que possui hoje, no Brasil, um número de funcionários atuando de forma devidamente regulamentada que é maior do que todas as polícias somadas, a exemplo do que ocorre também no cenário internacional. Os dados acerca dos setores da segurança pública e da segurança privada no Brasil e no contexto internacional são apresentados na parte 1.2.

¹⁰ A idéia de “governança da segurança” vem se tornando mais presente na literatura sobre políticas de segurança e criminalidade, como vemos, por exemplo, nos trabalhos de Bailes (2006), Wood e Dupont (2006) e Crawford (2006). De acordo com Wood e Dupont, a idéia de governança pode descrita como as “tentativas conscientes de pautar e influenciar as condutas dos indivíduos, grupos e a população em geral em direção a um objetivo particular. Crawford, por sua vez, trabalha com o conceito de “estado pós-regulatório”, em que flexibiliza a noção de regulação e reconhece a tendência a uma re-adaptação da regulação estatal aos diferentes contextos em que exerce influência, constituindo-se esta, portanto, de uma regulação mais eficiente e adaptada (ou “responsiva”).

discrecionárias, neste caso específico, gerar resultados políticos mais efetivos do ponto de vista dos resultados políticos almejados?

As reflexões referentes ao papel da discrecionariedade e da informalidade nas políticas permitiram que os estudos sobre o Estado, a sociedade e os processos políticos desembocassem na última corrente analítica que importa ser aqui destacada, que diz respeito às chamadas “burocracias de nível de rua” que se constituem pelos funcionários que interagem diretamente com a população, tais quais os policiais, professores, agentes de saúde, juízes, etc., e que por suas características aproximam-se de forma mais direta com as questões desenvolvidas neste trabalho. Tais agentes (os “burocratas de nível de rua”) possuem e compartilham, não obstante suas diferenças relativas a seus diferentes campos de atuação, um conjunto de características fundamentais com as quais desenvolvem seu trabalho. Os agentes que estão “no nível de rua”, ou seja, na ponta do processo de construção das políticas públicas, correspondem a milhares de indivíduos que diariamente se relacionam com os cidadãos que deles necessitam (ou com os quais são levados a se relacionar por diversas outras razões possíveis), seja distribuindo benefícios públicos, seja orientando e mediando suas relações com a burocracia formal das instituições, seja cobrando ou distribuindo sanções relativas às relações de tais cidadãos com o Estado. Esses agentes utilizam-se de grande discrecionariedade e autonomia com relação a seus superiores na realização de seu trabalho, muitas vezes sendo essa possibilidade de exercer seu próprio juízo de valor nas suas decisões rotineiras o que confere a eles a possibilidade de superar impasses e priorizar ações, e que tornam tais atos discrecionários “irreduzíveis”¹¹ no âmbito das políticas públicas. Tais agentes carregariam consigo, no processo de efetivação das políticas, muito mais do que a simples concretização das diretrizes elaboradas por seus superiores. Como destaca Lipsky, “as decisões tomadas pelos burocratas de nível de rua, as rotinas que eles estabelecem e as ferramentas que eles inventam para lidar com as incertezas e as pressões de seu trabalho efetivamente tornam-se as próprias políticas públicas que eles desenvolvem” (1980, p. xii). Mais do que serem fruto das decisões

¹¹ Isso se dá também por outras razões: os sistemas em que tais agentes operam são complexos, cujas normas dificilmente poderiam ser iguais para todos; muitas das situações em que atuam são muito difíceis de serem uniformizadas, incluindo muitas vezes a necessidade de “um olhar sensível, observação e julgamento”; e também porque o exercício da discrecionariedade pelos agentes atua na legitimação de seus serviços e na confiança dos cidadãos sobre seu trabalho.

tomadas nos alto-escalões estatais, as políticas seriam também resultado do trabalho nos “escritórios lotados e nos encontros diários” desses trabalhadores.

Lipsky localiza, portanto, que a arena do conflito político, para além dos “grupos de interesse” e suas preferências, está situada também nos conflitos entre os trabalhadores individuais e seus clientes. Para além dessa conceitualização de Lipsky acerca desses agentes, estamos nesta pesquisa focalizando também (e principalmente) uma visualização específica sobre agentes que não são estatais, e sim agentes corporativos - os agentes da segurança privada – mas que exercem uma atuação que guarda muita semelhança com a atuação dos agentes “de nível de rua”, e que, pela atuação que estabelecem com os policiais e com o público (sob autorização do Estado) exercem enorme influência sobre a gestão do campo político do policiamento.

Esta visão dos agentes da burocracia em nível de rua e dos agentes corporativos que influenciam no processo das políticas converge, portanto, com as idéias que destacamos acima acerca das relações entre o universo das ações formais (de contornos regulatórios dados e bem definidos) e as ações informais e discricionárias que estão presentes nos processos políticos. A visão sobre a atuação dos profissionais que atuam na ponta dos processos políticos nos ajuda a situar e perceber o dilema que está presente nas circunscrições dessas esferas. Ao mesmo tempo em que parece útil e fundamental que o agente utilize de sua própria subjetividade para resolver os problemas que lhe aparecem, e, o fazendo, influencie na concretização do formato próprio da política que está operacionalizando, a especificidade acerca da regulação própria que este vai lançar mão, tendo em vista os contextos diferenciados em que atuam, podem também tornar obscurecidas as possibilidades de *accountability* de suas ações. Da mesma forma em que esses agentes, os quais reconhecemos como os atores centrais de nossa pesquisa, são capazes de superar os entraves da própria norma institucional, otimizando e resolvendo problemas da gestão e implementação de políticas que muitas vezes não constam do ordenamento estrito da norma, estes podem por vezes optar por meios mais fáceis ao invés dos mais apropriados, e operar por caminhos que pouco tem a ver tanto com a efetiva regulação quanto com os resultados esperados das suas ações. Nesse sentido, a falta de

contornos claros da política deixa (ou pode deixar) a atividade desses agentes em um terreno nebuloso. É na análise destas intrincadas relações entre agentes estatais e não estatais que influenciam os processos políticos e que, portanto, evidentemente, possuem não apenas oportunidades de eficácia de suas ações, mas também os seus riscos, é que, tomando por base a observação das inter-relações entre as forças públicas e privadas de policiamento nas diferentes áreas em que atuam, parte substancial desta pesquisa se desenvolve.

1.2 A evolução do setor privado de provisão da segurança

Dentre as importantes mudanças que estão atualmente ocorrendo no policiamento, a expansão dos serviços de segurança privada, e sua presença nos mais diferentes contextos, pode ser considerada uma das mais marcantes, sobretudo pela grande dimensão que marca a evolução e compõe o setor atualmente, com o número de vigilantes privados tendo superado o número de policiais em diversos países. Embora a carência de estudos empíricos dificulte sabermos com precisão as suas características e as diferenças entre países, pode-se observar que o fenômeno da expansão mais recente desses serviços, a partir de meados do século XX, parece estar relacionado, em grande medida, com o mesmo conjunto de circunstâncias que têm proporcionado mudanças significativas no policiamento público em diversos países do mundo.

Apesar dessas mudanças parecerem bastante evidentes, pela entrada de um conjunto significativo de novos atores nas tarefas de policiamento, seu significado está longe de atingir um consenso entre os estudiosos do tema. Os estudos sobre policiamento, no cenário internacional, constituem ainda tema pouco explorado na comunidade acadêmica, dificultando a produção de dados empíricos comparativos sobre as organizações. Frente à visão dessas mudanças, o que para uns é sinal de uma verdadeira ruptura qualitativa com o passado¹², com o fim do monopólio público do policiamento, a sua pluralização – que

¹² Esta visão é sustentada, sobretudo, pelos trabalhos de David Bayley e Clifford Shearing (1996 e 2001), mas também aparece presente na obra de diversos outros autores, se não com a ênfase dada por Bayley e Shearing, ao menos enaltecendo o amplo caráter de transformações que estaria construindo uma nova configuração das

significaria uma ampla proliferação de setores e agentes atuando na autorização e na provisão desses serviços - e a busca do policiamento público por uma identidade¹³, para outros seria, na realidade, sinal de continuidade de importantes mudanças na sociedade e nas formas de controle social por ela exercidas, sendo a idéia da ruptura qualitativa um “exagero da novidade” das mudanças que estariam de fato ocorrendo no policiamento (Jones e Newburn, 2002).

Esse processo contemporâneo de reestruturação do policiamento, que separa as capacidades de autorização e de provisão das atividades (ao mesmo tempo em que separa também ambas da esfera do governo), tem o efeito de criar uma grande dificuldade em se distinguir os domínios do público e do privado em relação a este “novo policiamento”, dificuldade esta que é agravada pela multiplicidade de atores que passam a atuar tanto como provedores quanto como responsáveis pela sua autorização.

Para compreendermos o significado da expansão recente da segurança privada, é importante observarmos o longo panorama de mudanças pelas quais vem passando o exercício do policiamento ao longo do tempo. Até o século XIX, há relatos de diversas formas de organizações destinadas a oferecer segurança, desde as polícias helênicas da Antiguidade, que eram pouco coordenadas e profissionalizadas, ou as grandes administrações policiais públicas da República romana, até as polícias de bases locais e comunitárias que se desenvolveram em diversos países europeus durante a Idade Média e permaneceram até os séculos XVIII e XIX (Monet, 2001). Muitas organizações privadas também coexistiram com essas últimas, em forma de grupos e milícias privadas, para fazer

atividades de policiamento. Esses trabalhos são provenientes principalmente da literatura norte-americana e britânica: Kakalik e Wildhorn (1972), Shearing e Stenning (1981), Cunningham e Taylor (1985), South (1994), Davis (2000), Sarre (2002), entre outros.

¹³ Essa busca do policiamento público por uma entidade seria evidenciada, sobretudo, pela emergência do chamado policiamento comunitário, em que há uma interface importante entre a polícia e a população, e a busca das comunidades por uma participação maior da população nas tarefas de prevenção do crime. De acordo com as primeiras pesquisas que foram desenvolvidas pelo governo norte-americano sobre o setor, essa “crise de identidade” das forças policiais e a procura por novas formas de policiamento podem estar relacionadas diretamente a fatores como o crescimento do crime e redução da eficácia do sistema de justiça criminal na resolução de problemas relacionados à criminalidade (National Advisory Committee on Criminal Justice, 1977). Nos Estados Unidos, por exemplo, há um grande crescimento de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio entre os anos 1960-70, com as taxas de homicídio mais que dobrando, que corresponde também ao mesmo período em que a retomada do setor da segurança privada se torna mais evidente no país.

a vigilância dos burgos e das colheitas, acompanharem as caravanas com o objetivo de proteger o rei e os senhores feudais de investidas criminosas, protegerem mercadorias e propriedades ou para recuperar produtos e bens roubados (Zanetic, 2006).

A partir de finais do século XVIII e início do século XIX, entretanto, os serviços de segurança passam gradualmente a se concentrar nas mãos do Estado, através de um processo contínuo de passagem da responsabilidade pelo policiamento das organizações e grupos privados para as organizações públicas (estatais). Nesse cenário, o estabelecimento da “Nova Polícia” constituída em Londres no ano de 1829 passou a significar a marca decisiva da transferência de funções de segurança que caracterizou a centralização da polícia nas mãos do Estado, e que foi seguida por diversos países em diferentes contextos, amplificando essa transformação e cristalizando a mudança como um fenômeno internacional. Nesse novo contexto de centralização da polícia, passa a ocorrer também uma transformação importante em relação às concepções e a forma como a existência dos serviços privados de segurança é compreendida, ganhando força a concepção de que a existência das polícias privadas poderia trazer consequências importantes para a paz e a efetivação dos direitos civis, cristalizando, para muitos, a concepção do policiamento público como “legítimo” e policiamento privado como “perigoso” (Shearing, 2001). Apesar de importantes grupos e empresas de segurança privada atuando em contextos específicos não terem se extinguido e de terem coexistido com as forças policiais públicas durante todo esse período - até seu processo de (re)emergência a partir de meados do século XX, diversos autores¹⁴ constataam que a presença dos agentes privados de segurança se reduziu substancialmente desde o final do século XIX até os anos 1950.

A partir do pós-guerra abriram-se novas frentes para o desenvolvimento da indústria de segurança. De uma forma geral, as principais causas dessa expansão teriam sido o incentivo econômico e o espaço legal para o policiamento corporativo, entre os quais o surgimento e a disseminação das “propriedades privadas de massa” e dos espaços “semi-públicos”; do aumento do crime e da sensação de insegurança; e outros fatores inerentes a esses, como a

¹⁴ Ver sobretudo Johnston (2007), Button, (2002) Jones e Newburn (2002 e 1998), Bayley e Shearing (2001) e Shearing (2001).

pressão das companhias de seguros sobre seus clientes para a contratação de serviços especializados de proteção (Bayley e Shearing, 2001; Ocqueteau, 1997). Embora não haja ainda clareza sobre quais fatores de fato atuaram como determinantes para esse processo de expansão das empresas e serviços privados de segurança e com que impacto, ainda outros fatores podem ser acrescentados a estes como aspectos que eventualmente também influenciaram nesse processo de expansão, como o próprio incentivo governamental à participação desse mercado no desempenho de funções de segurança específicas e na complementaridade às funções estatais de proteção, e, atrelado a isso, o processo de maior participação do setor privado atuando em esferas tradicionalmente ocupadas pelos agentes estatais, em decorrência do processo de globalização das atividades econômicas, tal como tem ocorrido em serviços de saúde, educação e outras áreas da administração pública.

Em decorrência desse conjunto de fatores, os serviços de segurança privada se expandiram aceleradamente no mundo, transformação que foi acompanhada também por novas mudanças nas concepções existentes acerca do setor, que passaram a tornar possível a existência de uma integração, na esfera da segurança, entre as forças públicas e privadas, em contraponto às concepções em voga que alimentavam grandes receios acerca das polícias corporativas. Alguns dos estudos que mais influenciaram em direção a essas transformações foram produzidos nos Estados Unidos pelo próprio departamento de justiça do país, que passaram a tratar o tema muito mais como uma questão de economia e eficiência do que de política e soberania, desta forma impulsionando a abertura para o desenvolvimento do mercado. Destaca-se, entre esses estudos, o relatório desenvolvido pela RAND Corporation – sendo esta a primeira investigação aprofundada sobre o policiamento realizado pelas empresas de segurança - que analisou os serviços privados de segurança em relação às suas atividades específicas, possibilidades de interação com as forças públicas, formação dos agentes, limites para a atuação e oportunidades do policiamento por eles exercido, de acordo com a lógica econômica dos mercados (Kakalik e Wildhorn, 1972)¹⁵.

¹⁵ Este relatório impingiu a idéia de que as forças de segurança privada poderiam ser compreendidas como um “parceiro júnior” dos serviços públicos nas tarefas de controle do crime, cujas principais funções (prevenção do crime, fornecimento de segurança contra perdas por acidentes e por falhas técnicas e controle do acesso e da atuação de empregados em propriedades privadas) seriam atividades complementares às de seu “parceiro sênior”, liberando o Estado dos custos resultantes de atividades que fugiam ao escopo e às possibilidades dos recursos destinados às polícias públicas.

Alguns anos após, estudo desenvolvido pela Hallcrest Corporation (Cunningham e Taylor, 1985), procurou continuar estas observações e avaliar as mudanças observadas desde o estudo desenvolvido pelo relatório RAND. Esses estudos tiveram o impacto de transformar os contornos de como o setor da segurança privada era comumente enquadrado e compreendido até então, enaltecendo as possibilidades de ampliação da segurança para o conjunto da sociedade, sugerindo a importância da construção de parcerias, otimização dos trabalhos, troca de experiências e de informações entre ambas as forças, levando à redução da perspectiva dos riscos e ameaças representados pelos serviços privados de proteção.

Estas novas colocações abriram o caminho para o desenvolvimento do setor, levando-o a atingir números significativos. Nos Estados Unidos, o número de pessoas empregadas na indústria de segurança saltou de 300 mil em 1969 para mais de dois milhões no final dos anos 1990, com os guardas particulares já tendo ultrapassado o número de policiais há algumas décadas, assim como também ocorre no Canadá. Ainda no mesmo período, South (1994) já havia também identificado números semelhantes aos norte-americanos e canadenses em diversos países do oeste e do leste europeu. Estudos realizados por Sarre (2002) e Irish (1999), por sua vez, observaram essa mesma tendência em regiões como a Austrália, Japão e África do Sul.

O quadro comparativo dos setores públicos e privados na provisão da segurança em diversas partes do mundo, apresentado abaixo, nos dá uma imagem bastante significativa sobre como este fenômeno vem de fato se desenvolvendo em escala internacional¹⁶. Podemos observar que, considerando-se a média mundial, são empregadas atualmente mais

¹⁶ Apesar das dificuldades em se dimensionar o contingente de empregados da segurança privada, optamos por apresentar, para o Brasil, os dados levantados pela Federação Nacional das Empresas de Vigilância e Transporte de Valores – FENAVIST por parecerem constituir uma perspectiva mais fidedigna com relação a esses dados, como é apresentado a seguir na parte específica sobre o cenário brasileiro. Os dados internacionais foram coletados por Jan Van Dijk (2008) a partir de algumas fontes diferentes que recentemente realizaram levantamentos sobre informações internacionais sobre o setor da segurança privada, como o Ministério da Justiça holandês e outros trabalhos que realizaram atualizações dessas informações (De Waard, 1999; Morre, 2004; Van Steden & Sarre, 2007). O autor também ressalta a grande dificuldade em se obter dados sobre o tema, que ainda não são coletados nem por instituições e pesquisas relevantes como o UN Crime Survey ou a Interpol, dificuldade agravada pela ausência de definições internacionais sobre segurança privada e pela baixa qualidade dos dados sobre o número de empregados registrados.

peessoas atuando como agentes da segurança privada (348 por 100 mil habitantes) do que como policiais contratados pelos governos (318/100 mil).

Gráfico 1. Número relativo de empregados na segurança privada e nas polícias por região do mundo ou país, 2003 – 2005

Fonte: Dijk, 2008 / gráfico construído pelo autor a partir de De Waard, 1999; Morre, 2004; Van Steden & Sarre, 2007; www.unodc.org; 8th UN Crime Survey.

* Os dados relativos ao Brasil foram coletados do Ministério da Justiça, 2003 (dados relativos às polícias), da Federação Nacional das Empresas de Vigilância e Transporte de Valores – FENAVIST, 2005 (dados relativos aos vigilantes) e os dados populacionais para o cálculo das taxas por 100 mil habitantes, das estimativas populacionais realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2003 e 2005.

Esta tendência parece consideravelmente disseminada, uma vez que a maior concentração de agentes da segurança privada do que de policiais está presente nas mais diferentes e variadas partes do mundo, como na África, na Oceania, na Europa Central e Ocidental e na América do Norte. O Brasil atualmente já possui contingente maior de segurança privada (considerando-se apenas o universo devidamente regularizado) do que de policiais, ainda que, se considerarmos a América do Sul como um todo, a região constitui-se como uma das poucas em que esta tendência ainda não se manifestou¹⁷.

¹⁷ À exceção também da Colômbia, onde, em 2003, a taxa de funcionários da segurança privada era de 456,7 por 100 mil habitantes, a maior entre os países da região (Abelson, 2006).

Apesar da dificuldade em se estabelecer qualquer relação entre a propensão a maior ou menor concentração de serviços de segurança privada entre os diferentes países, é curioso o fato de que muitos dos países do ex “bloco comunista” possuem os mais altos índices de empregados da segurança privada por 100 mil habitantes, casos de Bulgária (1.640/100 mil), Hungria (784/100 mil), Rússia (578/100 mil) e Polônia (523/100 mil). Entre os países que detêm as maiores concentrações de segurança privada estão também a África do Sul (558/100 mil), os Estados Unidos (533/100 mil) e a Irlanda (511/100 mil). Em algumas outras localidades, entretanto, parece ocorrer o inverso: na Europa, por exemplo, como vemos no gráfico abaixo, há em uma concentração de policiais consideravelmente superior do que a média do continente, casos de Áustria e Itália e, também, em menor proporção, de Portugal, República Checa, Bélgica e Grécia. Nesses países a proporção de agentes de segurança privada é consideravelmente menor do que a média europeia (fazendo com que esses países tenham um perfil mais próximo à média observada para a América Latina).

Esses dados parecem mostrar também que não há uma relação direta entre os índices de criminalidade e o crescimento da segurança privada, uma vez que, por exemplo, as taxas criminais mais altas concentram-se na África e na América do Sul, enquanto que outras regiões e países como Canadá, Oceania e Europa Central possuem taxas criminais consideravelmente baixas¹⁸. Outros apontamentos feitos por Van Dijk acerca desses números são o fato de que o número de agentes de segurança privada não parecem ter relação com o número de policiais em nível regional ($r = ,11$) ou nacional ($r = ,04$) mas que em alguns países, como a Bulgária, a alta taxa de vigilantes parece ter relação com os baixíssimos índices de policiamento público (Dijk, 2008, pp. 216-17).

De qualquer forma, para além desse conjunto de informações que sem dúvida tornam instigante a investigação sobre os determinantes do crescimento da segurança privada e de suas diferentes concentrações nas diferentes partes do mundo, tema sobre o qual muita

¹⁸ Isto é o que nos parece mostrar esta visão geral, com os dados agregados por países ou regiões. Esta relação é certamente efetiva em localidades em que a baixa criminalidade é um fenômeno homogêneo, como no caso do Canadá e em alguns países europeus que possuem alta concentração de segurança privada e baixas taxas criminais, mas em regiões como o continente africano seria necessária uma análise desagregada por localidades menores para testar essa relação de forma mais efetiva.

análise e produção de dados já foi e deve ainda ser realizada¹⁹, destaca-se o fato de que, claramente, a provisão das forças de segurança através de serviços de vigilância está longe de ser centralizada pelo Estado.

Gráfico 2. Número relativo de empregados na segurança privada e nas polícias por países europeus, 2003 – 2005

Fonte: Dijk, 2008 / gráfico construído pelo autor a partir de De Waard, 1999; Morre, 2004; Van Steden & Sarre, 2007; www.unodc.org; 8th UN Crime Survey.

Essa expansão da oferta e da procura pelos serviços privados de proteção, que se consolida pela ampliação do próprio conceito de policiamento, também está presente atualmente na maior parte dos países democráticos, mesmo naqueles que têm uma tradição política que privilegia a soberania do Estado e do direito público (como França, Espanha e a

¹⁹ Não poucas pesquisas vêm sendo realizadas desde meados dos anos 1970, quando a questão da segurança privada começa a aparecer como uma preocupação mais forte por parte de cientistas políticos, criminólogos e sociólogos, sobretudo em países como a Inglaterra, a França, os Estados Unidos e o Canadá. Entre os principais trabalhos que foram escritos no sentido de (ou que apenas perpassam a questão de) analisar os determinantes da (re)emergência da segurança privada no mundo estão os já citados Rand Report, desenvolvido por Kakalik e Wildhorn (1977) e o Hallcrest Report, desenvolvido por Cunningham e Taylor (1985), os trabalhos desenvolvidos por Clifford Shearing (1981, 1992 e 2001) e por Bayley e Shearing (2001), os estudos realizados por Jones e Newburn (1998 e 2002) e também por Mark Button (2002).

Alemanha), em que o desenvolvimento dessa indústria foi similar, por exemplo, ao da Inglaterra.

Também como uma tendência internacional, além do grande número de vigilantes atuando nas empresas, bairros residenciais e condomínios, o setor está se tornando cada vez mais sofisticado em processos de formação e treinamento, bem como no desenvolvimento de novos equipamentos eletrônicos de vigilância. Com relação a isso, dados levantados pelo International Crime Victimization Survey – ICVS e pelo European – International Crime Survey – EU ICS nos anos de 2004 e 2005 mostram que, em média, em um conjunto de 30 países da Europa, América do Norte e Oceania, 16% das residências possuem alarmes contra arrombamento em suas residências (o mesmo *survey* mostra que cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, no Brasil, e Lima, no Peru, possuem proporções consideravelmente menores - 5%, 3% e 5%, respectivamente; Buenos Aires, na Argentina, possui proporção mais elevada – 12%) (Dijk, 2007).

O cenário brasileiro

O cenário brasileiro não difere desse panorama, podendo ser identificados três aspectos centrais que podem ser apontados como os principais fatores impulsionadores da ampliação do mercado brasileiro de segurança: i. o crescimento da violência e da criminalidade (sobretudo a especialização do crime); ii. a percepção da violência e o aumento da insegurança; e iii. as mudanças na utilização do espaço urbano e circulação da população nas grandes cidades. A evolução da criminalidade urbana e dos crimes corporativos, assim como a percepção da violência e o aumento da insegurança a partir dos anos 80 são temas já largamente difundidos na literatura acadêmica e especializada na temática do crime, da violência e da segurança pública, marcados pela propagação epidêmica dos homicídios, pelo aumento da violência nas ações criminosas, pela intensificação dos crimes corporativos (seqüestros extorsivos, fraudes, contrabando, falsificações, lavagem de dinheiro, roubo e furto de veículos, roubo e furto de cargas, tráfico de armas e drogas) e também pelo aguçamento da percepção da violência e do crime (entre outros, esses

aspectos estão presentes em Pinheiro e Almeida, 2003 e Kant de Lima, Misse e Miranda, 2000).

Além do aumento das ocorrências e da especialização da criminalidade e da insegurança, a segurança privada tem como pressupostos de sua expansão uma intensa transformação da organização do espaço urbano - principalmente nas grandes cidades – que é marcada pela proliferação de espaços para os quais se deseja ter segurança reforçada em tempo integral. Exemplo disso é o grande crescimento do número de estabelecimentos privados industriais, comerciais e do setor de serviços, assim como de edifícios da administração pública.

Tendo seu surgimento oficial, ainda durante o regime militar, dado pelo Decreto Federal de 21 de outubro de 1969, a segurança privada cresceu linearmente no Brasil desde então, tendo seu maior crescimento a partir dos anos 1990, notado pelo número de empresas de vigilância e seus funcionários, bem como na disseminação de tecnologias voltadas à indústria da segurança eletrônica²⁰. Embora este crescimento seja ressaltado pelas principais fontes de referências e informações relacionadas ao tema, existem algumas lacunas importantes quanto aos números que representam o dimensionamento do setor, em especial com relação ao número de vigilantes existentes.

De acordo com o Departamento de Polícia Federal, no final de 2005 havia no país aproximadamente 1,28 milhão de vigilantes oficialmente cadastrados no órgão²¹, que é formalmente responsável pela autorização, fiscalização e controle do setor. Entretanto, para a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores – FENAVIST, considerando-se as áreas mais frequentes de atuação da segurança privada – vigilância patrimonial e vigilância patrimonial orgânica, o total estimado seria de 557,5 mil

²⁰ A segurança eletrônica é atualmente o setor da segurança privada que tem apresentado maior crescimento nos últimos anos no Brasil, tendo movimentado US\$ 1,2 bilhões em 2007, e crescido 15% em relação a 2006, de acordo com a Associação das Empresas Brasileiras de Segurança Eletrônica – ABESE.

²¹ Além de 1.727 empresas de vigilância, 1.308 empresas de segurança orgânica e 305 empresas de transportes de valores. Cf: Departamento de Polícia Federal – Relatório 2005 (disponível em <http://www.dpf.gov.br>).

vigilantes²² no mesmo ano, além de 38,2 mil profissionais das empresas de transporte de valores.

Não obstante haver discrepâncias também com relação ao número de empresas, sobretudo pela diversificação das atividades desenvolvidas, com diversas empresas atuando em mais de uma das atividades regulares desenvolvidas pelo setor, é com relação aos vigilantes que os números chamam mais atenção. Enquanto os dados do DPF consideram todos os profissionais registrados, inclusive aqueles que foram demitidos de suas funções, os dados da FENAVIST consideram apenas os vigilantes que estão efetivamente em atuação, portanto representando uma estimativa mais realista com relação aos dados do DPF. A diferença nos dados evidencia, portanto, o desemprego e a alta rotatividade dos profissionais do setor, que é marca da baixa profissionalização desse mercado (embora tenha havido mudanças substantivas, nos últimos anos, em relação ao tempo de permanência dos empregados na mesma empresa e à ampliação da renda e da escolaridade média)²³.

Ambas as fontes, entretanto, retratam apenas o universo formal da segurança privada, excluindo-se, portanto, todo o contingente representado pelo universo das empresas clandestinas, dos funcionários irregulares e dos policiais que se dispõem a exercer o “bico” como vigilantes. A título de comparação, em 2007²⁴ o contingente das forças públicas de segurança somadas atingia 528.823 pessoas, considerando-se apenas os policiais civis e militares (410.991 policiais militares e 117.832 policiais civis).

²² 2º ESSEG, 2005. Esses números correspondem à soma de 382 mil vigilantes terceirizados estimados para 2005 e 175,5 mil vigilantes orgânicos que foram, de acordo com o estudo, identificados pelo Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS para o ano de 2003.

²³ Outro dado importante sobre a evolução do setor provém da análise da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – PNAD/IBGE, que contém informações sobre o perfil dos trabalhadores de todos os setores econômicos do país. Considerando-se as informações das ocupações de “vigia” e “vigilante” da amostra expandida do ano de 2001, chegamos a um total de 1.134.113 pessoas. Como a pesquisa refere-se, por um lado, a uma semana específica de referência e, por outro, baseia-se nas respostas dadas pelos entrevistados, e não pela existência de qualquer documento formal, possivelmente esses números representem tanto aqueles que estavam de fato desempenhando a atividade de forma regular quanto aqueles que a estavam desempenhando na informalidade e que responderam à pesquisa de acordo com uma das duas categorias.

²⁴ Esses dados correspondem a informações do Ministério da Justiça, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo – CAP/SSP-SP.

Apesar das importantes lacunas a serem preenchidas com relação à organização dessas informações, a rápida expansão do setor é significativamente contundente. Com relação a esse quadro, alguns dados sobre os contratantes dos serviços de segurança revelam aspectos importantes acerca do contexto brasileiro: de acordo com informações da Federação Nacional das Empresas de Segurança Privada e Transporte de Valores – FENAVIST (2º ESSEG), o setor público, os bancos, as indústrias e o setor de serviços, somados, correspondem a 86,1% dos vigilantes contratados em 2005, sendo o setor público o maior contratante, com 38,3%²⁵, seguido dos bancos, com 21,4%, de outras empresas do setor privado, com 13,9%, das indústrias, com 13,7% e dos serviços, com 12,7%, como vemos no gráfico abaixo.

Gráfico 3. Principais contratantes dos serviços de vigilância terceirizada em 2005 - %

Fonte: FENAVIST / 2º Esseg, 2005

²⁵ A explicação mais plausível pela ampla expansão do policiamento privado neste tipo de estabelecimento, além da própria proliferação do número de unidades da administração pública em suas diversas áreas – o que consequentemente traz maior público e maiores oportunidades de crime é o fato de que a contratação das forças privadas para tarefa de proteger as instalações públicas seja mais adequada do ponto de vista econômico. A tarefa de vigiar um estabelecimento exige menor habilidade, e, portanto, menor formação e investimento nos profissionais. Assim, a contratação de profissionais da segurança privada muito possivelmente tornou-se uma solução mais interessante aos gestores públicos do que a alocação de policiais treinados durante anos, que receberam grande investimento público para sua formação e treinamento, para desempenharem funções consideravelmente mais “simples”. Atualmente, tanto no Brasil como na maior parte dos países em que se têm dados disponíveis sobre o tema, a vigilância dos estabelecimentos públicos é realizada por profissionais da segurança privada. Nos diferentes estados e municípios brasileiros encontramos um número infindável de instituições públicas policiadas privadamente: prédios do INSS, FGTS, Banco do Brasil, Nossa Caixa, Universidades, Hospitais, Centros Culturais, Educacionais e Esportivos, Museus, Parques, Estações de Trem, terminais de ônibus e dezenas de outros espaços que têm ajudado a tornar as forças de segurança, na atualidade, como a principal força responsável pela função de vigiar e policiar as cidades.

A proporção de vigilantes nos órgãos da administração pública atuando de forma “orgânica” é ainda maior do que em relação às terceirizadas, atingindo 50% do total (ou aproximadamente 87.750 vigilantes, de acordo com a RAIS).

Gráfico 4. Distribuição dos vigilantes orgânicos por setores regionais em 2003 - %

Fonte: FENAVIST / 2º Esseg, 2005

Quanto à tendência de aumento da frequência das pessoas a espaços que são policiados privadamente, apesar da ausência de pesquisas abrangentes com esse perfil no Brasil, dados de pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD em uma amostra de 5.185 jovens e adolescentes (12 a 29 anos), em 2004, são bastante expressivos como evidência desses processos. Como vemos abaixo, 75,4% dos entrevistados afirmou frequentar shopping, galeria ou centro comercial ao menos uma vez por mês (e 30% ao menos uma vez por semana). 42,5% disseram ir a uma LAN house ao menos uma vez por mês (sendo quase um terço - 31,4% - ao menos uma vez por semana). Já atividades como cinema, “assistir a show de música, dança ou teatro”, ir a “bar ou boteco”, “assistir a jogo de futebol ou a algum outro evento esportivo em campo ou estádio” ou ir a uma “boate ou casa noturna” são, cada uma delas, frequentadas ao menos uma vez por mês por entre 25% e 40% dos jovens e adolescentes entrevistados, o que, em conjunto, significam uma proporção bastante elevada da presença dessa faixa da população nesses espaços. Note-se que estamos aqui falando apenas de atividades de lazer, sem considerar outros tantos espaços que, no Brasil, possuem sua segurança realizada pelas

empresas especializadas ou vigilantes próprios, como, por exemplo, escolas, universidades e órgãos da administração pública onde atualmente muitos desses jovens trabalham e exercem outras atividades.

Tabela 1. Frequência a atividades de lazer entre jovens e adolescentes no Brasil (12 a 29 anos) – 2004

Atividade	Frequência (%)			
	Uma vez por mês	Uma vez a cada 15 dias	Uma vez ou mais por semana	Total
Shopping, galeria ou centro comercial	27	18,5	29,9	75,4
LAN house	5,5	5,6	31,4	42,5
Cinema	22,4	9,4	8,5	40,3
Assistir a show de música, dança ou teatro	18,6	8	9,4	36
Bar ou boteco	6,7	6,6	20,1	33,4
Assistir a jogo de futebol ou a algum outro evento esportivo em campo ou estádio	9	6,1	12,3	27,4
Boate ou casa noturna	8,4	5,5	10,8	24,7

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento /Brasil – PNUD Brasil

Portanto, além do aumento da criminalidade e da sensação de insegurança, o surgimento de novas formas de uso e circulação no espaço urbano, que tem motivado a criação de espaços controlados para os quais se deseja ter segurança reforçada em tempo integral, é aspecto de grande importância para a compreensão do processo de expansão da segurança privada. Ao contrário da imagem que se fez inicialmente sobre o setor, através inclusive do trabalho de alguns pesquisadores do tema, como Caldeira (2000) e Kowarick (2001) - que viam na expansão do setor, sobretudo, o aspecto da demanda individual por segurança - a segurança privada tem crescido principalmente devido à demanda dos setores corporativos e instituições públicas, em volume muito superior às contratações relativas aos condomínios ou aos gastos individuais em recursos e serviços de proteção²⁶.

²⁶ Em pesquisa de vitimização realizada em 2003 pelo Instituto Futuro Brasil – IFB, por exemplo, com 5.000 moradores da capital paulista, foi perguntado aos entrevistados se no ano de 2002 havia sido realizado algum investimento em equipamentos de segurança no domicílio, como grades, trancas especiais, sistema de alarme, compra de armas ou aquisição e treinamento de cães de guarda. Em média, 5,6% das residências haviam realizado algum tipo de investimento em segurança. Na classe A essa proporção, mesmo superior, chegou a apenas 10,5% do total.

A “pluralização” do policiamento – novos setores atuando como provedores e como responsáveis pela autorização do policiamento

A expansão da segurança privada transforma os atores envolvidos na oferta das forças que fazem o serviço de policiamento, delegando a responsabilidade do Estado para entidades não governamentais. Essa separação entre a capacidade de autorização da capacidade de provisão do policiamento, e por sua vez a separação de ambas do governo, é um aspecto fundamental para a compreensão dessas mudanças, que evidenciam a multiplicidade de atores envolvidos com a segurança na atualidade.

A questão específica com relação à segurança privada, que localiza o problema empírico aqui proposto, remete-se às características particulares que este setor tem no desenvolvimento de suas atividades de prevenção ao crime. Atendendo a uma ampla demanda da sociedade por serviços particulares de proteção, o processo de regularização e expansão desses serviços tem incentivado a ampliação dos espaços policiados privadamente, tendo sua atuação autorizada pela comunidade, amparada por preceitos legais e institucionais que orientam sua atividade²⁷.

Esses serviços guiam-se por um mecanismo bastante específico e direcionado: a lógica do contrato privado. Diferentemente do policiamento público, que segue os preceitos legais da atuação que regulam a sua atividade, a segurança privada guia-se pelas premissas alinhavadas pelos interesses do contratante, e alia as suas especialidades enquanto setor de serviços aos direitos de propriedade do contratante em relação à regulação das condutas em suas propriedades e o acesso a elas. Ao contrário do julgamento com base no interesse público pelo sistema de justiça criminal, o comportamento é julgado, nos espaços policiados privadamente, pela relação que cada ação ou aspecto específico se mantém com os interesses particulares do cliente, independente de estar ou não em causa qualquer tipo

²⁷ Com relação a isso, deve-se ter claro que em nenhum contexto poderíamos classificar a presença da segurança privada como privatização dos serviços públicos, pois a rigor não se trata nem da passagem de uma determinada estrutura institucional de mãos privadas para públicas, seja pela venda de um órgão ou pelo abandono de atividades exercidas pelo Estado, nem de contratação de empresas para ocupar determinadas funções anteriormente arcadas pelo setor público (embora eventualmente o Estado contrate serviços privados de proteção). Como destacamos, há demandas específicas que impulsionam esse mercado, e motivações específicas que requerem sua regulamentação.

de padrão moral instituído. Assim, “enquanto às forças públicas cabe a tarefa de banir por encarceramento, com base na concepção de comportamento ilegal que tenha, pela natureza da ação, desafiado o interesse público instituído, na segurança privada o banimento é exercido com base no comportamento ‘desviante’, por desordem ou prevenção de riscos, buscando evitar situações indesejáveis para o contratante, independente de tratar-se de comportamentos à margem da lei” (Ribeiro, 1999, p. 38).

Nesse sentido, deve-se destacar que a legitimidade da autorização da segurança privada deve ser compreendida a partir de duas vertentes complementares essenciais, uma vertente a que se poderia chamar de “autoridade moral”, que deriva essencialmente da autoridade que os particulares têm para defender as suas propriedades, autoridade essa que é delegada na segurança privada, e a vertente da “autoridade formal”, que deriva das competências atribuídas por lei a essa atividade (Ribeiro, 1999, Sarre, 2002). Assim, a legitimidade da segurança privada acaba por assentar numa espécie de delegação de autoridade, onde o proprietário delega o poder legítimo que detém sobre sua propriedade para que os agentes particulares de segurança o exerçam.

No desenvolvimento de sua atividade de prevenção, a segurança privada também aplica algumas sanções, entre as quais as mais presentes são o impedimento à entrada de desconhecidos em propriedade particular e o procedimento das revistas e requisição de documentos. O conjunto dessas características, aliados à circunscrição jurídica específica dos espaços policiados privadamente (as propriedades) constituem o campo de atuação a ser explorado com relação a esses serviços. É este campo de atuação que é capaz de produzir mudanças na atividade de policiamento, seja na sua atuação específica, seja na sua inter-relação com as forças públicas, e que se ampara e ganha existência através da autorização e da lógica do contrato privado.

A caracterização dada por Bayley e Shearing (2001) sobre os campos que autorizam e provêm o policiamento são interessantes para se estabelecer esta complexidade em toda a sua abrangência. O policiamento, de acordo com os autores, atualmente é **autorizado** sob a responsabilidade de cinco categorias distintas: interesses econômicos; comunidades

residenciais (sobretudo os condomínios de casas ou de apartamentos que requerem controle de acesso, patrulhamento e vigilância, bem como ações desencadeadas por iniciativas locais, ou incentivadas pelos governos); comunidades culturais, onde a segurança pode ser formada por grupos de indivíduos que partilham práticas culturais – prática que é mais comum ao contexto norte-americano, identificado em grupos como o “Black Muslim” (Nação do Islam), e em alguns países europeus; indivíduos (no caso, desde procedimentos de autodefesa e minimização do risco até a instalação de equipamentos e a contratação de empresas para proteção contra seqüestros e outras ameaças à segurança); e governo, que tem encorajado, facilitado e requerido – através da contratação de empresas de segurança privada para a vigilância de estabelecimentos da administração pública - a atuação de forças não-governamentais nas tarefas de segurança. Atualmente, mesmo no Brasil é bastante comum que a segurança de grande parte dos prédios das administrações públicas, inclusive de forças policiais, seja de responsabilidade dos serviços de segurança privada.

A *provisão* do policiamento, por outro lado, é realizada por: agências não-governamentais autorizadas para o policiamento, que reúnem desde companhias comerciais (entre as quais as mais comuns e difundidas são as grandes indústrias de segurança privada) e os organismos internos de empresas que constituem os seus próprios serviços de segurança (conhecidas como segurança orgânica no Brasil, ou ainda como *in-house security* ou *proprietary security*, em língua inglesa), até um vasto leque de organizações coletivas que realizam serviços destinados à segurança; indivíduos, quando indivíduos se responsabilizam por ações protetivas em nome de outros, por exemplo, como voluntários de grupos de patrulha de bairros (atuação que não é comum no contexto brasileiro); pelo governo, como, por exemplo, os serviços pagos solicitados por indivíduos ou grupos da sociedade (nos países em que tal prática é permitida); e a prática, também cada vez mais freqüente, da cobrança por serviços de segurança realizados pela polícia (entre os quais, muitos ocorriam anteriormente sem a cobrança de pagamento), como, por exemplo, a resposta a alarmes residenciais e empresariais ou a segurança em eventos, como nos estádios esportivos (Bayley & Shearing, 2001).

É importante também dizer, tal como situado por George e Button (2000), que esta proliferação e complexificação do campo da segurança privada e suas relações com os diversos corpos e agentes da sociedade fez também com que ela passasse, nas últimas décadas, a ser considerada como um aspecto relevante do campo das políticas públicas e sua conseqüente regulação²⁸. Nesse sentido, a segurança privada tem aparecido, em diversos contextos, de forma mais freqüente enquanto interesse de governo e também enquanto interesse parlamentar.

Com essa multiplicidade de agentes, a responsabilidade pelo policiamento passou a ser mais dividida entre a sociedade, a iniciativa privada e os próprios indivíduos. Esta maior participação de agentes não estatais atuando na segurança pode ser observada, por exemplo, nas novas formas de policiamento comunitário, que vêm ganhando cada vez mais espaço em diferentes sociedades, assim como nos mecanismos de vigilância instalados em casas, empresas e edifícios. Os próprios governos têm incentivado a utilização dos serviços de segurança em muitos países, contratando-os para a proteção dos edifícios e instalações de instituições públicas, tornando-se, desta forma, um de seus principais consumidores. Da mesma forma, em alguns países o policiamento estatal tem prestado serviços privados para indivíduos ou comunidades específicas.

1.3 Policiamento, polícia e segurança privada

Para uma definição do significado do termo policiamento e do conceito que estamos aqui utilizando é importante em primeiro lugar deixar claro que a noção mais comum hoje compartilhada sobre o termo em muito difere da noção ampla utilizada inicialmente. “Policiamento”, assim como o termo “polícia”, é uma palavra originalmente relacionada à palavra “política”, tendo derivado da palavra grega *polis*. Policiamento, portanto, nesse

²⁸ Para uma compreensão prática e sistemática do conceito de regulação estamos utilizando neste texto a definição dada por Eisner (1993), para quem a regulação corresponde a “um amplo arranjo de políticas concernentes ao governo da atividade econômica e suas conseqüências”, o que inclui aspectos como a entrada e a saída de firmas de mercados específicos, a regulação de preços, taxas de retorno e formas de competição, assim como acerca das características dos bens produzidos e seus meios específicos e as “externalidades negativas” que podem surgir como resultados de uma particular atividade.

sentido primeiro, significava a governança das cidades e dos Estados, e, de uma forma ampla, a regulação social e administração de uma dada comunidade. O termo grego *politeia* dizia respeito a todas as questões relacionadas à sobrevivência e o bem-estar do Estado ou Cidade (*polis*). A palavra e seu significado foram posteriormente desenvolvidos pelos romanos – cujo termo em latim *politia* poderia, em tradução livre, ser traduzido como Estado, próximo do significado da palavra *polis*. O termo, que largamente desapareceu com o fim do Império Romano, voltou a ser utilizado nas universidades medievais, sobretudo para justificar a autoridade do príncipe sobre seus territórios. Entretanto, ainda que o significado dos termos polícia e policiamento tenham se transformado ao longo do tempo, deixando de significar o “conjunto da função governamental”, a visão generalizada sobre a atividade de policiamento referia-se, no século XVIII, “unicamente ao ramo que o cidadão atual chamaria de administração geral, isto é, a regulamentação relativa à manutenção da ordem, da tranqüilidade pública, da higiene, do comércio, do trabalho...” (Monet, 2001, p.21). No início do século XVIII, na Europa, termos como *la police* na Itália e *die Politzei* na Alemanha foram usados com o sentido de administração, bem-estar social, proteção e segurança do território. Da mesma forma, o termo *police* tornou-se crescentemente popular na Inglaterra até o final daquele século, mas ainda com esse significado mais amplo (Rowe, 2008, p. 4, *apud* Emsley, 1996, p.3).

Assim, o termo policiamento não estava originalmente associado às atividades relativas a uma instituição específica (a “polícia”), noção que surgiu muito mais recentemente na história, e que ganhou força, sobretudo, com o processo de centralização das forças de segurança nas mãos do Estado, que se consolida em meados do século XIX. A partir desse processo mais recente de centralização das forças destinadas a segurança no Estado, o termo se estabeleceu de forma sólida, tal qual o termo polícia, que passou a designar especificamente o corpo de funcionários voltado às tarefas de proteção do Estado, suas instituições e seus cidadãos e à manutenção da ordem pública, sendo diferenciada das demais atividades desenvolvidas por agentes do Estado pela sua capacidade de aplicação do “uso legítimo da força”. De fato, a definição da palavra *police* apresentada no Oxford Dictionary caracteriza o termo como “uma organização oficial cujo trabalho consiste em

fazer as pessoas obedecer a lei e prevenir e resolver os problemas relacionados ao crime” (Wehmeier, 2000, p. 1016 – tradução própria)²⁹.

A partir de meados dos anos 1970, entretanto, uma crescente atenção passou a ser dada à re-emergência e rápida expansão (já em pleno vigor a essa altura) dos serviços de segurança privada, bem como aos demais corpos de agentes estatais voltados à provisão da segurança, mas que não fazem parte da agência de oficiais da polícia, e as diversas agências de investigação e investigadores privados que também compõem o rol de agentes de segurança em diversos países. A inclusão da segurança privada e dos demais corpos de agentes de segurança tornou bastante problemática a definição de policiamento, uma vez que ampliar o conceito a ponto de incluir todos os agentes e organizações que atuam na promoção da segurança e manutenção da ordem tornaria o conceito de policiamento muito pouco definido e explicativo, confundindo-se também com o difuso conceito de controle social, que se refere virtualmente a todas as atividades que de alguma forma contribuem para a ordem social de uma dada comunidade (o que inclui parentes, escolas, grupos de jovens, mídia, igrejas e uma infinidade de outras entidades correlatas). Ao mesmo tempo, a manutenção do uso da noção restrita de policiamento, caracterizado apenas pelas atividades desenvolvidas pelas polícias, significaria a manutenção de um reducionismo conceitual que desprezaria a ampla diversidade de corpos e agentes que em realidade desenvolvem esta atividade.

Muitos autores já haviam notado o amplo e antigo significado do termo policiamento (*policing*) que permanece em uso até os dias atuais (Button, 2002; Jones e Newburn, 1998; Johnston, 1992; Bittner, 1974; entre outros). De fato, o termo aparece no Oxford Dictionary, além do seu significado mais restrito e relacionado com as atividades realizadas pela polícia (“atividade de manutenção da ordem, pela polícia, em um determinado espaço”) com este significado mais abrangente: “atividade de controlar uma indústria, uma atividade, etc. para garantir que as pessoas obedeçam às leis” (Wehmeier, 2000, p. 1016 –

²⁹ O Dicionário Huiass de língua portuguesa apresenta uma definição bastante semelhante: “conjunto de leis e disposições que asseguram a ordem, a moralidade e a segurança em uma sociedade; corporação que engloba os órgãos destinados a fazer cumprir esse conjunto de leis e disposições; o conjunto de membros dessa corporação; ordem, segurança pública; indivíduo que pertence à polícia; agente policial; policial.” Dicionário Eletrônico Huiass da Língua Portuguesa, 2001 (CD-ROM).

tradução própria). No uso comum do termo, policiamento pode se remeter às mais variadas atividades, desde aquelas desempenhadas pelos policiais até as de natureza estritamente informais. O maior problema com o uso do termo nesse sentido amplo é a sua pouca eficácia enquanto ferramenta analítica, uma vez que há pouco discernimento entre elementos tão díspares que acabam compondo o conceito.

Tendo por base essas dificuldades e a necessidade de definição de um conceito mais preciso para identificar esse conjunto de atividades a que estamos nos referindo, o conceito de policiamento que estamos aqui utilizando resume-se a: *uma forma particular de controle, alicerçada por atributos específicos de sistemas de vigilância e ameaças de sanção, e conduzido por uma ampla variedade de diferentes corpos e agentes que possuem como a sua principal atividade a manutenção da ordem e a promoção da segurança*³⁰. Ainda que mais restrito do que o genérico e vago conceito de controle social, o policiamento é, no entanto, uma categoria mais abrangente do que as atividades desempenhadas pelas forças estatais de segurança, e da qual fazem parte tanto o policiamento privado como o policiamento público.

Assim, o que estamos aqui chamando de policiamento pode ser entendido em sentido amplo o suficiente para não ser confundido com o termo polícia (a qual estamos considerando como especificamente o corpo de indivíduos uniformizados e contratados pelo Estado para funções específicas de manutenção da ordem através da aplicação do uso da força), e restrito o suficiente para não abarcar o vasto e difuso conceito de controle social, dentro do qual o policiamento constitui apenas um aspecto. Ainda que bastante simplificada, esta definição estabelecida é por enquanto suficiente para a discussão que se segue, tornando-se mais delimitada na medida em que as diferentes formas de policiamento forem re-analisadas.

O quadro abaixo exemplifica conceitualmente a “hierarquização” lógica destes diferentes termos, da forma como estou compreendendo-os aqui. É importante deixar claro que não há

³⁰ A noção de policiamento aqui apresentada é inspirada nos escritos de Button (2002), Jones e Newburn (1998) e Reiner (1994).

nenhuma alusão neste quadro com relação à proporção representada por cada um dos termos, ou seja, não significa, por exemplo, que segurança privada e polícias tenham valor e importância similares, nem que o policiamento abranja a maior parcela do que estamos aqui chamando de “controle social”. O quadro representa apenas uma esquematização sintética desses diferentes conceitos que permita a utilização destes como ferramentas analíticas para os propósitos desta análise. A intersecção entre os campos da segurança pública e privada representam tanto as interações que ocorrem em seu contexto “regular” de atuação (que constituem o foco principal desta pesquisa) quanto às práticas que envolvem o campo da segurança privada que atua informalmente ou de práticas ilegais eventualmente presentes nesta relação (como o segundo emprego – o “bico” exercido por policiais em seus horários de folga). Evidentemente, esta intersecção tem efeitos importantes tanto sobre cada um dos campos em particular como sobre o policiamento de uma forma geral.

Quadro 1. controle social, policiamento e forças de segurança

Polícia e segurança privada

Além de diferenciar e delimitar o setor da segurança privada do setor das polícias tal qual os estamos apresentando, é importante observarmos a dificuldade existente em se estabelecer de forma precisa esta delimitação, que não se relaciona apenas a suas distinções em termos de natureza (se pública ou privada), mas também em termos de *status* e das práticas que desenvolvem. A discussão já provém de algumas décadas: no cenário americano, inicialmente a distinção entre as forças recaiu de fato sobre o aspecto de a força ser pública ou privada³¹, tal qual fora estabelecido pelo Private Security Task Forces, conselho criado no âmbito do Ministério da Justiça especificamente para discutir e organizar a relação entre as forças (National Advisory Committee on Criminal Justice, 1977). Posteriormente outros estabeleceram que a questão central seria se o organismo possui poder de polícia (poder de prender). Outro ponto é que muitos organismos públicos que não pertencem às agências policiais em muitos países exercem plenamente as funções policiais, como é o caso da segurança feita em prédios públicos, no transporte público, distritos escolares, em praças e parques, universidades, linhas ferroviárias e estações portuárias. Estes agentes usam o título de “polícia” e têm o poder de prender (poder que pode ser exercido localmente ou que pode abranger qualquer localidade, dependendo do contexto e do país em que a atividade é desenvolvida)³². Em realidade, apesar de não serem parte do corpo policial e não terem as mesmas responsabilidades, atribuições e treinamento que os policiais, esses profissionais são pagos pelo Estado e desenvolvem funções que por

³¹ Dentro disso cabe destacar a distinção entre público e privado descrita por David Bayley para diferenciar os dois tipos de policiamento: o público e o privado seriam diferenciados especificamente pelo apoio (financeiro) dado ou não, pela comunidade, ao serviço que ela própria autoriza. Assim, a polícia é pública quando paga e dirigida pela comunidade (que a autoriza), e “é privada se a comunidade que a autoriza não paga por ela nem a direciona” (Bayley, 2001, p. 39). Nos termos de Button (2002, p. 8), que se posiciona de forma similar em relação a esse ponto, o que define público e privado em relação ao policiamento é exatamente o setor ao qual as organizações pertencem: se são parte do governo e sustentadas através de impostos, são públicas; se providas por companhias através de pagamento direto, privadas.

³² Nas cidades americanas de New Orleans e St. Louis, por exemplo, em um *survey* desenvolvido com agentes de segurança privada licenciados, realizado em 1975, as duas cidades concederam poder de polícia para todos os agentes de segurança licenciados (National Advisory Committee on Criminal Justice, 1977, p. 11).

vezes muito se aproxima das desempenhadas pelos policiais e, por outro, são muito próximas também das atividades desempenhadas pelos agentes de segurança privada.

Entretanto, as diferenças encontradas nos diversos formatos encontrados no mundo dão margem à existência de uma grande flexibilidade de situações que vai desde modelos de policiamento em que a polícia tem de fato *status* diferencial frente a outras formas de policiamento até modelos de policiamento em que, em casos específicos, é conferido a outra fonte de policiamento *status* similar ao conferido à polícia pública. As pesquisadoras canadenses Tonita Murray e Erica McKim, a partir de características encontradas em Toronto (Canadá), afirmam haver clara separação em termos de *status* entre as forças policiais, outras forças governamentais responsáveis pelo cumprimento da lei, como oficiais de proteção ambiental, de parques e oficiais de imigração³³, e os profissionais da segurança privada. No caso dos demais oficiais governamentais que exercem policiamento, estes recebem algumas das funções destinadas à polícia pelo governo, dependendo de suas funções específicas, mas sem o mesmo grau de responsabilidade conferido às polícias públicas. No caso das forças de policiamento privado, como é comum encontrarmos na maior parte dos países, estas detêm apenas os mesmos poderes conferidos a todos os cidadãos. A segurança privada atua de acordo com os interesses do contratante, sejam eles indivíduos ou empresas, não gozando a rigor de nenhuma característica especial tais quais as destinadas às polícias, sendo, portanto, significativamente limitada em relação aos poderes conferidos às forças públicas (Murray e McKim, 2000).

A distinção, entretanto, torna-se pouco clara nas situações concretas de atuação do setor privado de segurança, sobretudo em setores de grande contato com o público, como

³³ Essas profissões da administração pública que compartilham funções policiais são comuns em diversos países, tendo sido resultado de escolhas administrativas quando da diversificação de demandas relativas a espaços e órgãos da administração pública bem como da especificidade de problemas relacionados ao crime. Agentes públicos com estas características são consideravelmente menos comuns no Brasil, que claramente optou por um modelo em que tais demandas são supridas pela iniciativa privada. No entanto, é possível incluir alguns profissionais nesta categoria no país, que de fato são agentes estatais que exercem como função principal atividades relacionadas à segurança e manutenção da ordem, como, por exemplo, os agentes de segurança do metrô de alguns Estados. Além disso, é comum que determinadas funções policiais cabíveis às polícias militares estaduais sejam atualmente compartilhadas com agentes das guardas civis metropolitanas - GCMs, cujo *status* vem também se tornando similar ao das polícias estaduais, embora seu *status* não esteja de fato bem delimitado, sendo alvo de algumas controvérsias específicas e conflitos com as demais forças de policiamento público.

shopping centers, universidades, condomínios, agências bancárias, eventos e outros espaços em que essa participação do setor privado de segurança se faz presente. As próprias características dos agentes de segurança privada, atuando muitas vezes com uniformes semelhantes aos dos agentes públicos, pode confundir a população em relação à autoridade que eles de fato representam. Por outro lado, é justamente essa semelhança em termos de vestimentas e outras características relativas aos aparatos que utilizam (veículos, bases fixas e móveis em que se situam, etc.) que lhes conferem maior eficácia em seu papel preventivo e atuação enquanto agente de proteção.

O processo de transformação do campo das atividades de policiamento, de fato, caracteriza-se também por uma tensão no sentido de ampliação da esfera de ação dos agentes privados sobre a polícia pública, que contribui para a dificuldade na identificação do *status* dos policiais, dificuldade esta que, na prática, dada a falta de clareza dos limites entre a ação dos policiais e a ação dos agentes privados, é vivenciada rotineiramente pelos agentes de policiamento de ambos os grupos, com os policiais possivelmente vivenciando a sensação de que os agentes privados estão tomando parte de um campo de ação ao qual a polícia tem exclusividade³⁴.

A própria terminologia utilizada para descrever as características de cada força de segurança, uma vez que para ambas são utilizados os mesmos termos para a descrição das atividades que exercem, como patrulhamento, prevenção, ronda, revista e outros similares confundem a distinção entre elas. Além de muitas das atividades realizadas pelos agentes do policiamento privado e policiais serem de fato muito semelhantes, muitas vezes sendo difícil identificar qualquer distinção entre elas, há uma grande participação de ex-policiais (e mesmo de policiais da ativa) tanto entre os cargos de supervisão como de níveis inferiores, o que contribui para a não diferenciação dos termos existentes e utilizados para as tarefas desempenhadas pelos profissionais das duas forças.

³⁴ Como veremos adiante, esta percepção por parte dos policiais tem de fato sido explicitadas em alguns *surveys* realizados no contexto internacional.

Para além das dificuldades em se discernir as duas forças, é importante notar também que muitas atividades de policiamento que são mais comuns, e, dependendo do contexto, exclusividade dos serviços de segurança privada, tais como monitoramento de câmeras, controle da informação, proteção de pessoas e de bens e diversos tipos de serviços de segurança efetuados em eventos públicos e privados têm ampliado o campo das práticas de policiamento, e mesmo transformado o policiamento público como minoritário dentro da ampla gama de formas de policiamento e agências privadas e não governamentais envolvidas nessa tarefa. Não é menos importante lembrar que esta diversidade e o emprego de novas técnicas destinadas à tarefa de policiamento, sobretudo aquelas relacionadas ao desenvolvimento tecnológico atuam também no sentido de transformar significativamente a natureza do trabalho relativo ao policiamento, e simultaneamente influenciam na vida daqueles que lidam diretamente com essas tarefas. O desenvolvimento tecnológico relativo ao policiamento, a depender das diferentes demandas relacionadas ao crime e a segurança e às diferentes orientações dos gestores pode gerar a necessidade do aprimoramento da formação dos profissionais, a necessidade de alocação de mais profissionais destinados à gestão dos novos procedimentos e recursos, a criação de novos perfis profissionais necessários ao desenvolvimento das novas tarefas, bem como tornar obsoletas determinadas funções ou categorias profissionais.

Ao mesmo tempo, em muitos países as polícias têm encontrado nos serviços de segurança privada alternativas para suprir a sua demanda por efetivo em tarefas que não exigem um alto nível de qualificação e conhecimentos específicos típicos do trabalho policial. A contratação de agentes de segurança das empresas de segurança privada têm se constituído como uma forma de se economizar recursos relativos à alocação de policiais treinados e qualificados para a execução de tarefas relativamente simples. Além disso, a existência desses agentes das empresas de segurança faz com que as polícias possam também evitar os custos de treinamento, formação e capacitação de novos agentes operacionais para cumprir essas tarefas.

Apesar dessas dificuldades em se estabelecer o papel de cada uma das forças e dos conflitos latentes presentes nesta relação, os indícios existentes mostram haver espaço para uma boa

margem de compreensão das forças públicas de segurança com relação ao trabalho desempenhado pela segurança privada. No contexto internacional algumas pesquisas têm sido realizadas com as polícias e com agentes de segurança privada visando estabelecer as opiniões sobre a atuação, o papel e a participação da segurança privada nas tarefas de prevenção do crime, bem como sobre a relação entre as duas forças de policiamento³⁵. A posição dos policiais em cargos de chefia e das patentes mais elevadas reflete, em sua maioria, uma aceitação bastante positiva do papel da segurança privada nas tarefas de policiamento, muitas vezes considerando que as atividades de segurança privada são mais adequadas para determinadas funções por serem mais custo-efetivas do que o uso dos policiais. Os policiais que exercem funções mais operacionais, por sua vez, tendem a serem consideravelmente mais relutantes com relação ao papel da segurança privada, indicando sua falta de conhecimento e capacitação específica para as tarefas preventivas e de contenção do crime. Tanto os chefes de polícia quanto os efetivos operacionais tendem a concordar, entretanto, na não aceitação de equivalência de *status* entre os profissionais da segurança pública e da segurança privada. Ao menos no cenário internacional, a reação parece ser fortemente contrária por parte dos policiais nos casos em que agentes de segurança privada se fazem passar, pelo uso de uniformes, veículos e outros recursos utilizados, por policiais estatais diante do público, conforme mostram Murray e McKim (2000) no caso canadense.

As entrevistas com policiais canadenses mostraram que o trabalho realizado pelos agentes da segurança privada em auxílio às funções policiais (que é freqüentemente caracterizada na literatura especializada internacional sobre segurança privada como *quasi-police*) tende a ser visto pelos policiais como “parceria”, mas claramente em uma situação em que os agentes de segurança privada mantêm uma relação com os policiais próxima da “subordinação”, devendo atuar de acordo com as diretrizes dos chefes de policiamento e *expertise* policial, ou mesmo dirigidos diretamente pelos policiais responsáveis pelo serviço

³⁵ Entre os estudos e pesquisas realizados sobre as visões entre policiais e agentes de segurança privada, bem como seus conflitos e perspectivas de integração destacam-se os trabalhos desenvolvidos por Cunningham (1985), Ford (1985), National Advisory Committee on Criminal Justice (1977) e Bilek (1977). Apesar de serem úteis para termos uma visão geral sobre essas questões, deve-se entretanto considerar que não há estudos mais recentes sobre essas questões e que esse cenário pode ter se transformado significativamente nas últimas décadas.

para o qual foram contratados³⁶. É interessante notar também que os agentes de segurança privada, ao serem questionados sobre os mesmos serviços aos quais os policiais se referiam, não os caracterizavam como “parceria”, não havendo para eles nenhum tipo de colaboração fundamentada pela troca em nível de igualdade e possibilidade de acesso a informações policiais – fato que, em realidade, demonstra as diferentes visões que ambos têm sobre a noção de parceria e sobre o trabalho entre eles estabelecido.

Apesar de não haver absoluta clareza, no cenário internacional, com relação à distinção existente entre os serviços públicos e privados de segurança – e apesar dos exemplos encontrados na literatura que demonstram, em alguns casos, a existência não apenas de igualdade simbólica, mas também jurídica, optamos aqui, por uma questão prática, por manter o termo “polícia” como exclusividade da força pública longamente conhecida como tal, caracterizada pelos oficiais contratados pelo Estado na tarefa de garantir o cumprimento da lei através de um conjunto de funções que, embora semelhantes, possuem variações entre os diferentes contextos internacionais que vêm sendo objeto de estudo no campo de pesquisas sobre policiamento e segurança³⁷. Para caracterização das forças privadas utilizamos ao longo do texto o termo “segurança privada”, que constitui a caracterização oficial do setor conferida pelo ordenamento regulatório brasileiro que o caracteriza, e também o termo “força de policiamento privado”, quando da comparação mais específica com as forças de policiamento público caracterizada pela polícia. Embora ambos os termos qualifiquem sem distinção o mesmo setor, o uso do termo “força de policiamento” implica também a caracterização do setor da segurança privada como um setor que exerce atividades de policiamento nos moldes da conceituação estabelecida anteriormente. Para caracterização dos profissionais que atuam no setor é utilizado o termo “vigilante” (quando

³⁶ Estas relações estabelecidas entre policiais e agentes de segurança privada, que normalmente ocorrem para complementar os efetivos policiais no desempenho de uma função específica para os quais os agentes privados estariam habilitados a cumprir, constituem-se em um tipo de relação de trabalho que não é comum a todos os países, não ocorrendo, por exemplo, no Brasil.

³⁷ Nesse sentido, é importante ter claro que por mais similares que as forças de segurança possam se apresentar, elas possuem uma série de características e interesses distintos que fazem com que a dicotomia público-privada continue sendo útil e amplamente utilizada por diversos autores como ferramenta analítica para sua compreensão, apesar das consideráveis limitações que possuem para a absorção da complexidade das mudanças que estão em voga no campo do policiamento. Para uma discussão mais aprofundada acerca das distinções entre público e privado em relação ao policiamento ver Bayley e Shearing, 2001 e Jones e Newburn, 1998 (em especial o capítulo 2: “The Public-Private Dichotomy”).

se tratar do Brasil), que corresponde à caracterização oficial dos profissionais responsáveis pelo exercício das funções de segurança privada, de acordo com o ordenamento jurídico que regula o setor no país (lei 7.102/1983), e também “agente do policiamento privado” ou “agente de segurança privada”, principalmente para tratar de outro contexto internacional específico ou fazer alusões mais genéricas, inter-estatais. Além destes, entre os diferentes segmentos da segurança privada encontramos outras nomenclaturas para esses profissionais, sobretudo no nível de gestão, como supervisores, coordenadores, gestores, gerentes, diretores, superintendentes, investigadores, analistas e etc., que aparecem ao longo do texto de acordo com as funções que estavam exercendo no momento.

É importante, com relação ao contexto brasileiro - antes de tratarmos das inter-relações entre segurança pública e segurança privada e situarmos os campos específicos da segurança privada que constituem o foco desta pesquisa (o que será feito no capítulo 2), destacarmos a caracterização dos diferentes agentes do policiamento e as suas particularidades, em especial as diferenças existentes entre o setor público e o setor privado de provisão da segurança. O quadro abaixo apresenta as distinções entre as duas forças em termos da organização dos serviços e das atribuições e funções por eles exercidas, com base em seus traços mais gerais e categorias mais amplamente difundidas, de forma a nos permitir estabelecer alguns limites e intersecções acerca desses campos. Em alguns aspectos, o próprio crescimento abrupto do setor e a forma particular como esse processo se deu torna difícil uma delimitação precisa desses papéis, tal como discutido anteriormente.

Quadro 2. Caracterização dos campos da segurança pública e segurança privada³⁸

Características /Funções /Atribuições	Segurança Pública	Segurança Privada
Características Principais	A segurança pública é vocacionada à manutenção da ordem pública, à prevenção, controle e investigação do crime e à apreensão de criminosos; orienta-se pelo mandato público e pela lógica do sistema de justiça criminal.	A ênfase da segurança privada é a prevenção do crime e redução de perdas, e orienta-se pela lógica do contrato privado e pelas orientações dadas pelo proprietário.
Responsáveis pela autorização e direcionamento dos serviços	Departamento da Polícia Federal /Ministério da Justiça, Secretarias Estaduais de Segurança e órgão responsável pela gestão municipal da	Proprietário /responsável pelo espaço, estabelecimento ou residência.

³⁸ Não estão sendo considerados os órgãos judiciários do “Sistema de Justiça Criminal” (Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunais), bem como os de Defesa Civil (como o Corpo de Bombeiros e áreas relacionadas à segurança ambiental), as Forças Armadas e o Sistema Prisional.

	segurança (Prefeitura, Secretaria ou Coordenadoria).	
Investigação policial	Polícia Civil e Polícia Federal	Investigação particular
Inquérito Policial	Polícia Civil e Polícia Federal	---
Patrulhamento	Polícia Militar, Polícia Federal e Guardas Municipais (além de corpos de segurança estaduais não-policiais, como seguranças do metrô, guardas universitárias, etc.) (nas ruas e espaço público)	Serviços Privados de Segurança e Vigilância. (áreas privadas, em sua maioria; mas também em espaços públicos que tenham policiamento privado, como no policiamento de eventos).
Vigilância	Polícia Militar, Polícia Federal e Guardas Municipais (além de corpos de segurança estaduais não-policiais, como seguranças do metrô, guardas universitárias, etc.) (nas ruas e espaço público)	Serviços Privados de Segurança e Vigilância. (áreas privadas, em sua maioria; mas também em espaços públicos que tenham policiamento privado, como no policiamento de eventos).
Resposta a alarmes	--- (Este tipo de serviço ainda existe em alguns países, porém foi praticamente extinto devido ao elevado número de alarmes falsos que comprometia o trabalho policial)	Os alarmes são acionados nas centrais de monitoramento dos próprios estabelecimentos ou em centrais externas, das empresas de segurança. São acionados vigilantes para averiguar a ocorrência e também a polícia é acionada, caso haja necessidade.
Transporte de valores	As polícias (militar e federal) exercem esse serviço em raras ocasiões, quando há risco iminente no transporte de uma carga de valores específica.	É realizado pela segurança privada, segmento específico de “Transporte de Valores”.
Segurança Pessoal	Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal e Guardas Municipais (principalmente em relação à segurança de autoridades públicas).	É realizada pela segurança privada, segmento específico de “Segurança Pessoal”. (proteção a executivos, autoridades, celebridades, etc.)
Escolta Armada	Polícia Militar, Polícia Federal (principalmente na escolta de autoridades públicas e cargas específicas, como valores, armas, etc.).	É realizada pela segurança privada, segmento específico de “Escolta Armada”. (escolta ao transporte de cargas e valores; apoio à segurança pessoal)
Cursos de Formação para Segurança Pública e Privada	Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal e Guardas Municipais. (somente para formação dos agentes de segurança pública)	Empresas especializadas em cursos de formação para vigilantes (somente para agentes da segurança privada); Empresas e Universidades especializadas na formação de gestores de segurança (para agentes da segurança pública e privada).
Produção de informações e relatórios de ocorrências.	Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal e Guardas Municipais.	São produzidas pelos agentes de segurança privada dos diversos segmentos (no entanto, não é ainda prática disseminada nos serviços de segurança privada, existindo apenas em algumas empresas).
Outros Serviços Relacionados à Segurança	---	Venda, Instalação, Manutenção e Reparo de Equipamentos de Segurança; Venda e Adestramento de Cães de Guarda; Guarda de Bens Valiosos; Prevenção e combate a incêndio no estabelecimento.

Autorização, Fiscalização e Controle de Atividades Ligadas à Segurança Pública e Privada	Ministério da Justiça (Departamento de Polícia Federal), Secretarias Estaduais de Segurança Pública e Exército (Controle de Armamentos e Munições).	---
--	---	-----

Fontes: Ministério da Justiça; Departamento da Polícia Federal; Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 144; Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho – CBO/MT; Musumeci, 1998; Kakalik e Wildhorn, 1977.

De uma forma geral, vemos que, apesar de haver muitas intersecções entre a atuação das forças públicas e privadas de segurança, a segurança privada é dirigida para os interesses privados do contratante e tem caráter mais preventivo do que as forças públicas, que são dirigidas para o interesse público, sendo responsáveis pela apreensão de criminosos e pela resposta a atendimentos do público, orientando-se de acordo com o sistema de justiça criminal. Ambas as forças, entretanto, possuem uma interação cotidiana que se faz necessária pela prática de suas funções, o que as podem tornar, em relação a essas suas funções e atribuições, suplementares (quando atuam em uma mesma área), complementares (quando atuam em áreas distintas), parceiras, e mesmo antagônicas, como veremos adiante.

Por fim, é interessante visualizar também as diferenças e sobreposições do atendimento a espaços públicos e privados pelas duas forças de policiamento, bem como por outras forças de policiamento que não se caracterizam como polícia ou como segurança privada. No quadro abaixo apresentamos alguns exemplos dessa relação entre os tipos de espaços e as forças que exercem o policiamento, de forma a demonstrar essas diferentes conjugações³⁹.

Quadro 3. Espaços e forças de policiamento

Tipo de espaço	Forças de policiamento		
	Polícia (civil, Militar, Federal e Guarda Municipal)	Segurança Privada	Outros (corpos estatais não-policiais)
Público	- Ruas e avenidas - Parques públicos - Rodovias - Espaços da administração pública	- Espaços da administração pública Exemplos: correios, repartições públicas, etc.	- Espaços da administração Pública Exemplos: universidade pública (guardas universitárias); metrô (serviço de segurança do metrô); etc.
Privado	<i>(somente em casos de atendimento a chamadas do público ou da própria seg.</i>	- Bancos; - Organizações comerciais e industriais diversas;	---

³⁹ Os espaços “semi-públicos”, que são os espaços privados de amplo acesso ao público, estão inseridos nos espaços privados.

	<i>privada)</i> - Bancos; - Organizações comerciais e industriais diversas; - Condomínios fechados, prédios ou residências; - Shopping-centers; - Universidades; - Centros de Exposições; - Casas de eventos e espetáculos diversos.	- Condomínios fechados, prédios ou residências; - Shopping-centers; - Universidades; - Centros de Exposições; - Casas de eventos e espetáculos diversos.	
--	---	--	--

Há de fato poucas áreas em que apenas uma das forças policiais existentes é responsável pelo atendimento relativo à segurança em todas as suas possíveis dimensões. A polícia é a única responsável pelo policiamento de ruas e avenidas, rodovias e parques públicos (exceto em casos específicos de eventos públicos), além de alguns prédios públicos em que também exercem o policiamento. A segurança privada responde por uma série de estabelecimentos públicos e privados para os quais exercem policiamento sob contrato, podendo em qualquer um deles estabelecer contatos e ações diretas com as polícias, em caso de necessidade de sua participação em eventos específicos. No mesmo sentido, as forças de segurança que pertencem ao estado, mas não fazem parte das forças policiais, como os serviços de segurança do metrô e de trens urbanos, ou as guardas responsáveis pela segurança em universidades públicas, também estabelecem relações com as polícias sempre que necessário, apesar de caberem a elas o mandato da função de policiamento nesses casos específicos⁴⁰. Muitas vezes, como nos casos das universidades, essas forças estabelecem relações rotineiras com as forças de segurança privada, como, por exemplo, no caso das universidades públicas, em que geralmente é construído um modelo híbrido entre guardas universitárias, que se responsabilizam pelo policiamento das áreas externas interiores ao campus, e as empresas de segurança, que exercem o policiamento de cada uma das unidades. Em todos esses casos o estabelecimento das relações entre as forças se constituirá como um dos elementos que podem ou não tornar satisfatórios os resultados possíveis em cada ação.

⁴⁰ Esse modelo das guardas universitárias e dos seguranças do metrô está presente em diversos contextos identificados pela literatura internacional, como os modelos ingleses de policiamento de parques, praças e estações de trem descritos e analisados por Jones e Newburn (1998).

1.4 Relações entre segurança pública e segurança privada

Não obstante à regulação estar a cargo da Polícia Federal, as principais preocupações sobre a inter-relação entre segurança privada e segurança pública, na atuação cotidiana destas forças em suas tarefas de prevenção e controle da criminalidade, dizem respeito à sua interação com as forças estaduais (e também com as guardas civis municipais e outras forças de policiamento que atuam em nível local), uma vez que, de acordo com o Parágrafo 144 da Constituição Federal, as tarefas de policiamento ostensivo, judiciário, apuração de infrações penais e preservação da ordem pública, no interior dos estados, competem às polícias militares e civis estaduais.

No âmbito desta relação entre as duas forças muitas são as formas de relação e interações possíveis entre elas. Alguns estudos têm apresentado as múltiplas formas possíveis de interações que podem ocorrer entre segurança pública e privada. Abaixo estão dispostos os principais pontos relativos a essas interações, considerando tanto questões observadas no contexto brasileiro como perspectivas que remontam a diferentes questões pertinentes apontadas por diferentes autores desde meados dos anos 1970. Entre esses estudos estão os trabalhos “Engaging the Private Sector to Promote Homeland Security: Law Enforcement-Private Security Partnerships” (desenvolvido pelo Departamento de Justiça norte-americano) de Morabito and Greenberg (2005), “Private Security and Police in America: The Hallcrest Report I”, de Cunningham e Taylor (1985), e “The Private Police: Security and Danger”, de Kakalik e Wildhorn (1977). O conjunto desses estudos apresenta algumas das possibilidades mais presentes desta interação entre as forças:

As forças públicas de segurança podem:

- Prover as forças de segurança privada com estatísticas criminais e informações referentes ao aprisionamento;
- Responder as chamadas feitas pelos agentes privados sobre eventos criminais em seus estabelecimentos;
- Utilizar o conhecimento especializado do setor privado e tecnologia avançada;

- Aprimorar informações sobre incidentes em nível local através de relatórios desenvolvidos pelos agentes de segurança;
- Obtenção de provas em investigações criminais;
- Completar investigações iniciadas pelos agentes privados;
- Reduzir o número de chamadas para o serviço;
- Obter formação e serviços gratuitos;
- Obter da segurança privada ganho adicional de pessoal e de competências;
- Preparar as forças privadas de segurança para auxiliar em situações de emergência;
- Coordenar esforços para salvaguardar a infra-estrutura do país.

A Segurança privada, por sua vez, pode:

- Ampliar a capacidade de observação das polícias, constituindo-se como agentes capazes de auxiliar os policiais, servindo de informantes em ocorrências específicas;
- Obter informações das polícias sobre as ameaças e tendências da criminalidade;
- Desenvolver procedimentos para que os agentes privados saibam quem contatar no serviço público quando precisem de ajuda ou pretendam relatar informações;
- Realizar investigações preliminares em seus estabelecimentos;
- Fazer ou auxiliar a polícia a fazer aprisionamentos;
- Aprimorar a compreensão das polícias acerca das necessidades das empresas (por exemplo, confidencialidade);
- Coordenar os planos com o setor público com relação à evacuação, transporte e serviços de alimentação durante emergências;
- Aumentar o respeito das polícias para o campo da segurança.

Por fim, trabalhando juntas, segurança privada e as polícias podem trazer benefícios significativos com relação:

- À Solução criativa de problemas;
- Ao aumento das oportunidades de formação;

- À partilha de informações, dados e inteligência;
- Ao acesso à comunidade por meio de tecnologia de comunicação do setor privado;
- À redução do tempo de recuperação após desastres.

É possível também estabelecer uma lista acerca do conjunto de componentes essenciais a uma profícua parceria público-privada, que deve ter:

- Objetivos comuns;
- Tarefas comuns;
- Conhecimento das capacidades e missões das agências participantes;
- Resultados projetados bem definidos;
- Educação e treinamento para todos os envolvidos;
- Líderes claramente identificados;
- Planejamento operacional;
- Acordo entre todos os parceiros a respeito da condução da parceria;
- Compromisso mútuo de fornecer os recursos necessários;
- Procedimentos de monitoramento, avaliação e desenvolvimento de relatórios.

Entretanto, se as possibilidades de estabelecimentos de parcerias, interações e otimização dos trabalhos são significativamente amplas, muitos são os problemas identificados que dificultam a efetivação dessas aproximações, entre os quais:

- Ausência de respeito mútuo;
- Corrupção;
- Ausência de cooperação;
- Ausência de comunicação;
- Competição;
- Ausência de conhecimento das polícias com relação às atribuições, missão e características do trabalho desempenhado pela segurança privada;

- Dificuldade de unificação dos setores de segurança privada de forma a fortalecer a categoria e amplificar sua influência com relação às suas necessidades;
- Conflitos relativos à prestação de contas e responsividade da segurança privada perante seus clientes, a sociedade e os órgãos públicos (e privados) responsáveis por sua regulação, controle e fiscalização (*accountability*)⁴¹;
- Ausência de padrões para cooperação e ações conjuntas.

Frente a essas múltiplas possibilidades, necessidades e conflitos, esforços importantes têm sido feitos no sentido de se estruturar e se estreitar as relações entre segurança pública e segurança privada. Ao longo das décadas recentes, sobretudo a partir dos anos 1950, uma série de entidades têm sido criadas voltadas a essa finalidade, como por exemplo a American Society for Industrial Security (ASIS International) em 1955, o Private Security Advisory Council do Departamento de Justiça norte-americano em 1972, o Washington Law Enforcement Executive Forum no início dos anos 1980, o German Forum for Crime Prevention em 1998, bem como diversas parcerias público-privadas realizadas em países europeus e nos Estados Unidos⁴². Entre as recomendações realizadas por especialistas, entidades governamentais e empresariais no âmbito dessas associações e agrupamentos encontram-se tópicos como a criação de cooperação formal por parte das agências policiais e da segurança privada, o incentivo estatal ao desenvolvimento de pesquisa, treinamento acerca do conhecimento da legislação e sobre a cooperação entre as forças, e a criação de conselhos para supervisionar a implementação de ações e parcerias concernentes entre elas.

No cenário atual, se já fazem parte atualmente do ordenamento jurídico diretrizes relativas às delimitações dos segmentos, à definição de atividades e equipamentos de que a

⁴¹ Como exemplo de fatos que podem ter impacto direto sobre a possibilidade de *accountability* das forças de segurança privada, podemos citar tanto casos de violações e abusos cometidos por vigilantes no interior de estabelecimentos empresariais, quanto casos bastante comuns de furtos cometidos por funcionários, que normalmente possuem a maior proporção de casos que não são denunciados à polícia, evitando-se levar os eventos para o sistema de justiça criminal. Nesse último caso, mesmo reconhecendo que a informalidade pode apresentar ganhos em relação à resolução formal dos conflitos, perde-se o conhecimento acerca de acontecimentos presentes em contextos específicos que são de interesse de toda a sociedade. Ademais, o conhecimento dessa realidade é também importante para a perspectiva da integração entre as atividades dos setores públicos e privados de segurança.

⁴² Para algumas das parcerias entre polícias e segurança privada realizadas em países europeus, ver “Report of the Seminar Public-Private Partnership” (2002).

segurança privada pode fazer uso, às áreas permitidas a atuar e toda uma série de instruções normativas relativas ao setor, o mesmo não se pode dizer sobre a interface entre os setores quando há a necessidade de interação entre eles. Não há nenhuma norma clara que regule a troca de informações, o atendimento da polícia pública a chamados realizados pelos agentes de segurança, os procedimentos com relação ao aprisionamento, o atendimento a alarmes ou formas complementares de cooperação.

A rigor, um estabelecimento empresarial, assim como as dependências de um órgão da administração pública, deve receber o mesmo tratamento pela polícia que esta confere a qualquer chamado ou atendimento que lhe cabe realizar. Assim, um chamado específico de um estabelecimento relativo a uma ocorrência deverá, ao menos em tese, ser (ou não) atendido de acordo com a ordem de prioridade que a ele será conferida por aqueles responsáveis pelo atendimento. Podemos imaginar, então, que fatores como maior ou menor proximidade entre os agentes de segurança privada e a polícia poderão agilizar ou retardar esse atendimento. Podemos imaginar, também, que a polícia possa tender a dar menor prioridade ao atendimento de um estabelecimento que sabidamente disponha de um sistema de segurança privada, caso seja necessário fazer uma escolha. Esta é uma das questões fundamentais em relação à interface entre os setores, que pode influenciar diretamente na distribuição do policiamento público em relação aos espaços e situações que lhe cabem responder. Dada a dimensão que atualmente esses espaços possuem, pode-se dizer que seu impacto na distribuição do policiamento é bastante significativo, embora não existam informações substantivas capazes de delinear como de fato se dá esta influência.

Outra questão importante é a influência que a atuação da segurança privada pode ter na produção das estatísticas oficiais, uma vez que, nos estabelecimentos em que atuam, os vigilantes são os primeiros a terem acesso à informação sobre as ocorrências na área em que exercem a vigilância. Uma vez que as estatísticas criminais são cruciais para a construção de políticas públicas na área da segurança, servindo de baliza para o conhecimento das diferentes modalidades criminais existentes, assim como sua evolução e distribuição, este ponto é de extrema importância no que tange às inter-relações entre os dois setores.

A legislação não define nem dá nenhuma orientação específica com relação à feitura de registros de crimes ocorridos nos estabelecimentos policiados privadamente, o que significa que a decisão em registrar ou não uma ocorrência em uma delegacia é a mesma que qualquer cidadão possui. A única norma existente sobre a segurança privada que versa diretamente sobre esta obrigatoriedade diz respeito à comunicação que deve ser feita ao DPF no caso de ocorrências de furto, roubo, perda, extravio ou recuperação das armas, munições ou coletes à prova de balas de propriedade da empresa especializada ou da empresa que possua serviço orgânico de segurança (que deverá ser encaminhada à DELESP ou à Comissão de Vistoria junto a uma cópia do boletim de ocorrência e do registro da arma)⁴³.

Fora esse caso específico dos instrumentos utilizados pelos vigilantes, a decisão sobre o registro das ocorrências nas delegacias será do proprietário. Normalmente, sobretudo nos grandes estabelecimentos, esse tipo de decisão caberá ao responsável pela chefia ou coordenação da segurança do estabelecimento. Em muitos casos, deve-se esperar que a empresa tenha interesse em registrar ocorrência, para auxiliar a polícia a solucionar problemas que eventualmente tenham tido. Entretanto, em casos em que a repercussão de um fato ocorrido no interior do estabelecimento venha a ser considerada negativa para os interesses do proprietário, deve-se imaginar que a comunicação à polícia não será feita. Assim, é comum que os vigilantes sejam orientados a intermediar as ocorrências sem ter que passar pelos constrangimentos do sistema de justiça criminal, para usarem deste artifício quando isso se faz conveniente.

Os vigilantes poderão também fazer os seus próprios registros de ocorrências, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela chefia ou coordenação de segurança da empresa, como, por exemplo, em fatos relatados pelo público freqüentador, como pequenos furtos ou casos de agressão entre jovens, que ficarão acessíveis apenas para quem esteja autorizado pelo proprietário para tanto. Uma vez que seja satisfatoriamente realizada, seguindo procedimentos apropriados para o levantamento e armazenamento das informações, essa

⁴³ Portaria 387/2006-DG/DPF, Art. 93.

construção de informações pelos agentes de segurança privada pode constituir-se de um importante instrumento de apoio e desenvolvimento às atividades de planejamento e ação preventiva do setor, além de, uma vez devidamente repassada aos órgãos policiais, pode ampliar o conhecimento por parte da gestão pública do conhecimento acerca das situações relacionadas ao crime circunscritas ao campo de ação dos serviços de segurança privada.

Por outro lado, é possível pensar que a existência de registros internos de ocorrências elaborados pelos vigilantes poderia levar a uma diminuição na quantidade de registros oficiais sendo efetuados, uma vez que a vítima, sobretudo devido a pouca clareza que existe, no senso comum, sobre as diferenças de *status* existentes entre os agentes da segurança privada e os agentes policiais, considerar suficiente o registro realizado junto aos primeiros. Se as informações levantadas pelos agentes privados não for repassada às polícias (ou se estas forem de qualidade inferior ou incompatíveis com os registros públicos), ao contrário do incremento positivo de ferramentas disponíveis para a análise e o planejamento da política de segurança teríamos uma redução de informações que prejudicaria não apenas a tomada de conhecimento sobre o montante de crimes existentes, como o próprio conhecimento sobre os problemas que costumam estar presentes neste tipo de local. Além do mais, poderia haver uma ampliação do enviesamento do perfil geral de ocorrências conhecidas, uma vez que não há uma distribuição aleatória (randômica) dos estabelecimentos que possuem policiamento privado.

A própria natureza econômica competitiva que caracteriza grande parte dos espaços policiados privadamente pode atuar, nesse sentido, como uma barreira importante para a efetivação da troca de informações. As empresas podem propositadamente não querer compartilhar informações, com a polícia, que poderão resultar futuramente em vantagens empresariais estratégicas para outras empresas e demonstrar publicamente suas fragilidades. Por outro lado, a própria polícia pode encontrar dificuldades na transmissão de informações para empresas privadas de segurança, principalmente tratando-se de empresas estrangeiras, às quais as polícias têm menos controle e desconfiam dos usos que elas poderão fazer das informações criminais repassadas. A questão da ausência de confiança entre as forças de segurança, ademais, constitui uma das principais limitações ao

estabelecimento de políticas e ações específicas de otimização das relações entre elas, não apenas com relação ao intercâmbio de informações, mas para todo tipo de interação possível de ser estabelecida⁴⁴.

Da mesma forma, pouco se sabe sobre as formas de cooperação entre as forças públicas e as privadas, e que eficácia elas possam ter. Atualmente, não apenas a presença dos vigilantes e seus instrumentos próprios que utilizam durante o trabalho, mas toda uma estrutura tecnológica em franca evolução, que compõe o universo do policiamento privado, pode tornar-se fonte de informação intercambiável entre os setores, facilitando suas tarefas de prevenção, controle e investigação do crime. Importante aqui é saber se de fato existem formas de auxílio mútuo entre os setores, e de que forma isso ocorre. Em caso de necessidade de ações conjuntas, como elas são encaminhadas? Quem fica encarregado pelo comando da ação? Existe já algum tipo de acúmulo de informações que padronize estas condutas?

1.5 Dinâmicas da expansão dos espaços policiados por segurança privada

Muitos são os fatores possivelmente relacionados à disseminação dos serviços de segurança fornecidos pelas empresas especializadas, como destacamos. Dentre os diversos aspectos relacionados a isso - entre os quais o aumento do crime e da insegurança, a disseminação dos espaços residenciais, comerciais e de administração pública que retém bens de alto valor em cada vez maior número (e que requerem a utilização dos serviços privados de proteção), a disseminação de riquezas e diversificação de suas formas (como a produção em larga escala de bens portáteis como notebooks e celulares), pressões de seguradoras frente a entidades empresariais, e necessidades provenientes de entidades estatais - é importante nos atermos acerca das relações específicas existentes entre as dinâmicas sociais e urbanas e seu impacto sobre as questões relativas à segurança, que estão interconectadas com as

⁴⁴ Não por acaso, pesquisas anteriormente realizadas nos Estados Unidos tem mostrado que os contatos realizados entre as duas forças de policiamento são bastante infrequentes. No *survey* realizado por Kakalik e Wildhorn (1977) os autores já haviam encontrado que 7% dos agentes privados afirmaram que acionam a polícia em média uma ou duas vezes por semana, 14% uma ou duas vezes por mês, 30% uma ou duas vezes por ano, 15% “quando necessário” e 27% disseram nunca. Para pesquisas mais atuais sobre essas relações, ver Cunningham e Taylor (1985) e Community Oriented Policing Services - COPS (2004).

demais dimensões ressaltadas e que se conectam não apenas às motivações sobre o investimento na proteção, mas também na relação intrínseca entre as articulações dos agentes de segurança e as práticas preventivas e de controle do crime por eles desenvolvidas.

Embora, como ressalta Ehrlich (1996), a persistência das atividades ilegais no decorrer da história da humanidade, bem como as regularidades que estas possuem em relação a suas variações temporais e espaciais já tenham, há muito tempo, chamado a atenção dos economistas (incluindo nomes como Adam Smith e Jeremy Bentham), a conexão com o tema através do uso das modernas análises econômicas só se inicia de fato a partir dos anos 1960, sobretudo com os trabalhos do economista Gary Becker. Com Becker, as análises criminais do ponto de vista econômico foram enriquecidas com a perspectiva de que o criminoso - assim como qualquer indivíduo em relação ao mercado “legal” de opções que lhes apresentam - realiza escolhas que são pautadas pelo cálculo de custo-benefício (ou seja, responde a “incentivos”) frente ao leque de opções existentes do mercado ilegal de ações, aos riscos relativos à possibilidade de ser capturado e das punições existentes, e às opções do mercado legal de ações que também lhe apresenta oportunidades (Becker, 1968)⁴⁵. Os aspectos relacionados ao crime passam, sob esta perspectiva, a serem explicados em termos de análises de otimização e equilíbrios de mercado, ampliando o rol de explicações possíveis relativas ao campo das dinâmicas criminais, até então marcadas pelas explicações de natureza relativa aos seus fatores sociais e ambientais (e seus determinantes), de forma independente dos aspectos individuais observados do ponto de vista econômico. Nesse sentido é possível se compreender, por exemplo, a dinâmica criminal como um “mercado” em que “ofensores, vítimas potenciais, compradores de produtos e serviços ilegais e as autoridades policiais se comportam, conjuntamente, de acordo com as regras de otimização de comportamento”, e que esses atores “formam expectativas sobre as oportunidades relativas legítimas e ilegítimas, incluindo a severidade e certeza da punição, baseadas nas informações disponíveis” (Ehrlich, 1996, p. 45), de

⁴⁵ Cabe dizer também que, assim como sustenta Becker, nem todo indivíduo irá necessariamente agir dessa forma, mas que, independente do nível de gravidade em relação à violação de códigos legais e morais - desde as violações mais simples como os furtos até eventos como homicídios passionais, o indivíduo não está à margem da realização de escolhas.

forma que tanto as expectativas subjetivas quanto as oportunidades objetivas possam, nesse modelo, serem vistas em conjunto. Ressalta-se, sobretudo, com base nessas perspectivas desenvolvidas por Becker, Ehrlich e outros economistas entre o final dos anos 1960 e início dos 1990, o fato de que os aspectos relacionados ao custo do crime para o criminoso (como a probabilidade de sua captura e a penalização correspondente) são fatores diretamente afetados também pelas ações públicas e privadas direcionadas à ampliação das possibilidades de proteção frente às perspectivas da ocorrência das ações criminosas.

A essa discussão, os economistas prosseguem com um longo e interessante debate acerca da propensão a essa interferência, pública e privada, através do uso de artifícios de proteção capazes de ampliar o custo do crime e conseqüentemente reduzir a sua ocorrência, problematizando e construindo novos modelos que incluem aspectos como a “tolerância” que proprietários, indivíduos e demais responsáveis por bens e espaços têm com relação ao crime (que pode afetar diretamente o nível de ampliação de artifícios de proteção e, conseqüentemente, a “demanda” existente para o crime), aspectos relacionados às motivações e incentivos que levam as polícias à ampliação de sua capacidade protetiva, e aspectos relacionados ao rol de perspectivas de ações políticas de prevenção e controle do crime em termos da eficiência por elas proporcionada (tanto em relação às ações voltadas para a valorização da “demanda legal” de oportunidades, que potencialmente poderia levar a redução das escolhas, por parte dos potenciais criminosos, das oportunidades ilegais, quanto em relação às ações voltadas à diminuição da probabilidade de ocorrência do crime através do incremento de fatores protetivos e da ampliação de seu custo)⁴⁶.

⁴⁶ Quanto a essa discussão, o debate é marcado por variadas e muitas vezes antagônicas perspectivas. Na visão de Ehrlich, por exemplo, há uma grande confusão acerca das formas de incentivos possíveis para a redução da probabilidade das ocorrências criminais. Tende-se, por um lado, a se pensar que esses incentivos correspondem apenas aos chamados “incentivos negativos” relacionados aos aspectos punitivos e de ação policial, enquanto, na realidade, os aspectos “positivos” como as melhorias em relação aos aspectos educacionais e redução de desigualdades representam perspectivas de fato bastante promissoras quanto a essa possibilidade de redução da “eficácia marginal” relativa à redução de escolhas relacionadas ao crime. Por outro lado, há uma visão também errônea de que as perspectivas punitivas e policiais não são necessárias porque estas não reduzem os crimes, sendo que as evidências empíricas dizem o contrário – tanto esses incentivos quanto os aspectos positivos exercem um efeito dissuasório importante sobre os ofensores (Ehrlich, 1996; Ehrlich e Becker, 1972).

No entanto, como afirma Marcus Felson (1986) em um de seus trabalhos, “as pessoas fazem escolhas, mas elas não podem escolher as escolhas que estão disponíveis para elas”. Preocupado em aprofundar a compreensão sobre os fatores que constroem o leque de escolhas disponíveis para os indivíduos com relação às atividades criminais, o autor desenvolveu, junto com o sociólogo Lawrence Cohen, que o ajudou a formatar suas idéias (Cohen e Felson, 1979) a chamada “abordagem das atividades de rotina” (routine activity approach) que, partindo de uma idéia consideravelmente simples (a de que um crime, para ocorrer, necessita da convergência, no tempo e no espaço, do alvo potencial, de um “ofensor” motivado, e da ausência de “guardiões” capazes de evitar o evento) construída através de um longo estudo acerca da relação entre diferentes tipos de comportamento, usos do tempo e atividades em relação às ocorrências criminais, configurou uma potente abordagem analítica capaz de dar nova luz sobre a questão da influência que mudanças nas dinâmicas sociais podem ter no sentido de alterar as oportunidades, em um dado território, para a ocorrência de crimes. Ao invés de preocupar-se com os fatores que fazem com que um indivíduo passe a cometer crimes ou com as escolhas que estes fazem (uma vez que, aqui, se está considerando um ofensor *motivado*, que já realizou sua escolha), o ponto em questão são os fatores que criam a convergência – espacial e temporal - entre os elementos necessários à ocorrência do crime. Se no nível “micro”, portanto, a questão é a convergência entre um indivíduo decidido a cometer um crime, um alvo cobiçado e a inexistência de algo (ou alguém)⁴⁷ que possa evitar a concretização dessas ações, no nível “macro” a questão recai sobre os processos estruturais da sociedade que podem aumentar ou diminuir essas convergências.

Mesmo que se tratando especificamente do contexto norte-americano, os trabalhos dos autores podem ser estendidos para outros contextos sociais e urbanos, sendo um parâmetro de grande importância para a problemática da segurança aqui analisada. A abordagem das atividades de rotina fez, portanto, um importante deslocamento analítico ao focalizar os aspectos relacionados ao crime não apenas nos aspectos pré-concebidos (características

⁴⁷ Esse “guardião” ao qual se refere Felson diz respeito a uma grande variedade de pessoas ou objetos capazes de evitar um crime, podendo ser na realidade um vizinho, parentes, policiais, alarmes, agentes de segurança privada, transeuntes e assim por diante, que estejam presentes na hora e local da ação, não sendo portanto apenas policiais ou seguranças. Os “alvos” da ação, por sua vez, podem ser tanto pessoas quanto objetos que sejam almejados pelo “ofensor”.

sócio-econômicas, demográficas e psicológicas), mas sim na organização espaço-temporal das atividades sociais presentes no cotidiano das cidades e sendo, portanto, interpretado como parte constituinte da ampla ecologia da vida diária, cuja variação está diretamente relacionada a mudanças diversas nas atividades legais e corriqueiras. Nesse sentido, mesmo com a proporção de ofensores ou alvos permanecendo estáveis em uma comunidade, mudanças nas atividades de rotina podem alterar a probabilidade de sua convergência no espaço e no tempo, criando mais oportunidades para o crime ocorrer. Uma das constatações feitas pelos autores através de seus estudos, por exemplo, foi que a grande mudança ocorrida nas atividades de rotina nos Estados Unidos no pós Segunda Guerra, com a maior frequência de pessoas estando mais tempo longe de suas casas (por exemplo, com as mulheres trabalhando em maior número) aumentou a probabilidade de que os “alvos” de crimes pudessem ser encontrados “desprotegidos” pelos “ofensores” com maior frequência. Isso teria ocorrido de diversas formas: casas teriam ficado desprotegidas com maior frequência durante os dias e às noites; mais pessoas presentes em espaços públicos às noites, em locais “não-supervisionados”; e assim por diante. Outras mudanças também foram apontadas pelos autores, demonstrando, por exemplo, como a ampliação dos rendimentos das famílias era capaz de ampliar a ocorrência de crimes, com mais bens de valor estando em circulação, e como as distâncias cada vez maiores que as pessoas passaram a percorrer ao longo dos dias também atuavam como um fator de ampliação das oportunidades, reunindo também aspectos relacionados às variações temporais e espaciais (Cohen e Felson, 1979)⁴⁸.

Organizando a questão a partir desses aspectos, os autores equacionaram a forma com que a constituição de novos espaços e modelos de vida social está diretamente relacionada com a criação das oportunidades para o crime em situações específicas, bem como com as importantes inovações em estratégias de prevenção que passam também a fazer parte dos ambientes. Além de significarem uma importante descoberta no que tange ao campo das

⁴⁸ É interessante notar também que, quase simultaneamente a estas descobertas realizadas por Cohen e Felson, outro grupo de pesquisadores desenvolveu uma linha analítica similar acerca da observação desses aspectos, chamada de “teoria dos estilos de vida” (Hindelang *et alii*, 1978). A partir de informações coletadas por algumas pesquisas de vitimização, os autores notificaram que certas pessoas – como, por exemplo, jovens do sexo masculino – eram mais prováveis de serem vitimadas, levando os autores a teorizar que certos grupos da sociedade, em função do estilo de vida que levavam (algo similar às “atividades de rotina”), aumentavam consideravelmente a sua exposição ao risco de vitimização.

diferentes teorias criminológicas, essas considerações acerca das mudanças no panorama de processos e vida social também ajudam a compreender o processo da proliferação da procura por recursos privados de proteção, especialmente nas grandes cidades, ao mesmo tempo em que trouxeram novas perspectivas e elementos para tais análises, como as noções de risco e oportunidade.

O processo de proliferação, cada vez em maior escala, dos espaços privados abertos ao público é particularmente importante para essas mudanças, configurando a tendência das pessoas passarem a permanecer cada vez mais tempo em lugares que são protegidos por entidades não-estatais de policiamento, ao invés de lugares em que o policiamento é público. Por sua vez, a proliferação desses espaços pode ser visualizada como uma decorrência de um longo processo de gradual substituição dos “agrupamentos comunitários”, espaços em que os locais de trabalho, estudo, comércio e lazer se situavam em áreas significativamente próximas, para os modelos das grandes cidades modernas, esparsas e diversificadas, em que as moradias, as áreas de negócios, os centros comerciais e industriais e os diferentes espaços de lazer estão situados em pontos cada vez mais distantes, conectados pelas ruas e avenidas por onde os automóveis percorrem diariamente grandes distâncias (Felson, 1987)⁴⁹. Com relação a isso, vê-se, por exemplo, as marcas desse processo também em cidades como São Paulo, ainda que este tenha ocorrido de forma efetiva algum tempo depois. No gráfico abaixo, vemos que a frota de automóveis na cidade de São Paulo segue processo de grande crescimento, tendo mais que quadruplicado nas últimas três décadas⁵⁰. O crescimento do número de estabelecimentos empresariais e da administração pública, escolas e universidades, condomínios residenciais e espaços comerciais como os Shopping Centers também demonstram claramente essas transformações na cidade de São Paulo, como veremos adiante⁵¹.

⁴⁹ Pode-se observar, inclusive, que os automóveis e a sua proliferação e popularização exercem um papel de grande importância nesse processo, tornando possível essa grande dispersão pelos territórios urbanos, e nesse sentido possibilitando também a pulverização da organização comunitária “ecológica” que até então constituía o modelo mais comum de constituição das cidades.

⁵⁰ De acordo com projeção do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo, o município possui atualmente (fevereiro/2010) 6.759.227 veículos licenciados (somando-se os automóveis, que correspondem à maior parcela - 4,98 milhões, motos, ônibus, camionetas, caminhonetes, caminhões e “outros”), para uma população de aproximadamente 11 milhões de habitantes, e o estado de São Paulo, 20.264.566 para uma população de 42 milhões de habitantes (<http://www.detran.sp.gov.br/frota/frota.asp>).

⁵¹ No capítulo 3, na apresentação dos casos analisados nesta pesquisa, são apresentadas algumas informações

Gráfico 5. Veículos Cadastrados no Detran - Município de São Paulo

Fonte: Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN

Por fim, é importante salientar que a constatação destas dinâmicas abre espaço também para a criação e intensificação de modelos de prevenção criminal a que se convencionou chamar de “prevenção situacional”. A percepção de que diferentes dinâmicas alteram as oportunidades de crime e de que o crime não possui distribuição aleatória mas sim relativa a essas dinâmicas e às oportunidades geradas fez com que, por consequência, se levasse a constituição de políticas preventivas focalizadas, que têm aparecido em diversos contextos como peça fundamental para a obtenção de resultados satisfatórios de redução de problemas relacionados ao crime. Nessa concepção, mais importante do que transformar indivíduos, o que é extremamente difícil, é dificultar a possibilidade de que os crimes ocorram, buscando para tanto articular setores do governo e da sociedade para se efetivar o controle da incidência de problemas criminais específicos, trabalhando em fatores como a ampliação dos recursos de proteção e vigilância, reduzindo a motivação dos ofensores e reduzindo a disponibilidade e visibilidade de alvos. Nesse sentido, não faltam exemplos em diversos países de fortalecimento de ações em zonas de alto risco e da prevenção desenvolvida em projetos “ambientais”, e que tem amplificado em muito a participação de outros setores da sociedade atuando nas estratégias de prevenção do crime, para além do sistema de justiça criminal.

relativas à disseminação desses espaços ao longo do tempo.

Em uma cidade como São Paulo, por exemplo, é possível identificar diferentes padrões de concentração espacial das ocorrências, através da geocodificação dos crimes no mapa da cidade; note-se, nas figuras abaixo que reportam alguns crimes patrimoniais em São Paulo, como há também diferenças importantes em relação ao tipo de crime e objetos subtraídos⁵².

Figura 1. Roubo de notebooks em São Paulo – 2008

Fonte: Secretaria de Segurança Pública – SSP/SP

Figura 2. Furto em estabelecimento comercial – 2008

Fonte: Secretaria de Segurança Pública – SSP/SP

⁵² Os dados foram extraídos do Sistema de Informações Criminais – Infocrim da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo – SSP/SP, que fornece as coordenadas relativas aos endereços das ocorrências, permitindo o georreferenciamento das informações.

Através desses dois exemplos bastante genéricos fica clara a semelhança entre determinados tipos de crimes patrimoniais (ao menos de notebooks e estabelecimentos comerciais) com relação a sua distribuição pelos espaços. Ambos se concentraram, em 2008, na região central da cidade e adjacências, que são áreas em que há maior volume de atividades comerciais e também grande circulação de bens portáteis, especialmente em horários comerciais (distritos da Sé e República, atingindo também imediações da zona oeste, como o distrito de Pinheiros, e da zona sul, na Vila Mariana, Moema, Itaim Bibi e Morumbi). Notam-se também algumas diferenças específicas relativas a cada um dos problemas visualizados, como a maior dispersão no caso dos roubos em estabelecimentos comerciais, abrangendo também distritos como a Lapa e a Vila Guilherme (loais onde há também grande presença de atividades comerciais, bem como galpões para depósito de mercadorias), Tatuapé e Barra Funda, bem como uma concentração mais forte nos distritos da Sé, República e Bela Vista (manchas avermelhadas).

Ao detalharmos algumas localidades específicas, é possível ter uma visão ainda mais circunscrita acerca das ruas e avenidas que tendem a concentrar as ocorrências, enquanto outras se mantêm mais afastadas de problemas registrados nas delegacias. Nos exemplos abaixo, estamos considerando o total de furtos de alguns distritos da capital paulista.

Figura 3. Total de Furtos no distrito da Lapa – 2008

Fonte: Secretaria de Segurança Pública – SSP/SP

Figura 4. Total de Furtos no distrito do Tatuapé – 2008

Fonte: Secretaria de Segurança Pública – SSP/SP

Figura 5. Total de Furtos no distrito de Santa Cecília (detalhe) – 2008

Fonte: Secretaria de Segurança Pública – SSP/SP

Com relação aos notebooks, o crime ocorre principalmente nos dias de semana, quando as pessoas transportam o equipamento para o trabalho ou estudo, caindo geralmente às sextas-feiras. A faixa de horário, por sua vez, é mais freqüente ao final da tarde e começo da noite (das 16:00 às 20:00). Esses crimes, por sua vez, tem perfil significativamente diferente de casos de crimes contra a pessoa, como, por exemplo, os homicídios. Estes se concentram aos finais de semana e à noite, e em proporção significativamente maior nos distritos periféricos da capital.

É comum que quando se pense em crime os fatos que vêm à mente se relacionem muito mais às ocorrências de grande impacto e de grande destaque nos meios de comunicação do

que nos eventos mais comuns e ordinários, que embora possam ter também impacto importante não costumam ser destacados e comentados, mas que constituem os problemas que moldam o dia a dia dos desafios relacionados à segurança. Em espaços como a Universidade de São Paulo, por exemplo, os problemas mais comuns se resumem aos furtos de veículo e aos roubos à mão armada (por exemplo, roubos de bicicleta). Em shopping centers, assim como em lojas e supermercados, os furtos de objetos são as ocorrências mais frequentes, e assim por diante. Os espaços, por sua vez, também não se distribuem de forma aleatória pelas cidades, o que caracteriza a ampla diversificação e diferentes concentrações de atividades econômicas e estabelecimentos diversos nos centros urbanos, influenciada também pela construção histórica e características sócio-econômicas de seus bairros. Assim como é a diversidade de distribuição dos diferentes espaços pelo território das cidades, também o mesmo ocorre com a circulação das pessoas em suas diferentes áreas, circulação esta que depende das distâncias entre as suas moradias e seus locais de trabalho, educação e lazer e os diferentes horários de atendimentos a essas atividades. Esses aspectos influenciam diretamente nas dinâmicas ressaltadas, que irão construir as situações onde há maior oportunidade de efetivação dos eventos criminais.

Em todos os exemplos fica claro que cada tipo de crime segue uma lógica própria, se articula com perfis distintos tanto de autores quanto de vítimas e tem sua oportunidade ampliada ou reduzida dependendo de diferentes contextos e fatores capazes de oferecer ou não impedimentos suficientes à ocorrência de cada ação. A compreensão e exemplificação desses aspectos, portanto, faz-se essencial para a compreensão dos fenômenos aqui em discussão, tanto no sentido da absorção dos fatores cognitivos que resultaram na ampliação dos aspectos protetivos em atuação, e que atuam no sentido de transformar os diversos elementos que compõem o policiamento, como no entendimento do impacto que as interações entre esses diferentes agentes em atuação têm sobre o exercício das práticas e da concretização de seus objetivos (que implica, a partir da redução dos custos do crime, na redução da probabilidade de sua ocorrência).

Capítulo 2 – Regulação da segurança privada e características dos setores público e privado na gestão da segurança

Antes de falar propriamente da regulação e das características dos setores, é necessário esclarecer alguns pontos importantes que, tal como costumeiramente visualizados, podem dificultar a compreensão da abordagem aqui proposta. De forma a esclarecer o sentido específico desta análise, alguns “mitos” teóricos – que seriam grandes “pacotes prontos” de conhecimento que por vezes influenciam negativamente a compreensão de aspectos fundamentais para a análise - precisam ser pontuados e “desmascarados”. A importância dessa “desmistificação” e da discussão de alguns conceitos específicos deriva do fato de que a segurança privada, além de tema novo no âmbito das análises sociais, está intrinsecamente ligada a um conjunto de idéias que acabam por formar alguns “tabus” no que se refere a sua compreensão. Nesse sentido, ainda que o desenvolvimento deste trabalho esteja mais alicerçado pelo campo das discussões acerca das políticas públicas, das relações entre Estado e sociedade no que tange especificamente à gestão e práticas de policiamento e a aspectos da literatura criminológica, é de grande importância situarmos alguns aspectos que possuem uma interface direta com as discussões que são realizadas no campo da teoria e filosofia política.

A questão do “monopólio da violência física”

O principal aspecto a ser salientado se refere ao clássico postulado weberiano acerca do “monopólio da violência física” exercido no interior dos Estados. De acordo com a clássica definição de Max Weber, o Estado Moderno se define por ser o detentor do monopólio do uso legítimo da violência física em determinado território, ao qual cabe garantir ordem e segurança para as vidas e as propriedades dos cidadãos (Weber, 1983 [1918-1919]). Para Weber o Estado não se define por seus fins, mas sim “por um meio específico que lhe é peculiar: o uso da coação física” (Weber, 1983 [1918-1919], p.56). Pode-se dizer que, nessa visão, o monopólio da violência e o uso da coação física se apresentam como a racionalização daquilo que é essencial para a consolidação do processo de estabilização chamado de “contrato social”, em que todos abrem mão da liberdade (sob coerção) para

ganhar a justiça igual⁵³, situação a partir da qual se possibilita a existência de um sistema comum de condutas normatizadas no interior de cada território. Deriva dessa concepção o reconhecimento de que, no plano externo, o Estado só pode existir como um sistema de Estados, ou seja, tendo sua soberania definida pela relação de soberania com outras unidades soberanas similares. Dessa forma é que se constituem os alicerces que fundamentam a estrutura da organização estatal, pautada pela idéia de “acordo que se verifica entre todos” e pela configuração de todo um arcabouço técnico e especializado para possibilitar a “legitimidade por procedimentos”, que articula a forma da organização burocrática moderna e o funcionamento satisfatório de suas instituições.

A concepção do Estado a partir do monopólio do uso da força e a influência que ele tem sobre o pensamento político e sociológico é algo evidente. Essa definição clássica do Estado Moderno adquiriu tamanha projeção que a existência de um sistema de segurança que transcenda o Estado pode levar a crer que estamos na realidade diante de uma espécie de vertigem “pós-moderna”, levando muitos estudiosos da violência e dos problemas relativos à segurança no mundo contemporâneo a visualizarem na expansão desses serviços mais um importante atributo, e talvez derradeiro, do processo de erosão dos Estados-Nação, marcado pelo encolhimento do Estado e ampliação do campo de ação da iniciativa privada. Para Bayley e Shearing (2001) o fato da capacidade de autorização do policiamento estar centralizada nas mãos do Estado, significando a própria existência do governo em um dado território, e que, portanto, essa capacidade de autorização nunca poderia ser transferida para além dele, é algo que impõe importantes desafios sobre a compreensão comum acerca das bases sobre as quais se ergue este Estado Moderno.

Entretanto, a emergência de alguns estudos referentes ao processo de constituição do policiamento moderno e contemporâneo e da discussão dos dilemas envolvidos em sua transformação, orientadas (quando possível) também por dados que nos ajudam a compreender os passos em que se deu esse processo - estudos esses que têm aparecido em

⁵³ Evidentemente há aqui várias visões diferenciadas com relação à forma como se articula esse “acordo que se verifica entre os homens”, tal como expressa nos trabalhos dos filósofos contratualistas. Não vamos aqui esmiuçar e entrar na discussão pormenorizada desse conjunto de fatores; estamos considerando como suficiente, para os propósitos específicos da compreensão da questão aqui levantada, a visão mais geral acerca da idéia de “contrato social”, tal como aqui apresentada.

maior número devido ao crescente interesse de pesquisadores ocupados do tema - traz à luz algumas questões que parecem modificar substancialmente a forma com que o tema tem se nos apresentado nos diferentes campos de conhecimento que se ocupam dos processos e análises políticas e sociais. Por exemplo: o “monopólio” é tido como parte constituinte dos Estados modernos, e mais especificamente dos Estados Democráticos de Direito, sem o qual seria muito difícil conceber a sua própria concepção. Entretanto, chama atenção o fato de que o marco histórico do processo de centralização das forças de segurança nas mãos do Estado dá-se apenas no ano de 1829 com a fundação da Nova Polícia em Londres. E que fique claro: nesse período, as forças policiais eram ainda consideravelmente fragmentadas e desorganizadas em qualquer contexto, mesmo em Londres⁵⁴, tida como o “berço” do policiamento moderno. Ou seja, esse marco representa apenas o afunilamento de um processo de centralização das forças policiais que se ampliou até o início do século XX (e durante todo esse período foi consideravelmente pouco consolidado). Como vimos, após um período de *maior estabilidade* da polícia (e do policiamento) como centralizadora das forças de segurança do Estado, as forças de segurança privada *voltam a crescer* de forma mais significativa a partir de meados dos anos 50, embora com um perfil significativamente diferenciado das forças privadas de segurança pré “centralização das polícias”.

Historicamente, como vimos, são as forças públicas de segurança que emergem das forças privadas e passam, efetivamente, a ocupar lugar central na organização dos Estados. Entretanto, as forças de segurança privada nunca de fato deixaram de existir, embora tenham decrescido consideravelmente entre a criação da “Nova Polícia” e o início do século XX.

Em termos puramente numéricos, e isso é importante repetir, os serviços privados de segurança nunca deixaram de existir, e mesmo o “refluxo” verificado entre o final do século XIX e meados do século XX é questionável. Nos Estados Unidos, por exemplo, ainda nos anos 50 a segurança estava dividida meio a meio entre as forças públicas e as forças privadas. Na Grã Bretanha, a provisão comercial da segurança continuou mesmo

⁵⁴ Como aponta Monet, que faz em seu livro um apanhado da constituição e transformação histórica das polícias europeias, a polícia “é bem pouco numerosa e muito dispersa durante todo o século XIX para ser mais do que uma força supletiva para regular os conflitos locais” (2001, p.17).

depois do estabelecimento da Nova Polícia, que marcou a consolidação da centralização do policiamento pelo Estado, em 1829. De acordo com censo de 1951, nesse ano havia no país cerca de 66.000 empregados na indústria de segurança privada e cerca de 85.000 policiais (Jones e Newburn, 2002). Apesar das evidências empíricas serem limitadas, os dados sugerem que, não obstante a segurança privada ter se tornado mais importante a partir dos anos 50, ela provavelmente estava bem estabelecida durante as décadas da centralização das forças policiais.

O que nos leva a dois pontos: em primeiro lugar, a percepção de que já existia Estado de Direito antes da centralização da polícia nas mãos do Estado; e, o que é mais importante, nunca houve uma centralização das polícias nos Estados que chegasse perto de constituir um monopólio. A questão é que não há de fato monopólio da violência física pelo Estado. Nunca houve de fato esse monopólio, tal como é compreendido a partir das interpretações dos célebres trabalhos dos filósofos contratualistas, sobretudo a imagem de Hobbes em seu *Leviatã*, e da contribuição dada por Weber, e que é discutida e apontada por diversos autores que tem discutido a questão do policiamento na atualidade. O que existe, sim, é uma tensão que atua no sentido de impulsionar a coesão e concentração de forças no Estado, mas que não necessariamente se constitui como uma força “absoluta”. Nesse sentido, poderíamos sim discutir os níveis em que se dá essa concentração de forças (que é, portanto, *variável*) e, inclusive, discutir se estas de fato constituem um progresso ou se são contraproducentes⁵⁵.

Porém, com a visão abstrata “absoluta” do monopólio cria-se uma perspectiva reducionista que, além de exercer enorme impacto sobre todo o campo de conhecimento em que se dá esta discussão, perde de vista, especificamente com relação ao campo da segurança e do policiamento (mas não apenas), a grande pluralidade de elementos que estão presentes nesta diversidade com que se constitui o campo das diferentes instituições que exercem essas tarefas (e dentre as quais muitas delas existem desde antes da criação do policiamento público centralizado).

⁵⁵ Além de Jones e Newburn, novos trabalhos também têm sido desenvolvidos com o objetivo específico de rediscutir o monopólio da violência física, como na coletânea de trabalhos recém publicados na Itália com o propósito específico de discutir o tema (Leander, 2006).

Visualizando a questão sob este ângulo, temos de fato uma questão teórica profunda que nos remonta tanto a alguns dos “pais fundadores” da sociologia e filosofia política moderna quanto à própria compreensão do Estado tal qual hoje o compreendemos *teoricamente*? Evidente que sim, dada a importância que o postulado weberiano acerca do monopólio da violência *considerada como legítima* tem para o pensamento político e sociológico contemporâneo. Mas isto é tão evidente quanto é evidente que esta discussão muito pouco pode ajudar a entender as implicações e as mudanças na configuração do policiamento e o impacto destas para a gestão das políticas e ações da área da segurança. Não porque o pano de fundo teórico pouco diz sobre as questões práticas e cotidianas que temos que enfrentar com relação a nossa comunidade e nossas instituições, o que evidentemente não é verdade e não é definitivamente o que está sendo dito, mas sim porque a reflexão de Weber, ou, principalmente, o peso dado à reflexão de Weber sobre o fundamento do Estado constitui na realidade uma falsa questão, que inevitavelmente nos posiciona frente a um fenômeno como o da segurança privada como se estivéssemos diante de uma anomalia, de uma ameaça (ou de um sintoma da dissolução) à soberania e à desagregação dos Estados, inevitavelmente relegando para segundo plano a análise do setor enquanto um fenômeno “real”, sobre o qual o próprio processo histórico de sua constituição dá contornos bastante distintos e mais flexíveis do que a sua percepção dentro da conjectura dos grandes tipos “puros” abstratos que se constituíram na forma como hoje entendemos os alicerces que “mantém de pé” a estrutura chamada Estado. Digo que isto se refere talvez mais a forma como os escritos weberianos foram interpretados, e ao peso que se deu a essa interpretação, porque em realidade a própria forma como Weber se referiu à constituição desse “monopólio da violência” dizia respeito à *reinvindicação* que o Estado faz no sentido de manter o monopólio da violência dentro de um dado território⁵⁶, o que parece significar também um movimento constante, uma tensão que este “agrupamento político” exerce, mas que não necessariamente exista como uma realidade absoluta inerente aos Estados, o que dá margem para reflexão sobre muitas outras forças que interagem no Estado com o mesmo objetivo. Assim, parece fazer mais sentido substituir a idéia de “monopólio” e seu caráter

⁵⁶ WEBER, 1983 [1918-1919].

“absoluto” que lhe é inerente à noção de que a maior ou menor concentração e controle sobre o uso da força pelo Estado constitui-se talvez como mais uma variável relacionada à maior ou menor coesão deste⁵⁷ (das quais outras poderiam advir de variáveis tão diferentes quanto o sistema político, a confiança interpessoal, a crença nas instituições, etc.) com relação a sua integração e legitimidade.

Tal discussão, embora sem dúvida instigante, está longe de ser objeto de maior aprofundamento neste trabalho, uma vez que seu prosseguimento se constituiria certamente de uma ou mais outras teses diferentes da que esta se propõe. A importância de podermos retirar este peso que o pensamento tradicional possui sobre a organização do Estado - e de suas funções de segurança em especial, de toda forma, é a de podermos situar e analisar o setor e a sua (re)emergência como mais um dos corpos, evidentemente de grande dimensão, que atuam na gestão específica das práticas vocacionadas à segurança e às funções de policiamento e manutenção da ordem, como parte constituinte da sociedade e por ela autorizada (ainda que não diretamente paga), e não necessariamente prejudicando a “ordem das coisas” tal como estabelecida. Nesse sentido, a possibilidade de “rearranjarmos” esse “olhar” sobre a questão da segurança privada é o que nos permite também observarmos de forma “desviciada” a forma como os demais aspectos relativos à sua composição estão organizados de forma a propiciar a sua existência “real”, em termos práticos e jurídicos.

Uma vez que estamos analisando as mudanças no policiamento geradas pela expansão do policiamento privado, é necessário situar o quadro regulatório relativo a esses serviços, sobretudo os problemas específicos relacionados à atuação do setor e sua relação com o público nos espaços policiados privadamente, e ao relacionamento entre segurança pública e segurança privada na prática do policiamento. Estes são os dois temas principais deste capítulo, que visam explicitar o contorno do marco legal da atuação dos serviços de

⁵⁷ Evidentemente a questão da segurança constitui-se como um elemento essencial para a coesão do Estado. O apelo que os aspectos relacionados à segurança impõem sobre a organização social básica fica evidente em situações limites, como, por exemplo, nas tragédias recentemente ocorridas no Haiti e no Chile por conta de terremotos em ambas as regiões. Passado os momentos mais críticos decorrentes dos tremores, a violência dos roubos, saques e mesmo de agressões e violações ocasionadas pelo desespero e pela desorganização social e institucional tornam-se um dos primeiros problemas com os quais as populações e as autoridades têm de lidar para criar condições mínimas de pacificação e de não interrupção de todas as necessidades estruturais e vitais essenciais para a superação inicial das ameaças à integridade e dos danos e para o processo de reconstrução das áreas atingidas.

segurança privada e os pontos relevantes sobre a inter-relação entre as duas polícias. As características provenientes do ordenamento jurídico do setor e de sua atuação prática são apresentadas enfatizando-se os aspectos relacionados a esses dois temas e ao tipo e locais de desenvolvimento dos serviços de segurança, que são também observados em profundidade nos estudos de caso. O capítulo é dividido em três tópicos: os aspectos gerais da regulação; as características e normatização específicas dos serviços de vigilância patrimonial, da segurança orgânica e dos vigilantes; e as características gerais relacionadas ao sistema policial.

2.1 Aspectos gerais da regulação do setor

O modelo regulatório específico dos serviços de segurança, na maior parte dos países, é gerido diretamente pelos governos, sendo conduzido por algum órgão ou departamento da burocracia executiva (há exceções, como, por exemplo, na Inglaterra, onde funciona um sistema de auto-regulação por arranjos corporativos entre as empresas do setor). Geralmente este órgão é um departamento específico da área da Justiça ou Segurança do país, ou ainda o Ministério do Interior. Nos diferentes contextos encontrados e descritos na literatura, além do registro das companhias (licenciamento das firmas de segurança e dos trabalhadores) e das tarefas de controle e fiscalização das empresas e de seus funcionários, o órgão regulador normalmente é responsável pela regulação e controle de um conjunto de aspectos que formam o espectro da atividade, como a normatização das características relativas à educação e treinamento, ao uniforme e identificação visual e ao uso de armas de fogo.

Estudos sobre o marco regulatório dos serviços de segurança desenvolvidos em diferentes contextos permitem sintetizarmos as características principais da regulação que é exercida nos países observados pela literatura (Irish, 1999; Waard, 1999; Quicley, 2003; Zanetic, 2006). Estas características, organizadas em três categorias distintas, reúnem os interesses dos três principais grupos de atores envolvidos na regulação do setor: os cidadãos, no plano

dos clientes e da qualidade dos serviços; os provedores da segurança, enquanto competidores no mercado; e o Estado, pautado pela preocupação com a ordem pública⁵⁸:

- Não-intervencionista: O Estado não tem a responsabilidade pela regulação da Indústria, que é deixada para o mercado assegurar que a regulação adequada ocorra.

- Regulação Mínima: O Estado introduz uma regulação mínima para regular as pessoas que trabalham na indústria. Essa regulação também pode estabelecer regras limitadas e padrões para a indústria, de forma pouco precisa.

- Regulação Abrangente: O Estado estende a regulação para além do controle sobre os trabalhadores da indústria, introduzindo regulação substantiva para aumentar o padrão e a qualidade dos serviços providos pela indústria de segurança, criar salvaguardas para proteção do público e eventualmente proteger as empresas nacionais da competição estrangeira.

Tomando como parâmetro essas definições, as características do modelo regulatório atualmente exercido no Brasil permitem enquadrá-lo como um modelo que exerce uma regulação abrangente, porém com capacidade limitada para exercer as suas funções regulatórias (Zanetic, 2006). Esta capacidade limitada é marcada pela carência de recursos humanos e tecnológicos capazes de exercer o controle, a regulamentação e a fiscalização do setor de forma efetiva. Apesar das características específicas de cada país e da ausência de estudos comparativos internacionais de modelos regulatórios do mercado de segurança tornar difícil comparação entre nações, podemos citar a existência de alguns modelos semelhantes ao brasileiro, como os encontrados na Dinamarca, Finlândia, França, Portugal e Espanha, que são enquadrados pela literatura também como modelos de regulação abrangente com capacidade regulatória limitada⁵⁹.

⁵⁸ As definições das três categorias de regulação foram construídas a partir dos trabalhos de Irish, 1999, Waard, 1999 e Quicley, 2003.

⁵⁹ Países como Estados Unidos e Canadá, por sua vez, apesar de possuírem algumas características semelhantes a essas, não foram avaliados com relação a esses diferentes formatos de regulação, pela grande complexidade e grande variabilidade de seus modelos entre seus Estados e províncias, que dificultam a comparação (Zanetic, 2006, p. 69).

Essas características são importantes, pois mostram que o modelo que existe no Brasil encontra respaldo nos modelos regulatórios existentes para o setor em diversas regiões e contextos diferenciados que encontramos na literatura internacional. Ao contrário da existência de uma anomalia na organização jurídica na segurança privada, como poderia ser esperado encontrarmos dada a acelerada proliferação ocorrida nos últimos vinte anos, o ordenamento jurídico do setor reúne os principais atributos em termos de normas e padrões no cenário internacional.

No Brasil, o marco regulatório da segurança privada é atualmente legislado pela lei 7.102, de 20 de junho de 1983 e pelos decretos 89056/83 e 1592/95, complementados por decretos e portarias específicas que atribuíram novos requerimentos à regulação. De acordo com este ordenamento jurídico, a segurança privada é apresentada como subsidiária e complementar à segurança pública, sendo suas atividades atualmente (desde 1996) reguladas, controladas e fiscalizadas pelo Departamento da Polícia Federal⁶⁰, através de portarias e demais documentos legais emitidos pelo órgão. Este ordenamento define os segmentos autorizados a exercerem a atividade de segurança privada, expressas no quadro abaixo.

Quadro 4. Descrição e áreas de atuação dos segmentos da Segurança Privada⁶¹

Segmento	Descrição
Vigilância Patrimonial	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação de bens e patrimônio, prevenção de riscos provenientes de ações criminosas.
Segurança Orgânica	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas que, ao invés de contratar serviços especializados das empresas de proteção, constituem o seu próprio organismo de segurança.
Segurança Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento e proteção (geralmente empresários, executivos, políticos, pessoas famosas)

⁶⁰ O órgão específico do DPF para regulação, coordenação e controle da segurança privada no país é a Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada (CGCSP). Além deste órgão central, cada Estado brasileiro possui uma Delegacia de Controle de Segurança Privada (DELESP), que são as unidades regionais responsáveis pela fiscalização e controle do setor.

⁶¹ Projeto de Lei atualmente em tramitação no Senado Federal (Projeto de Lei do Senado Federal Nº 168 – Substitutivo -, de 2005), de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB), propõe a inclusão do segmento da vigilância eletrônica ao setor da segurança privada regulado pela Polícia Federal. Atualmente há uma disputa entre este projeto e o projeto encaminhado por Romeu Tuma, com o apoio da Polícia Federal, e que visa estabelecer o “Estatuto da Segurança Privada”, consolidando a legislação sobre o tema atualmente em vigor, consubstanciada na Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, e suas alterações (Leis 8.863/94 e 9.017/95).

Curso de Formação	• Treinamento e qualificação de vigilantes.
Escolta Armada	• Acompanhamento motorizado armado. (geralmente de empresários, executivos, políticos, outros)
Transporte de Valores	• Transporte de Valores

Com relação às características da regulação da segurança privada é importante destacar também que, além dos ordenamentos específicos relacionados à organização do setor, que destacaremos de forma sistemática a seguir, a regulação de outros setores econômicos também tem o poder de influenciar diretamente os serviços em questão. Exemplo disso é a obrigatoriedade de contratação de segurança privada em locais específicos, como nos bancos (obrigatoriedade esta que está atrelada à própria origem formal da segurança privada no Brasil) e nos shopping centers em São Paulo (Lei Estadual nº 11.218, de 24 de julho de 2002) e em outros estados. Essa obrigatoriedade surge, muitas vezes, através de pressão regulatória realizada pelo próprio público consumidor, por exemplo, em casos de vitimização relativos a eventos criminais ocorridos no interior desses espaços. Outros exemplos mais específicos se relacionam a aspectos como a obrigatoriedade dos bancos instalarem guarda volumes em todas as agências que possuem detector de metais, para evitar constrangimento dos clientes (2005) ou a obrigatoriedade, para os vigilantes, do uso de colete à prova de balas.

2.2 Vigilância Patrimonial, Segurança Orgânica e Vigilantes

Os serviços de vigilância patrimonial e de segurança orgânica (mais especificamente de vigilância orgânica, pois as empresas que possuem segurança orgânica também podem ter serviços de transporte de valores), que constituem os serviços observados nos estudos de caso focalizados neste trabalho, são os segmentos que estão presentes na maior parte dos espaços policiados privadamente. Entre esses espaços incluem-se os bancos, as organizações comerciais e industriais diversas, incluindo centros empresariais, edifícios e dependências da administração pública nas diferentes instâncias, condomínios residenciais, shopping-centers, estádios destinados a eventos esportivos, centros de exposições, etc.

Oficialmente, de acordo com a mais recente atualização normativa do setor, os serviços de vigilância patrimonial devem ser exercidos “dentro dos limites dos estabelecimentos, urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio no local, ou nos eventos sociais”⁶². Com relação específica a atividade desempenhada por esse segmento, esta “somente poderá ser exercida dentro dos limites dos imóveis vigiados e, nos casos de atuação em eventos sociais, como show, carnaval, futebol, devem se ater ao espaço privado objeto do contrato”⁶³. Por sua vez, as empresas possuidoras de serviços orgânicos de segurança “são empresas de direito privado autorizadas a constituir um setor próprio de vigilância patrimonial ou de transporte de valores”⁶⁴. Além de empresas de capital privado, diversos órgãos da administração pública também constituem seu próprio setor de segurança, respondendo por 49% das contratações de vigilantes na segurança orgânica⁶⁵.

Uma delimitação importante sobre a abrangência territorial dos serviços de segurança privada em relação à segurança pública diz respeito à sua impossibilidade de fazer o policiamento em áreas públicas. Constitucionalmente, apenas as polícias militares podem fazer o policiamento ostensivo nessas áreas (art. 144, § 5º da Constituição Federal). Assim (exceto em casos de transporte de valores, escolta armada a transporte de cargas e proteção de pessoas (segurança pessoal)), os vigilantes estão juridicamente circunscritos a policiarem apenas as áreas restritas aos estabelecimentos privados. Nestes estabelecimentos, somente o serviço de segurança privada autorizado pelo proprietário, de acordo com o contrato firmado entre as partes, pode exercer as funções de policiamento⁶⁶.

⁶² Portaria 387/2006-DG/DPF (com texto alterado pela Portaria 515/2007-DG/DPF), Capítulo I - Das Disposições Preliminares, § 3º.

⁶³ Portaria 387/2006-DG/DPF (com texto alterado pela Portaria 515/2007-DG/DPF), Capítulo III - Das Empresas Especializadas, Seção I - Da Vigilância Patrimonial, Art. 13.

⁶⁴ Portaria 387/2006-DG/DPF (com texto alterado pela Portaria 515/2007-DG/DPF), Capítulo I - Das Disposições Preliminares, § 3º.

⁶⁵ 2º ESSEG, 2005.

⁶⁶ É interessante destacar que a atual delimitação territorial da segurança privada traz também situações particulares que levantam novas dúvidas sobre a regulação dos espaços policiados privadamente. Duas destas situações, ambas envolvendo Shopping-Centers na cidade de São Paulo, foram descritas pelo agente da polícia federal Carlos Romão, lotado na DELESP/SP do DPF. A primeira dessas situações ocorreu em meados da década de 1990, no Shopping Eldorado. Na passarela, que serve de acesso a uma das entradas do Shopping e está localizada sobre a Avenida Rebouças, na Zona Oeste da cidade, era freqüente o número de

Com relação às diferenças existentes entre os serviços de segurança oferecido por companhias (terceirizados) e os de segurança orgânica, as distinções existentes resumem-se à constituição prática das atividades, uma vez que do ponto de vista jurídico as características gerais do serviço e as regulamentações às quais estes devem seguir são praticamente as mesmas. Do ponto de vista da constituição do serviço, as grandes empresas de segurança que oferecem serviço de segurança terceirizado podem apresentar maior eficiência na prestação do serviço quando comparadas a empresas de menor porte que possuem serviço de segurança orgânica, uma vez que possuem as vantagens da produção em larga escala e em série dos serviços, podendo treinar os profissionais com maior facilidade e garantir os equipamentos necessários para a prestação do serviço. Isso não ocorre, entretanto, nos casos de grandes empresas exercendo segurança orgânica, uma vez que estas, por sua necessidade de desenvolver seu sistema de segurança em larga escala, vêm-se obrigadas a desenvolver uma forma eficiente de compor seu sistema de segurança, de forma semelhante aos serviços oferecidos pelas grandes empresas de segurança privada. A segurança orgânica ainda apresenta como característica importante a maior proximidade entre os responsáveis pelo setor de segurança da empresa e as demais seções e cargos de chefia da empresa, podendo ter acesso mais fácil e mais abrangente sobre os objetivos e interesses da empresa, facilitando o trabalho conjunto.

Ainda sobre estas diferenças pode-se também aventar a hipótese de que os serviços orgânicos tendem a ser de caráter mais suplementar, ou seja, com maior expectativa na segurança oferecida pelo Estado e tem nos serviços internos de segurança um apoio a segurança oferecida pela polícia pública, do que na contratação dos serviços das empresas terceirizadas, em que o sistema de segurança opera para suprir com maior intensidade o policiamento oferecido pelas forças públicas.

roubos e furtos sobre usuários do estabelecimento. O Shopping-Center passou a deslocar vigilantes sobre a passarela, que, segundo Romão, surtiu efeito com a diminuição dos crimes no local. Ao mesmo tempo, os agentes da polícia federal eram obrigados a impedir a presença dos vigilantes no local, mesmo sabendo de sua eficácia. Outro diz respeito à construção de uma passarela ligando duas alas separadas do Shopping-Center Norte, na zona norte da cidade, que foi construída para possibilitar a conexão entre os dois prédios para os vigilantes, pois estes estavam sendo autuados no momento em que se dirigiam de um prédio para o outro. (Informações obtidas através de conversas com o agente da polícia federal Carlos Romão, em agosto de 2008).

Os profissionais da segurança privada

No Brasil, os agentes de segurança autorizados a atuar oficialmente no setor da segurança privada são designados “vigilantes”, que “são os profissionais capacitados pelos cursos de formação, empregados das empresas especializadas e das que possuem serviço orgânico de segurança, registrados no Departamento da Polícia Federal - DPF, responsáveis pela execução das atividades de segurança privada”⁶⁷.

De acordo com o Artigo 109 da Portaria 387/2006-DG/DPF, para o exercício da profissão, o vigilante deverá preencher os seguintes requisitos, comprovados documentalmente:

- I - ser brasileiro, nato ou naturalizado;
- II - ter idade mínima de vinte e um anos;
- III - ter instrução correspondente à quarta série do ensino fundamental;
- IV - ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado por empresa de curso de formação devidamente autorizada;
- V - ter sido aprovado em exames de saúde e de aptidão psicológica;
- VI - ter idoneidade comprovada mediante a apresentação de antecedentes criminais, sem registros de indiciamento em inquérito policial, de estar sendo processado criminalmente ou ter sido condenado em processo criminal;
- VII - estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
- VIII - possuir registro no Cadastro de Pessoas Físicas.

Embora inicialmente o perfil dos vigilantes tenha sido marcado pela baixa profissionalização do setor, com um nível de qualificação, escolaridade e renda bastante inferior ao dos policiais, este quadro vem se alterando significativamente ao longo do tempo. De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar – PNAD/IBGE ocorreram importantes mudanças no perfil sócio-econômico e profissional tanto da população empregada na segurança pública quanto da população empregada na

⁶⁷ Portaria 387/2006-DG/DPF, Capítulo I - Das Disposições Preliminares, § 3º.

atividade de vigilância e guarda, nas diferentes regiões do Brasil. O nível de escolaridade dos vigilantes privados é, ainda hoje, consideravelmente menor que o dos policiais, porém vem melhorando aceleradamente, assim como entre os profissionais das forças públicas. Em 1985, 88,9% possuíam escolaridade equivalente ao ensino fundamental completo, passando para 77,8% em 1995 e para 61,3 em 2001. Na segurança pública esse montante era de 54,6% em 85, 30,9% em 95 e 18% em 2001. Possivelmente, esse aumento na escolaridade possa estar refletindo um aumento da demanda por profissionais mais qualificados na área de segurança, sobretudo em função da necessidade de atualização e capacitação para a operação de equipamentos mais sofisticados cada vez mais em uso no setor. Se o nível de escolaridade vem crescendo em ambas as polícias, o mesmo não pode ser dito com relação à renda. Enquanto os salários têm, de uma forma geral, se mantido estáveis na segurança pública desde pelo menos meados da década de 1980, a renda média dos vigilantes cresceu consideravelmente, sendo atualmente equiparada a de um policial militar.

Durante o período em que está em serviço, o vigilante não só é obrigado a usar um uniforme específico, como este uniforme deve possuir características que garantam a sua ostensividade, de acordo com o Artigo 103 da Portaria 387/2006-DG/DPF. Assim, o uniforme deverá obrigatoriamente conter, além do emblema da empresa, um apito com cordão e uma plaqueta de identificação autenticada pela empresa, constando o nome, o número da Carteira Nacional de Vigilante e fotografia colorida em tamanho 3 x 4.

Os vigilantes que atuam pelas empresas de vigilância patrimonial, quando em serviço, podem portar revólver calibre 32 ou 38, além de cassetete de madeira ou de borracha e algemas. Fora estes instrumentos, são vedados o uso de qualquer outro objeto não autorizado pela Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada. Os vigilantes que atuam no setor da vigilância patrimonial também poderão utilizar armas e munições não-letais, assim como outros produtos controlados que são classificados como de uso restrito, para uso em suas funções, desde que de acordo com as atividades de segurança privada exercidas. As armas e munições não-letais permitidas para uso nas atividades de vigilância patrimonial (assim como também nas atividades de segurança pessoal), que dizem respeito

aos armamentos considerados de “curta distância” (ou seja, cujo alcance seja de no máximo 10 metros), são os borrifadores de gás pimenta (“spray”) e arma de choque elétrico (“air taser”)⁶⁸. Assim como no caso das armas letais, para que o vigilante possa fazer uso dessas armas e munições não-letais, deve possuir treinamento específico que o capacite à utilização adequada desses instrumentos. A vigilância patrimonial exercida pelas empresas que possuem serviço de segurança orgânica, de acordo com o ordenamento jurídico do setor, segue as mesmas normas vigentes para as empresas que prestam serviços terceirizados de vigilância patrimonial.

A Portaria 387/2006-DG/DPF apresenta também uma descrição detalhada das disciplinas que devem ser feitas pelos vigilantes no Curso de Formação dos Vigilantes, que nos ajudam a delinear o perfil e as características das atividades que são desempenhadas por esses profissionais. Na apresentação do curso, que com esta Portaria teve sua carga horária ampliada de 120 para 160 horas/aula, é apresentado um perfil do vigilante com um conjunto de características específicas que dizem respeito aos valores, capacidades, habilidades e conhecimentos que esses profissionais devem deter⁶⁹. Os 11 cursos que compõem a grade curricular⁷⁰ focalizam desde a compreensão das noções básicas de segurança, da legislação e dos direitos e relações do trabalho até os aspectos técnicos de armamento, tiro e vigilância, passando por defesa pessoal e utilização de equipamentos eletrônicos utilizados na prevenção. Os conhecimentos, técnicas, atitudes e habilidades esperadas destes profissionais ao término do curso correspondem a uma gama considerável de funções, às quais se espera que eles estejam adaptados a cumprir. Essas funções vão desde a execução da vigilância e a prevenção de ocorrências inerentes às suas atribuições até a proteção do meio ambiente e adoção de medidas iniciais de prevenção e de combate a incêndios.

⁶⁸ As empresas de vigilância patrimonial e as que possuem serviço orgânico de segurança também poderão utilizar cães em seus serviços (Art. 94 da Portaria 387/2006-DG/DPF, sendo as características de adestramento, propriedade, identificação e locais para a atividade de vigilância feitas com cães especificadas pelos artigos 95, 96, 97 e 98).

⁶⁹ Vide “Programa de Curso” - Anexos 1 e 2 da Portaria 387/2006-DG/DPF.

⁷⁰ Noções de Segurança privada; Legislação Aplicada; Direitos Humanos e Relações Humanas no Trabalho; Sistema de Segurança Pública e Crime Organizado; Prevenção e Combate a Incêndio e Primeiros Socorros; Educação Física; Defesa Pessoal; Armamento e Tiro; Vigilância; Radiocomunicação e Alarmes; e Criminalística e Técnica de Entrevista.

Entre as diferentes características presentes no conjunto de conhecimentos e práticas que devem ser apreendidas pelos vigilantes, algumas delas chamam atenção por dois aspectos particulares: a especificidade do vigilante enquanto agente de segurança e as relações dos vigilantes com a polícia pública. Sem esgotar o conjunto de informações relacionadas à formação dos vigilantes, que compõem o documento que regula o setor, entre os tipos de aprendizados que diferenciam e particularizam o vigilante em relação à polícia pública, podemos destacar algumas características relacionadas ao perfil de sua atividade. Entre elas, está o desenvolvimento de habilidades voltadas para a vigilância geral e sobre as áreas de vigilância especializadas, como vigilância em banco, shopping, hospital, escola, indústria, etc. Também específicos aos vigilantes são os aprendizados referentes ao desenvolvimento de conhecimentos sobre o sistema de telecomunicações e computadorizados utilizados pelas empresas de segurança, assim como os sistemas de alarmes e outros meios de alerta (aprendidos no curso de “Radiocomunicação e Alarmes”).

A qualificação destes vigilantes, sobretudo através do curso de “Sistema de Segurança Pública e Crime Organizado”, volta-se a tornar o vigilante apto a acionar a polícia militar e a guarda municipal em caso de ocorrência policial gerada no estabelecimento por ele vigiado, caso necessário. O módulo de “Criminalística e Técnica de Entrevista” também objetiva a cooperação com o trabalho policial, visando tornar o vigilante familiarizado com noções básicas de criminalística (como evidências, vestígios e local do crime). Nesse curso, pretende-se instrumentalizar o vigilante com uma série de técnicas específicas para a sua atuação frente à ocorrência de um crime, tais como: isolamento do local do crime; preservação de vestígios até a chegada da polícia técnica; coleta de evidências iniciais que possam desaparecer antes da chegada da polícia e que importem na apuração policial, busca de provas e autoria; observação e descrição de pessoas, objetos e locais; além de outras iniciativas que lhe competem na prevenção e repressão de ocorrências delituosas.

Além disso, o curso também tem como objetivo o aprendizado de técnicas específicas de entrevista que possam ajudar o vigilante a coletar dados relevantes às investigações policiais, bem como instruções para a elaboração de relatórios para serem entregues à polícia. Assim, ao menos em teoria, a colaboração com as forças públicas é uma

preocupação expressa no ordenamento jurídico que regula as condutas do setor. No entanto, embora muitas vezes os proprietários tenham interesse na atuação da polícia pública para a resolução de conflitos em seu estabelecimento, nem sempre a sua presença é desejável, mesmo quando ela deveria estar presente.

Cabe ressaltar sinteticamente o perfil dos profissionais que exercem os cargos de comando dos serviços de segurança privada. As atividades de segurança privada em cada espaço são normalmente conduzidas por um supervisor ou coordenador de segurança. Desde o princípio da regularização dos serviços de segurança até recentemente, esses cargos, assim como a propriedade das empresas de segurança, eram dominadas no Brasil pelo pessoal das forças armadas e das polícias (que ainda fazem parte em grande escala do perfil dos gestores de segurança empresarial). Desde meados dos anos 1990, entretanto, impulsionados também pelo importante crescimento do setor, esse perfil começou gradualmente a se transformar, passando a contar cada vez mais com executivos não provindos das forças armadas e policiais e gestores de segurança com formação específica sobre a área privada da segurança. Essa mudança ocorre de forma simultânea ao processo de profissionalização e melhoria do perfil dos vigilantes, bem como da ampla proliferação, em escolas de formação e universidades, de cursos de gestão específica para a segurança empresarial, consolidando gradualmente o setor como uma área autônoma dentre as diferentes instituições e pessoal atuante na área da segurança⁷¹.

2.3 Características do sistema policial

Para possibilitar uma maior compreensão das relações possíveis e existentes entre os profissionais de segurança privada e as forças policiais públicas, é importante também explicitar as características principais de organização das polícias, ainda que de forma bastante sintética e de forma prática, para permitir a absorção dos contornos gerais dessas

⁷¹ Cite-se, por exemplo, o curso de “Gestão da Segurança Privada”, em nível de graduação, da Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, ou o MBA em “Gestão Estratégica de Segurança Empresarial” oferecido pela Universidade Anhembi Morumbi, em São Paulo (em nível de pós-graduação).

organizações, sobretudo de forma a explicitar o funcionamento das seções destinadas aos atendimentos em nível local. Nesse sentido, descrevemos a seguir apenas os seguimentos policiais públicos que possuem de fato inter-relações freqüentes com os grupos de segurança privada em suas atividades de policiamento, concentrando-nos na forma como estas são organizadas no Estado de São Paulo, apontando as sub-seções responsáveis pelas áreas em que se situam os espaços investigados nesta pesquisa⁷².

Ambas as polícias (além da secretaria adjunta, da Secretaria de Administração Penitenciária, Ouvidoria e do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN) estão diretamente subordinadas ao governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Segurança Pública do estado (ver organograma abaixo), sendo chefiadas pelo Comandante Geral da Polícia Militar e pelo Delegado Geral.

Figura 6. Organograma da Segurança Pública do Estado de São Paulo – SSP/SP

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

⁷² Além das polícias civis e militares estaduais também é possível haver, ainda que em menor freqüência, inter-relações entre as forças de segurança privada e as guardas municipais que existem em parte dos municípios brasileiros. Essas guardas, que são, assim como as polícias estaduais, também reguladas pelo Artigo 144 da Constituição, são em geral responsáveis pela proteção de repartições públicas e áreas como escolas, praças e postos de saúde, sendo que em alguns municípios exercem também as funções de policiamento ostensivo em apoio às polícias militares.

Dentro dessa estrutura de organização, às polícias militares cabem, de acordo com o Artigo 144 da Constituição, as funções de policiamento ostensivo e preservação da ordem pública, sendo constituída territorialmente através de suas subdivisões em comandos, batalhões e companhias. No interior das cidades, as menores unidades de área da polícia militar correspondem aos batalhões e as companhias, que pertencem aos batalhões. Os batalhões são geralmente comandados por um coronel ou tenente-coronel, e as companhias por um major ou capitão⁷³. Assim, por exemplo, a unidade responsável pela área onde está a USP corresponde à 4ª companhia do 4º batalhão da polícia militar (4º BPM/M – Alto da Lapa).

Vemos abaixo – de forma a explicitar especificamente o atendimento policial militar às áreas de investigação desta pesquisa as subdivisões do Comando de Policiamento da Capital⁷⁴, responsável pelo policiamento do município de São Paulo, e o Comando de Policiamento Metropolitano, responsável pelos demais 38 municípios da Grande São Paulo que, junto com a capital paulista, constituem a Região Metropolitana de São Paulo. Nas duas tabelas abaixo é possível identificar o 51º Batalhão da Polícia Militar Metropolitana - 51º BPM/M (Penha), responsável pela área em que se situa o Shopping Penha, o 4º Batalhão de Policiamento Militar Metropolitano (Alto da Lapa), responsável pela área em que se situa a Universidade de São Paulo⁷⁵ e a 2ª companhia do 20º Batalhão de Policiamento Militar Metropolitano (Santana do Parnaíba), responsável pela área de Alphaville.

CPC – Comando de Policiamento da Capital

OPM	OPM/BTL	Localidade
CPM	CPM	Luz
CPA/M-1	CPA/M-1	Liberdade
	7ºBPM/M	Higienópolis
	11ºBPM/M	Liberdade
	13ºBPM/M	Campos Elíseos

⁷³ A hierarquia da polícia militar é composta (em ordem de patente) pelos coronéis, tenentes-coronéis, majores e capitães (que compõem os oficiais) e os tenentes, sargentos, cabos e soldados (que compõem os praças).

⁷⁴ O organograma da Polícia Militar paulista está no anexo 6.

⁷⁵ Até 2008, a área em que se situa a USP era de responsabilidade do 16º BPM/M (Rio Pequeno).

CPA/M-2	CPA/M-2	Jardim Campo Belo
	3ºBPM/M	Água Funda
	12ºBPM/M	Campo Belo
CPA/M-3	CPA/M-3	Carandiru
	5ºBPM/M	Parque Rodrigues Alves
	9ºBPM/M	Jardim São Paulo
	18ºBPM/M	Freguesia do Ó
	43ºBPM/M	Água Fria
CPA/M-4	CPA/M-4	Penha
	2ºBPM/M	Vila Esperança
	29ºBPM/M	São Miguel Paulista
	39ºBPM/M	Itaquera/SP
CPA/M-5	CPA/M-5	Vila Lageado
	4ºBPM/M	Alto da Lapa (4ª companhia)
	16ºBPM/M	Rio Pequeno
	23ºBPM/M	Vila Beatriz
CPA/M-9	CPA/M-9	Fazenda da Junta
	19ºBPM/M	Vila Nova Iorque
	28ºBPM/M	Itaquera
	38ºBPM/M	Fazenda da Junta
CPA/M-10	CPA/M-10	Várzea de Baixo
	1ºBPM/M	Jardim São Luiz
	22ºBPM/M	Jardim Marajoara
	27ºBPM/M	Parque América
	37ºBPM/M	Jardim Alvorada
CPA/M-11	CPA/M-11	Parque São Jorge
	8ºBPM/M	Tatuapé
	21ºBPM/M	Móoca
	51ºBPM/M	Penha⁷⁶
34ºBPM/M	34ºBPM/M	Bresser

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

CPM – Comando de Policiamento Metropolitano (Grande São Paulo)

OPM	OPM/BTL	Localidade
CPA/M-6	CPA/M-6	Santo André
	6ºBPM/M	São Bernardo do Campo
	10ºBPM/M	Santo André
	24ºBPM/M	Diadema

⁷⁶ Parte do distrito administrativo da Penha é de responsabilidade do CPA/M-4 e parte pelo 51ºBPM/M (área em que se localiza o Shopping Penha), que pertence ao CPA/M-11 (os distritos administrativos e policiais possuem delimitações territoriais distintas).

	30°BPM/M	Mauá
	40°BPM/M	São Bernardo do Campo
	41°BPM/M	Santo André
CPA/M-7	CPA/M-7	Guarulhos
	15°BPM/M	Guarulhos
	26°BPM/M	Franco da Rocha
	31°BPM/M	Guarulhos
	44°BPM/M	Guarulhos
CPA/M-8	CPA/M-8	Osasco
	14°BPM/M	Osasco
	20°BPM/M	<i>Barueri</i> <i>(2ª companhia – Santana do Parnaíba)</i>
	25°BPM/M	Itapeverica da Serra
	33°BPM/M	Carapicuíba
	36°BPM/M	Embu das Artes
	42°BPM/M	Osasco
CPA/M-12	CPA/M-12	Mogi das Cruzes
	17°BPM/M	Mogi das Cruzes
	32°BPM/M	Suzano
	35°BPM/M	Itaquaquecetuba

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

A Polícia Civil, por sua vez, tem como atribuições principais a apuração de infrações penais e a investigação de crimes, além de ser responsável pela produção dos boletins de ocorrência que se constituem como a principal ferramenta de produção estatística dos eventos relacionados à segurança. Os policiais civis subdividem-se pelos delegados de polícia, inspetores, investigadores, detetives, agentes, papiloscopistas, escrivães e carcereiros.

A PC é dividida territorialmente pelos distritos policiais distribuídos pelos bairros e municípios do Estado em função de sua população e abrangência, sendo que há uma delegacia de polícia específica para cada DP. O 10º DP (Penha), responsável pela área em que se situa o Shopping Penha, e o 51º DP (Butantã/Rio Pequeno), responsável pela área da USP, pertencem ao Departamento de Polícia Judiciária da Capital (DECAP), enquanto que a Delegacia Municipal de Santana do Parnaíba, responsável pela circunscrição onde se

localiza Alphaville, pertence ao Departamento de Polícia Judiciária da Macro São Paulo – Demacro⁷⁷.

⁷⁷ Ver organograma da Polícia Civil do Estado de São Paulo no anexo 7.

Capítulo 3 – A relação entre segurança privada e policiamento: evidências a partir de estudos de caso

3.1 A definição do objeto e o levantamento das informações

Retomando a linha de desenvolvimento deste trabalho, no que tange às suas características metodológicas podemos afirmar que nesta pesquisa estamos em consonância com uma literatura - que tem crescido muito principalmente desde os trabalhos de King, Keohane e Verba (1994) – que procura equacionar e superar uma pretensa cisão existente entre os chamados métodos e ferramentas “qualitativas” e “quantitativas” de análise, que marcou as discussões metodológicas na área por longo período, até meados dos anos 1990⁷⁸. Ambos os tipos de informações, assim como outros tipos de ferramentas de análise, podem e devem ser usadas conjuntamente. Embora o desenho de pesquisa aqui estabelecido privilegie, como fonte primária, um conjunto de informações qualitativas, informações quantitativas coletadas e analisadas a partir de fontes secundárias foram também fundamentais à análise aqui desenvolvida, em especial sobre as características e o histórico de evolução dos espaços que foram estudados, além da própria evolução do setor da segurança privada em diversos contextos.

⁷⁸ O livro “Design social inquiry: scientific inference in qualitative research”, publicado por Gary King, Robert O. Keohane e Sidney Verba em 1994 (Universidade de Princeton) - também conhecido apenas como KKV – tem ganhado desde o seu lançamento enorme popularidade entre os acadêmicos das ciências sociais, ao contestar a dicotomia, o distanciamento e muitas vezes o desconhecimento que levaram os pesquisadores “qualitativos” e os “quantitativos” a perseguirem caminhos e “crenças” metodológicas cada vez mais distintas, bem como a permanentemente se excluírem uns aos outros daquilo que deve ser considerado como relevante na produção de conhecimento da área. Constatando que tanto métodos chamados “qualitativos” são importantes para os pesquisadores “quantitativos” e vice versa, que não há uma metodologia que seja “melhor”, mas sim metodologias mais adequadas em relação aos diferentes objetos de análise e que, independentemente do desenvolvimento de novas metodologias, estudos qualitativos e quantitativos irão sempre continuar sendo realizados com igual importância, os autores buscaram reenquadrar as diferenças em termos de métodos e técnicas a partir daquilo que os trabalhos qualitativos e quantitativos têm em comum: a lógica da inferência. Ainda que o trabalho dos autores tenha posteriormente sofrido várias críticas, sobretudo com relação ao tipo de inferência discutida pelos autores (ver, por exemplo, Collier e Brady, 2004), a idéia geral de aproximação entre as metodologias é compartilhada e cada vez mais desenvolvida por muitos autores. Mais do que buscar essa aproximação, na realidade os autores demonstraram como essa cisão entre “qualitativos” e “quantitativos” é frágil e muitas vezes construída de forma preconceituosa e incorreta, e que ambos os tipos estão geralmente presentes mutuamente, e nesse sentido acabaram por enfatizar de fato a superação dessa divisão.

Além da discussão teórica realizada acerca da configuração dos conceitos e questões de análise, e do estabelecimento do contorno mais geral e dos pontos mais específicos das características do setor e de sua regulação, este trabalho se compõe de duas partes principais: a descrição das características e da evolução de três tipos de espaços específicos que fazem uso dos serviços de segurança privada, e da realização de estudos de caso para investigação aprofundada das inter-relações entre segurança pública e segurança privada em diferentes contextos em que estas ocorrem, tal como visualizadas através do desenho proposto para esta análise. A adequação do método de estudo de caso ao tipo de estudo aqui desenvolvido se refere, sobretudo, à natureza das informações observadas nesta pesquisa, ao tipo de pergunta e ao foco da pesquisa⁷⁹. O método permite compreender formas mais complexas sobre um objeto específico, através de análise longitudinal e em profundidade, utilizando diferentes tipos de unidades de análise, sendo as fontes primárias de informações obtidas através de método específico de coleta de dados; dentre elas, o desenvolvimento de entrevistas semi-estruturadas, revisão de documentos, observação direta, dados oficiais e registros das companhias e seus empregados.

O método aqui desenvolvido pode ser descrito como um estudo de caso múltiplo, sendo desenvolvidos três estudos de caso⁸⁰ que, embora em contextos diferentes, possibilitam a observação da mesma unidade de análise: os aspectos em que há interação entre as forças públicas e privadas de segurança, no interior das áreas referentes aos casos estudados. Esses aspectos podem ser de forma direta (como, por exemplo, na ação conjunta entre as duas formas de policiamento em decorrência de um atendimento a uma ocorrência, ou nas comunicações de ocorrência às forças públicas) ou indireta (como, por exemplo, nos registros desenvolvidos privadamente, ou na decisão das autoridades policiais da região em fazer o policiamento no estabelecimento ou em seu entorno)⁸¹.

⁷⁹ Geralmente, os estudos de caso constituem uma estratégia preferencial de pesquisa “quando questões do tipo ‘como’ e ‘por que’ são colocadas, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos, e quando o foco está em um fenômeno contemporâneo, no interior de um contexto de vida real” (Yin, 2003, p. 1). (tradução própria)

⁸⁰ Os três casos estudados, os serviços de segurança de um Shopping – Center, um condomínio residencial de alto padrão e um espaço policiado privadamente pertencente à administração pública, ambos localizados na cidade de São Paulo, são descritos a seguir, na parte 3.2.

⁸¹ É possível identificar na literatura específica sobre segurança privada ao menos dois estudos que possuem características bastantes semelhantes a este: o trabalho desenvolvido pela canadense Wakefield (2003) em três espaços privados de amplo acesso ao público na cidade de Toronto; e a tese de doutorado desenvolvida pelo

Para elucidar esses aspectos relacionados à inter-relação entre segurança pública e segurança privada, os efeitos da segurança privada são analisados em contextos específicos, de forma a abarcar diferentes características do serviço, demandas e grupos sociais atendidos pelo setor. Primeiramente foi elaborado um perfil sistemático das formas com que a segurança privada atua hoje, de forma a enquadrar os diferentes tipos de serviços existentes em relação a seu perfil e áreas de atuação específicas. A partir do quadro com o perfil dos setores foi delimitado um conjunto de espaços em que há a contratação de agentes de segurança, para o desenvolvimento da análise mais abrangente acerca dos problemas propostos. São levantadas informações referentes a todo o período de atuação nos espaços escolhidos desde o início de sua existência; sua análise em relação à hipótese principal, porém, privilegia o momento atual em que a pesquisa se desenvolve, embora por vezes o processo histórico de evolução e atividade desses espaços seja contextualizado e explorado.

O conjunto de áreas submetidas à atuação das forças privadas de segurança diretamente observado foi delimitado em centros urbanos do Estado de São Paulo, especificamente na capital paulista e municípios de seu entorno, na Região Metropolitana de São Paulo. O Estado de São Paulo concentra hoje parte considerável dos recursos de segurança (de acordo com o Departamento de Polícia Federal, dos vigilantes regularizados existentes em 2006, 29,5% do total nacional estava alocado no estado de São Paulo). Além dessa concentração, na região encontramos uma conjunção dos principais atributos que contribuíram para a expansão da segurança privada, como altos índices de criminalidade, insegurança e intensificação de modelos de utilização do espaço urbano pautados pela grande transitoriedade populacional nas suas diferentes atividades (trabalho, estudo, lazer), responsáveis pela existência dos diferentes formatos em que a segurança privada atua hoje.

O quadro abaixo apresenta os diferentes tipos de informação que compõem a unidade de análise dos casos, em relação às fontes de informação e as técnicas de pesquisa utilizadas.

holandês Van Steden (2007), que se configura como um estudo sobre os determinantes da expansão da segurança privada no caso holandês e em três espaços específicos policiados privadamente existentes em centros urbanos do país.

Os roteiros de entrevistas, que compõem parte substantiva das questões investigadas, foram construídos a partir do esquema apresentado abaixo (os roteiros estão em anexo).

Quadro 5. Fontes, objetos de análise e técnicas de pesquisa

Objetos de análise (tipo de informação relativo à unidade de análise)	Fontes de informação	Técnicas de pesquisa empregada⁸²
Descrição do contexto dos estabelecimentos analisados: espaço físico, tipo de público	O próprio ambiente; registros privados do estabelecimento; Supervisor / Coordenador de segurança do estabelecimento; vigilantes do estabelecimento.	Observação direta; entrevistas semi-estruturadas; análise de documentos.
Problemas mais frequentes relacionados ao crime	Supervisor / Coordenador de segurança do estabelecimento; vigilantes do estabelecimento; policiais responsáveis pelo policiamento local; dados oficiais SSP/SP.	Entrevistas semi-estruturadas; análise de documentos; análise quantitativa (frequências e cruzamentos de indicadores criminais, correlações).
Recursos humanos e materiais: equipamentos e recursos de segurança utilizados no estabelecimento.	Supervisor / Coordenador de segurança do estabelecimento.	Entrevistas semi-estruturadas; análise de documentos; análise quantitativa (frequências, cruzamentos, correlações).
Implantação de procedimentos / políticas	Supervisor / Coordenador de segurança do estabelecimento.	Entrevistas semi-estruturadas; análise de documentos.
Principais práticas / atividades de segurança privada e suas semelhanças / diferenças com a segurança pública	Características observadas no ambiente; vigilantes do estabelecimento; policiais responsáveis pelo policiamento local; policiais ou ex-policiais que já trabalharam (ou ainda trabalham) como vigilantes.	Observação direta; entrevistas semi-estruturadas; análise de documentos.
Registros de ocorrências desenvolvidos pelo serviço de segurança do estabelecimento.	Registros privados do estabelecimento; Supervisor / Coordenador de segurança do estabelecimento; vigilantes do estabelecimento.	Entrevistas semi-estruturadas; análise de documentos.
Comunicação das ocorrências nos estabelecimentos privados para as forças públicas	Supervisor / Coordenador de segurança do estabelecimento; vigilantes do estabelecimento.	Entrevistas semi-estruturadas.
Definição sobre a interferência do policiamento público nos estabelecimentos policiados	Documentos policiais sobre procedimentos relativos à definição sobre o policiamento	Entrevistas semi-estruturadas; análise de documentos.

⁸² Os instrumentos para coleta de informações, incluindo os roteiros para as entrevistas semi-estruturadas, estão em anexo.

privadamente e em seus arredores / atendimento de ocorrências nesses estabelecimentos	local / atendimento de ocorrências; policiais responsáveis pelo policiamento local.	
Como se dá a atuação conjunta entre as forças públicas e privadas no atendimento às ocorrências? Quem coordena essas ações?	Supervisor / Coordenador de segurança do estabelecimento; vigilantes do estabelecimento.	Entrevistas semi-estruturadas.

A pesquisa tem, portanto, como unidade de análise a interação entre as forças públicas e privadas de segurança, a partir da observação do comportamento e das ações dos vigilantes e dos policiais - que são as unidades de observação - que atuam nos contextos caracterizados como espaço físico de desenvolvimento desta análise, o que inclui um conjunto de aspectos específicos que se relacionam direta ou indiretamente a essa interação⁸³. O que estamos focalizando especificamente nessas relações - ou seja, o que constitui a *variável dependente* da nossa análise - a partir da observação da interação entre as forças públicas e privadas de segurança são algumas das ações e atividades que constituem os resultados específicos desta interação em relação ao que estamos chamando de aspectos “positivos” das ações de policiamento – ou seja, que constituem a “atividade-fim” do policiamento, que são seus objetivos específicos em termos de prevenção do crime e da promoção da segurança. Entre as ações e aspectos que constituem a variável dependente estão, portanto, a produção de informação relativa aos eventos criminais nos espaços analisados (analisada em termos de propensão a ampliação /diminuição do conhecimento das dinâmicas relacionadas à segurança), a relação específica entre as forças – vigilantes e policiais – no desenvolvimento de tarefas relacionadas ao policiamento nas quais elas possuem uma interação direta (analisada em termos da existência de uma atuação cooperativa e otimizadora /conflituosa entre as forças) e da alocação, por parte dos gestores locais das polícias, do contingente policial nas áreas em que há policiamento privado (analisada em termos da otimização /deterioração - ou clareza /obscuridade - da forma como se dá esta alocação no entorno das áreas policiadas privadamente, bem como nos

⁸³ As ações conjuntas e conflitos na interação direta entre vigilantes e policiais se relacionam diretamente à interação entre os dois grupos, enquanto que as definições policiais com relação à alocação dos recursos públicos de segurança nas áreas policiadas privadamente, por exemplo, constitui-se como uma relação indireta.

momentos em que a presença policial se faz necessária). As variáveis independentes caracterizam-se pelo: grau de proximidade entre vigilantes dos estabelecimentos / contextos estudados e os policiais responsáveis pela área de policiamento em que se encontra o local; tipo de ação / ocorrência; orientação policial local; orientação policial dos níveis hierárquicos superiores; “regras” internas à segurança privada com relação à conduta relativa aos aspectos de interação entre as forças; bem como o correspondente treinamento requerido para a ação produzida em relação a estas “regras”.

Uma vez que, como dissemos, estão aqui sendo considerados como elementos de análise os aspectos “positivos”, relacionados à atividade fim do policiamento privado, não estão sendo tratados como objeto principal de análise fenômenos como os desvios de conduta e a ocorrência do “bico” policial, embora esses fatores sejam de grande relevância, estejam presentes de forma significativa e sejam ressaltados em diferentes momentos da análise. Nesse sentido, as características de formação, treinamento e perfil geral dos trabalhadores serão tratadas como “estáticas”, assim como os aspectos relacionados ao controle dos serviços, de forma a isolar estas características da análise; as formas de controle também serão contextualizadas apenas na medida em que elas influenciam os aspectos centrais observados. O objetivo de se isolar estas variáveis é puramente analítico, não significando que estas sejam variáveis que não influenciam nos aspectos observados de interação entre os setores. Estas características e as influências que elas exercem são apontadas e discutidas no decorrer da análise.

3.2 Apresentação dos casos analisados

Dentre o vasto leque de diferentes espaços existentes que fazem a contratação de segurança privada, optamos aqui por focar neste estudo os espaços que, de acordo com a literatura e a observação prévia desses espaços, possuem grande diversidade em relação aos delitos e problemas relacionados à segurança, bem como as relações mais freqüentes e complexas com o público. Assim, foram definidos como os casos desta pesquisa uma área pertencente

ao campo dos espaços conhecidos como “semi-públicos”⁸⁴ (um shopping-center), um espaço público que possui policiamento privado (uma universidade pública) e um espaço privado de acesso restrito ao público, porém de grande população (um condomínio residencial fechado)⁸⁵. Note-se que os três casos são espaços que abrangem também em suas dependências estabelecimentos como agências bancárias, áreas comerciais como cinemas e restaurantes e departamentos de serviços públicos que fazem contratação de serviços de segurança privada (como, por exemplo, correios e outras repartições públicas). Todos os três espaços contratam segurança terceirizada (sendo o sistema de segurança da USP uma conjunção de uma força de segurança estatal não-policial – a Guarda Universitária – e as empresas terceirizadas contratadas por cada unidade da universidade; e o shopping, uma conjunção entre empresa terceirizada e segurança orgânica).

Estamos tomando como pressuposto, de forma a manter essa relação o mais estática quanto possível, que as características do setor da segurança privada que funciona de forma devidamente regularizada segundo as instruções normativas do Departamento da Polícia Federal – DPF, que é o órgão responsável pela regulação e controle das atividades de segurança privada no Brasil, se desenvolvem de forma significativamente similar entre os diferentes espaços em que exercem as atividades de policiamento, sendo as diferenças dadas essencialmente pelas características contextuais diferenciadas de cada tipo de espaço. Evidentemente, estamos nos utilizando aqui de uma de uma noção ampla do setor da segurança privada, com relação ao desenvolvimento de suas atividades; “tipos puros” abstratos, portanto - porém úteis para permitir a operacionalização desta análise e a produção de inferências sobre o setor de forma mais abrangente. Embora as evidências encontradas nesta pesquisa e na literatura deixem claro que de fato há uma grande similaridade entre a atuação das forças privadas em diferentes espaços, devemos considerar

⁸⁴ Os espaços “semi-públicos” são estabelecimentos de caráter privado, porém abertos para o público, assim como os cinemas, bares, casas de show e estádios esportivos.

⁸⁵ Os três espaços podem ser classificados como pertencentes (ou ao menos similares) à categoria das propriedades privadas em massa (*mass private property*) tal como definida conceitualmente por Shearing e Stenning (1981 e 1983). A USP, apesar de espaço “público”, tem características contextuais - tanto em relação à organização de seu espaço e delimitação de público específico, quanto em relação à características específicas de segurança - muito semelhantes à categoria descrita pelos autores.

que este universo é significativamente vasto e que as generalizações devem ser, portanto, feitas com cautela⁸⁶.

Shopping Center

Pode-se dizer que a história dos shoppings centers, apesar de não muito longa, é bastante representativa de mudanças importantes vividas pelas sociedades contemporâneas, especialmente nos grandes centros urbanos, desde meados do século XX. Tal como mostramos no primeiro capítulo⁸⁷, os shopping centers surgem no mundo em um contexto de modernização das metrópoles, com a disseminação do automóvel para amplas camadas das populações e a conseqüente dispersão das áreas de moradia, dos locais de trabalho, das empresas industriais e comerciais e dos espaços de lazer para áreas cada vez mais distantes, impulsionando o próprio processo de expansão das cidades, bem como a ampliação e diversificação das oportunidades de crimes. Neste cenário, os modelos dos amplos e sofisticados centros de compras do tipo “shopping center” proliferaram sobretudo por facilmente integrarem-se a um mundo cada vez mais veloz, oferecendo como sua principal benesse a facilidade de suprir em uma mesma área comercial não apenas uma ampla variedade de mercadorias, mas também serviços de lazer e descanso, além da segurança por eles propiciada.

Apesar de haver referências a existência de diferentes modelos de centros de compras, em alguns países europeus, desde o século XVIII (como as *galeries* francesas), muitos autores

⁸⁶ Esta é uma característica importante dentre as várias diferenças entre os setores público e privado de segurança: enquanto as forças públicas de segurança que atuam no estado de São Paulo (assim como nos demais estados da União) são divididas em poucos agrupamentos de contornos bem definidos (a polícia militar, a polícia civil, a polícia técnico-científica, o corpo de bombeiros e a polícia militar rodoviária, pertencentes às forças públicas de segurança do estado; a polícia federal e suas subdivisões (como a polícia rodoviária federal), pertencentes à União; e as guardas civis metropolitanas, pertencentes aos municípios), os corpos de segurança privada compõem uma infinidade de empresas e departamentos de segurança internos às empresas e instituições (segurança orgânica) de tamanhos e abrangência significativamente diversificados, como vimos na parte 1.2. Para além do campo da segurança, tal diversidade é própria do desenvolvimento do setor empresarial de uma forma geral, marcado pela liberdade de composição e desenvolvimento dos negócios e pela ampla competição, permitindo a criação e formatos os mais diferenciados dentro do mercado em que atuam.

⁸⁷ Sobretudo a partir dos trabalhos de Felson (1987) e Cohen e Felson (1979).

consideram que o primeiro Shopping Center nos parâmetros como atualmente o conhecemos foi inaugurado já no século XX, na cidade norte-americana de Edina (estado de Minnesota) em 1956, chamado *Southdale* (Branco, 2007). O modelo foi rapidamente adotado em diversas outras cidades norte-americanas, redesenhando nas décadas seguintes as atividades comerciais nos Estados Unidos. Ainda no final da década de 1950, já havia no país cerca de mil estabelecimentos regionais, número que salta para cerca de 5.000 antes da metade da década de 1970 (Padilha, 2006). O gráfico abaixo mostra o processo linear de crescimento dos shoppings no país, que chega em 2005 com um número de estabelecimentos próximo a 50.000. Na União Européia, os primeiros estabelecimentos foram inaugurados alguns anos depois, em países como Reino Unido, França, Alemanha, Espanha e Itália, onde apresentaram maior crescimento. No ano de 2002 haviam 3.725 estabelecimentos por todo o continente, chegando atualmente a cerca de 4.500.

Gráfico 6. Evolução do número de Shopping Centers nos EUA - 1970 a 2005

Fonte: National Research Bureau

No Brasil, o primeiro Shopping Center foi inaugurado em 1966 (o Shopping Iguatemi na cidade de São Paulo), pouco tempo depois do início da construção dos shoppings norte-americanos. Ainda que em proporção muito menor do que o montante de shoppings existentes nos Estados Unidos, as três últimas décadas marcam um forte e constante crescimento do setor no país, sobretudo a partir dos anos 1990, como vemos no gráfico abaixo.

Gráfico 7. Evolução do número de shoppings centers no Brasil - 1966 – 2009

Fonte: Associação Brasileira de Shopping Centers – ABRASCE

Sendo freqüentado principalmente por membros da classe média e alta, os shoppings no Brasil possuem atualmente (2009) 69.800 lojas, 2.700 salas de cinema e têm um total de 757.000 empregos gerados, de acordo com a Associação Brasileira de Shopping Centers - ABRASCE. Os shoppings distribuem-se atualmente por centenas de cidades brasileiras (como vemos na imagem abaixo), sendo que a concentração dos estabelecimentos está na região sudeste do país, com 54% do total. O estado de São Paulo representa 33,4% dos shoppings brasileiros atualmente (131) e a cidade de São Paulo, com seus 50 shoppings, representa 12,8% do total nacional.

Figura 7. Localizações dos shoppings centers no Brasil – 2005

Fonte: IPEA

O estabelecimento de tipo Shopping Center na realidade representa uma conjunção de diferentes contextos. Apesar do grande aparato de segurança que configura o próprio conceito disseminado por estes espaços, a rotina dos Shoppings é marcada também por não poucas ocorrências importantes em seus interiores, tão diversas quanto a diversificação de espaços, públicos e atividades presentes no interior de cada um desses empreendimentos, como estacionamentos, joalherias, bancos, bilheterias de cinemas, praças de alimentação e uma infinidade de outras atividades comerciais. De fato, mesmo com a proteção e a sensação de segurança transmitida pelos shoppings, existe uma série de características que os tornam alvos visados para ocorrências criminosas, como o grande fluxo de entrada e saída de mercadorias, milhares de pessoas que circulam com bolsas, cartões de crédito e montantes em dinheiro, além das mercadorias adquiridas; as lojas que muitas vezes oferecem produtos de alto valor, como jóias e eletrodomésticos; as agências bancárias e caixas eletrônicos; e as amplas garagens muitas vezes não supervisionadas.

A existência de forte aparato de segurança nos shoppings também ganhou força na legislação ao longo dos anos. Atualmente, no estado de São Paulo, esses estabelecimentos são obrigados a arcar com determinado padrão mínimo de proteção, através de itens como “sistema de organização básica de segurança”, “instalação de postos de segurança em pontos estratégicos”, “vigilância em áreas de acesso, entradas frontais e entradas com agentes credenciados”, “instalação de sistemas de comunicação interna dos profissionais de segurança com ‘walkie-talkie’ e com central de TV (circuito interno)”, além de apresentar plano de segurança abrangendo “procedimentos operacionais de segurança em geral, a ser aprovado por órgãos públicos competentes” (Lei Estadual nº 11.218, de 24 de julho de 2002).

Shopping Center Penha e grupo Verzani e Sandrini

A definição do shopping Center foi realizada mediante encontros iniciais realizados com alguns dos responsáveis pela empresa de segurança Verzani e Sandrini (V&S), empresa

responsável pela segurança de 40 shopping-centers na cidade de São Paulo e na região do ABC, além de Campinas, baixada santista e Rio de Janeiro (capital e interior), constituindo-se, portanto, como uma das principais empresas brasileiras de segurança privada responsável pela gestão da segurança desse tipo de estabelecimento. Através do contato com a empresa realizamos um levantamento amplo sobre as características comuns à gestão de segurança em shoppings por meio do prisma específico de sua atuação⁸⁸. Além da definição e análise de um shopping específico abordado em profundidade (o Shopping Center Penha, na zona leste da cidade de São Paulo), foram também consideradas na análise algumas informações sobre o conjunto de shoppings atendidos pela empresa.

A empresa trabalha com um universo de 3000 vigilantes, sendo que aproximadamente a metade, ou 1500 vigilantes, atuam nos shoppings, o que dá uma média de cerca de 40 vigilantes por shopping-center. Além dos vigilantes, a empresa possui 300 veículos entre carros e motos (sendo 80 alocados nos shoppings), além de uma grande quantidade de câmeras de vigilância utilizadas como parte do sistema de segurança (o número de câmeras pode variar, em um shopping center, de 30 a 300 câmeras, dependendo do tamanho das instalações e de cada contexto). Todos os shoppings possuem um centro de monitoramento eletrônico para acompanhamento das imagens captadas (e, eventualmente, a própria sala de monitoramento da Verzani e Sandrini, com grande disposição de recursos tecnológicos, pode ser utilizada como suporte ao sistema existente ou para o acompanhamento de situações específicas).

Com relação ao Shopping Penha, este está em funcionamento desde outubro de 1992, sendo administrado pelo grupo Sonae Sierra⁸⁹. Com 226 lojas e 29.918 m² de área bruta locável –

⁸⁸ O contato principal com a empresa foi estabelecido com o Gerente Técnico de Análise e Gestão de Risco do Grupo Verzani e Sandrini, que foi também quem proporcionou o acesso às informações ao espaço estudado em profundidade e seu supervisor de segurança. O gerente é funcionário da empresa desde 1996 e assumiu essa gerência técnica em 2000. Além de outras funções, é responsável pela supervisão geral da parte específica de segurança em shopping-centers realizada pela empresa.

⁸⁹ Sonae Sierra é uma empresa multinacional do setor comercial, de origem portuguesa, que atua desde 1989 com a especialização em shopping centers, possuindo atualmente 52 shoppings em Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Grécia, Romênia e Brasil.

ABL possui tamanho próximo à média dos shoppings centers encontrados no estado de São Paulo (que é de 27.661,37 m²) e um pouco superior à média nacional (de 23.222 m²)⁹⁰.

Universidade Pública (Universidade de São Paulo)

Como observado em muitos países, as universidades brasileiras passaram por um considerável processo de expansão nas últimas décadas, tendo atingido em 2008 o montante de 2.165 universidades, faculdades e centros universitários no país (com um aumento de 103,1% desde o ano 2000) e mais de cinco milhões de estudantes matriculados, considerando-se ensino superior, mestrado e doutorado⁹¹. A Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934 como uma autarquia do governo estadual (e atualmente ligada à Secretaria de Estado de Ensino Superior de São Paulo) através da incorporação de um conjunto de escolas profissionalizantes, é, além de uma das mais antigas, uma das maiores universidades do país (a maior entre as públicas). Apenas em sua graduação, a USP possui 229 cursos distribuídos em 40 unidades, atingindo com eles quase 56 mil alunos. O campus principal da USP situado na capital⁹², área em que se concentra a investigação sobre a segurança na universidade, possui uma circulação populacional diária média próxima a 100 mil pessoas e 80 mil veículos, em seus 4,3 milhões de m².

Considerando a grande diversificação dos espaços policiados privadamente, a escolha da Universidade de São Paulo como objeto de análise se deu pela possibilidade de observar simultaneamente - em um espaço que está presente, com suas particularidades, em frequência cada vez maior em diversos contextos - as características, requeridas para esta

⁹⁰ A maior parte das informações sobre a segurança no shopping foram fornecidas pelo supervisor de segurança. O supervisor é funcionário do estabelecimento desde 2007, como inspetor de segurança, e assumiu em 2009 o cargo atual. Além do supervisor, foram entrevistados dois vigilantes que estavam presentes durante a visita aos espaços do shopping e à visita à sala de monitoramento.

⁹¹ De acordo com a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) desenvolvida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

⁹² Além das unidades localizadas no campus da Capital (no distrito do Butantã), a USP também possui algumas unidades em outras regiões da cidade de São Paulo, como a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (USP Leste), a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina, a Escola de Enfermagem e a Faculdade de Saúde Pública, e, fora da capital, possui também os campi de Bauru, Ribeirão Preto, São Carlos, Piracicaba, Pirassununga e Lorena.

investigação, de grande grau de diversidade com relação aos aspectos relacionados ao crime e à segurança e de relação com o público, bem como características específicas relacionadas a espaços pertencentes à gestão pública. O modelo existente na Universidade de São Paulo também é interessante de ser investigado por tratar-se de uma combinação bastante complexa de uma organização próxima aos formatos conhecidos da segurança orgânica (a Guarda Universitária⁹³), responsável pela área externa, e segurança terceirizada responsável pelas diferentes unidades da universidade⁹⁴.

A despeito de serem ambientes com particularidades significativamente importantes derivadas do perfil de jovens estudantes que compõem a maioria de seu público frequentador, e geralmente dificuldades específicas nas questões relacionadas às práticas e gestão da segurança⁹⁵ - em especial no que tange às forças estatais de segurança, espaços como as universidades apresentam também em seu cotidiano inúmeros exemplos de problemas consideravelmente “comuns” referentes a ocorrências criminais, que se relacionam ao processo de ampliação de circulação de bens e oportunidades de crimes (tais como viemos descrevendo ao longo do texto). Como espaços que fazem uso de policiamento privado, ademais, são áreas que exigem grande contingente de funcionários e recursos para a concretização das tarefas preventivas, dadas as suas grandes dimensões, a grande variabilidade na presença de pessoas, veículos e bens diversos e à diversificação das dinâmicas e atividades existentes no local.

Condomínios residenciais horizontais (Alphaville)

⁹³ Além de ser responsável pela segurança externa dos espaços do campus, a guarda universitária é também a principal articuladora da segurança nos espaços internos, realizados por empresas de segurança privada terceirizadas.

⁹⁴ As características da segurança do campus em universidades privadas são bastante semelhantes às das públicas; nesse caso, entretanto, não há uma “guarda universitária” para policiar o espaço externo, porém a segurança privada contratada exerce papel similar ao das guardas. Os “arranjos”, entretanto, variam muito. Nas públicas, por exemplo, as guardas podem se constituir de formas muito distintas umas das outras (por exemplo, muitas guardas, como no Pará, andam armadas, ao contrário do modelo existente na USP).

⁹⁵ Principalmente devido a questões históricas relativas a conflitos e enfrentamentos políticos, como, por exemplo, no contexto brasileiro da ditadura militar de 1964-1985, opondo significativos grupos frequentadores das universidades às forças de segurança.

O terceiro grupo de casos - os condomínios residenciais de alto padrão - tem aparecido na literatura nacional como o paradigma da segurança privada⁹⁶, apesar de não ser responsável, como apontado em alguns estudos acerca da literatura nacional - e muitas vezes compreendidos como tal, pela porção mais significativa dos espaços policiados privadamente⁹⁷. Entre os fatores relevantes para a análise, o espaço possui o aspecto da busca por um modelo “ideal” de segurança, que, pelo próprio nível sócio-econômico elevado de seus moradores, tem resultado em um nível de investimentos - e conseqüente sofisticação do sistema de segurança – que o colocam em um patamar diferenciado em termos de sistemas de segurança existentes⁹⁸.

Os condomínios residenciais fechados de alto padrão de renda têm se caracterizado por procurarem reunir em sua área, cada vez mais, outros espaços que constituem as demais esferas da vida social, como escolas, hospitais, conjuntos de escritórios, áreas de lazer e até mesmo shopping centers e universidades. São espaços, portanto, que buscam suprir a ausência de serviços e facilidades que normalmente existem fora das áreas residenciais, possibilitando que os moradores não necessitem sair de seu próprio domínio para a realização de diversas tarefas cotidianas.

Esses agrupamentos residenciais constituem-se por um estilo de moradia que, como ocorreu em muitos países, teve grande crescimento nas últimas décadas, espalhando-se por todas as metrópoles brasileiras e suas regiões adjacentes⁹⁹. A partir da construção de Alphaville

⁹⁶ Sobretudo nos escritos de Tereza Caldeira acerca dos “enclaves fortificados” (Caldeira, 2000).

⁹⁷ De acordo com a FENAVIST, os condomínios residenciais representavam em 2005 4,0% da contratação de vigilantes no país.

⁹⁸ O estudo da segurança em um condomínio como Alphaville pode ser qualificado como o estudo de um “caso extremo” nos termos de Garring (2007). Sua importância reside justamente pelo fato de constituir-se de um espaço paradigmático sobre a questão discutida em relação às abordagens realizadas sobre o tema até então, e ao mesmo tempo pelo fato de constituir-se, por suas características, de um modelo de segurança “acima da média”, podendo por isso trazer consigo características bastante específicas sobre crime e segurança em relação aos aspectos da análise, importantes de serem comparados com os demais. Nesse sentido, os outros dois casos, mesmo considerando as particularidades que são inerentes a cada um, configuram-se mais pela procura de “casos típicos”, relativos às dimensões relevantes para a análise pertencentes aos espaços chamados de *mass private properties*.

⁹⁹ Alguns estudos no contexto internacional trazem uma dimensão bastante clara sobre o crescimento deste tipo de moradia. A análise do número de associações de moradores nos Estados Unidos, por exemplo, que são responsáveis pelas comunidades privadas planejadas do país (sendo a maior parte delas as chamadas *gated communities*, que correspondem aos condomínios fechados do contexto brasileiro), mostra que estas tiveram crescimento de menos de 500 em 1964 para cerca de 10 mil em meados dos anos 1970, tendo atingido 130

houve uma significativa proliferação de condomínios residenciais horizontais de estilos similares em todo o estado de São Paulo (bem como em diversas regiões do país). De acordo com pesquisa desenvolvida pela Fundação Seade, em 2006 4% da população do estado adotava naquele ano o condomínio fechado como tipo de moradia, o que corresponde a aproximadamente 1,68 milhão de pessoas (Fundação Seade, 2006). Na região metropolitana de São Paulo a proliferação dos condomínios torna-se mais visível a partir do final do início dos anos 1990, como vemos no quadro abaixo¹⁰⁰. Entre 1992 e 2004, os condomínios residenciais passaram a ter uma representação de 2% para 35% do total de empreendimentos imobiliários lançados, sendo que, no total, foram lançados 1.053 condomínios fechados durante esse período na região¹⁰¹.

Gráfico 8. Condomínios horizontais na RMSP (lançamentos) - 1991 a 2004

Fonte: Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio - Embrasp

mil nos anos 1990. De acordo com Blakely e Snyder (1997), a estimativa é de que em meados dessa década população vivendo em *gated communities* havia atingido 3 milhões de famílias nos Estados Unidos.

¹⁰⁰ O crescimento passa a ser notado a partir do final dos anos 1980, mas até então o padrão dos “condomínios” fechados referia-se ao modelo dos “loteamentos” (que não estão dispostos nesta tabela), que constituía o modelo deste tipo de residencial dos anos 1970 até então. As diferenças entre condomínios e loteamentos serão comentadas adiante.

¹⁰¹ Também é interessante notar, como vemos no estudo urbanístico realizado por D’Ottaviano (2006), que muitos dos novos condomínios fechados na região não são necessariamente de “alto padrão de renda”: 35% do total das unidades dos condomínios lançados no período tem apenas 1 banheiro e 39% tem entre 1 e 2 dormitórios. De acordo com a autora, com base na área útil das unidades dos condomínios é possível diferenciar os condomínios em quadro “padrões”, estando em um dos extremos um grupo de 312 (ou 29,6%) condomínios de “padrão baixo” (entre 35 e 74,99 m²); e um grupo de 101 (9,6%) de condomínios de “padrão altíssimo” (unidades com área útil superior a 300 m²).

Construído em 1973 em área pertencente às cidades de Barueri e Santana do Parnaíba, na Região Metropolitana de São Paulo, Alphaville talvez seja o modelo de condomínio que melhor exemplifique o padrão que se estabelece e se emancipa nas duas décadas seguintes como uma forma de moradia desejável para segmentos importantes dos setores mais abastados da sociedade¹⁰². Uma das idéias centrais que levaram Alphaville ao rápido crescimento foi a união da possibilidade de construção das moradias em uma área, por um lado, tranqüila e isolada, e, por outro, com mais segurança sem deixar de ser próxima a São Paulo. Atualmente o condomínio (considerando-se tanto a parte de Barueri quanto a de Santana do Parnaíba), construído em uma área de aproximadamente 26 km², tem uma população fixa estimada em cerca de 50 mil habitantes, em mais de 12 mil residências, 42 edifícios residenciais e 16 comerciais. A população flutuante chega hoje a 150 mil pessoas por dia, entre aqueles que trabalham ou freqüentam o local a passeio ou por motivo de negócios (Reis, 2006). A cidade de Barueri, de acordo com o censo do IBGE de 2007, possui aproximadamente 232 mil habitantes, e Santana do Parnaíba 120 mil, o que demonstra que a população fixa de Alphaville é, portanto, bastante representativa para a região, correspondendo a 14% da população dos dois municípios somados.

O alto nível de segurança é indissociável da concepção do projeto; o grande crescimento da ocupação dos residenciais em Alphaville se dá logo após o início do empreendimento, em meados dos anos 1970, e torna-se especialmente forte durante os anos 1980 e 1990, fase em que, além da forte procura já existente, por parte das camadas mais abastadas, por novas opções de moradia para fazer frente aos problemas urbanos enfrentados, se soma também um período de grande crescimento da criminalidade urbana em São Paulo. Como vemos no gráfico abaixo, que apresenta as tendências dos principais crimes contra o patrimônio (total

¹⁰² A construção de Alphaville enquanto residencial – que se tornou o primeiro condomínio horizontal do país – teve, entretanto, um aspecto accidental: Não obstante de ter se tornado através dos anos um paradigma de condomínios residenciais de alto padrão no Brasil (e mesmo fora do país), Alphaville foi concebido inicialmente para se constituir como um grande parque industrial e empresarial alternativo para as empresas paulistanas, em um contexto de esgotamento das condições de infra-estrutura da capital. Devido à lentidão inicial das vendas dos lotes para as empresas, os engenheiros Yojiro Takaoka e Renato Albuquerque – responsáveis pela construção do condomínio – lotearam o primeiro residencial dois anos após o início do empreendimento, para dar sustentação financeira no período inicial de construção, que, no entanto, passaram a se disseminar em velocidade muito superior às vendas de lotes para a construção de empresas. Como uma solução mais acessível para a classe média alta, e os atrativos em termos de segurança e de qualidade ambiental, rapidamente a venda de lotes e criação de novos residenciais expandiu-se, resultando na concretização do condomínio tal como hoje o conhecemos.

de roubos e tentativas; total de furtos e tentativas; total de roubo de veículos e tentativas; total de furto de veículos e tentativas) nas três últimas décadas no município de São Paulo, há um importante movimento de crescimento desses crimes desde o início da década de 1980, tendência que se mantém com relativa constância até o final da década de 1990 - período em que há uma mudança nessa evolução para a maior parte dos indicadores, com movimento de queda nos roubos (total e veículos) e furto de veículos a partir de então¹⁰³. De acordo com essas informações, de 1981 a 1999 houve crescimento de 406,3% nas taxas por 100 mil habitantes do total de roubos/tentativas e 71,9% no total de furtos/ tentativas. De 1984 a 1999, foram 341,8% de aumento nas taxas de roubo de veículos/tentativas e 81,8% nas de furto de veículos/tentativas.

Gráfico 9. Roubo, roubo de veículos, furto e furto de veículos em São Paulo - 1984 - 2009 (taxas por 100 mil habitantes)

Fonte: Secretaria da Segurança Pública - SSP/Delegacia Geral de Polícia - DGP/ Departamento de Administração e Planejamento - DAP/ Núcleo de Análise de Dados; Fundação Seade.

Além do crescimento verificado com relação aos crimes contra o patrimônio, o período marcou também um forte crescimento dos crimes contra a pessoa, particularmente dos homicídios. De 1981 a 1999, o município de São Paulo teve crescimento de 237,1% nas

¹⁰³ Os dados mais longínquos que obtivemos para estes crimes remetem-se ao ano de 1981, não havendo estatísticas criminais sistematizadas referentes a anos mais antigos para a capital paulista. O mesmo vale para demais regiões do estado de São Paulo e demais estados brasileiros; a defasagem de informações criminais constitui, em realidade, um problema generalizado no país. Entretanto, estas estatísticas aqui reunidas permitem compor um quadro bastante satisfatório para as relações estabelecidas aqui.

taxas de homicídio, que passaram de 23,7 para 79,9 por 100 mil habitantes¹⁰⁴. As taxas de lesão corporal dolosa tiveram uma ligeira queda no período, voltando a crescer a partir do início da década. Tal como apontado por diversos especialistas (Pinheiro, e Almeida, 2003; Lima, Misse e Miranda, 2000; entre outros), esta queda das lesões corporais simultaneamente ao aumento dos homicídios muito provavelmente indica o processo de intensificação do grau de violência nos eventos criminais, com a proliferação do uso das armas de fogo e o aumento dos homicídios (com o resultado morte passando a ocupar o lugar de ocorrências que outrora poderiam ter terminado em lesões não letais).

Gráfico 10. Homicídios / tentativas e lesão corporal dolosa em São Paulo - 1981 - 2009 (Taxas por 100 mil habitantes)

Fonte: Secretaria da Segurança Pública - SSP/Delegacia Geral de Polícia - DGP/ Departamento de Administração e Planejamento - DAP/ Núcleo de Análise de Dados; Fundação Seade.

A segurança e a redução de riscos de fato constituem os principais motivadores da procura desses espaços pelos residentes, que buscam ampliar a percepção de segurança referente ao lugar onde vivem. De acordo com trabalho realizado acerca de um conjunto de condomínios de “alto-padrão” na cidade de Natal, por exemplo, quando perguntados sobre os motivos que levaram os condôminos a escolher um condomínio horizontal como moradia, de fato 71% indicaram a segurança, seguida de fatores como “tranquilidade”, “privacidade”, “conforto”, “espaço” e “casa própria”, sendo que nenhum desses outros

¹⁰⁴ Após 1999, ocorre em São Paulo uma queda dos índices de homicídio ainda mais vertiginosa do que foi o crescimento, consideravelmente maiores do que foram as quedas dos índices de crimes contra o patrimônio. Nesse período, a população de Alphaville já se encontrava consideravelmente bem estabelecida, com taxas consideravelmente menores de crescimento.

fatores atingiu 10%. Quando perguntados sobre os itens publicitários que chamaram atenção na compra do imóvel, apontaram 57,14% dos condôminos, considerando-se as respostas válidas, apontaram “segurança”, seguidos de 9,52% que apontaram a “privacidade” (Souza e Silva, 2004). No entanto, apesar das facilidades e muitas vezes da sensação que os moradores têm de que estão mais seguros do que os residentes de outras áreas, condomínios como Alphaville não estão imunes ao crime, possuindo também suas próprias vulnerabilidades, desde problemas provenientes do ambiente externo até situações internas presentes na forma de vandalismos cometidos por adolescentes, e mesmo por demais residentes e convidados.

Capítulo 4 – A relação segurança pública e segurança privada nos espaços observados: análise e discussão dos resultados

4.1 Shopping-center

O formato padrão de organização das atividades de segurança em um shopping Center é bastante complexo. Cabe dizer, entretanto, que não há diferenças importantes, entre os diferentes shoppings, nas suas características gerais de pessoal e recursos tecnológicos; há apenas diferenças em termos de qualidade e nível de sofisticação¹⁰⁵. Os shoppings, em geral, possuem a sua própria segurança (orgânica) e contratam também agentes terceirizados das empresas de segurança privada, operando em conjunto. Os agentes da segurança orgânica normalmente operam os sistemas eletrônicos e a sala de monitoramento, enquanto os agentes terceirizados realizam a vigilância das áreas internas e do ambiente externo (incluindo estacionamento). Os funcionários que realizam a segurança interna, normalmente vestindo terno escuro e portando rádios para comunicação, em geral não são “vigilantes” *de facto*, ou seja, funcionários devidamente regularizados (que possuem “carteira de vigilante” emitida pelo Departamento de Polícia Federal – DPF) para atuarem como tal; não andam armados e basicamente são alocados no espaço interno para acionar o pessoal capacitado e outros recursos de segurança em caso de uma ocorrência que justifique tal ação, sendo chamados no “jargão” da segurança privada de “atendentes”¹⁰⁶. Os reais vigilantes que atuam nos shopping-centers normalmente se posicionam próximos

¹⁰⁵ Exemplos: no shopping Iguatemi as câmeras utilizadas e sua central de monitoramento são mais sofisticadas; não há praticamente “pontos cegos”, dada a utilização das câmeras em “escala de saturação”; há maior proporção de atendentes / vigilantes em relação ao espaço, que é o critério para definição do número de profissionais; há a exigência de que os atendentes tenham pelo menos 1,80m de altura (por conta do “efeito subjetivo”); e todos os vigilantes são armados. No shopping Penha, por política da empresa a qual pertence o shopping (Sonae Sierra), todos os vigilantes atuam desarmados; não há mais a “contratação” de policiais atuando na segurança; e as exigências e padrões de segurança são um pouco inferiores do que os shoppings voltados a populações de alto padrão de renda, como o Iguatemi ou o Villa-Lobos, na cidade de São Paulo (todos sob responsabilidade da Verzani e Sandrini).

¹⁰⁶ Com relação a isso, o cálculo de custo-benefício é bastante simples: não há, para as empresas, a real necessidade de se ter um funcionário devidamente capacitado para atuar como vigilante para exercer esta função, centralizada na observação constante, auxílio aos clientes quanto aos serviços e localização dos espaços no interior do shopping e transmissão de informações para os responsáveis pela segurança do local; no entanto, sua presença nesses locais, devidamente “trajados” e exercendo um papel de autoridade e controle do espaço físico, atua como um fator subjetivo de segurança do público – e custa a metade do preço.

às áreas de maior risco (joalherias, bancos, bilheterias de cinema, praças de alimentação, lotéricas, caixas de estacionamento) ou nos estacionamentos, de forma a também poderem responder rapidamente a chamados de outros vigilantes, do supervisor ou “líder” da segurança, bem como dos “atendentes”. A organização básica do pessoal de segurança de um Shopping Center (tal como o Shopping Center Penha) pode ser visualizada no organograma abaixo¹⁰⁷.

Figura 8. Organograma Shopping Center

Fonte: Verzani e Sandrini (elaboração própria)

Muitos (e muito variados) são os eventos relacionados à segurança que freqüentemente ocorrem nesses estabelecimentos. Desde pequenos roubos e furtos (no interior ou espaço externo, como nos estacionamentos), vandalismo e discussões físicas e agressões nas praças de alimentação, até casos de fraude e sabotagem, seqüestro relâmpago, tráfico, roubo de cargas e homicídios já foram identificados nos shopping centers em que a Verzani e Sandrini exerce as funções de segurança. Como vemos no mapa abaixo, a região em que se localiza o Shopping Center Penha e suas imediações – que é uma área comercial por onde

¹⁰⁷ No caso do Shopping Penha, além do supervisor de segurança e do coordenador de segurança responsável pela coordenação dos vigilantes terceirizados da Verzani & Sandrini, a equipe de segurança é composta por mais quatro inspetores, que pertencem ao shopping (segurança orgânica) e 50 “vigilantes”, considerando-se tanto os oficiais (que se situam nas entradas) e os atendentes (na área interna), além de três técnicos que cuidam da central de monitoramento 24hs por dia.

circula diariamente um grande número de pessoas e de mercadorias - corresponde a uma área de grande concentração de crimes contra o patrimônio da cidade de São Paulo (13ª de maior incidência), considerando-se, por exemplo, as ocorrências de furtos em 2008 fornecidas pelo Infocrim (sistema de informações criminais da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo).

Figura 9. Distribuição de furtos no Distrito da Penha, cidade de São Paulo - 2008

Fonte: Infocrim

A pluralidade de ações e níveis diversos de gravidade, de recursos e de violência empregada nas ações relacionadas ao crime exige também, por parte do sistema de segurança de cada estabelecimento, uma resposta específica e *adequada* ao risco representado por cada evento, englobando desde a observação, abordagem e diálogo até a necessidade de uso da força física e de armamentos específicos¹⁰⁸. Por resposta “adequada” estamos aqui considerando, no sentido discutido ao longo do texto, a resposta condizente à resolução de um problema criminal ou de desordem que afeta o espaço que está sob responsabilidade do estabelecimento, e que vá ao encontro das expectativas do contratante. Em um espaço como um Shopping Center, por exemplo, é geralmente desejável que a resolução dos problemas não desperte atenção do público (na medida em que isso é possível) de forma que possa causar prejuízo aos negócios do proprietário do

¹⁰⁸ A Verzani e Sandrini é também a primeira empresa autorizada pela polícia federal a poder fazer uso dos armamentos não-letais chamados “air-taser”, que são armas de choque para paralização dos indivíduos. A arma já é usada nos shoppings Iguatemi, Iguatemi Campinas, Market Place, Shopping Penha (em São Paulo), no Shopping Metrôpole (São Bernardo) e no Shopping Dom Pedro (Campinas).

estabelecimento, fator este que é equacionado com a perspectiva do ressarcimento das perdas geradas pelos eventos em questão.

Para tais ocorrências são realizados registros internos pelos vigilantes e demais responsáveis pela segurança do estabelecimento, através de relatórios cujo formato é elaborado pela empresa, contendo informações subdivididas em “crimes contra a pessoa”, “crimes contra o patrimônio”, “crimes contra os costumes” e “informações operacionais”¹⁰⁹. De acordo com os atores da segurança entrevistados, essas ocorrências registradas internamente não necessariamente irão gerar também um boletim de ocorrência (B.O.) nas delegacias locais, ficando, portanto, muitas dessas informações de conhecimento apenas dos responsáveis pela segurança do shopping. Pode-se notar, nesse sentido, que não há uma preocupação específica de se transmitir a informação de eventos criminais aos policiais; a transmissão dessa informação dependerá do tipo de ocorrência e da necessidade de uma intervenção policial. Como afirmou um dos entrevistados, “se foi resolvido ali mesmo [o evento criminal], não é necessário fazer o B.O.”. Entretanto, quando há a necessidade específica de informações relativas à segurança requerida pelas polícias, estas são repassadas detalhadamente aos policiais, muitas vezes sendo encaminhadas também imagens acerca da ocorrência em questão, quando disponíveis.

Entretanto, mesmo não havendo uma preocupação específica no sentido de se fortalecer a feitura dos registros em relação a todos os eventos criminais (como, idealmente, seria de se esperar), a definição que é feita em relação à informação que será transmitida à polícia, bem como ao tipo de ação em que o estabelecimento define que deverá ser realizada a intervenção da polícia (e, portanto, seu acionamento) demonstra a existência de parâmetros significativamente claros que direcionam as decisões a esse respeito, constituindo, nesse sentido, a política interna da empresa. Da forma como é estabelecida no Shopping Penha, essa política orienta que qualquer ação que extravasar uma possível resolução de conflitos

¹⁰⁹ A empresa está desenvolvendo, para ser utilizado em todos os espaços em que faz policiamento, um “sistema integrado de inteligência e gerenciamento de ocorrências”, assim como também um relatório em ambiente web para facilitar a comunicação interna sobre as ocorrências. Por enquanto, as informações são ainda digitalizadas em formato texto.

através do diálogo¹¹⁰ (como, por exemplo, no apartamento de brigas e discussões) ou de procedimentos mais simples de averiguação de situações específicas em que houve (ou em que há) a suspeita da ocorrência de um evento criminoso, esta terá necessariamente que ser conduzida por um policial. Assim, em casos de crimes em que há a necessidade de ser realizada a perícia sobre o local do crime - o que pode ocorrer desde em casos menos graves de roubos e furtos e roubos e furtos com arrombamento (geralmente devido à existência de seguro dos bens, que exige a documentação oficial da polícia para seus procedimentos normais) até ocorrências de casos extremos como latrocínio (roubo seguido de morte) - a polícia certamente será acionada pelos responsáveis pela segurança local. O acionamento da polícia ocorre também em casos de detenção, bem como em casos em que os responsáveis pela segurança exauriram as suas possibilidades de ação (tais como nos casos citados acima) e que, ao mesmo tempo, deverá haver tempo suficiente para a chegada da polícia para o desempenho de suas funções em relação à ocorrência. A polícia certamente também será chamada em casos de flagrante de crime no interior do shopping em que houver a possibilidade de captura do criminoso com base nas informações coletadas pelos vigilantes acerca de sua aparência, dados de veículo utilizado, número de criminosos, etc.

Essa política interna é construída, portanto, como uma conjunção de elementos formais – como os parâmetros dados pelo ordenamento regulatório que organiza as atividades do setor em termos de recursos, formação e limites de sua ação (que chegam aos agentes através de seus superiores e da sua própria formação - que, além do “curso de vigilante” obrigatório, podem incluir também outras etapas de capacitação internas à empresa ou que compõem o próprio currículo pessoal de cada profissional) e elementos “discrecionários” e informais – como na definição local acerca da condução da atuação dos serviços em cada local, que depende da decisão do supervisor de segurança com base nas diretrizes de sua própria empresa (quando terceirizado), das necessidades do contratante, das leis que

¹¹⁰ Ao menos em tese, uma ação de maior força por parte dos vigilantes só irá ocorrer em situações em que não é possível a espera da chegada da polícia (por exemplo, na possibilidade de captura do autor de um crime recém ocorrido dentro do estabelecimento), em que o volume de bens subtraídos (se for o caso) justificar a ação (o que depende do julgamento do supervisor de segurança, ou, em última instância, do proprietário do estabelecimento) e que a ação dos vigilantes não coloque em risco o público nem comprometa a imagem da empresa.

regulam a atividade, de sua relação com a polícia local (quando a ação envolve relacionamento com a polícia) e com o seu próprio arcabouço de elementos pessoais para a tomada de decisão, bem como depende também da conduta de cada vigilante acerca das ações que lhe cabem desempenhar, que, além desses parâmetros descritos, envolverá também sua própria formação e sua relação com o supervisor, bem como com as diretrizes que ele lhe transmite.

A padronização e conformação da rotina em relação ao conjunto de ações desempenhadas pela equipe do estabelecimento se consolidam como as diferentes práticas que compõem a política específica (ou diferentes políticas) desempenhada pelos agentes de segurança no local, política esta que influenciará e moldará a gestão local da segurança, a relação dos agentes com o público e também suas relações e interações com a polícia, que necessariamente irá ter de se posicionar frente a elas. As ações que a segurança privada de cada estabelecimento estabelece para com suas relações com o tratamento dado aos eventos e com a polícia influenciará no número de casos por ela atendidos, no número de registros feitos e inquéritos produzidos, no número de investigações realizadas, no tipo e montante de informações coletadas pelas polícias acerca desses estabelecimentos, na comunicação com a segurança privada local, na frequência de contatos com agentes e gestores de segurança privada, e assim por diante.

Se os vigilantes e responsáveis pela segurança possuem determinadas diretrizes específicas que moldam as suas ações, a polícia, por sua vez, não parece construir uma política específica em termos de diretrizes de ação ou procedimentos de cooperação com a segurança privada. Do ponto de vista das prioridades na alocação das forças policiais, o Shopping Penha entra no planejamento de área “assim como todas as demais áreas e situações”, ou seja, “com base nos indicadores estatísticos dados pelo sistema de informações criminais [- o Infocrim]”, da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Para além dessa definição baseada na equalização de prioridades dada pelos indicadores, não parece, entretanto, haver uma preocupação específica com as informações que a segurança privada produz ou com as possíveis orientações a serem seguidas em casos da

necessidade de atendimento de ocorrências no shopping, bem como com as formas de interação com as forças de segurança locais.

Se não há, por um lado, a perspectiva da necessidade de transmissão das informações para a polícia para todas as situações relacionadas a ocorrências criminais, por outro a contratação de um (ou mais) policial que atua fazendo “bico”¹¹¹ junto à equipe de segurança dos shoppings em seu período de folga é também estabelecida como “política de segurança” do estabelecimento; são esses os responsáveis, no estabelecimento, por uma comunicação mais efetiva com as forças de policiamento público local. Assim, se por um lado pode-se dizer que, ao menos no contexto dos shoppings, a tendência é de que casos de menor gravidade não sejam informados, restringindo-se as informações policiais relativas às ocorrências, o shopping constrói laços “fortes” (uma vez que envolve o emprego de policiais) para facilitar o acesso e a agilidade do atendimento policial quando os responsáveis pelo espaço considerarem necessário. Com relação a isso, destaca-se que a própria alocação dos policiais em caso de necessidade de atendimento à ocorrência torna-se dessa forma bastante favorecida, pois a conexão será feita de forma muito mais ágil. Ou seja, os policiais não são contratados apenas para cumprir funções de segurança específicas do campo da “segurança privada”, mas também para serem a “ponte” com as organizações policiais.

¹¹¹ Cabe aqui um comentário, ainda que genérico, sobre a questão do “bico” policial, que denomina o exercício da função, pelo policial, de agente de segurança privada em seus horários de folga. Ainda que legalmente não permitido, o “bico” tornou-se prática comum e amplamente tolerada no ambiente policial, como uma forma de compensação aos baixos salários dos policiais militares - em especial dos “praças”, que compõem as categorias inferiores (soldados, cabos e sargentos) e que correspondem a aproximadamente 85% do total das polícias militares nacionais (a proporção é similar nos diferentes estados). Ainda que não se tenha estimativas capazes de dimensionar o contingente de policiais que exercem funções na segurança privada, informalmente chega-se a afirmar que a proporção de policiais exercendo o “bico” chega a atingir de 60% a 80% dos praças das corporações. Entre os principais problemas relacionados a esta prática, têm-se o fato de que a maior parte das mortes de policiais ocorre em momentos em que estes estão exercendo o bico (normalmente em situações de maior risco, pois não há o apoio da corporação, além do stress acumulado pela dupla jornada) e o fato de que a sua prática interfere na organização interna da corporação, pois os oficiais (que são normalmente os responsáveis pela alocação dos policiais nesse segundo serviço) passam a organizar as escalas de trabalho em função do “bico”, além de favorecer a prática da corrupção interna, uma vez que esses oficiais passam a deter maior poder de distribuir privilégios e regalias entre os seus comandados. O “bico” policial, além disso, geralmente traz consigo facilidades como a atenção privilegiada por parte dos policiais responsáveis pela área, bem como todo o investimento público que é realizado para cada um desses policiais em forma de treinamento de tiro, defesa pessoal, técnicas de investigação e capacitação em diversas áreas (legislação, direitos humanos e estratégias de prevenção), incluindo o fato de atuarem portando as armas da corporação.

Como dito anteriormente, um dos resultados possíveis que podem derivar de uma (ou da suspeita de uma) ocorrência criminal identificada no estabelecimento é a necessidade de se realizar a detenção de um (ou mais) indivíduo. De acordo com os entrevistados, os vigilantes nos shoppings fazem detenção de indivíduos quando há flagrante de um evento criminal específico, exercendo, nesse tipo de ação em que a intervenção dos vigilantes ocorre durante o cometimento do crime, o mesmo poder que é conferido a qualquer cidadão, de acordo com a Constituição Federal. Entretanto, é também comum, de acordo com os responsáveis pela empresa, que seja realizada detenção em caso de *suspeita* de cometimento ou de intenção em realizar um crime, extravasando-se assim as suas atribuições legais. Com relação a isso, como afirmam os agentes locais, tal detenção só ocorre quando já se esgotaram todas as possibilidades de controle da ação que impediriam a tomada da decisão do aprisionamento por parte dos agentes de segurança locais, situações essas que geralmente se caracterizam pela conjunção de fatores como a demora demasiada da polícia (que, de qualquer forma, é sempre alertada em situações dessa natureza) no atendimento ao evento, e a impossibilidade de manutenção do isolamento do espaço¹¹² em que se encontra o suspeito, colocando em risco o público presente. Quando há detenção de indivíduos no interior do estabelecimento, estes são levados para uma sala específica do shopping destinada à segurança até a chegada da polícia, chamada para efetivar a detenção, que os leva, se for o caso, à delegacia. A vítima (seja lojista ou visitante) deve acompanhar os policiais à delegacia, sendo instruídos e incentivados para tal pelos vigilantes.

Para os responsáveis pela segurança local, as ações mais frequentes dos policiais na área relacionam-se às rondas periódicas que estes exercem nas proximidades, ao atendimento de ocorrências criminais no interior do estabelecimento e à resposta a alarmes¹¹³. Por sua vez, uma série de ações possíveis que caracterizam momentos de interação entre as forças de segurança privada e os policiais são muito pouco frequentes. Dentre elas, chama atenção a

¹¹² Para que se evite a realização da detenção, os agentes da segurança optam por cercar a área em que se encontra o “suspeito”, até a chegada da polícia previamente acionada. Esse mesmo procedimento é descrito pelos responsáveis pela segurança na Universidade de São Paulo, em caso de ações semelhantes.

¹¹³ Apesar de não haver uma conexão direta de alarmes com a polícia – resultado do grande tempo desperdiçado pelas polícias em atendimento aos chamados “alarmes falsos”, identificados em diversos contextos, a polícia atende às ocorrências geradas por alarme a partir de contato da própria empresa. Este aspecto do atendimento às ocorrências geradas por alarme representa também um dos grandes fatores que ampliam o direcionamento dos policiais para áreas específicas que possuem este tipo de recursos, que são, a exemplo dos shoppings, principalmente áreas que possuem segurança privada.

pobre troca de informações voltadas a gestão do policiamento que é estabelecida entre elas, como, por exemplo, em momentos de comunicação direta com a polícia, de transmissão de informações relativas à segurança da empresa para a polícia (por exemplo, para fins de investigação de crime ocorrido no estabelecimento) e de atuação conjunta em casos de investigação relativa a crimes ocorridos no estabelecimento. Nos poucos casos em que há necessidade de articulação do estabelecimento com as polícias para fins de investigação de ocorrências específicas realizadas no local, estas são - como o conjunto de entrevistas e levantamento de informações desta pesquisa mostrou ser a “regra” - “contratadas” pelas empresas junto às polícias civis, que atuam nesses casos como “investigadores privados”.

Tacitamente, a idéia de que a segurança privada atue como um “parceiro júnior” das polícias (que seria o “parceiro sênior” nessa interação) parece ser aceita por ambos os lados. Tanto para os profissionais da segurança privada quanto para os policiais a idéia central que compõe o contexto das ações conjuntas é de que quando os policiais estão presentes eles são automaticamente os “condutores” da ação. Entretanto, condizendo com pesquisas anteriores realizadas em outros contextos (destacadas no capítulo 1), os agentes da segurança privada têm a clara visão de que os policiais muito pouco conhecem sobre o campo da segurança privada e suas atribuições, sobre os instrumentos e conhecimentos que utilizam e as práticas com que desempenham o seu trabalho. A aceitação pura e simples da condução policial como protagonista em suas intervenções nos espaços privados também contradiz com alguns contextos analisados sobre a interação entre as forças. No estudo realizado por Van Steden (2008) sobre o contexto holandês, por exemplo, as relações entre polícias e agentes privados (ainda que muito mais freqüentes naquele contexto do que no Brasil) são marcadas por conflitos e intensas disputas de concepções e práticas, muito dificilmente estabelecendo-se consensos. A relação, de toda forma, é marcada por um nível de equidade muito maior com relação ao *status* de cada lado.

De uma forma geral, entretanto, os supervisores, coordenadores e vigilantes afirmam que há cooperação, por parte da polícia, nas atividades em que há interação entre a segurança do shopping e os policiais. Há de fato uma aproximação dos policiais do batalhão da PM

responsável pela área (51ºBPM/M)¹¹⁴, que “costumam frequentar o shopping, almoçam por lá, tomam café”, segundo afirmou um dos vigilantes, e com isso acabam interagindo e trocando informações e idéias pertinentes às ações e demais contigüidades que se relacionam aos trabalhos de ambas as forças no local. Entretanto, essa “colaboração” basicamente tem como eixo certos “favores” que o shopping acaba realizando em prol dos policiais responsáveis pela área: “uma geladeira que está faltando no batalhão, e assim por diante (...) o almoço no shopping sai às vezes pela metade do preço, o café [também], então também é por isso que eles vão lá”¹¹⁵.

Apesar dos profissionais da segurança tenderem a considerar que a polícia faz um bom trabalho, de uma forma geral, no que diz respeito às relações com os estabelecimentos em questão, críticas importantes também são estabelecidas por estes sobre os policiais: as principais foram com relação à independência e a rotatividade destes, que dificultam a continuidade nas poucas ações em que estabelecem diretrizes de interação, e, também, conectado a este ponto, o fato de que os policiais “não tem informação sobre o trabalho realizado pela segurança privada”¹¹⁶ – ponto que é frequentemente citado em algumas pesquisas realizadas acerca da visão entre os dois setores sobre o trabalho realizado por cada uma das partes. De uma forma geral, vê-se que os setores se respeitam, que as polícias consideram importante o trabalho realizado pela segurança privada no apoio às tarefas de proteção, mas que esse desconhecimento das polícias sobre o modo de ação dos agentes privados de segurança dificulta o exercício de possíveis interações que tem como objetivo a atuação conjunta e o estabelecimento de parâmetros quanto a suas contigüidades (a segurança privada, por outro lado, possui consideravelmente mais conhecimento acerca da organização policial e seu trabalho).

¹¹⁴ Além dos policiais entrevistados no 51º batalhão da PM na capital paulista, foram realizadas entrevistas com policiais militares locados no prédio principal da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e de algumas unidades administrativas da PM paulista, sendo que alguns já estiveram locados no 20ºBPM/M de Barueri (2ª companhia – Santana do Parnaíba), que é responsável por Alphaville.

¹¹⁵ Diga-se de passagem, a própria precariedade observada em alguns batalhões da polícia militar, como o 51ºBPM da Penha, ajudam a explicar que as trocas e aproximações não sejam apenas altruístas.

¹¹⁶ Um exemplo apontado, que não diz respeito especificamente ao perfil dos casos estudados mas que exemplifica esta questão de forma interessante, é o relato feito acerca da ocorrência de casos de apreensão, pelas polícias, de veículos e armamentos de vigilantes que atuavam regularmente fazendo “segurança pessoal” (modalidade da segurança em que é permitido aos vigilantes circular portando armas).

Essas dificuldades, porém, se estão presentes também em outros contextos, possivelmente encontram tensões ainda maiores no cenário brasileiro, em que as barreiras para aceitação e interação dos setores públicos com os ambientes privados se impõem de forma mais decisiva. Como apontado por muitos dos entrevistados, há uma espécie de paradigma da PM que tende a ver qualquer aproximação dos gestores do policiamento público para com o setor empresarial da segurança como a busca por “interesses particulares”, que nada tem a ver com as funções a que devem se ocupar em relação ao trabalho que desenvolvem. A existência do “bico” policial, em meio a esse quadro, opera certamente como um agravante, por tratar-se de uma situação que, dada a regulação atual que não permite o desempenho dos policiais nessas funções, cria de fato um cenário de busca por interesses privados através do setor público que compromete a própria gestão do policiamento público, uma vez que escalas de serviço passam a ser organizadas, pelos policiais, em função da alocação destes nas escalas privadas de trabalho. O constrangimento gerado pela presença do “bico”, somado ao paradigma da não aproximação já existente por si só (como um condicionante histórico), acaba por inviabilizar, ou ao menos por enfraquecer, as necessárias interações e construção conjunta da gestão do policiamento por esses diferentes atores. Ainda assim, alguns poucos espaços existentes têm construído momentos em que os dois campos estão juntos para discutir seus problemas comuns, sendo um deles, pelo menos no caso do Shopping Penha, as reuniões realizadas pelo Conseg – Conselho comunitário de Segurança¹¹⁷ da qual fazem parte integrantes das polícias militar e civil, da guarda municipal, do(a) subprefeito(a) e representantes dos moradores e lideranças locais, e do qual os responsáveis pela segurança do Shopping Penha também participam. Esse contexto possibilita de fato que agentes do policiamento local, gestores da segurança privada e seus funcionários possam trocar experiências e informações úteis para ambas as partes, bem como trabalhar na construção de novas estratégias de ação e no planejamento das ações em que se dão as suas intersecções em relação às suas funções, a luz da própria visão e

¹¹⁷ Os Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEGs foram criados através de Decreto Estadual em 1985 e são geridos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado. São normalmente compostos pelo Delegado de Polícia e o Comandante da Polícia Militar no bairro ou município em que funcionam, além de outros representantes dos poderes públicos e da sociedade, tais como representantes de associações, organizações de comércio e líderes comunitários que residem ou trabalham na área. Geralmente em reuniões mensais, os participantes se reúnem para discutir e acompanhar a solução de problemas relacionados à segurança.

participação de outros atores locais; contatos esses que, de acordo com os agentes da segurança e os policiais locais, de fato existem.

Tendo em vista esses pontos levantados, pode-se estabelecer algumas características importantes da interação entre segurança privada e segurança pública através do prisma do policiamento nos shopping-centers, ainda que preliminares. Em primeiro lugar, nota-se que das diversas formas de interação possíveis, poucas são de fato postas em práticas. Parte deste quadro, como colocamos, deriva das dificuldades específicas de aproximação entre os campos público e privado na gestão das políticas (relativas aos diversos campos das políticas e ações sociais) e do constrangimento gerado pela presença do “bico” dos policiais na segurança privada. Entre essas questões, é marcante a falta de uma política efetiva ou de diretrizes claras para a transmissão de informações entre as partes, ponto em que, talvez, uma formalização quanto à obrigatoriedade dessa troca poderia ser de grande relevância, dado que os registros de ocorrência constituem a ferramenta básica para a construção das políticas de segurança, e que, de mais a mais, a população deve ter o direito de conhecer os riscos específicos das áreas em que circula. Os agentes privados, por sua vez, constituem e estão buscando aprimorar suas fontes de informações, ainda que isto esteja em caráter bastante embrionário – perspectiva que é certamente bastante positiva dado o potencial de enriquecimento das informações disponíveis e a sua possível utilização em nível local. Aparentemente há uma motivação para a aproximação dos policiais ao espaço do shopping, gerando uma maior presença destes no cotidiano do estabelecimento; esta maior presença, entretanto, não se pauta por uma construção conjunta referente ao planejamento e troca de informações específicas sobre a gestão do policiamento no espaço (mas sim vinculada à troca de “favores” específicos), porém gera, de toda forma, maior presença dos policiais no shopping, que os permite dialogar e manter contato sobre seus problemas comuns¹¹⁸. A participação dos agentes de segurança nas reuniões do Conseg é significativamente importante para a interação com os policiais, em um contexto específico em que a pauta

¹¹⁸ Uma questão específica apontada pelos policiais com relação a esses encontros e as perspectivas de ações conjuntas que deles surgiram foram alguns casos relativos a aglomerações de grande número de adolescentes em uma das partes exteriores do Shopping Penha, que rotineiramente ocorrem aos finais de semana e que já ocasionaram eventos de vandalismos e agressões. Por conta das conversas relativas a esse problema, alguns policiais chegaram a dar palestras para os vigilantes do shopping a respeito de formas possíveis de ação em situações semelhantes.

está focalizada nas questões de segurança das imediações, além de trazer a oportunidade para que os agentes de segurança do shopping possam ouvir e interagir com outros interlocutores e outras instituições relevantes do bairro. Para além desses momentos, entretanto, o que parece ficar mais evidente é o contraste entre a existência de certos princípios e diretrizes das forças privadas em relação a suas interações com as polícias e a falta de conhecimento e planejamento que estas têm em relação às primeiras. As características aqui observadas com relação às interações entre a segurança pública e a segurança privada, entretanto, possuem contornos significativamente distintos em outros espaços que requerem a contratação de segurança privada, como veremos a seguir.

4.2 Universidade de São Paulo

Para analisarmos os aspectos relativos à segurança no ambiente universitário é importante, em primeiro lugar, destacar que embora a questão da segurança nesse contexto seja muitas vezes lembrada pelos conflitos de motivação política envolvendo as suas entidades representativas (dos professores, alunos e sindicatos) com as forças de segurança (geralmente a polícia militar do Estado de São Paulo), normalmente passa despercebido o fato de que espaços como o campus da USP possuem em seu cotidiano problemas de segurança bastante similares aos que ocorrem em qualquer outra parte da cidade, e que estes, em realidade, constituem a maior parcela dos problemas relacionados à segurança nesses ambientes, fazendo parte de seu cotidiano e não sendo (salvo algumas exceções) objeto dos meios de comunicação de forma mais aprofundada. Entre esses eventos podemos destacar uma quantidade significativa de crimes como furto e roubo de veículos, furto e roubo de bicicletas, ameaças, agressões, vandalismo, tráfico de entorpecentes, apreensões de armas e assim por diante (como podemos observar na tabela 2, referente às ocorrências produzidas pela guarda universitária do campus)¹¹⁹, eventos esses que

¹¹⁹ Nesse sentido (e de forma a “desideologizar” a questão para que possamos fazer a análise da segurança do campus da USP nos mesmos parâmetros que os demais espaços analisados), estamos considerando aqui os conflitos “políticos” do campus apenas como mais um tipo de evento relacionado à segurança dentre as diversas categorias criminais que estão presentes nesse contexto. Suas características particulares derivam, portanto, das características contextuais próprias que compõem as particularidades do espaço (da mesma forma, por exemplo, que os casos relativos às grandes aglomerações de adolescentes no Shopping Penha aos finais de semana) e que requerem soluções específicas por parte das entidades responsáveis para tanto.

constituem o foco de atenção dos atores que formam o modelo de gestão da segurança do campus.

Essa gestão da segurança na Universidade de São Paulo é realizada, como destacado anteriormente, por um modelo misto que reúne, por um lado, a “Guarda Universitária” (que é um órgão público de segurança, pois é pertencente à administração da universidade, porém “não-policial”) responsável pela segurança das áreas externas do campus (ruas e avenidas, praças, etc.) e, por outro, agentes de segurança privada pertencentes a seis diferentes empresas de segurança¹²⁰, que têm seus serviços contratados para desempenhar as funções de segurança nos espaços internos das diferentes unidades do campus, e também de algumas localidades externas específicas (como bolsões de estacionamento e as portarias da universidade). Além de ser responsável pela contratação e organização dos serviços de segurança prestados pelas empresas terceirizadas, a Guarda Universitária atua também como coordenadora operacional e realiza o aprimoramento do treinamento dos vigilantes fornecidos por elas, que devem freqüentar pelo menos parte do curso preparatório de 120hs destinado à formação dos agentes da guarda, de forma que possam, através das disciplinas oferecidas no curso, conhecer as particularidades do ambiente do campus, do contexto universitário e das especificidades da segurança do local.

O contingente da Guarda Universitária (considerando-se todos os campi da USP) é constituído atualmente por 108 guardas (quase o dobro do contingente há dez anos, de 57 guardas), que efetivam o seu serviço em três turnos de 8hs/dia. O número de vigilantes das empresas terceirizadas que atuam no campus, entretanto, formam um contingente consideravelmente maior, de cerca de 750 vigilantes em atuação¹²¹. Todos os agentes de segurança (guardas e vigilantes) atuam desarmados; apenas utilizam, além do cassetete, instrumentos de rádio e comunicação e os recursos destinados ao transporte (sendo nove automóveis, 18 motos e 15 bicicletas). Os setores operacionais da Guarda Universitária, que formam o seu “sistema integrado de prevenção” (composto pelo policiamento e

¹²⁰ As empresas de segurança privada terceirizadas que fazem a segurança do campus da USP são a Evik Segurança e Vigilância, Capital, Centurion, Gutti Segurança e Vigilância, GSV e Suporte.

¹²¹ Considerando-se apenas o campus principal, que é o campus Butantã, o total é de aproximadamente 65 guardas e 450 vigilantes.

vigilância motorizada, a pé e de bicicleta e pela seção de inspetoria, que é a responsável pelas equipes operacionais)¹²², são coordenados pelo Centro de Planejamento e Controle – CPC, que, junto ao “Serviço de Análise e Prevenção” (onde funciona a central de monitoramento das câmeras¹²³ e alarmes instalados no campus e o setor de apoio às unidades do campus, para auxílio à instalação de sistemas eletrônicos, alarmes e manutenção dos equipamentos), compõem a área de segurança do campus da USP, denominada Divisão Técnica de Operações e Vigilância – DOV¹²⁴. No quadro administrativo dos órgãos da universidade, essa Divisão está ligada diretamente à Coordenadoria do Campus da Capital – Cocesp (antiga Prefeitura do campus), como vemos no organograma abaixo.

Figura 10. Organograma USP

¹²² Pode-se dizer que o trabalho de policiamento desempenhado pela guarda universitária da USP (exceto pelo fato de ser desarmada), além de ter características comuns aos serviços de segurança “orgânica” em relação a sua organização, é também bastante semelhante ao desenvolvido pelas guardas municipais, sendo responsável pela proteção das unidades do campus (área externa) e também pelas funções de policiamento ostensivo de apoio às polícias militares (quando é o caso). Além dessas semelhanças, entretanto, a guarda agrega também o aspecto bastante comum entre as forças privadas de segurança, já anteriormente comentado, de se especializarem no policiamento das áreas que policiam, pelo longo conhecimento e experiência construída ao longo do tempo.

¹²³ A Guarda Universitária atualmente possui 85 câmeras instaladas no campus.

¹²⁴ O Diretor da Divisão de Operações e Vigilância da Guarda Universitária (que será aqui chamado apenas de “Diretor da Guarda”), Ronaldo Pena, foi quem forneceu as principais informações acerca da segurança do campus. Ronaldo é diretor de operações da Guarda Universitária desde 2001, tendo passado a ocupar o cargo após ter participado de processo de mapeamento dos problemas relacionados à segurança do Campus em 1999.

Fonte: Divisão Técnica de Operações e Vigilância – DOV /USP (elaboração própria)

O CPC é também responsável pelo controle sistemático das atividades de segurança do campus e pela catalogação das ocorrências registradas pelos agentes da guarda¹²⁵, que servem de subsídio ao planejamento das atividades operacionais preventivas. Entre as atividades de prevenção desenvolvidas pela Guarda também fazem parte, de acordo com seus supervisores, o planejamento de atividades conjuntas com o policiamento militar e também com as empresas terceirizadas que apóiam o sistema preventivo.

Quanto a essa interação entre a guarda Universitária e a polícia militar, foi possível captar, no âmbito desta pesquisa, dois momentos significativamente diferenciados, e que afetam a forma como esses contatos – que envolvem diretamente a perspectiva da construção conjunta de metas para as ações de policiamento – são produzidos. Ambos esses momentos – um de aproximações construtivas entre as forças e outro mais recente de degradação nesse relacionamento - devem ser destacados, por um lado por exemplificarem como as diferentes conjunturas acabaram por produzir resultados distintos sobre as questões analisadas, e por outro pelo fato de que a própria transformação em relação à orientação

¹²⁵ As estatísticas referentes às ocorrências registradas estão disponíveis no site da Guarda (<http://www.usp.br/vigilancia>), em que há uma divulgação detalhada das ocorrências relacionadas ao crime e a segurança (e também administrativas) no campus desde 2007, de acordo com formato próprio desenvolvido pelo CPC. Além das estatísticas, no site da Guarda também estão disponíveis um serviço de denúncias “on-line” e outra de “ombudsman”.

dada a respeito da aproximação entre a polícia e os setores de segurança do campus (e as decisões que a sustentam) constitui também um aspecto crucial acerca da relação entre as forças policiais públicas e as forças privadas (e não-policiais) e seus impactos sobre as práticas relativas ao policiamento. Até recentemente, de acordo com o diretor e alguns dos demais funcionários da Guarda, era freqüente a participação dos policiais militares em nível de comando da região nas reuniões do Centro de Planejamento e Controle – CPC para articulação das políticas e ações estratégicas na USP, junto aos demais atores responsáveis pelo policiamento local. A PM era convidada e, de fato (na visão da equipe da Guarda), “ouvava” a USP (e a guarda), no sentido de orientar a formulação de suas próprias ações no que tangenciava ao atendimento e necessidades da universidade, a partir de perspectiva dialogada e construída em conjunto com os operadores e gestores que acompanhavam de perto o seu dia a dia¹²⁶. Nesse momento, principalmente entre o período de 1998 – quando a área de segurança do campus passou por uma importante reestruturação¹²⁷ – até cerca de 2008, que, segundo os responsáveis pela guarda e também os policiais militares que atendiam a região, foi marcado por uma aproximação mais forte, havia uma troca de informações mais importante e bastante ágil entre a Guarda e os policiais, com importantes ganhos para o atendimento das ocorrências e resolução dos problemas locais. Todas as ocorrências que a PM atendia na USP (que a ela chegam através do sistema telefônico 190) eram imediatamente comunicadas para a Guarda através de rádio. Além de poder permitir, quando fosse o caso, o apoio da Guarda às ações da PM, essa comunicação possibilitava também que a Guarda tomasse conhecimento sobre a disseminação dos problemas (para além daqueles em que eram eles próprios os responsáveis pelo atendimento) em seu local

¹²⁶ A existência dessa parceria da USP com a polícia militar é na realidade um processo que remonta já há algumas décadas, sendo a própria Guarda Universitária criada, em 1985, em protocolo conjunto entre as polícias militar e civil do Estado, que foram responsáveis pelo treinamento do corpo inicial da Guarda. O 16º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano - 16º BPM/M – que é hoje responsável pelo local onde se localiza a USP (e também por uma grande parte da zona oeste da cidade), surgiu, de acordo com informações da Polícia Militar paulista, da “Guarda da Cidade Universitária de São Paulo” que era um segmento das forças policiais do Estado (chamadas naquele tempo de “Força Pública”) que havia sido criado em 1955 para fazer o policiamento da área. A mudança de nome para 16º BPM/M ocorreu em 1963, e, a partir de 1984, a polícia militar passou a fixar-se dentro do Campus da USP, construindo uma unidade próxima a então Prefeitura do Campus.

¹²⁷ Em 1998 a USP implementou um programa abrangente de análise de problemas e transformação de sua estrutura de segurança – “Programa de Segurança da Universidade de São Paulo” – que resultou em mudanças profundas na equipe da Guarda Universitária e em suas metodologias em termos de sistemas operacionais, equipamentos e atividades realizadas pelo conjunto de agentes de segurança e demais funcionários.

de atuação, bem como permitia que ela pudesse corretamente registrar os eventos - essenciais para o seu planejamento - e conseqüentemente divulgá-los para os agentes de segurança e para a comunidade. Além disso, nos casos de relatórios específicos que a Guarda encaminha para os policiais acerca de seus problemas relativos à segurança ou acerca de alguma questão ou investigação específica, a proximidade entre eles estabelecida reduzia em muito a possibilidade de que temas de interesse deixassem de ser devidamente conversados e problematizados.

O processo recente de transformação (e de degradação nas relações) se deveu principalmente à mudança de batalhão da PM responsável pelo atendimento da USP, que, em 2009, deixou de ser o 16º e passou a ser o 4º BPM/M (localizado na região do Alto da Lapa, em São Paulo). Com essa mudança, o atendimento do policiamento militar para a USP passou a ser realizado por um perfil policial bastante diferente: policiais que pouco conhecem a universidade, seus diferentes espaços e suas características próprias enquanto ambiente universitário (“[o]s policiais que agora vêm aqui, quando têm que atender uma ocorrência já não sabem onde fica a reitoria, a área onde ficam os bancos, onde é a coordenadoria”). Além disso, os policiais responsáveis pelo comando do batalhão não possuem o mesmo interesse que os policiais do 16º no desenvolvimento de qualquer proximidade¹²⁸, de acordo com agentes da Guarda e com os próprios policiais. Com isso, para o Diretor da Guarda, a USP “passou a figurar para a polícia como parte do ‘policiamento comum’”, não havendo mais muita sintonia com as forças de segurança e com as políticas de gestão da USP. Atualmente, além de ser menor a frequência da polícia no campus para o atendimento de ocorrências, não há, por exemplo, a comunicação à Guarda dessas ocorrências atendidas, lacuna que possui impacto negativo não apenas sobre o grau de conhecimento acerca dos problemas internos, como também sobre a sua própria possibilidade de catalogação e controle sobre esses eventos, informação que, além de ser

¹²⁸ Ainda que indiretamente possa haver outros fatores relacionados a esses processos, inclusive relacionado a mudanças internas da gestão da universidade acerca dos aspectos condizentes à segurança e à proximidade com as organizações da polícia militar, essas dificuldades no relacionamento entre as forças parecem em muito serem influenciadas por diferenças de perfis e características individuais dos comandantes. Exemplo disso é o fato de que o Coronel que estava no comando do 4º BPM/M no momento da mudança de batalhão (Coronel Longo) demonstrava intenção de proximidades com a Guarda muito mais positivas do que o seu sucessor, pretendendo “manter as atividades como eram anteriormente”, como atestam os próprios integrantes da Guarda. De acordo com o Diretor da Guarda, o tenente-coronel que agora é comandante do 4º BPM/M, era anteriormente do 16º BPM/M e “possui preconceitos” com relação à Guarda.

“potencialmente” pública - uma vez que são publicadas no site da Guarda, é crucial para que esta possa planejar a sua atuação e alocar corretamente o seu efetivo de forma coerente com a localização das áreas de maior incidência dos problemas. Diga-se de passagem, essa diminuição da presença dos policiais em atividades da Guarda influenciou também para o enfraquecimento de algumas ações por ela desenvolvidas, como as próprias reuniões do Centro de Planejamento e Controle – CPC (o qual “está atualmente desarticulado, porque diminuiu o interesse na participação”, segundo agentes da Guarda), que se constitui também como órgão impulsionador de um contato mais freqüente com as polícias para a discussão de problemas que afetam o campus e participação mais ativa dos policiais nesse processo. A própria atividade de ronda, na universidade, dos policiais - que faziam o percurso da maior parte das ruas e avenidas do campus com certa freqüência - também diminuiu consideravelmente.

De fato, para os funcionários da guarda, diferentemente do que ocorria há alguns anos, quando as políticas de policiamento eram mais articuladas entre a guarda (e demais agentes de segurança da USP) e as polícias, os policiais atualmente “não querem nem saber de atender a USP”; hoje, o coronel da PM que é responsável pela área que engloba o campus da USP não procura atender aos chamados da universidade em casos de ocorrências criminais, com a justificativa de que “a USP já tem o seu próprio policiamento”. Além disso, deixou também de haver qualquer tipo de auxílio da Guarda (que, de mais a mais, são os “especialistas” do policiamento local, no sentido que salientamos anteriormente) nas atividades desempenhadas pela polícia no local, no sentido de facilitar a localização de áreas, intermediar a comunicação com setores universitários e demais atores do campus, estarem presentes no apoio às ações, e também de exercerem a “mediação” em situações particularmente delicadas do contexto universitário, como no caso de protestos e manifestações realizadas por estudantes, funcionários e professores do campus. Ainda assim, mantém-se uma rotina de reuniões mensais entre o inspetor de segurança da Guarda e o capitão da 4ª Companhia do 4º BPM/M (Capitão Almeida), que é agora a subdivisão responsável diretamente pela área onde se localiza o campus da USP, em que são discutidos, segundo informações de ambos os lados, pontos específicos como problemas mais freqüentes e atuações prioritárias da PM em relação ao campus.

Não obstante esses fatores que sofreram impacto direto com essas mudanças recentes identificadas nas relações com a polícia, uma série de outras ações se mantém de forma significativamente estáveis desde o processo de reestruturação da Guarda no final dos anos 1990. Diga-se de passagem, desde sua fundação até esse período de reestruturação, as atividades da guarda constituíam-se basicamente pelas ações de “fiscalização”, relativas a ações como colocações de cavaletes para controle de fluxo de automóveis, identificação de buracos nas ruas e presenças de vendedores “ambulantes” em lugar inapropriado (controle de irregularidades em acordo com a disposição administrativa vigente); e “operacionais”, mais propriamente as ações relativas a ocorrências criminais. Desde 1999 passaram a ser desenvolvidos levantamentos mais sistemáticos das ocorrências, estudos específicos acerca de problemas mais freqüentes ou áreas que merecem atenção especial e planejamento freqüente das ações. Todos os estudos específicos realizados pela Guarda que visam a construção de estratégias específicas de segurança (como, por exemplo, relatório contingencial específico desenvolvido recentemente acerca de uso e tráfico de drogas no campus) são enviados para as polícias, muitas vezes com imagens e localização espacial de eventos. São também enviadas para as polícias mensalmente - por e-mail - as ocorrências registradas pela Guarda, tanto para o tenente-coronel responsável pelo 4º Batalhão quanto para o capitão comandante da 4ª Companhia. No entanto, atualmente, segundo os responsáveis da Guarda, nunca recebem “feedback” por parte das polícias, seja com relação aos relatórios específicos, seja em relação às ocorrências mensais. A Guarda também pouco sabe informar se os registros que eles enviam às polícias, muitas vezes contendo o perfil de ocorrências às quais as polícias não tiveram acesso, chegaram a ser incorporadas nas estatísticas oficiais produzidas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Com relação a esses registros, a Guarda Universitária possui um formato específico para a captura dessas informações, subdivididas em “ocorrências” (nem todas criminais, pois incluem também dados como de acidentes de trânsito, com ou sem vítimas) e dados acerca das atividades operacionais desempenhadas pela Guarda, que mesclam ações relativas às ocorrências criminais (“flagrantes”, “armas apreendidas”, “auto localizado”, e assim por

diante) e ações administrativas (como “atendimento ao público” e “infração de trânsito”). Esses dados são divulgados no site da Guarda Universitária (<http://www.usp.br/vigilancia>) desde 2007, ao mesmo tempo em que são retrabalhados para a produção de relatórios analíticos sobre essas informações (com frequências, cruzamentos, áreas de risco, etc.) para as finalidades de planejamento estratégico. Apesar do modelo de registros não necessariamente conter as mesmas categorias criminais das que são utilizadas pelos registros oficiais nas delegacias de polícia, a maior parte delas é equiparável e poderia ser acrescentada aos dados oficiais. Embora, como colocado, os dados relativos às ocorrências sejam enviados às polícias *a posteriori*, nem todas as ocorrências atendidas pela Guarda são direcionadas para a feitura de boletim de ocorrência, de forma imediata ao atendimento da ocorrência. O procedimento que a Guarda (segundo as afirmações de seus integrantes) adota é o de acompanhar as vítimas até a delegacia para que o B.O. seja feito, mas isso muitas vezes não ocorre (geralmente nos crimes menos graves, como os furtos) por causa das dificuldades “sistêmicas” (filas nas delegacias, “não vai haver retorno”, “o valor é baixo”, etc.) além de (e principalmente por) “já ter sido realizado um registro do caso na Guarda Universitária” (ou por uma das terceirizadas, cujos dados são todos repassados para a Guarda)¹²⁹. Portanto, é grande a probabilidade de que haja mais registros de ocorrências acerca dos eventos na USP nas estatísticas da Guarda do que nas próprias estatísticas da Secretaria de Segurança Pública estadual¹³⁰. Como afirma o diretor da Guarda, “Nós temos mais registros de ocorrências na USP do que a própria polícia”¹³¹. No quadro abaixo estão dispostas as principais ocorrências registradas pela Guarda (até setembro), em ordem de

¹²⁹ Com relação a isso, é importante destacar diferenças observadas em relação ao contexto internacional. Em muitas das universidades norte-americanas, como, por exemplo, na Universidade da Pennsylvania e na Universidade Estadual de New Jersey - Rutgers, as informações relativas a ocorrências criminais podem ser transmitidas pelo sistema de informações estatísticas de seus respectivos estados (através do Uniform Crime Report system). A Universidade de Rutgers é também filiada ao National Crime Information Center – NCIC, através do qual pode enviar e também ter acesso a determinadas informações.

¹³⁰ De fato, observando-se os registros criminais do sistema de informações da secretaria estadual de segurança pública (Infocrim), é possível perceber que, durante os meses de janeiro a setembro de 2009 foram registrados no perímetro correspondente à Cidade Universitária do Campus Butantã 34 furtos (exceto furto de veículos) e apenas 6 roubos (exceto roubo de veículos), sendo que nas estatísticas fornecidas pela Guarda Universitária há registro da ocorrência de 51 furtos (somando-se “furtos simples” e “furtos de patrimônio” da USP) e 39 roubos no mesmo período (em ambos os casos não considerando-se a subtração de veículos).

¹³¹ Em alguns países, há uma obrigatoriedade de que as instituições de educação de nível superior publiquem e disseminem informações relativas a ofensas criminais ocorridas no interior e nas proximidades de cada campus. Anualmente, nos Estados Unidos, deve também ser encaminhado ao Departamento de Educação um relatório acerca de informações relativas a ocorrências como homicídio, ofensas sexuais, roubo, agressão, arrombamento e furto de veículos. Essa lei, denominada “The Clery Act”, está em vigor no país desde 1990. As estatísticas estão disponíveis em <http://www.ope.ed.gov/security/index/asp>.

ocorrências mais frequentes. As principais ocorrências, como vemos, dizem respeito a crimes “contra o patrimônio”, como o furto qualificado (em geral, com arrombamento) correspondendo a quase 40% das ocorrências, seguido dos acidentes de trânsito sem vítimas, com 14.4%. Dano /depredação, roubo, tentativa de furto, furto simples, furto de patrimônio da USP e furto de veículo vêm em seguida, somando 38%.

Tabela 2. Ocorrências criminais na Universidade de São Paulo - USP - 2009

PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS DE 2009											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	TOTAL	%
FURTO QUALIFICADO	29	11	27	28	28	29	14	22	21	209	38,07
ACIDENTE TRÂNSITO S/ VÍTIMA	4	3	8	5	12	13	9	15	10	79	14,39
DANO/DEPRADAÇÃO	6	9	6	2	10	7	5	10	12	67	12,20
ROUBO	6	3	3	4	1	1	2	13	6	39	7,10
TENTATIVA DE FURTO	2	1	3	4	3	3	4	6	3	29	5,28
FURTO SIMPLES	2	0	3	1	5	6	4	3	3	27	4,92
FURTO DE PATRIMONIO USP	3	4	0	0	5	3	3	1	5	24	4,37
FURTO DE AUTO	1	3	5	1	4	1	1	2	5	23	4,19
ACIDENTE TRÂNSITO C/ VÍTIMA	0	2	4	2	4	2	4	3	1	22	4,01
AGRESSÃO	2	1	1	0	2	1	0	0	1	8	1,46
ENTORPECENTE	1	1	0	0	2	0	1	2	0	7	1,28
AMEAÇA	0	2	0	0	1	0	1	1	1	6	1,09
ATO INFRACIONAL	0	0	1	0	1	1	0	1	0	4	0,73
ATROPELAMENTO	1	0	1	1	1	0	0	0	0	4	0,73
TENTATIVA DE ROUBO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0,18
ESTUPRO / TENTATIVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
HOMICÍDIO/TENTATIVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
SUICÍDIO / TENTATIVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
TOTAL	57	40	63	48	79	67	48	79	68	549	

Fonte: Central de Operações do Campus da Universidade de São Paulo - CPC

Com relação às ações da Guarda (tabela 3 abaixo), as vistorias ou visitas a unidades representam a metade do total de ações (em média, 20 por dia), e o atendimento ao público 40% (12,5 por dia).

Tabela 3. Atividades operacionais da Guarda Universitária na Universidade de São Paulo – 2009

OPERACIONALIDADE DA GUARDA UNIVERSITÁRIA - 2009											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	TOTAL	%

VISTORIAS OU VISITAS UNIDADES*	487	741	987	688	441	500	605	435	450	5334	49,93
ATENDIMENTO AO PÚBLICO*	218	309	706	422	394	405	283	306	370	3413	31,95
VEÍCULOS IDENT. ABERTOS*	48	88	202	126	83	35	33	83	108	806	7,54
AVERIGUAÇÕES*	72	91	106	73	75	43	45	58	65	628	5,88
INFRAÇÃO DE TRÂNSITO*	13	9	61	47	54	19	14	40	31	288	2,70
APOIO A UNIDADE*	9	58	54	22	11	5	18	9	7	193	1,81
MENORES RETIRADOS DO CAMPUS*	1	0	0	0	0	0	1	6	1	9	0,08
FLAGRANTE	2	0	3	2	1	0	0		0	8	0,07
ARMAS APREENDIDAS	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,01
AUTO LOCALIZADO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0,01
MENORES ENCAMINHADOS AO DP	1	0	0	0	0	0	0		0	1	0,01
VEICULOS APREENDIDOS	0	0	1	0	0	0	0		0	1	0,01
TOTAL	852	1296	2120	1380	1059	1007	999	937	1033	10683	

*dados retirados dos relatórios da Central de Operações do Campus

Fonte: Central de Operações do Campus da Universidade de São Paulo - CPC

Outro aspecto importante de ser reportado diz respeito à ação da Guarda e dos vigilantes terceirizados frente a ofensores (ou potenciais ofensores) e à motivação e definição, na iminência de uma ação específica, de se chamar ou não a polícia. Em todos os casos de ocorrências criminais (como estupros, furto/roubo de veículos, seqüestros, agressões, etc.), em tese, a Guarda - além de, quando for o caso, fazer a preservação do local do crime¹³² - é instruída a chamar a polícia (em geral através de rádio, mas poderá ser também por telefone). Na prática (excetuando-se situações de menor gravidade, como no apartamento de agressões, em que o(s) guarda(s) e o(s) vigilantes(s) devem usar o seu próprio discernimento para chegar a uma decisão), isso é o que ocorre, sendo também similar ao observado no Shopping. De acordo com os entrevistados da Guarda, os procedimentos de uso da força restringem-se à conversa e orientação, além do uso de práticas de defesa pessoal quando necessário. “Para além disso, é necessário o acionamento da polícia”, o que significa que a polícia será chamada (em tese) para qualquer situação em que houver um agressor motivado que não poderá ser contido pela Guarda ou vigilantes (ou seja, que o guarda, ou vigilante, “julguem” que não terão capacidade de controlá-lo com sua própria força física e habilidade, ou que o agressor esteja portando arma de fogo, ou, ainda, que estejam em vantagem numérica). Quando há, entretanto, um “suspeito” para averiguação e

¹³² A preservação do local do crime é uma ação de extrema importância para qualquer força de segurança. A Guarda, assim como também nos cursos obrigatórios de formação de vigilantes de acordo com a regulamentação do Departamento de Polícia Federal – DPF, possui um curso específico versando sobre o aprendizado dessa prática.

a necessidade de se fazer uma revista, por exemplo, a orientação é de que a polícia seja chamada, embora nem sempre isso seja cumprido à risca. Nota-se, portanto, que, em todas essas situações, trata-se de linhas significativamente tênues, em que as decisões são tomadas tendo em vista “a proporção em que os fatos ocorrem”.

Existe ainda, assim como nos Shoppings, a situação em que a polícia é chamada, mas que ou demora ou expressamente indica que não poderá atender a ocorrência. Nesses casos caberão aos Guardas e/ou vigilantes, e eventualmente também aos seus supervisores, determinarem (de forma instantânea) o procedimento que tomarão, tendo em vista a ameaça representada e o grau de risco da operação. Nos casos de detenção, as situações são também semelhantes a exemplos já descritos: estas são realizadas, tanto pelos guardas quanto pelas terceirizadas, em função de necessidades contingenciadas pelo desenvolvimento da ação e pelo cálculo relativo à provável chegada da polícia. O procedimento inicial, antes da tomada de decisão acerca do aprisionamento, é de se isolar o local onde se encontra o possível ofensor. Ainda com relação às detenções, as entrevistas realizadas no campus trouxeram à luz ainda outro aspecto problemático: segundo alguns dos agentes de segurança, o vigilante terceirizado, quando exerce uma prisão, se vê obrigado a “sair de circulação” por um tempo, pois a sua maior vulnerabilidade (por fazer parte de uma organização consideravelmente mais frágil e não ter o apoio da estrutura policial) certamente criará grandes possibilidades de que venha a sofrer represália por parte de outros criminosos (como já ocorrido em algumas ocasiões no interior do espaço do campus), comprometendo, além de sua própria segurança, a segurança de seus colegas vigilantes e da segurança do campus. Por todas essas razões, a questão do aprisionamento e suas conseqüências exigem uma tomada de decisão bastante delicada e de contornos bastante tênues, em que a articulação com a polícia e a participação desta nas ações tem uma influência fundamental, podendo impulsionar soluções rápidas e efetivas ou abrir espaço para a criação de novos problemas e constrangimentos. Quando a polícia está presente na ação, entretanto, a ocorrência “é dela”, o que corrobora a visão das demais forças de segurança como sendo apenas auxiliares das polícias (algo similar à idéia da segurança privada como “parceiro júnior” conceitualizada por Shearing (2001)), como observado também no contexto dos shoppings. Com relação ao conjunto das atividades em

que há interação com a polícia - apesar das importantes lacunas apontadas em razão das transformações mais recentes – como atendimento a ocorrências e na troca de informações - a relação costuma ser de cooperação entre as partes, embora seja novamente apontado o desconhecimento dos policiais acerca das atividades e atribuições desempenhadas pela Guarda e pelos vigilantes.

Algumas outras ações que entram no rol de particularidades de atividades desenvolvidas por agentes de policiamento com os agentes de segurança das empresas privadas e a Guarda merecem também ser destacadas. Espaços como a universidade, assim como também Shoppings, danceterias, bares, cinemas, casas de eventos diversos e eventos públicos como shows de música e outras manifestações culturais, muitas vezes criam condições para que determinadas liberdades individuais possam ser exercidas com menos constrangimentos do que seriam fora desses espaços, por vezes gerando conflitos com outras pessoas e particularmente com forças de segurança (sobretudo com a polícia pública), que não necessariamente estão preparadas para conviver (ou para se “encaixar” simbolicamente) com determinadas manifestações. Um exemplo foi o caso, ocorrido em 2005, de um beijo ocorrido entre duas garotas na USP leste¹³³, que gerou uma abordagem de uma policial militar que pretendia levar as garotas à delegacia pelo ato (de acordo a reportagem realizada pelo jornal Folha de São Paulo na época, a policial “disse não saber que a homossexualidade era permitida por lei”)¹³⁴. Casos de namoro entre homossexuais e a atitude de vigilantes também foram relatadas, durante o desenvolvimento desta pesquisa, com relação aos shopping-centers¹³⁵. Para os vigilantes do Shopping Penha, por exemplo, é comum haver casais de namorados homossexuais nas escadarias de incêndio (por alguma razão específica, segundo dizem, são sempre casais homossexuais nessas situações que são “explicitamente sexuais” ou com “intenções sexuais”). Trata-se, entretanto, de escadarias que são também bastante utilizadas pelo público, apesar de serem próprias para o uso em caso de incêndio, “gerando incômodo” para alguns visitantes. Trata-se de uma situação

¹³³ A Guarda Universitária, que tem sua sede situada no campus principal (que se localiza no distrito do Butantã, em São Paulo) é responsável também pelas demais unidades da USP na cidade de São Paulo, como o campus Leste (localizado na zona leste da cidade).

¹³⁴ “Namoro de garotas vira caso de polícia”.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u113873.shtml>.

¹³⁵ A Verzani e Sandrini é responsável também pela segurança do Shopping Frei Caneca, em São Paulo, que se transformou nos últimos anos em um “ponto de encontro” da comunidade gay em São Paulo.

interessante: o tratamento (segundo dizem) seria o mesmo para hetero ou homossexuais, ou seja, é dito aos casais, “de forma tranqüila, sutil”, que não é permitido namorar *naquele local*. Segundo o supervisor, frisar a questão do local é para eles importante, pois é comum que aconteça (como já foi o caso) de sofrerem processos por discriminação (afirmam, nesse sentido, que em certas ocasiões ocorreram casos de casais homossexuais que reagiram à abordagem dizendo que o problema seriam na realidade as “suas opções” e não “o que estavam fazendo”, gerando, por parte deles, forte reação). Seja como for, a estratégia dos vigilantes tem tido, para eles, os resultados esperados, uma vez que com essa atitude e posicionamento, eles têm conseguido impor suas regras sem gerar conflitos com visitantes, o que está de acordo com as intenções do proprietário e resulta em uma estratégia positiva de resolução de conflitos (algo que poderia ser bastante diferente em se tratando de uma ação policial, dado o exemplo já citado). Salienta-se também, com esse exemplo, uma característica específica que as forças de segurança privada possuem e que aprenderam a desenvolver devido à natureza das situações e contextos em que atua: o uso da discricão - o qual não constitui parte do rol de “ferramentas” das quais as polícias dispõem, pois devem agir de acordo com um repertório condizente a um público muito maior e muito mais diferenciado do que os grupos mais específicos para os quais as atitudes dos vigilantes se direcionam.

Na USP, as orientações com relação à ação da Guarda em situações semelhantes costumam ser parecidas (sendo que no caso da USP Leste, segundo afirmam, a desarticulação com a polícia havia sido o principal problema, tendo impedido uma mediação que evitasse a ação equivocada da polícia militar). Em casos como, por exemplo, o uso de “drogas”, de uma forma geral a orientação é de não envolvimento (“vista grossa”) ou no máximo de uma conversa mais amistosa no sentido de persuadir os envolvidos a interromperem o ato ou se deslocarem para um lugar sem visibilidade e sem interferência sobre outras pessoas presentes no Campus.

Como um último tipo de ação desenvolvida na universidade que é importante de ser descrita está a preocupação existente (sobretudo em tempos mais recentes) com o trabalho preventivo e especificamente voltado à ação sobre sinais de “desordem física” existentes no

Campus. Nesse sentido, a Guarda (e os vigilantes, quando for o caso) procura dar ênfase à resolução de problemas relacionados a fatos como veículos que passam vários dias “abandonados” em um mesmo local (situações em que se procura localizar o dono ou se aciona a polícia), lixo acumulado e degradação física de prédios e outras seções das unidades do campus, assim como ações relacionadas ao aumento da visibilidade nas áreas do campus (iluminação, poda de árvores, etc.). Nesse sentido, há uma busca dessas forças de segurança em atuar de forma alinhada às diretrizes do que se convencionou chamar de “broken windows”, como vemos, por exemplo, com relação a casos como os BIDs norte-americanos analisados por Vindevogel (2005)¹³⁶.

É interessante notar, como no caso do Shopping, que a política de segurança desempenhada pela universidade parece ter seus contornos, delimitações e tarefas bastante claras e organizadas de forma coerente. A Guarda, em anos recentes, parece ter passado - como atesta seu curto processo histórico - por estratégia de planejamento similar às que são realizadas no universo privado, que, mesmo com seus “jargões” e limitações, conseguem conferir, de forma significativa, racionalidade e graus satisfatórios de eficiência às ações que desenvolvem. Mais do que isso, eles sabem onde precisam chegar “com suas próprias pernas”, assim como sabem o papel da polícia em relação a eles e seu próprio papel em relação a ela (a relação da Guarda e das demais forças de segurança com as forças de segurança do ambiente externo – polícias e guarda municipal – é algo que esteve presente na concepção do programa desenvolvido para a reestruturação da Guarda desde o princípio). Evidentemente, é mais fácil para uma organização como a Guarda ou uma organização privada se planejar e absorver suas possibilidades e limitações em um planejamento racional em relação à circunscrição específica (menor) em que atuam, bem

¹³⁶ A experiência dos BIDs (Business Industry Districts) estudados por Vindevogel (2005) nas cidades de Nova York e Philadelphia caracterizaram-se pela construção de esforços comunitários para revitalização de áreas específicas e redução de crimes, tendo como parte central o estabelecimento de parcerias entre as polícias e os setores empresarial e comercial local visando à ação preventiva focalizada, e para tanto gerando aproximações e interações entre os setores público e privado de segurança. Para Vindevogel, essas parcerias resultaram em ações bem sucedidas de redução do crime e da insegurança nessas cidades, em locais como o *Times Square* (NY) e o *Center City District* na Philadelphia, através não apenas da ação voltada a contenção direta da prática das ações criminais e da utilização e direcionamento de recursos policiais para a resolução de problemas específicos, mas também no trabalho de redução dos sinais de desordem urbana local (que teriam, para o autor, colocado em prática os princípios da *broken Windows theory* mesmo antes desta ter começado a influenciar as estratégias de policiamento norte-americanas).

como às características contextuais desta (voltaremos a isso adiante). Mas essa é uma característica que essas organizações têm que não pode ser menosprezada. A guarda é capaz de ampliar a quantidade de informações existentes para além do que é captado pelas polícias; podem permitir, caso houvesse de fato uma articulação eficiente com a polícia, que esses contingentes policiais ficassem livres para o atendimento de outras áreas, dado que, conservados certos limites, a Guarda e as terceirizadas são capazes de solucionar certos problemas de menor monta; e possuem condições para permitir a otimização de ações conjuntas com a polícia caso isso se faça necessário.

Por outro lado, é novamente com relação à ação policial que o quadro torna-se um tanto mais obscuro. Existe uma proximidade com as polícias, porém esta se manifesta de forma mais forte e positiva apenas em determinados momentos, sendo que as relações que estas possuem em relação às interações e planejamento de atividades não parecem ser capazes de manter grandes períodos de estabilidade ao longo dos tempos, com mudanças abruptas da política do policiamento local, tal como parece ser composto o quadro atual. A indefinição quanto a este papel e quanto ao atendimento específico de determinadas localidades (em especial onde haja outras forças de policiamento, como na USP), não é apenas prejudicial à própria organização policial estatal (e não apenas com relação às ações, mas também aos registros e produção de conhecimento de problemas locais necessários à produção de estratégias), mas interfere também no planejamento e nas práticas desses outros organismos. O não atendimento pela polícia de uma ocorrência (ou seu retardamento), por exemplo, poderá constranger a Guarda a tomar atitudes que estão além de sua alçada (ou, no mínimo, se constituirá como mais um elemento que poderá impulsionar a Guarda nesse sentido) podendo levar a inadequações, limitações, “fragilidade” no trato e na resolução satisfatória de ocorrências (como no caso de aprisionamentos ou no enfrentamento de criminosos com um potencial bélico muito mais elevado), e assim por diante.

4.3 Alphaville

O modelo de segurança existente em Alphaville reúne uma complexa ramificação de

diferentes estruturas de proteção, com esquemas de segurança específicos para cada uma das diferentes unidades e forças comuns destinadas ao controle dos espaços compartilhados. Pelo próprio nível extremamente elevado de recursos de proteção, destinados a satisfazer o conceito de “máxima segurança” preconizado por esses espaços, Alphaville constitui-se como um exemplo interessante para a observação, em operação, de todo um conjunto significativamente sofisticado de recursos humanos e tecnológicos de controle e prevenção, e a contribuição destes para as intersecções e transformações correntes nas formas de policiamento.

Em Alphaville foram observados tanto aspectos relacionados à segurança realizada no ambiente externo dos residenciais quanto aspectos relacionados a uma análise mais detalhada do sistema de segurança em um residencial específico. Toda a manutenção e segurança das áreas externas aos residenciais, empresas e áreas comerciais são de responsabilidade de associações criadas pelas comunidades de Alphaville (com o apoio e incentivo da construtora Albuquerque, Takaoka S.A., criadora do condomínio) e financiadas pelo conjunto das atividades empresariais, comerciais e dos moradores do condomínio¹³⁷. A organização do sistema de segurança e de suas características, com a participação direta da sociedade residente em Alphaville através das associações, faz parte de uma concepção mais ampla sobre a forma de administração do condomínio, voltado à possibilidade de que os próprios moradores possam participar ativamente do processo de gestão de Alphaville em suas diferentes áreas, dependendo o mínimo possível da administração pública. Atualmente, a parte externa dos residenciais tem a sua segurança realizada por duas associações principais, sendo a parte de Barueri sob responsabilidade da Associação Residencial e Empresarial Alphaville - AREA e a parte de Santana do Parnaíba pela Sociedade Alphaville Tamboré – SIA.

¹³⁷ Os empreendimentos empresariais do local também atingiram considerável sucesso e estão hoje presentes em grande escala no condomínio, com 42% da ocupação correspondendo ao setor residencial, 38% ao setor empresarial e 20% ao setor de serviços. Além dos residenciais, das empresas e edifícios comerciais, Alphaville também possui espaços como escolas, áreas comerciais abertas, bancos, bares, restaurantes, estabelecimentos de universidades paulistas (algumas significativamente conhecidas, como a Universidade Paulista - UNIP, a Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM e a Universidade Mackenzie) e dois shoppings centers.

Dada a semelhança no sistema geral de segurança entre os diferentes residenciais de Alphaville (ou seja, em termos de características do espaço físico externo, das residências, dos equipamentos de segurança utilizados, do perfil dos vigilantes e demais funcionários e da relação entre o sistema de segurança e a população), observados inicialmente e discutidos com os responsáveis pela segurança e pela construtora Y. Takaoka Empreendimentos S.A. (que desempenha atualmente o papel outrora desempenhado pela Albuquerque, Takaoka S.A. em Alphaville)¹³⁸, a definição do residencial específico analisado - tomada em conjunto com esses atores – levou em consideração a possibilidade de observação de um espaço que simultaneamente representasse as concepções e características presentes nos residenciais de Alphaville e em que fosse possível ter pleno acesso a sua área e aos funcionários diretamente relacionados à segurança para a realização de entrevistas.

O residencial escolhido - Gênesis II - se situa na parte de Alphaville pertencente ao município de Santana do Parnaíba - tendo, portanto, sua parte externa policiada pela SIA. Gênesis II começou a funcionar em 2006, ano em que sua estrutura básica foi finalizada e que os primeiros moradores passaram a viver no local¹³⁹. Esse residencial possui atualmente 20 famílias residentes, sendo que a maior parte está ainda para ser ocupada¹⁴⁰. Trata-se de um residencial que possui amplas áreas verdes (dividindo com o residencial Gênesis I uma área de florestas de 2.500.000m²)¹⁴¹, pequena loja de conveniência, centro com salas de reuniões, além das demais facilidades comuns a condomínios para famílias de alto padrão de renda (piscina coberta, quadras, playground, salão de festas, *hometheather*, sauna, sala de ginástica, cybercafé, etc.).

¹³⁸ As conversas iniciais foram realizadas com os engenheiros Marcelo Takaoka e Wilson Honda, da Y. Takaoka Empreendimentos S.A. e com o Cel. Edson da Silva, Secretário dos Assuntos de Segurança de Barueri e consultor em segurança, que foram mais longamente entrevistados posteriormente para a obtenção de informações específicas acerca de Alphaville e seus residenciais. Outras fontes e referências específicas sobre Alphaville, algumas não-acadêmicas, foram também utilizadas como suporte ao material coletado.

¹³⁹ No período de desenvolvimento da pesquisa, a responsabilidade pela portaria e vigilantes do Gênesis II estava ainda sob responsabilidade da construtora. Normalmente a construtora se responsabiliza pela segurança do condomínio até que ele atinja o montante de 20 famílias residindo no local, quando a associação formada por essas famílias passam a se responsabilizar pela execução de tais serviços no residencial.

¹⁴⁰ O Genesis I, um pouco mais antigo (com as primeiras famílias passando a viver no local em 2004) possui atualmente cerca de 80 famílias residentes, podendo chegar a cerca de 200 famílias. O Gênesis II, por outro lado, foi concebido para um total de até 466 lotes a serem ocupados.

¹⁴¹ Ver imagem da perspectiva do residencial no anexo 6.

O modelo de segurança é também significativamente sofisticado, com sistema de segurança eletrônica com controle central (sala de monitoramento para acompanhamento em tempo integral dos espaços do residencial)¹⁴², sensores em toda extensão dos muros e alambrados, monitoramento 24 horas com câmeras (sendo 17 câmeras móveis e 10 fixas), tecnologia digital na central de segurança, alambrado de proteção entre o residencial e a mata que o circunda, uma faixa específica (de cinco metros de largura) entre os lotes e a mata para manutenção e segurança do entorno e veículos para vigilância interna (um automóvel e duas motos). O residencial possui vigilantes que exercem suas funções 24 horas por dia (sendo sete durante o dia e seis à noite), em turnos de 12h/36h (ou seja, ciclos de 36 horas de descanso para cada doze horas de trabalho), sendo contratados, portanto, 26 profissionais para o cumprimento dos ciclos de trabalho. Além dessa equipe “operacional”, o residencial tem sua equipe de segurança organizada e administrada por um supervisor, que cumpre jornada de oito horas diárias (mas que está “disponível 24 horas por dia” para o controle da área e a resolução de qualquer questão específica que vier a aparecer).

Durante o dia atuam na segurança do residencial três vigilantes, três porteiros (que são também vigilantes) e necessariamente uma vigilante feminina (que é contratada e está presente no horário diurno basicamente devido ao procedimento de revistas que são realizadas nos funcionários que trabalham no residencial – às quais só podem ser realizadas, no caso de serem do sexo feminino, por vigilantes mulheres). À noite, a equipe da segurança é composta apenas por três vigilantes e três porteiros. Um dos três vigilantes em cada período geralmente é um policial que exerce o “bico” na segurança privada (a função de vigilante em seu horário de folga). Aqui, como ademais na maior parte dos espaços que contratam policiais em seus horários de folga, a justificativa para tanto é a maior experiência dos policiais nas ações relacionadas à segurança e a possibilidade de “agilização” de contatos com a polícia caso estes se façam necessários.

¹⁴² A sala de monitoramento do Gênesis II atende também o residencial Gênesis I, sendo que todo o sistema de segurança dos dois residenciais é integrado.

De acordo com o supervisor¹⁴³, os vigilantes atuam no residencial portando armas de fogo, cassetetes e rádios para comunicação, além de se responsabilizarem pela operacionalização do sistema eletrônico. Em Alphaville, tanto o policiamento dos residenciais quanto o policiamento externo (sob responsabilidade das associações) são realizados através da contratação de empresas de segurança privada, responsáveis pela organização das atividades e planejamento da segurança de cada local. No Gênesis II os vigilantes pertencem à empresa “Fort Knox”, que é a mesma empresa que faz a segurança sob contrato para a SIA (responsável pela parte externa dos residenciais situados na área de Alphaville pertencente à Santana do Parnaíba). Entre as atividades de vigilância desempenhadas pelos vigilantes estão inclusas - além das atividades relacionadas ao monitoramento constante - o patrulhamento, as revistas dos funcionários e o cadastramento de funcionários e visitantes¹⁴⁴.

A rigidez e forte presença da segurança fazem com que, em Alphaville, as ocorrências criminais sejam muito pouco frequentes, em especial as de maior gravidade. Mesmo assim, o supervisor e os demais vigilantes relatam a existência de alguns casos específicos, geralmente relacionados a furtos ou a uso de drogas “pelos filhos dos moradores”. De uma forma geral, considerando tanto o Gênesis como casos de outros residenciais, os problemas mais frequentes, segundo informaram os responsáveis pela segurança, se relacionam (além dos casos de uso de drogas) a jovens (às vezes menores de 18 anos) dirigindo sem carta e/ou em excesso de velocidade, e crimes ambientais, tais como retirada de cobertura vegetal em áreas de preservação, e poluição. Apesar de casos graves serem pouco frequentes, casos como os descritos apresentam algumas características interessantes que são típicas das formas de policiamento “não-estatais” de certos espaços, que geralmente necessitam se adequar às expectativas de seus contratantes. A “vista grossa” que se faz ao uso dos automóveis de forma abusiva (e muitas vezes ilegal, a depender da idade), como em relação

¹⁴³ Além do supervisor do residencial foram também entrevistados dois vigilantes do período diurno.

¹⁴⁴ Pelo fato de Alphaville em realidade não constituir-se juridicamente de um “condomínio”, como definido pela normatização competente, mas sim de um “loteamento”, tal como foi registrado, o sistema de segurança se encontra constrangido por algumas limitações, às quais os responsáveis pela segurança tendem a “driblar” utilizando-se de alguns artifícios. A área da guarita, por exemplo, é sempre construída em um dos lotes (dado que apenas as polícias podem efetuar o policiamento em áreas públicas). Evidentemente, não é apenas nas guaritas que os vigilantes exercem suas funções, mas, a rigor, o acesso se dá pelas guaritas (de forma que só o proprietário é quem pode definir quem pode ou não por ali passar) e, para qualquer “imprevisto”, os vigilantes têm nessa área um local onde de fato podem exercer funções e portar armas de fogo.

aos limites de velocidade - geralmente pelos filhos dos moradores, assim também como com relação ao uso de drogas, demonstra o caráter de “permissividade” que os proprietários imprimem às relações existentes nesse ambiente, que revelam a própria dificuldade que estes possuem acerca da responsabilidade que detêm em relação à imposição de regras de convívio nas imediações de suas residências – dificuldade esta que é também dividida com os responsáveis pela segurança, que, ao mesmo tempo em que organizam esse trabalho em função de seus contratantes, são constrangidos justamente por desempenharem funções diretamente relacionadas ao controle das ações cotidianas deles.

O impacto dessas ações acaba chegando aos proprietários e demais residentes por meio da ampliação de acidentes envolvendo seus próprios automóveis, constrangimentos relativos às ações de seus filhos e convidados (bem como às suas próprias), relativos a festas e eventos que podem por vezes causar incômodos aos demais moradores, bem como relativos ao uso de “drogas” (incluindo álcool). Podem chegar, também, por meio do paradoxal problema relacionado à forma como os controles de entrada são realizados nas portarias dos residenciais. A entrada (única) dos residenciais corresponde às suas portarias centrais localizadas à beira das ruas e avenidas que lhes servem de acesso, de forma que quem quiser entrar no residencial tenha necessariamente que passar pelas guaritas ali posicionadas, onde é realizado o serviço de “controle de acesso”. Essa restrição ao acesso, bem como o cumprimento restrito das normas de segurança estipuladas por seus responsáveis (das quais os moradores têm – ou deveriam ter - pleno conhecimento) são, entretanto, sempre utilizadas de forma cuidadosa por envolver diretamente os convidados dos moradores. De acordo com o supervisor, em casos que o visitante não quiser mostrar o seu documento de identidade ou similar, a entrada será permitida, mas o morador visitado será avisado, criando esse constrangimento adicional. Esse aspecto da segurança está sempre operando entre duas perspectivas não desejáveis e/ou conflitivas com relação às perspectivas de segurança e de usufruto saudável do espaço do condomínio: por um lado, a ampliação da rigidez pode desencadear constrangimentos para os moradores e seus convidados, por outro, a flexibilidade pode comprometer a segurança e criar ameaças a estes (como em casos já relatados por moradores e agentes de segurança do condomínio acerca de invasão de residências). Ainda que (como já ocorreu em diversos momentos)

casos de eventos criminais dessa natureza possam ser compartilhados com as forças públicas na busca de maior articulação e busca de soluções, parte significativa relativa a essas questões envolve necessariamente (dada a parcela da responsabilidade que cabe *aos proprietários* na gestão de segurança desses espaços) um papel protagonista – geralmente indesejado - destes, junto aos organismos de segurança que contratam, no trato das questões relacionadas às ameaças potenciais e aos constrangimentos adicionais gerados, e que dizem respeito a todos que fazem parte dessa comunidade. Em suma, o menor controle estatal da segurança nesses espaços, a despeito da “liberdade” na criação das regras, bem como da possibilidade de possuir maior e mais sofisticada segurança pode ter também o paradoxal efeito de fazer com que os proprietários desses espaços se vejam obrigados a ter a nem sempre desejada necessidade de cuidar de aspectos referentes à ordem e aos valores compartilhados do grupo, e fazer isso estando no limiar entre a garantia da fruição de suas próprias relações e o comprometimento da efetivação de sua própria segurança.

Alguns casos específicos de eventos criminais, como, por exemplo, furtos de bens no interior do residencial (que também já ocorreram no local), levam os vigilantes a enfatizarem, junto às vítimas, a necessidade da realização de boletins de ocorrência nas delegacias, porém eles não sabem informar se esses casos chegam a ser de fato formalmente registrados. São realizados registros dos eventos criminais pelos responsáveis pela segurança no local, de acordo com seu modelo interno de registros¹⁴⁵, porém estas não são repassadas para as polícias (bem como não há nenhuma prática específica relativa à troca de informações entre os agentes da segurança local (do residencial) e os policiais).

Apesar de serem raros os eventos em que há a necessidade da participação da polícia no residencial, quando isso ocorre essa atuação tende a ser vista como “satisfatória” pelos agentes de segurança, em especial “pela forma de tratamento e reconhecimento [pelos policiais] do papel que a segurança privada desempenha no local”. É o caso, por exemplo, de uma situação em que os seguranças do condomínio receberam a denúncia da existência de um funcionário que estava sendo procurado pela justiça e que estava trabalhando na

¹⁴⁵ As categorias não são as mesmas das polícias, a exemplo das categorias utilizadas pela SIA, como veremos a seguir; além disso, muitas categorias não criminais são incluídas junto aos registros de “crimes”.

construção de uma das residências do Gênesis II, e que, por solicitação dos próprios policiais, teriam retido o mesmo até a chegada da polícia nas instalações do residencial (na área destinada à central de monitoramento, que fica acima da portaria), realizando, portanto, uma colaboração “eficiente” entre as forças de segurança do residencial para com a polícia.

A raridade de eventos criminais em Alphaville explica-se também, em grande parte, pela ostensividade das forças de segurança em suas áreas externas, que constituem parte do sistema de segurança do condomínio, cujos números são de fato historicamente notáveis¹⁴⁶. Ainda no ano de 1991, por exemplo, quando viviam no local menos da metade da população atual (cerca de 20 mil moradores), já havia no condomínio o impressionante índice de um vigilante para cada 25 habitantes (800 vigilantes e 80 viaturas), período em que, em São Paulo, essa taxa era de um policial para cada 1900 habitantes¹⁴⁷.

A associação Sociedade Alphaville Tamboré – SIA, que é responsável pela administração da parte de Alphaville localizada no município de Santana do Parnaíba, foi criada em 1993 especificamente para tratar das questões relativas à segurança da área (embora em pouco tempo tenha agregado também outros aspectos relevantes relativos à administração do bairro). A SIA é a responsável pelo desenvolvimento do programa de “segurança integrada” da região, efetuando o patrulhamento das principais ruas e avenidas do bairro, que juntas formam uma extensão aproximada de 8,5 mil metros. Essa segurança integrada desenvolvida pela SIA tem como suas principais características a realização da prevenção ao crime através da forte presença dos agentes de segurança e da integração entre a sua própria estrutura de segurança com as entidades filiadas (sendo estas, principalmente, as forças de segurança dos residenciais pertencentes à circunscrição de administração da SIA), com a coordenação geral sendo realizada pela SIA.

¹⁴⁶ Com relação a isso, o modelo de segurança desenvolvido em Alphaville chama a atenção quando comparado, por exemplo, com os modelos de condomínios de alto padrão existentes nos Estados Unidos. Mesmo em Beverly Hills, que se localiza na não pacífica cidade de Los Angeles, e que é considerado um dos mais luxuosos bairros residenciais de todo o mundo, não há qualquer sistema de segurança além da segurança eletrônica instalada nas residências; em Beverly Hills não há patrulhamento nem a presença de vigilantes fixos.

¹⁴⁷ Informações da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo – SSP-SP e da Albuquerque, Takaoka S.A. Atualmente, o índice de policiais em São Paulo é de cerca de um para cada 200 habitantes.

A participação dos residenciais se dá através da integração de suas viaturas com as viaturas da SIA, sendo que cada residencial fica responsável pelo patrulhamento de um dos trechos das avenidas percorridas. Tanto as viaturas da SIA quanto a dos residenciais – que compõem esse sistema – possuem o mesmo aspecto visual, tornando-as mais visíveis e identificáveis, de forma a ampliar a eficiência desse modelo de segurança integrada. Esse modelo de segurança integra também o sistema de "alerta geral" de Alphaville e Tamboré, que inclui, além de outras estruturas de segurança existentes no bairro (como a Segurança Alphaville Empresarial - Sacie, a Sociedade Centro Empresarial Tamboré - Socet e o Centro Comercial), as instituições públicas de segurança, como a polícia rodoviária, a polícia militar, a delegacia de polícia da região, o corpo de bombeiros e a guarda municipal de Santana do Parnaíba. Todo o sistema pode ser acionado via rádio em situações de emergência, aumentando a capacidade de troca de informações e de reação da comunidade e dos responsáveis pela segurança com relação aos diversos tipos de ocorrência.

A SIA funciona também como um pólo organizador e impulsionador de aprimoramentos e parcerias acerca da segurança da área (muitas vezes incluindo também o financiamento da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento de ações dos órgãos públicos de segurança). Através de requisição da SIA, por exemplo, a Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba construiu uma base de policiamento comunitário para servir tanto de base operacional do sistema de segurança integrada como de ponto de apoio para os agentes da Guarda Municipal, da Polícia Militar e da Polícia Civil que atuam no local (estando também prevista atualmente a construção de uma nova base comunitária. A SIA tem também intermediado, junto à Prefeitura de Santana de Parnaíba, a instalação de sistema de monitoramento eletrônico para fazer a cobertura e acompanhamento das principais áreas do bairro.

O planejamento das ações da SIA é pautado principalmente pelas próprias informações que seus agentes produzem. A associação produz estatísticas das ocorrências relacionadas ao crime e outros atendimentos realizados por seus agentes a partir de modelo específico por ela criada para a realização desses registros, assim como geralmente é feito na maior parte

dos organismos de segurança privada. Essas estatísticas são divulgadas no site da associação¹⁴⁸, bem como são também encaminhadas para os órgãos policiais locais, mas – a exemplo do que ocorre no caso da USP – os agentes da SIA não sabem informar se, de alguma forma essas estatísticas são incluídas entre as estatísticas oficiais, assim como não costumam receber *feedback* específico sobre esses dados.

Abaixo vemos as estatísticas publicadas no site da Sociedade Alphaville Tamboré – SIA no ano de 2009 (até novembro). Os dados mostram tanto as funções operacionais da equipe de segurança, referentes à suas atividades e demais atendimentos específicos, quanto às ocorrências propriamente relativas a eventos criminais, que são apresentados em conjunto no site da associação. A maior parte delas refere-se às “averiguações” efetuadas pela equipe de segurança, normalmente em atendimento a chamado telefônico de moradores ou da própria segurança relativa a uma situação específica (sem consequências relevantes) relacionada à segurança (30,7%), seguida do auxílio ao público (20,6%) ou a morador (16,8%). As ocorrências relativas a acidentes de trânsito têm presença considerável entre os eventos, somando, juntas, 17,3%, enquanto que as ocorrências propriamente criminais, segundo os dados da SIA, são consideravelmente baixas: apenas quatro roubos no ano (correspondendo a 0,3% de “ocorrências”¹⁴⁹) e nenhum furto, lesão corporal ou outra ocorrência criminal registrada.

Tabela 4. Atendimentos realizados pela Sociedade Alphaville Tamboré - SIA – 2009

¹⁴⁸ Da mesma forma que a AREA, responsável por Barueri; ver anexo 3.

¹⁴⁹ Deve-se dizer que o mais indicado para a apresentação dessas informações seria separá-las por “categorias”, de forma que, por exemplo, as ocorrências criminais pudessem ser visualizadas e comparadas apenas com outras ocorrências do mesmo gênero. Optamos por mantê-los da forma como apresentados pela associação, pois também nos interessa aqui a análise e comparação entre os diferentes “sistemas” de segurança que compõem os casos desta pesquisa, suas virtudes e fragilidades.

Atendimentos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Geral	%
Averiguação	29	29	29	22	44	46	40	38	37	39	52	405	30,7
Auxílio ao Público	18	33	33	17	26	18	24	21	20	29	33	272	20,6
Auxílio à Morador	16	17	20	22	19	19	18	24	16	34	17	222	16,8
Acidente de trânsito sem vítima	15	17	14	17	23	16	9	9	12	18	15	165	12,5
Apoio a Associada	11	7	12	9	8	10	3	8	2	4	6	80	6,1
Acidente de trânsito com vítima	8	2	11	10	6	2	9	9	5	6	9	77	5,8
Mal Súbito	1	5	6	2	2	7	4	3	2	1	0	33	2,5
Roubo	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	1	4	0,3
Perturbação de Sossego Público	0	0	3	0	0	0	0	1	0	0	0	4	0,3
Auto Localizado	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,1
Lesão Corporal Dolosa /Agressão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Furto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Atropelamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras ocorrências	5	4	4	6	4	4	3	8	4	6	7	55	4,3
Total	104	116	133	105	132	122	110	121	98	137	140	1318	100

Fonte: Sociedade Alphaville Tamboré - SIA

Se as relações existentes entre os gestores de segurança local e as polícias, em Alphaville, aparentam terem sempre sido muito satisfatórias, com as polícias inclusive tendo participado ativamente do planejamento da segurança na área¹⁵⁰, na visão de alguns de seus atores também estão presentes algumas tensões e conflitos importantes entre as duas partes. Na visão do Coronel Edson da Silva, ex-policial militar e hoje atuante na gestão municipal da segurança como Secretário dos Assuntos de Segurança de Barueri e também como consultor em segurança, há uma dificuldade sentida não apenas pelas forças de segurança privada, mas por todas as forças que compõem o sistema de segurança além das polícias estaduais (incluindo, portanto, também as guardas municipais, bem como outras forças não governamentais que também podem ter sua parcela de colaboração em relação à questão da segurança) devido à incompreensão acerca do papel e características dessas forças, que criam graves empecilhos à integração entre elas e otimização de recursos. Da mesma forma como foi apontado no caso dos shoppings centers, a maior dificuldade relativa ao estabelecimento de perspectivas de integração entre forças estatais e não estatais de policiamento derivam da forma refratária como as polícias vêem as aproximações de seus agentes com a iniciativa privada, mesmo em se tratando de uma área como Alphaville, em

¹⁵⁰ Por conta de contatos de Yogioka Takaoka com o Exército e as polícias civil e militar, as relações entre Alphaville e os segmentos policiais responsáveis pelo policiamento da área sempre foram frequentes e dinâmicas, inicialmente de maneira mais informal, até transformar-se em um encontro combinado, com certa regularidade, conforme destaca Marcelo Takaoka, filho de Yogioka e atual presidente da Y. Takaoka Empreendimentos S.A. Focados na questão da segurança, estes encontros tinham como objetivo intensificar o trabalho ostensivo preventivo das polícias na área, bem como manter as partes (civil e militar) em constante diálogo, facilitando a integração entre ambas.

que, historicamente, mesmo as aproximações não legalizadas desenvolvidas pela polícia (como a prática do “bico” e outras formas de colaboração entre as polícias e o condomínio) ou pela própria segurança privada do condomínio não se desenvolveram de forma propriamente “camuflada”¹⁵¹.

O cenário que transparece é o de que há participação importante do policiamento público em Alphaville, mas que esta se dá (para além do fornecimento de policiais nos quadros das empresas de segurança privada através do “bico”) apenas em forma de recebimento de equipamentos para sua atuação no local (como, por exemplo, a construção de um espaço específico para ser utilizado pela guarda municipal nos momentos em que exerce o policiamento no local) ou de exercício do papel da polícia como mandante de ações relativas às ocorrências de crimes específicos (ou seja, seu papel tradicional), geralmente com pouca coordenação de tarefas junto aos agentes das forças de segurança locais. Pouco ou nada, em realidade, é realizado em termos de estratégias de aproximação e articulação entre as diferentes forças de segurança do ponto de vista da gestão das diferentes partes em função do policiamento, com planejamento conjunto e possibilidades de otimização e ampliação da eficiência de suas ações, com troca de informações, conhecimento das atividades realizadas e dinâmicas das características locais específicas, e priorização, apoio e alocação de contingente sendo amparados em um quadro racional de utilização de recursos que leve em conta o conjunto de artifícios de segurança relativos aos sistemas de segurança existentes nos espaços em que atuam. Ainda que Alphaville mantenha, pela sua potência em termos de infra-estrutura e recursos disponíveis, um nível de segurança consideravelmente eficaz (que, por sua vez, traz consigo outras problemáticas relacionadas à gestão interna dos residenciais e seus constrangimentos, bem como um terreno propício à prática de abusos por parte da equipe de segurança – como, por exemplo, nos procedimentos de regulação de acesso e nas revistas sistemáticas dos funcionários) as

¹⁵¹ Note-se, por exemplo, o policiamento privado realizado na estrada de acesso à Aldeia da Serra – serviço tido como de “auxílio ao usuário” - em que, na prática, as empresas de segurança estão efetuando policiamento em ruas e rodovias, o que, oficialmente caberia estritamente às forças policiais públicas. Nos anos 1980 até meados da década de 1990, a construtora Albuquerque, Takaoka S.A., que desde o princípio se responsabilizou pelo corpo de vigilantes e frota de veículos para ronda e patrulhamento (às quais foram depois aperfeiçoadas pelas associações), chegou a colocar viaturas percorrendo a Rodovia Castelo Branco desde seu início em São Paulo (no “Cebolão”, entroncamento entre as marginais Pinheiros e Tietê, próximo ao distrito do Jaguaré) até Alphaville (serviço também conhecido na época como “S.O.S. Castelo”).

observações parecem demonstrar que há muitas lacunas ainda mal preenchidas no que tange ao relacionamento entre as polícias e os agentes de segurança privada locais.

4.4 Espaços policiados privadamente e seu impacto sobre o policiamento – algumas considerações

A análise dos espaços destacados revela algumas formas específicas com que a segurança privada tem modificado o exercício do policiamento. Ainda que restritas à circunscrição dos casos analisados, as observações nos permitem refletir acerca dos mecanismos com que essas interações se realizam e que podem também estar presentes em diversos outros espaços similares. Em primeiro lugar é importante notar que, embora com qualidade e formatos diferenciados, há uma regularidade importante, nos três espaços, com relação a alguns fatores específicos. Nas três diferentes áreas nota-se, por parte do sistema de segurança (gestores, vigilantes (ou guardas) e equipamentos) a presença de uma política bem estabelecida acerca dos procedimentos de ação e diretrizes gerais desenvolvida pelas forças de policiamento locais, tanto no que se refere a seus procedimentos internos e formas de relação com o público, quanto em relação aos procedimentos relativos às interações que estabelecem com as polícias. No Brasil, diferentemente do que ocorre em alguns países já analisados pela literatura, o papel de protagonista exercido pela polícia - em relação a qualquer situação relativa à segurança em que há também a presença de agentes privados de proteção - é a regra, não havendo, de forma geral, a partir do momento em que a polícia esteja presente na ação, participação efetiva dos agentes de segurança na resolução dos problemas (ou, quando muito, algum tipo de apoio nas tarefas mais simples). De fato, o acionamento da polícia é a primeira providência a ser tomada pelos vigilantes quando da constatação da existência de um crime (que é o que se ensina nos cursos, vídeos e manuais de segurança para vigilantes); embora muitas vezes – como destacado – a ação imediata do vigilante dependerá da ação “discricionária” deste frente às situações encontradas.

A repetição e a experiência adquirida ao longo do tempo podem, entretanto, levar à consolidação de certos padrões relativos a essas ações, que passam a se constituir como o repertório das práticas desses agentes. Nesse sentido, é orientação comum que a polícia seja

chamada em qualquer ação que não possa ser resolvida através do diálogo – porém, em situações em que não for possível a espera da chegada da polícia, em que o supervisor de segurança ou o proprietário do estabelecimento considerem imprescindível a ação repressiva /dissuasória dos vigilantes e em que a ação dos vigilantes não coloque em risco o público nem comprometa a imagem da empresa, esta será tomada, a despeito dos riscos relativos aos constrangimentos legais que a empresa possa vir a sofrer.

As empresas de segurança de grandes espaços parecem também terem consolidado de forma substancial suas estratégias referentes à produção, à disseminação e ao uso eficiente das informações acerca dos eventos ocorridos na circunscrição que policiam, bem como relativas às suas atividades “operacionais” úteis ao diagnóstico, monitoramento e planejamento de suas ações. Ainda que com graus diferenciados – alguns modelos mais elaborados em termos das categorias de informações levantadas, outros com estratégias mais eficientes de disseminação, por exemplo envolvendo utilização de programas em ambiente de rede – há uma preocupação comum nos espaços observados (inclusive nos 40 shopping centers atendidos pela V&S) na catalogação eficiente das ocorrências, e no incentivo à sua constante utilização no planejamento e execução das tarefas.

Ainda que cada espaço, como vimos com relação à USP, Alphaville e Shopping Penha, possua contextos e características muito particulares, como a grande ampliação do papel dos clientes (os moradores) e o impacto específico das tarefas e práticas de segurança em suas rotinas em Alphaville, os conflitos entre as diferentes entidades que compõem o ambiente da Universidade de São Paulo, e as tensões envolvendo grupos de jovens e adolescentes no Shopping Penha, pode-se dizer que há um “comportamento esperado” dos operadores de segurança desses espaços com relação às práticas que desenvolvem. Significativamente diferente, entretanto, são as atuações desempenhadas pelas polícias com relação a esses espaços. Ainda que com contornos muito particulares em relação a cada contexto, a aleatoriedade das diretrizes adotadas pelas polícias parece constituir a regra em suas práticas e intervenções (embora, muitas vezes, as empresas acabem também sendo responsáveis pelos aspectos indesejados). No Shopping Penha, o caráter “informal” e discricionário relativo à ação dos policiais só ocorre em seu sentido “negativo”, ou seja,

pela troca de “favores” que não se expressam, portanto – e nem dessa forma poderiam se expressar – de forma aberta, pública, visando a aprimoramentos relativos às práticas que dizem respeito a todos que estão no campo de influência do espaço em questão. Na USP, onde se desenvolveram por tempo significativo práticas bastante construtivas entre as polícias e as forças locais de policiamento – e onde, apesar das transformações desagregadoras mais recentes, parte delas ainda resiste – deixou-se de lado, por parte das forças de policiamento público responsáveis, a perspectiva de continuidade e aprimoramento de uma parceria voltada à construção conjunta e ao desenvolvimento, já em muito consolidado, de trocas e ações pautadas pela lógica proveniente de cenários estudados e analisados em conjunto – mudança esta que, aparentemente, não teve como pano de fundo nenhuma justificativa que se amparasse em aspectos estruturais, administrativos ou logísticos relativos às perspectivas da construção das ações locais (ou de lacunas deixadas por outras localidades e que precisavam ser supridas). E em Alphaville, ainda que haja um quadro de significativa constância nas relações entre os sistemas de policiamento público, as associações e as seguranças dos residenciais, estas têm se pautado basicamente pelo apoio em termos de infra-estrutura dado pelas associações às polícias do que pelo desenvolvimento de construções objetivas pautadas pela ampliação da otimização de recursos, sendo, portanto, essas perspectivas de interação, ainda que existentes, sub-aproveitadas.

O que parece de fato transparecer é que o campo da segurança privada e o desenvolvimento de suas diretrizes de ação – ao contrário do que muitos críticos das formas corporativas de segurança costumam estabelecer – podem desenvolver estratégias muito eficientes e adequadas aos ambientes em que atuam, muitas vezes tendo mais condições – pois “especializadas” e focalizadas – de efetuar práticas preventivas sofisticadas e custo-efetivas (uma vez que reduzem perdas relativas a bens e também relativas aos enormes gastos condizentes ao sistema de justiça criminal com relação aos crimes consolidados) do que as próprias polícias, nos casos de controle e prevenção de crimes que estejam de acordo com seu potencial de ação - evidentemente relacionados aos recursos menos sofisticados de que dispõem¹⁵². Este campo possui, inclusive, o potencial de amplificação do conhecimento

¹⁵² Tal cenário, em realidade, só poderia se realizar efetivamente desde que graves problemas relativos à

sobre os eventos criminais e demais problemas relativos à segurança, que – além de ser ferramenta de necessário interesse público – pode tornar-se instrumento útil também para o planejamento das forças públicas de policiamento (em relação a isso, a perspectiva da formalização sobre essa transmissão de informações poderia ser de grande importância). No entanto, o estado atual de desarticulação dos diversos setores que atuam no policiamento – que sofrem, inclusive, os constrangimentos descritos relativos ao “bico” e às incompreensões sobre o campo possível de relações entre os setores “público” e “privado” tem desconsiderado e desprestigiado construções conjuntas que certamente possuem vasto terreno para se desenvolverem de forma mais produtiva. No estágio atual - de acordo com as observações aqui reunidas - perde-se informação global relativa às características e distribuição dos problemas (ainda que as informações produzidas pela segurança privada desempenhem um papel importante em seus objetivos específicos); há pouca interação nas ações policiais nos espaços policiados privadamente (e perde-se, em última instância, muitas vezes pelo desconhecimento acerca do papel que a segurança privada possui e suas potencialidades, a possibilidade das polícias contarem com esta colaboração); e não há, por fim, regras claras com relação à alocação das polícias quando há necessidade de sua intervenção. Embora a resposta padrão seja de que estas se orientam com base nas estatísticas oficiais produzidas pela Secretaria de Segurança Pública, localizamos aqui uma clara situação em que a existência de uma força não policial serviu de justificativa para um não-atendimento ao espaço, bem como situações (muito frequentes, pode-se claramente supor) em que a presença do “bico” em um espaço específico modifica favoravelmente o seu lugar na escala de prioridades de atendimento pela polícia.

fiscalização das empresas, a abusos e falhas importantes relativas às deficiências em formação, bem como à questão do “bico”, pudessem ser satisfatoriamente reduzidas.

Capítulo 5. Considerações Finais

Como destacamos ao longo deste trabalho, as mudanças contemporâneas observadas no policiamento têm ocorrido em diversas vertentes e contextos distintos, e têm no crescimento dos serviços de segurança privada alguns de seus aspectos mais contundentes, ainda que seu impacto e as transformações por ele geradas estejam ainda, para muitos, passando despercebidas. Se por um lado, como vimos, os serviços de segurança não-estatais e particulares nunca tenham deixado de existir mesmo durante o período de maior intensidade da centralização estatal do policiamento, o crescimento que tem ocorrido internacionalmente no setor empresarial da segurança desde meados dos anos 1950 são de grande monta e relevância. Muitos estudos teriam que ser feitos acerca das suas causas para que possamos traçar com precisão os fatores determinantes deste processo, que transcendem inclusive as questões específicas relativas ao policiamento, como, por exemplo, com relação ao fenômeno da globalização e do papel cada vez maior e mais efetivo de instituições não-estatais atuando na provisão dos serviços sociais. O que estivemos aqui discutindo, entretanto, são os aspectos específicos relativos ao policiamento, que têm sido até aqui muito pouco observados em profundidade. Só podemos, no entanto - como colocamos no capítulo 2 - corretamente enxergar esses aspectos através da superação da visão reducionista relativa à fórmula tradicional em vigor sobre a definição do Estado (e do seu monopólio do uso da violência) que pautou o pensamento filosófico, político e sociológico através de uma longa linha de pensamento que vem desde Platão e Aristóteles, se fortificou com Hobbes e os contratualistas e se solidificou em Weber, e que vê na esfera do governo o domínio exclusivo da capacidade do exercício das regras na sociedade. Como apontou Shearing (2006), sob o enquadramento Hobbesiano-Weberiano onde “a esfera pública é a esfera dos governantes e a esfera privada é a esfera dos governados” é compreensível a relutância das pessoas em compreender e permitir a existência de agências não pertencentes ao Estado comprometidas com o gerenciamento de atividades de governo, em especial da provisão de recursos de proteção. Superar essas limitações não significa, no entanto, que tenhamos que criar novos nomes e conceitos para permitir uma análise coerente sobre o significado dessas mudanças e das diferentes forças atuantes no

policciamento. É necessário apenas que saibamos flexibilizar o peso dado para essas questões por essas correntes de pensamento e suas posteriores interpretações.

Sobre esse panorama, a análise da inter-relação entre segurança pública e segurança privada nos trás características interessantes tanto sobre as questões próprias relativas às articulações dessas instituições com relação aos objetivos específicos de controle do crime e promoção da ordem quanto, de uma forma mais ampla, sobretudo em cenários de baixa regulação e formalização, sobre a relação entre agentes do Estado e da sociedade na gestão das políticas. Com relação ao panorama bastante circunscrito dos casos que foram aqui analisados é possível estabelecer algumas inferências sobre os resultados que emanam das interações entre os agentes de segurança privada e as forças policiais públicas, em relação aos aspectos que observamos. Em algumas situações específicas que estão presentes nesses contextos pode-se dizer que a ausência de regulação e padrões claros pode enfraquecer, ou ao menos deixar de efetivar, uma profícua otimização que seria de grande relevância para o êxito com relação ao trabalho desempenhado por esses agentes, como, por exemplo, com relação aos registros efetuados pelas empresas e seu posterior repasse às instituições públicas. Essa ausência de regras e procedimentos é comum aos três espaços analisados, em que não há uma cultura consolidada nesse sentido. Apenas na Universidade de São Paulo, através da Guarda Universitária, tem-se uma preocupação maior em se fazer o envio dessas informações para a polícia, porém nesse caso não há, por parte desta, um aproveitamento efetivo dessas informações. Perde-se com isso a possibilidade de utilização de informações importantes que iriam conseqüentemente influenciar o desempenho dos trabalhos dessas forças em relação à prevenção e controle das ocorrências em seus espaços (embora se possa ver, através, por exemplo, do montante maior de informações criminais existentes nos registros da Guarda Universitária do que nos próprios boletins de ocorrência, que há muito mais fatores presentes (e conhecidos) no universo dos eventos criminais que as nossas visões pautadas apenas na visão pública dos fatos levam a crer). Esse problema é identificado também no cenário internacional, em trabalhos desenvolvidos por autores como Sarre e Prenzler (2000), em que também é possível encontrar colocações a respeito da necessidade do desenvolvimento de regras claras e conseqüente formalização para certos aspectos presentes nessas relações, tal qual o feitio e repasse de registros de ocorrências,

mas também com relação a muitos outros aspectos que podem advir dessas relações e que no momento não são contemplados por nenhuma norma específica.

Por outro lado, com relação às ações conjuntas (que, como ressalta Van Steden (2007), irão sempre compor o cotidiano da ação entre essas forças, como uma parceria *ad hoc* a ser composta sempre que necessário) falta a concretização de um uso construtivo das capacidades e poder decisório dos agentes locais (em especial em nível de comando das polícias e dos coordenadores de segurança dos espaços) no sentido de melhor coordenar as ações e tirar proveito de suas complementaridades latentes, que em geral não se desenvolvem por desconhecimento das potencialidades e limites das outras forças de policiamento com que interagem (sendo esse desconhecimento mais freqüente, pelo que têm atestado algumas pesquisas realizadas no contexto internacional - além dos próprios casos aqui analisados – entre os policiais do que entre os agentes de segurança privada). Na questão da alocação dos contingentes policiais, por outro lado, parece influenciar negativamente tanto a falta de uma definição formal sobre o atendimento padrão (levando-se em conta diferentes contextos e estabelecimentos), pela polícia, das áreas policiadas privadamente (aspecto que, como vimos, foi emblemático com relação à USP), quanto a efetiva utilização positiva do poder discricionário e de ação informal por parte dos agentes, que depende de conhecimento adequado sobre os problemas locais específicos para a tomada de decisão. A ação discricionária e as decisões localizadas a que estamos aqui nos referindo não se reportam (como nos termos propostos por Lypsky) apenas ao escalão “inferior” dos profissionais que estão atuando “na ponta”, mas também aos seus comandantes diretos locais. Estes seriam os comandantes de policiamento militar e os delegados dos distritos policiais, no caso das polícias, e, em nossa aproximação conceitual com o setor empresarial da segurança, os coordenadores locais da segurança dos espaços, que em suas decisões rotineiras tem o poder de influenciar diretamente a vida de milhares de pessoas. Nesse sentido, o distanciamento e a negação entre os setores os quais as construções conjuntas se fazem essenciais para a efetivação de suas metas certamente causarão prejuízos consideráveis em relação à perspectiva não realizada de uma efetivação de práticas exitosas de contenção do crime e promoção da segurança. Em contextos como o brasileiro, como colocamos, pode-se aventar também a hipótese (que o desenho desta

pesquisa não permite testar) de que ocorre um impacto ainda mais negativo sobre esses aspectos devido a dificuldades maiores de construção de inter-relações fortuitas entre os setores público e privado na gestão das políticas, o que acontece, diga-se de passagem, não apenas com aspectos relativos à segurança. Isso pôde ser observado diretamente na desconfiança que gestores policiais sofrem internamente às corporações quando procuram o estabelecimento de parcerias necessárias para o relacionamento satisfatório entre forças públicas e privadas de policiamento. Por outro lado, as características negativas e “viciadas” dessas relações se mantêm muito fortes, com a plena execução da “indústria do bico” que prejudica a organização do policiamento público em sua própria estruturação interna, e as aproximações que muitas vezes se consolidam entre essas esferas pautadas apenas pela troca de favores particulares.

A despeito desses aspectos essa relação entre os setores possui (ainda que em muitos casos apenas “potencialmente”) uma série de características positivas, como destacamos ao longo do texto, tais como a possibilidade de qualificação da produção de informações para a gestão das políticas internas, sendo que muitas delas, como, por exemplo, imagens de câmeras e outros recursos, podem ser repassadas à polícia em situações específicas, como em investigações por elas desempenhadas nesses locais. A ação das forças privadas, de mais a mais, com suas características próprias de atividades, como o uso da discricão e evitação do uso da força em situações específicas e a especialização das forças de policiamento acerca da circunscrição específica que policiam, possui o potencial de reduzir o montante de ocorrências criminais em uma dada região, permitindo à polícia alocar seu contingente em outras localidades. Além disso, entre os pontos não diretamente aqui explorados, a segurança privada possui o potencial de criar novos artifícios e modelos de gestão da segurança que podem vir a ser utilizados e aprendidos pelas polícias, que servirão também como instrumentos que poderão propiciar maior intercâmbio entre as duas forças.

Dentre os espaços existentes em que há a atuação das forças de policiamento privado há ainda uma infinidade de outros tipos de áreas e características específicas a serem exploradas. Os três casos analisados, entretanto, nos dão uma pequena amostra da riqueza de relações existentes nessa participação dos serviços de segurança privada nas tarefas de

policiamento. Assunto ainda muito pouco pesquisado, as inter-relações entre polícia e segurança privada, bem como outros vários aspectos sobre o universo da segurança privada, necessitam ainda serem explorados em profundidade, compondo uma vasta agenda de pesquisa ainda em aberto, para as quais algumas das questões foram aqui elencadas ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Num cenário mais amplo, para além dos aspectos do plano “micro” do policiamento, pesquisadores têm recentemente se dedicado a reenquadrar a discussão sobre as práticas de governo e gestão, no que tange ao campo específico da segurança, em um novo *frame* capaz de abarcar os múltiplos grupos, agências e instituições não-estatais que também exercem a atividade de governo na sociedade. Dentro disso, e já adentrando em uma pauta pertencente à longa agenda de pesquisas a ser perseguida, cabe destacar o risco sempre presente de sairmos de uma extremidade limitadora para cairmos diretamente em outro extremo reducionista. Parece, aparentemente, ser um pouco o caso com relação à idéia da “governança da segurança”, que tem sido bastante destacada, sobretudo na literatura internacional¹⁵³, por sua perspectiva de dar vazão à total relativização do *status* estabelecido entre “governantes” e “governados” e à centralização de poder, amparada pela “concepção nodal” sobre a realização do governo. Apesar de ser necessária a compreensão e assimilação de que a tarefa de governar não compete apenas ao governo, não há elementos suficientes, no entanto, para se afirmar que este não continue detendo de fato papel central com relação a essa sua função. Essa discussão evidentemente não é simples, e muitos grupos divergentes já têm se formado no próprio âmbito do campo da discussão sobre o conceito.

O que muito provavelmente continuaremos a ver nos anos vindouros, no campo da gestão da segurança e do policiamento, será o afunilamento e complexificação desse cenário cada vez mais ramificado e diversificado de setores e agentes atuando nesta área, trazendo incessantemente novos dilemas para a sua compreensão. Como também discutimos, a vitalidade da sociedade e a preocupação com a segurança “são aspectos indissociáveis entre si, fazendo parte de uma mesma moeda”, como já havia afirmado Van Steden (2007). A prosperidade econômica e o avanço tecnológico e da produção de bens caminham juntos com a busca por garantias de produção dada pela própria auto-limitação e controle dos

¹⁵³ Ver, por exemplo, os trabalhos de Mark Button (2008) e Adam Crawford (2006).

riscos. O paradoxo aqui é inevitável: a produção da liberdade acaba por impulsionar a limitação à liberdade, paradoxo que implica também no desafio específico da gestão da segurança, cujo mandato sobre a promoção da garantia de direitos repousa justamente sobre o exercício da restrição aos direitos, exercido por muitas – e cada vez mais – instituições para além do governo. Se, por um lado, o crescimento do setor da segurança privada e outras forças estatais, com sua franca evolução em termos de contingente, gerenciamento e potencial tecnológico parece forte e contundente no momento atual, por outro pouco sabemos o que o futuro nos reserva sobre esse cenário e sobre os desenhos que tomarão forma em relação à organização da segurança.

Como escreveram David Bayley e Clifford Shearing em 2001¹⁵⁴, comentando as grandes transformações em voga no policiamento tanto interiormente aos Estados como no plano supranacional, “é particularmente incerto como essas forças irão atuar nos anos que se seguirão; as possibilidades, entretanto, são válidas para um milênio”.

¹⁵⁴ BAYLEY, David H & SHEARING, Clifford D. The New Structure of Policing: Description, Conceptualization, and Research Agenda. New York: National Institute of Justice, 2001. (<http://www.ojp.usdoj.gov/nij>)

Referências Bibliográficas

ABELSON, Adam. Private Security in Chile: An Agenda for the Public Security Ministry. FLACSO-Chile, Security and Citizenship Program Bulletin n. 06, 2006.

ADCOCK, Robert and COLLIER, David. "Measurement Validity: A Shared Standard for Qualitative and Quantitative Research". In: American Political Science Review, Vol. 95, No. 3, September 2001.

ADORNO, Sérgio. "Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea", in Sérgio Miceli. *O que Ler na Ciência Social Brasileira*, vol. 4. São Paulo: ANPOCS, 2002.

AKERMAM, Marco. *Mapa de Risco da Violência: cidade de São Paulo* / CEDEC - São Paulo, 1996. 12p.

BABBIE, Earl. The basics of social research. Belmont, CA: Thompson, 2005.

BAYLEY, David H. *Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa*. São Paulo: Edusp. 2001 (série Polícia e Sociedade nº 1)

BAYLEY, David H. & SHEARING, Clifford D. "The future of policing". In: *Law & Society Review*: p. 585-606, 1996.

BAYLEY, David H & SHEARING, Clifford D. *The New Structure of Policing: Description, Conceptualization, and Research Agenda*. New York: National Institute of Justice, 2001. (<http://www.ojp.usdoj.gov/nij>)

BEATO, Cláudio. *Informação e desempenho policial. Paper*. UFMG, 2000.

BECKER, Gary. Crime and Punishment: an Economic Approach. The Journal of Political Economy. Vol. 76, n. 2, 1968.

BESTE, Hubert & VOB, Michael. "Las Deformaciones del Derecho Penal por los Servicios Privados de Seguridad". In: *La Insostenible Situación del Derecho Penal*, Instituto de Ciencias Criminales de Frankfurt (Ed.), Área de Derecho Penal de la Universidad Pompeu Fabra (ed. Española), Editorial COMARES, 1999.

BILEK, Arthur J. (ed.). Law Enforcement and Private Security Sources and Areas of Conflict and Strategies for Conflict Resolution. U.S. Department of Justice (Private Security Advisory Council), 1977.

BLAKELY, Edward J. e SNYDER, Mary Gail. *Fortress America: Gated Communities in the United States* Washington, DC: Brookings Institution, 1997.

BRANCO, Carlos Eduardo Castello *et alii*. Setor de shopping center no Brasil: evolução recente e perspectivas. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 26, p. 139-190, set. 2007.

BRAGA, Anthony A. *Hot Spots Policing and Crime Prevention: Evidence from Five Randomized Controlled Trials. Paper*. Harvard University, 2003.

BRUEGEMANN, Robert. *Sprawl: a compact history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

BUTTON, Mark. *Doing Security: critical reflections and an agenda for change*. University of Portsmouth, UK, 2008.

BUTTON, Mark. *Private Policing*. Portland, OR: William Publishing, 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34 / Edusp. 2000

CANO, Ignácio. *Análise Territorial da Violência*. ISER, Rio de Janeiro, 1998.

CANO, Ignácio & Santos, Nilton. *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora 8 letras, 2001.

CARNEIRO, Leandro Piquet. “Violência urbana, segurança pessoal e criminalidade”. In: Cardoso, Fernando Henrique e Foxley, Alejandro (orgs) *América Latina: desafios da democracia e do desenvolvimento*. São Paulo: Elsevier Editora Ltda, 2009.

CATÃO, Yolanda. *Mortes Violentas – Um Panorama dos Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Populações e Indicadores Sociais – IBGE, 1999.

COLLIER, David e BRADY, Henry E. *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*. Rowman & Littlefield Publishers, 2004.

CORTES, Vanessa de Amorim. Espaço urbano e a segurança pública: entre o público, o privado e o particular. Niterói: Programa de pós-graduação em Antropologia - Universidade Federal Fluminense, 2005 (dissertação de mestrado).

COHEN, Lawrence E. & FELSON, Marcus. *Social change and crime rate trends: a routine activity approach*. American Sociological Review, vol. 44, 1979.

CRAWFORD, Adam. “Networked governance and the post-regulatory state? Steering, rowing and anchoring the provision of policing and security”. In: *Theoretical Criminology* 10 (4). London: Sage Publications, pp.449-479, 2006.

CUBAS, Viviane de Oliveira. *A Expansão das Empresas de Segurança Privada em São Paulo*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo: USP, 2002.

CULLEN, Francis T. e AGNEW, Robert. *Criminological Theory: Past to Present*. Oxford University Press, 2006.

CUNNINGHAM, William C. e TAYLOR, Todd H. *Private Security and Police in America: The Hallcrest Report I*. Portland, OR: Chancellor Press, 1985.

DAVIS, R. C., *et alli*. *The Public Accountability of Private Police – Lessons from New York, Johannesburg and México City*. Vera Institute of Justice. New York: August 2000.

DE WAARD, J. *The private security industry in international perspective*. European Journal on Criminal Policy and Research, 7(2), pp 143-174, 1999.

DIJK, Jan Van. *The world of crime: breaking the silence on problems of security, justice and development across the world*. London, UK: Sage Publications, 2008.

DIJK, Van et ali. *Criminal Victimization in International Perspective*. Amsterdam: United Nations Office on Drugs and Crime – UNODC and United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute – UNICRI, 2007.

DI TELLA, Rafael, GALIANI, Sebastian e SCHARGRODSKY, Ernesto. *Crime distribution and victim behavior during a crime wave*. Harvard Business School - Business, Government and the International Economy Unit; National Bureau of Economic Research (NBER). William Davidson Institute Working Paper No. 849, 2006.

D’OTTAVIANO. Maria Camila Loffredo. *Condomínios Fechados na Região Metropolitana de São Paulo: fim do modelo centro rico versus periferia pobre? Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006*.

EISNER, Marc A. *Regulatory Politics in Transition*. Baltimore, 1993.

EHRlich, Isaac. *Crime, Punishment and the Market for Offenses*. Journal of Economic Perspectives, Vol. 10, n. 1, 1996.

EHRlich Isaac, e BECKER, Gary. *Market Insurance, Self-Insurance and Self-Protection*. Journal of Political Economy, 80(4), 1972.

EMSLEY, C. *The English Police: A Political and Social History*. Longman, Harlow, 1996.

FELSON, Marcus e CLARKE, R.V. *Business in crime prevention*. New York: Criminal Justice Press, 1997.

FELSON, Marcus. *Crime and everyday life*. Pine Forge Press. Thousand Oaks /London /New Delhi, 1994.

FELSON, Marcus. “Routine Activities and Crime Prevention in Developing Metropolis”. *Criminology*, V. 25 (4): 911-31, 1988.

FELSON, Marcus. "Linking criminal choices, routine activities, informal control, and criminal outcomes". In: Derek B. Cornish e Clarke, Ronald V. (eds.). *The Reasoning Criminal*. New York: Springer-Verlag, 1986.

FORD, Daniel (ed.). *Crime and Protection in America: A Study of Private Security and Law Enforcement Resources and Relationships*. National Institute of Justice /U.S. Department of Justice, 1985.

FRYE, Timothy. "Private protection in Russia and Poland". In: *American Journal of Political Science*, v. 46, n. 3, pp. 582-584. Midwest Political Science Association, julho de 2002.

GEORGE, Bruce e BUTTON, Marc. *Private Security*. Leicester, UK: Perpetuity Press, 2000.

GERRING, John. "What Is a Case Study and What Is It Good for?" In: *American Political Science Review*, Vol. 98, No. 2, May 2004.

HALL, Peter A. e TAYLOR, Rosemary C. R. "As três versões do neo-institucionalismo". In: *Revista Lua Nova*, n. 58, pp. 193-224, 2003.

HERBERT, Steven K. "The End of the Territorially-Sovereign State? The Case of Crime Control in the United States", *Political Geography*, vol.18, n.2, pp.149-82, 1999.

HINDELANG, Michael J. et al. *Victims of Personal Crime: an Empirical Foundation for a Theory of Personal Victimization*. Cambridge, MA: Ballinger, 1978.

ILANUD. *Crime e TV*. Revista do ILANUD, n. 13. São Paulo: ILANUD, 1998.

IRISH, Jenny. *Policing For Profit: The future of South Africa's Private Security Industry*. Monograph No 39, edited by Martin Schönteich, August 1999

JANOSKI, Thomas (org.). *The Handbook of Political Sociology: states, civil societies and globalization*. New York: Cambridge University Press, 2005.

JEFFRIES, Fern. *Private Policing: an examination of in-house security operations*. Working Paper of the Centre of Criminology – University of Toronto, 1977.

JIM, Julia, e MITCHELL, Fawn Ngo e KENT, Douglas R. "Community-oriented policing in a retail Shopping Center". In: *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 29(1), 2006.

JONES, Trevor & NEWBURN, Tim. "The transformation of policing? – Understanding current trends in policing systems". In: *British J. Criminology*, n.42, pp. 129-146, 2002.

JONES, Trevor & NEWBURN, Tim. Private security and public police. Oxford: Police Studies Institute, 1998.

JOHNSTON, Lee. The trajectory of 'private policing'. In: HENRY, Alistair e SMITH, David J. Transformations of Policing. Hampshire, England: Ashgate Publishing, 2007.

KAHN, Túlio. *Cidades Blindadas – ensaios de criminologia*. Conjuntura Criminal, São Paulo, 2001.

KAHN, Túlio. *Velha e nova polícia: polícia e políticas de segurança pública no Brasil atual*. São Paulo: Sicurezza, 2002.

KAKALIK, J. S., & WILDHORN, S. *Private Police in the United States (The Rand report)*, Washington: National Institute of Law Enforcement and Criminal Justice, 1982.

KAKALIK, J. S., & WILDHORN, S. *The Private Police: security and danger*. New York: Crane Russak, 1977.

KANT DE LIMA, Roberto, MISSE, Michel e MIRANDA, Ana Paula Mendes de. "Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: Uma Bibliografia". BIB, Rio de Janeiro, n.50, 2º semestre de 2000, pp. 45-123.

KING, Gary, KEOHANE, Robert O. and VERBA, Sidney. *Design social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1994.

KOWARICK, Lúcio. "Viver em Risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano". São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, n. 63, pp. 9-30, 2001.

LEANDER, Anna. *Eroding State Authority? Private Military Companies and the Legitimate Use of Force*. Roma: Centro Militare di Studi Strategici, 2006.

LEE, Gang, HOLLINGER, Richard C. e DABNEY, Dean A. The Relationship Between Crime and Private Security at US Shopping Centers. *American Journal of Criminal Justice*, vol. 23, n. 02, 1999.

LEVY, René. "A crise do sistema policial francês hoje – da inserção local aos riscos europeus" In: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v.9, n.1, p. 53-88, maio de 1998.

LIPSKY, Michael. *Street Level Bureaucracy: dilemmas of the individual in the public services*. New York: Russel Sage Foundations, 1980.

LOADER, Ian. "Consumer culture and the commodification of policing and security". In: *Sociology*, v. 33, n. 2, pp. 383-392, maio de 1999.

LOPES, Cleber da Silva. *Como se vigia os vigilantes: o controle da Polícia Federal sobre a segurança privada*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: UNICAMP, 2008.

MAHONEY, James. After KKV: The New Methodology of Qualitative Research. *World Politics* (Review Articles), 62, no. 1, January 2010.

MARQUES, Eduardo César. *Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos*. Rio de Janeiro: BiB, 1997.

MARTINS, José de Souza. *A exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

MARTINS, Rosana, PEDROSO, Maria Goretti e NOVAZZI, Tabajara. *Segurança Pública, Direitos Humanos e Comunicação*. São Paulo: ACADEPOL, 2007.

MELO, Marcus André. “Política regulatória: uma revisão da literatura”. In: BIB, n. 50, 2º semestre, pp. 8-43. Rio de Janeiro, 2000.

MÉNDEZ, Juan E, PINHEIRO, Paulo Sérgio e O’Donnel, Guillermo. *Democracia, Justiça e Violência*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MINNAAR, Anthony. *Private-Public Partnerships: Private Security, Crime Prevention and Policing in South Africa*. International Police Executive Symposium - Working Paper No 9. 2007.

MONET, Jean-Claude. *Polícias e Sociedades na Europa*. São Paulo: Edusp, 2001. (série Polícia e Sociedade n. 03)

MORRE, L. Panoramic overview of private security industry in the 25 member states of the European Union. Brussels: CoESS/Uni-Europa, 2004 (www.coess.org).

MORABITO, Andrew and GREENBERG, Sheldon. *Engaging the Private Sector to Promote Homeland Security: Law Enforcement-Private Security Partnerships*. U.S. Department of Justice, Washington, 2005. (<http://www.ncjrs.gov/pdffiles1/bja/210678.pdf>)

MUNIZ, Jacqueline. “Direitos Humanos na Polícia”. In: Lima, Renato Sérgio de e PAULA, Liana de. *Segurança Pública e Violência: O Estado está cumprindo o seu papel?*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MURRAY, Tonita e MCKIM, Erica (2000). “Introduction to the Police issues in policing and private security”. In: *Police and Private Security: what the future holds (Police Future Group study series – n. 1)*. Ottawa: Canadian Association of Chiefs of Police.

MUSUMECI, Leonarda. *Serviços privados de vigilância e guarda no Brasil: um estudo a partir de informações da PNAD – 1985/95*. Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, maio de 1998. (www.ipea.gov.br/pub/td/td0560.pdf)

National Advisory Committee on Criminal Justice (United States). Private security: standards and goals: from the official Private Security Task Force report. Cincinnati: Anderson Pub. Co., 1977.

NEWBURN, Tim. The future of policing in Britain. In: HENRY, Alistair e SMITH, David J. Transformations of Policing. Hampshire, England: Ashgate Publishing, 2007.

NEWMAN, W. Lawrence. Power, state and society: Long Gove, Illinois: Waveland Press, 2005.

OCQUETEAU, F. “A expansão da segurança privada na França: privatização submissa da ação policial ou melhor gestão da segurança coletiva?” In: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v.9, n.1, pp. 185-195, maio de 1998.

PADILHA, Valquíria. Shopping Center – a catedral das mercadorias. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

PAIXÃO, Antônio Luiz. “Segurança Privada, Direitos Humanos e Democracia – Notas preliminares sobre novos dilemas políticos”. In: *Novos Estudos Cebrap*, 31, p. 131-141, outubro de 1991.

PAIXÃO, A.L., BEATO, F., CLAUDIO, C. “Crimes, vítimas e policiais”. In: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v.9, n.1, p. 233-248, maio de 1998.

PEIXOTO, Betânia Totino, ANDRADE, Mônica Viegas e MORO, Sueli. Violência urbana: uma análise comparativa da vitimização em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007. (Texto para discussão n. 323)

PERALVA, Angelina. *Violência e Democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e ALMEIDA, Guilherme Assis de. *Violência Urbana*. São Paulo, PUBLIFOLHA, 2003.

REAVES, Brian A. Campus Law Enforcement, 2004-05. Bureau of Justice Statistics /US Department of Justice. Special Report. 2008.

REIS, Nestor Goulart. Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo: Via das Artes, 2006.

RIBEIRO, Nuno Santos. *Segurança privada: evolução e limites formais ao exercício da actividade*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, 1999.

RICARDO, Carolina de Mattos. Regulamentação, Fiscalização e Controle sobre a Segurança Privada no Brasil. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito, São Paulo: USP, 2006.

RICO, J.M., SALAS, L. “A segurança privada. Delito, insegurança do cidadão e polícia”. Rio de Janeiro: Biblioteca da Polícia Militar / PMERJ, Cap. V, p. 158-189, 1992.

ROWE, Michael. *Introduce to policing*. London: Sage Publications, 2008.

SACCHI, Even. *O construtor de sonhos*. Barueri, SP: Asa Editora, 2003.

SAMPSON, Robert J. and GROVES, W. Byron. *Community Structure and Crime: Testing Social-Disorganization Theory*. Chicago: University of Chicago, AJS, Vol. 94, n. 04, 1989.

SAMPSON, Robert J. RAUDENBUSH, Stephen W. e EARLS, Felton. *Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of collective efficacy*. Science, Vol. 288, august 1998.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SARRE, Rick. “The legal basis for the authority of private police an examination of their relationship with the ‘public’ police”. In: *The issues - private policing*.

SARRE, Rick. *Private Police: the future of policing and the broader regulatory framework*. Australian Institute of Criminology, setembro de 2002.

SARRE, Rick and PRENZLER, Tim. The relationship between police and private security: models and future directions. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, 24(1), 2000.

SEADE. *A Violência Disseminada*. Revista SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, vol.13, n.04 – São Paulo: Fundação SEADE, 1999.

SHALLOO, J. P. *Private Police (with special reference to Pennsylvania)*. Philadelphia: The American Academy of Political and Social Science, 1933.

SHAW, Clifford R. e MCKAY, Henry D. *Juvenile Delinquency and Urban Áreas* Chicago: University of Chicago Press, 1942.

SHEARING, Clifford D. Policing our future. In: HENRY, Alistair e SMITH, David J. *Transformations of Policing*. Hampshire, England: Ashgate Publishing, 2007.

SHEARING, Clifford D. “Reflections on the refusal to acknowledge private governments”. In: Wood, Jennifer e Dupont, Benoît (orgs.). *Democracy, Society and the Governance of Security*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006.

SHEARING, Clifford D. “A relação entre policiamento público e policiamento privado”, In: TONRY, Michael & MORRIS, Norval (orgs.), *Policiamento Moderno*. São Paulo: Edusp, 2001. (série Polícia e Sociedade n. 08)

SHEARING, Clifford D. "Private Security: implications for social control". In: McCORMICK, K. R. E., VISANO, L. A. *Understanding policing*. Toronto: Canadian Scholars' Press, p. 521-544, 1992.

SHEARING, Clifford D., STENNING, P. "Private Security: Implications for Social Control", In: *Social Problems* 30(5), 1983.

SHEARING, Clifford D., STENNING, P. "Modern private security and its implications", In: TONRY, Michael & MORRIS, Norval (orgs.), *Crime and Justice*. Chicago: Chicago Univ. Press, p. 193-245, 1981.

SILVA, J. *Segurança pública e privada no Brasil*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1992.

SOUTH, Nigel. "Privatizing policing in the European Market: some issues for Theory, Policy, and Research", In: *European Sociological Review*, v. 10, n. 3. Oxford University Press, 1994.

SOUZA E SILVA, Maria Floresia Pessoa de. *Condomínios fechados: a produção habitacional contemporânea e auto-exclusão dos ricos no espaço urbano de Natal-RN (1995-2003)*. Natal. 2004. 368 p.

SPENCER, S. *Private security. On Patrol*, v. 1, n. 4, Winter 1998.

SPOSATI, Aldaíza (coord). *Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo*. São Paulo, EDUC, 1996.

THELEN, Kathleen e STEINMO, Sven. "Institutionalism in comparative politics". In: THELEN, Kathleen, STEINMO, Sven e LONGSTRETH, Frank. (orgs.). *Structuring politics: historical institutionalism in comparative analyses*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

VAN STEDEN, Ronald. *Privatizing Policing: Describing and Explaining the Growth of Private Security*. Amsterdam, NE: Legal Publishers, 2007.

VAN STEDEN, Ronald. & SARRE, Rick. *The growth of privatized policing: some cross-national data and comparisons*. Amsterdam: Free University of Amsterdam, 2007.

VINDEVOGEL, Franck. Private security and urban crime mitigation: a bid for BIDs. *Criminal Justice*, 5(3), 2005.

WAKEFIELD, Alison. *Selling Security: The Private Police of Public Space*. Cullompton: William, 2003.

WEBER, Max. *Ciência e Política, duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1983 [1918].

WEHMEIER, Sally (Ed). *Oxford Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

WIEVIORKA, Michel. “O novo paradigma da violência”. In: Tempo Social – Revista de Sociologia USP, v.9, n.1, p. 5-42, 1998.

WILSON James Q. e KELLING, George L. Broken Windows. *The Atlantic Monthly*, 249 (3), 1982.

WOOD, Jennifer e DUPONT, Benoît (orgs.). Democracy, Society and the Governance of Security. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006.

WORTLEY, Richard and MAZEROLLE, Loreine. Environmental Criminology and Crime Analysis. William Publishing, 2008.

YANOW, D., Schwartz-Shea P. & FREITAS, M. J. “Case Study Research in Political Science”. In: A.J. Mills, G. Durepos & E. Wiebe (Eds.), Encyclopedia of Case Study Research, Sage Publications (in publication), 2008.

YIN, Robert K. *Case study research: design and methods*. Third Edition. Applied social research method series Volume 5. Sage Publications: California, 2003.

ZANETIC, André. A questão da segurança privada: estudo do marco regulatório dos serviços particulares de segurança. Dissertação de Mestrado do Departamento em Ciência Política da USP. São Paulo: USP, 2006.

ZANETIC, André. “Segurança privada: características do setor e impacto sobre o policiamento”. In: Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano 3, Edição 4, 2009.

Relatórios de Pesquisa

Assembléia Legislativa de São Paulo. *Fórum São Paulo Século XXI - Segurança*. São Paulo: Assembléia Legislativa de São Paulo, 2000.

Community Oriented Policing Services - COPS (2004). Private Security /Public Policing: Vital Issues and Policy Recommendations. Community Oriented Policing Services - COPS US Department of Justice, Ohlhausen Research, 2004.

Fundação SEADE. Pesquisa de Condições de vida 2006 (PCV 2006). São Paulo: Sistema Estadual de Dados – SEADE, 2006.

Fundação SEADE. *Consolidação do sistema estadual de análise e produção de informações criminais e constituição de um modelo de tratamento de dados que subsidie políticas em justiça e segurança pública. Relatório de Pesquisa*. São Paulo: Fundação SEADE, junho/2001.

Report of the Seminar Public-Private Partnership (PPP). The Hague, The Netherlands: European Commission / Dutch Ministry of Justice / the Dutch Association of Insurers, December 2002. (http://www.coess.org/documents/seminar_public-private_partnership.pdf)

2º ESSEG (2º Estudo do Setor de Segurança Privada). FENAVIST/Mezzo Planejamento. São Paulo: Editora Segmento Ltda, 2005.

Sites

Ministério da Justiça: www.mj.gov.br

Departamento da Polícia Federal: www.dpf.gov.br

Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo: www.ssp.sp.gov.br/

Polícia Civil – São Paulo: www.policia-civ.sp.gov.br

Polícia Militar – São Paulo: www.polmi.sp.gov.br

Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança – ABESE: www.abese.org.br

Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores – FENAVIST: www.fenavist.com.br

Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de São Paulo – SESVESP: www.sesvesp.com.br

Fundação SEADE: www.seade.sp.gov.br

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes –

CESeC/UCAM: www.cesec.ucam.br

Movimento Viva São Paulo: <http://www.vivasp.com.br>

Grupo CIPA - Comissão da Indústria para Prevenção de Acidentes no Trabalho: <http://www.cipanet.com.br>

Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná – SINDESP-PR: <http://www.sindesp-pr.org.br>

<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3304> “Vigias noturnos e fiscalização pela polícia de São Paulo”, doutrina jurídica apresentada por Luís Carlos de Almeida Hora.

Portal do Shopping Center – São Paulo: <http://www.portaldoshopping.com.br/sobreosetor>

Associação Residencial e Empresarial Alphaville – AREA: <http://www.area-alphaville.org.br/>

Sociedade Alphaville Tamboré – SIA: <http://www.sia.org.br>

Fort Knox – Empresa de Segurança: <http://www.fortknox.com.br/site2009>

<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11636> “Legalidade ou ilegalidade dos loteamentos ou condomínios fechados”, Bruno Mattos e Silva.

Confederation of European Security Services: <http://www.coess.org>

Revistas

Revista Security n. 39, ano 2004.

Revista Security n. 44, ano 2004.

Revista Security n. 46, ano 2005

Revista Security n. 51, ano 2005b.

Revista Security n. 57, ano 2006.

Revista Security n. 88, ano 2009.

Jornais

Jornal SegNews, Ano 2, n. 18, 2004.

Folha de São Paulo, cotidiano (on-line). “Namoro de garotas vira caso de polícia”. São Paulo, 07/10/2005. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u113873.shtml>.

Folha de São Paulo, Cotidiano. “Vigias auxiliam polícia em praias ao sul de São Sebastião”. São Paulo, 13/02/2006.

Folha de São Paulo, Cotidiano. “Parque troca GCMs por seguranças”. São Paulo, 15/04/2007.

Diário do ABC. “vigia se contradiz em reconstituição do crime”. Santo André, 20/04/2007.

Folha de São Paulo, Cotidiano. “Até 2008, país será vigiado por 2 milhões de câmeras”. São Paulo, 19/05/2007.

Estado de São Paulo, Metrópole. “País gasta 11% do PIB para combater a violência”. São Paulo, 13/06/2007.

Folha de São Paulo, Cotidiano. “Entidade fecha parceria com a polícia para blindar os jardins”. São Paulo, 27/06/2007.

Jornal do Campus. “Rigidez atrapalha acesso, dizem alunos”. São Paulo: USP, Agosto/2007.

Diário de São Paulo. “Pacote contra violência nas escolas inclui vigilantes e até site deduzido”. São Paulo, 16/09/2007.

Estado de São Paulo, Metrópole. “Seguranças armados escoltam carteiros na periferia de São Paulo”. São Paulo, 12/10/2007.

A Tribuna. “Número de vigias já supera o de PMS”. Santos, 22/11/2007.

Estado de São Paulo, Metrópole. “Secretaria admite mais crimes na região do Morumbi”. São Paulo, 12/08/2008.

The Gleaner. “A response to campus isolationism”. New Jersey: Rutgers- Camden, 27/04/2009, p. 9.

Folha de São Paulo, Cotidiano. “Bando rouba joalheria no shopping Villa-Lobos”. São Paulo, 17/03/2009.

Afropress. “Homem negro espancado, suspeito de roubar o próprio carro”. São Paulo, 13/08/2009.

CD-ROM

Dicionário Eletrônico Huiass da Língua Portuguesa – versão 1.0. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

Taborda, José Walker. Segurança em Shopping Center. São Paulo: Jornal da Segurança, 2006.

Soares, Plácido Tavares. O Profissional de Segurança Privada em Local de Crime. São Paulo: Jornal da Segurança, 2006.

Soares, Plácido Tavares. Integração da Segurança Pública e Privada. São Paulo: Jornal da Segurança, 2007.

Anexos

Anexo 1: Roteiros para Entrevistas

Roteiro I - Coordenador de Segurança Privada

Nome do responsável pelas informações:

Cargo:

Contato: Telefone:

E-mail:

Apresentação do tema do trabalho, dos objetivos e dos motivos da escolha do estabelecimento como objeto de pesquisa.

1. Início das atividades de segurança no estabelecimento

Qual foi o ano de início das atividades de segurança neste estabelecimento? (ou, no caso de segurança terceirizada: Qual foi o ano de início das atividades de segurança de sua empresa neste estabelecimento?)

2. Funções do coordenador de segurança e hierarquia

Há quanto tempo exerce a atividade de coordenador de segurança do estabelecimento?
Quais são os demais cargos relacionados à segurança que existem neste estabelecimento?
Quem é o supervisor que responde pelas suas atividades (cargo)?

3. Equipamentos e recursos de segurança utilizados neste estabelecimento

3.1 Qual o número anual de vigilantes neste estabelecimento de 1990 até agora?

1990	91	92	93	94	95	96	97	98	99	2000	01	02	03	03	04	05	06	07	08	09

3.2 Qual é a quantidade de veículos automotores (carros e motos) destinados a segurança neste estabelecimento de 1990 até agora?

1990	91	92	93	94	95	96	97	98	99	2000	01	02	03	03	04	05	06	07	08	09

3.3 Qual é a quantidade de câmeras de vigilância neste estabelecimento de 1990 até agora?

1990	91	92	93	94	95	96	97	98	99	2000	01	02	03	03	04	05	06	07	08	09

3.4 Qual é o orçamento para a gestão da segurança neste estabelecimento de 1990 até agora?

1990	91	92	93	94	95	96	97	98	99	2000	01	02	03	03	04	05	06	07	08	09

3.5 Há uma sala de monitoramento das ações de segurança neste estabelecimento?

3.6 Os vigilantes (ou parte deles) trabalham portando armas de fogo neste estabelecimento? Há uso de armas não letais? Quais são elas?

4. Implementação de procedimentos / políticas de segurança

Quais foram as mudanças mais recentes (últimos 5 anos) implementadas em termos de práticas e procedimentos voltados à prevenção do crime neste estabelecimento?

Exemplos:

- Interação com lojistas;
- Quantidade de acessos;
- Fluxo de estacionamento;
- Iluminação externa;
- Instalação de câmeras CFTV;
- Uso de rádio-transceptor pelos seguranças;
- Instalação de central de monitoramento;
- Localização e procedimento específico para determinados tipos de estabelecimentos mais visados (como agências bancárias e joalherias).

5. Principais práticas / atividades de segurança privada

5.1 Quais são as atividades desempenhadas pelos profissionais da segurança neste estabelecimento?

- Patrulhamento;
- Revista;
- Regulação de acesso;
- Vigilância.
- Outras (quais?)

5.2 Como pode ser descrito o uso progressivo da força (presença, verbalização, uso da força não-letal e letal) no cotidiano das atividades dos vigilantes? Existe alguma norma ou código de conduta específico que regule o grau de uso da força pelos vigilantes neste estabelecimento?

5.3 No caso de ser necessária a prisão de indivíduos no interior do estabelecimento, esse procedimento é levado adiante (são realizadas prisões pelos vigilantes)? No caso de serem realizadas, como são mantidos os supostos autores de crimes no estabelecimento, até a chegada da polícia?

6. Problemas mais freqüentes relacionados ao crime

Quais dos seguintes delitos ocorreram nos últimos 5 anos (a partir de 2005):

	1) Sim	2) Não	3) Não sabe	4) Não quis resp.
1. Roubo com violação do domicílio				
2. Vandalismo				
3. Roubo/furto de veículo				
4. Roubo/furto de objetos em um veículo				
5. Furto cometido por não-funcionários / clientes				
6. Furto cometido por funcionários				
7. Roubo				
8. Agressões/lesões				
9. Latrocínio				
10. Seqüestro extorsivo				
11. Seqüestro relâmpago				
12. Outro(s) (ESPECIFICAR)				

7. Comunicação das ocorrências nos estabelecimentos privados para as forças públicas

7.1 Dos delitos ocorridos nos últimos 5 anos (a partir de 2005), quais foram denunciados a polícia?

	1) Sim	2) Não	3) Não sabe	4) Não quis resp.
1. Roubo com violação do domicílio	Todos			
	A maioria			
	Alguns			
2. Vandalismo	Todos			
	A maioria			
	Alguns			
3. Roubo/furto de veículo	Todos			

	A maioria				
	Alguns				
4. Roubo/furto de objetos em um veículo	Todos				
	A maioria				
	Alguns				
5. Furto cometido por não-funcionários / clientes	Todos				
	A maioria				
	Alguns				
6. Furto cometido por funcionários	Todos				
	A maioria				
	Alguns				
7. Roubo	Todos				
	A maioria				
	Alguns				
8. Agressões/lesões	Todos				
	A maioria				
	Alguns				
9. Latrocínio	Todos				
	A maioria				
	Alguns				
10. Seqüestro extorsivo	Todos				
	A maioria				
	Alguns				
11. Seqüestro relâmpago	Todos				
	A maioria				
	Alguns				
12. Outro(s) (ESPECIFICAR)	Todos				
	A maioria				
	Alguns				
	Todos				
	A maioria				
	Alguns				
	Todos				
	A maioria				
	Alguns				

7.2 Quem é responsável por registrar as ocorrências na polícia?

7.3 Porque algumas das ocorrências não são registradas?

8. Registros de ocorrências desenvolvidos pelo serviço de segurança do estabelecimento

8.1 São realizados registros das ocorrências neste estabelecimento?

8.2 Como esses registros são feitos? (a mão / digitalizados em Word / digitalizados em planilha/programa específico).

8.3 Há um formulário padrão para registro dessas ocorrências? Essas ocorrências são diferenciadas por tipo (por exemplo: criminal / não-criminal; tipos de crime; andamento e desfecho do evento; etc)?

8.4 São desenvolvidas tabulações e análises estatísticas a partir das informações registradas pela equipe de segurança?

8.5 Há uma dinâmica de troca de informações entre os responsáveis pela segurança deste estabelecimento e o policiamento público responsável pelo atendimento da área em que se encontra este estabelecimento?

8.6 (No caso de haver registros de crimes / elaboração de análises criminais) As informações relativas aos registros realizados pela equipe de segurança do estabelecimento são transmitidas as polícias? E quanto às análises? (Se isso ocorrer apenas em determinadas circunstâncias) Quais circunstâncias determinam esse repasse de informações às polícias?

8.7 Que outros tipos de informações são fornecidas para as polícias?

8.8 Que tipo de informações são recebidas das polícias?

9. Resposta a alarmes

9.1 Há uma conexão de alarmes com a polícia?

9.2 A polícia atende aos chamados relacionados a alarmes?

10. Atuação conjunta entre as forças públicas e privadas de segurança

10.1 Você saberia precisar quem é o responsável pelo policiamento local? Com que frequência tem contato com este policial?

10.2 Você saberia precisar com que frequência ocorrem contatos entre os vigilantes deste estabelecimento e a polícia?

10.3 Quais são as situações / ações conjuntas mais frequentes entre as duas forças neste estabelecimento?

Categoria	Força policial envolvida	Muito frequentes	Frequentes	Infrequentes	Muito infrequentes	Inexistentes	Não sabe / não respondeu
Rondas periódicas de policiais	PM						
Atendimento de ocorrências	PM						

criminais no interior do estabelecimento							
Resposta a alarmes	PM						
Guaritas policiais próximas ou dentro dos estabelecimentos (no caso dos shoppings)	PM						
Comunicação direta com a polícia	PC, PM						
Recebimento de informações da polícia sobre o perfil de possíveis novos funcionários (antecedentes criminais)	PC						
Transmissão de informações relativas à segurança da empresa para a polícia (p. ex., para fins de investigação de crime ocorrido no estabelecimento)	PC, PTC						
Atuação conjunta em casos de investigação relativa a crime ocorrido no estabelecimento	PC, PTC						
Outros (especificar)							

10.4 Na sua opinião, você diria que essas relações são melhor expressas como sendo de:

Categoria	Força policial envolvida	Nenhuma Cooperação	Muito pouca cooperação	Pouca cooperação	Cooperação	Muita cooperação	Não sabe / não respondeu
Rondas periódicas de policiais	PM						
Atendimento de ocorrências criminais no interior do estabelecimento	PM						
Resposta a alarmes	PM						
Guaritas policiais próximas ou dentro dos estabelecimentos (no caso dos shoppings)	PM						
Comunicação direta com a polícia	PC, PM						
Recebimento de informações da polícia sobre o perfil de possíveis novos funcionários (antecedentes criminais)	PC						
Transmissão de informações relativas à segurança da empresa para a polícia (p. ex., para fins de investigação de crime ocorrido no estabelecimento)	PC, PTC						
Atuação conjunta em casos de	PC, PTC						

investigação relativa a crime ocorrido no estabelecimento							
Outros (especificar)							

10.5 No caso de nenhuma, muito pouca ou pouca cooperação, quais seriam os motivos para isso? Descreva esses motivos.

10.6 No caso de haver cooperação ou muita cooperação, quais seriam os motivos para isso? Descreva esses motivos.

10.7 No caso de atendimento de ocorrências criminais no interior do estabelecimento, quem coordena essas ações (qual das forças de segurança)? Descreva como isso ocorre.

10.8 Você diria que a polícia tende a dar maior, igual ou menor prioridade ao atendimento de ocorrências neste estabelecimento (considerando-se aqui o fato de ser um espaço em que há policiamento privado)? Qual o motivo desta opinião?

11. Documentos e informações referentes à gestão da segurança do estabelecimento

Agora eu gostaria de pedir a(o) Sr(a) alguns documentos relativos à gestão da segurança no estabelecimento, caso seja possível:

- Somatórios / estatísticas de ocorrências nos estabelecimentos (nos últimos cinco anos)
- Formulário padrão dos registros (caso exista um)
- Outros que considerar relevantes para os objetivos deste trabalho

Roteiro II - Vigilantes

Nome do funcionário:

Cargo:

Contato: Telefone:

E-mail:

1. Sobre as funções do vigilante:

Há quanto tempo exerce a atividade de vigilante neste estabelecimento? Quais são as atividades de segurança exercidas pelo(a) Sr(a) neste estabelecimento? Quem é o supervisor que responde pelas suas atividades (cargo)?

2. Com relação aos equipamentos e recursos de segurança utilizados neste estabelecimento:

2.1 Os vigilantes trabalham armados neste estabelecimento?

Há uso de armas não letais? Quais são elas?

3. Principais práticas / atividades de segurança privada

3.1 Quais são as atividades desempenhadas pelos profissionais da segurança neste estabelecimento?

- Patrulhamento;
- Revista;
- Regulação de acesso;
- Vigilância.
- Outras (quais?)

3.2 Como pode ser descrito o uso progressivo da força (presença, verbalização, uso da força não-letal e letal) no cotidiano das atividades dos vigilantes? Existe alguma norma ou código de conduta específico que regule o grau de uso da força pelos vigilantes neste estabelecimento?

3.3 No caso de ser necessária a prisão de indivíduos no interior do estabelecimento, esse procedimento é levado adiante (são realizadas prisões pelos vigilantes)? No caso de serem realizadas, como são mantidos os supostos autores de crimes no estabelecimento, até a chegada da polícia?

4. Registros de ocorrências desenvolvidos pelo serviço de segurança do estabelecimento

4.1 São realizados registros das ocorrências neste estabelecimento?

4.2 Como esses registros são feitos? (a mão / digitalizados em Word / digitalizados em planilha/programa específico).

4.3 Há um formulário padrão para registro dessas ocorrências? Essas ocorrências são diferenciadas por tipo (por exemplo: criminal / não-criminal; tipos de crime; andamento e desfecho do evento; etc)?

4.4 São desenvolvidas tabulações e análises estatísticas a partir das informações registradas pela equipe de segurança?

4.5 Há uma dinâmica de troca de informações entre os responsáveis pela segurança deste estabelecimento e o policiamento público responsável pelo atendimento da área em que se encontra este estabelecimento?

4.6 (No caso de haver registros de crimes / elaboração de análises criminais) As informações relativas aos registros realizados pela equipe de segurança do estabelecimento são transmitidas as polícias? E quanto às análises? (Se isso ocorrer apenas em determinadas circunstâncias) Quais circunstâncias determinam esse repasse de informações as polícias?

4.7 Que outros tipos de informações são fornecidas para as polícias?

4.8 Que tipo de informações são recebidas das polícias?

5. Resposta a alarmes

5.1 Há uma conexão de alarmes com a polícia?

5.2 A polícia atende aos chamados relacionados a alarmes?

6. Atuação conjunta entre as forças públicas e privadas de segurança

6.1 Você saberia precisar quem é o responsável pelo policiamento local? Com que frequência tem contato com este policial?

6.2 Você saberia precisar com que frequência ocorrem contatos entre os vigilantes deste estabelecimento e a polícia?

6.3 Quais são as situações / ações conjuntas mais frequentes entre as duas forças neste estabelecimento?

Categoria	Força	Muito	Frequentes	Infrequentes	Muito	Inexistentes	Não sabe /
-----------	-------	-------	------------	--------------	-------	--------------	------------

	policia envolvida	frequentes			infrequentes		não respondeu
Rondas periódicas de policiais	PM						
Atendimento de ocorrências criminais no interior do estabelecimento	PM						
Resposta a alarmes	PM						
Guaritas policiais próximas ou dentro dos estabelecimentos (no caso dos shoppings)	PM						
Comunicação direta com a polícia	PC, PM						
Recebimento de informações da polícia sobre o perfil de possíveis novos funcionários (antecedentes criminais)	PC						
Transmissão de informações relativas à segurança da empresa para a polícia (p. ex., para fins de investigação de crime ocorrido no estabelecimento)	PC, PTC						
Atuação conjunta em casos de investigação relativa a crime ocorrido no estabelecimento	PC, PTC						
Outros (especificar)							

6.4 Na sua opinião, você diria que essas relações são melhor expressas como sendo de:

Categoria	Força policia envolvida	Nenhuma Cooperação	Muito pouca cooperação	Pouca cooperação	Cooperação	Muita cooperação	Não sabe / não respondeu
Rondas periódicas de policiais	PM						
Atendimento de ocorrências criminais no interior do estabelecimento	PM						
Resposta a alarmes	PM						
Guaritas policiais próximas ou dentro dos estabelecimentos (no caso dos shoppings)	PM						
Comunicação direta com a polícia	PC, PM						
Recebimento de informações da polícia sobre o perfil de possíveis novos funcionários (antecedentes criminais)	PC						
Transmissão de informações relativas à segurança da empresa para a polícia (p. ex.,	PC, PTC						

para fins de investigação de crime ocorrido no estabelecimento)							
Atuação conjunta em casos de investigação relativa a crime ocorrido no estabelecimento	PC, PTC						
Outros (especificar)							

6.5 No caso de nenhuma, muito pouca ou pouca cooperação, quais seriam os motivos para isso? Descreva esses motivos.

6.6 No caso de haver cooperação ou muita cooperação, quais seriam os motivos para isso? Descreva esses motivos.

6.7 No caso de atendimento de ocorrências criminais no interior do estabelecimento, quem coordena essas ações (qual das forças de segurança)? Descreva como isso ocorre.

6.8 Você diria que a polícia tende a dar maior, igual ou menor prioridade ao atendimento de ocorrências neste estabelecimento (considerando-se aqui o fato de ser um espaço em que há policiamento privado)? Qual o motivo desta opinião?

Roteiro III - Polícia

Nome do policial:

Categoria profissional:

Contato: Telefone:

E-mail:

1. Sobre as funções do policial

Há quanto tempo exerce a atividade de policiamento nesta região? O(A) Sr(a) e seus(suas) subordinados(as) são responsáveis pela área em que se situa este estabelecimento?

2. Com relação aos problemas mais frequentes relacionados ao crime

Quais são os problemas mais frequentes, relacionados ao crime e à segurança, que ocorrem neste estabelecimento e na área do entorno? Quais problemas o(a) Sr(a) indicaria como os mais relevantes e por quê?

3. Implementação de procedimentos / políticas de segurança

O (a) Sr(a) saberia dizer se houveram mudanças implementadas em termos de práticas e procedimentos voltados à prevenção do crime tendo em vista as situações específicas enfrentadas pelo policiamento público local neste estabelecimento e na área do entorno?

Exemplos:

- Rondas periódicas de policiais
- Comunicação direta com a polícia
- Resposta a alarmes
- Guaritas policiais próximas ou dentro dos shoppings
- Informações sobre fluxo de pessoas

4. Comunicação das ocorrências nos estabelecimentos privados para as forças públicas e troca de informações

4.1 Existe comunicação dos registros feitos pelos vigilantes do(a) (nome do estabelecimento) para este departamento (delegacia, comando, batalhão – pode ser polícia militar ou civil) policial? Como são comunicadas as ocorrências nos estabelecimentos privados para as forças públicas?

4.2 O(A) Sr(a) saberia dizer se essa forma de atuação entre vigilantes e policiais ocorre de forma semelhante com relação a outros departamentos (delegacia, comando, batalhão – pode ser polícia militar ou civil) policiais?

4.3 Há uma dinâmica de troca de informações entre os responsáveis pela segurança deste estabelecimento e o policiamento público responsável pelo atendimento da área em que se encontra este estabelecimento?

4.4 O(A) Sr(a) saberia dizer se essa forma de atuação entre vigilantes e policiais ocorre de forma semelhante com relação a outros departamentos (delegacia, comando, batalhão – pode ser polícia militar ou civil) policiais?

4.5 Que tipo de informações são transmitidas à equipe de segurança do estabelecimento?

4.6 O(A) Sr(a) saberia dizer se essa forma de atuação entre vigilantes e policiais ocorre de forma semelhante com relação a outros departamentos (delegacia, comando, batalhão – pode ser polícia militar ou civil) policiais?

5. Resposta a alarmes

5.1 Há uma conexão de alarmes com a polícia?

5.2 A polícia atende aos chamados relacionados a alarmes?

6. Atuação conjunta entre as forças públicas e privadas de segurança

6.1 Você saberia precisar com que frequência ocorrem contatos entre os vigilantes deste estabelecimento e a polícia?

6.2 Quais são as situações / ações conjuntas mais frequentes entre as duas forças neste estabelecimento?

Categoria	Força policial envolvida	Muito frequentes	Frequentes	Infrequentes	Muito infrequentes	Inexistentes	Não sabe / não respondeu
Rondas periódicas de policiais	PM						
Atendimento de ocorrências criminais no interior do estabelecimento	PM						
Resposta a alarmes	PM						
Guaritas policiais próximas ou dentro dos estabelecimentos (no caso dos shoppings)	PM						
Comunicação direta com a polícia	PC, PM						
Recebimento de informações da polícia sobre o perfil de possíveis novos funcionários	PC						

(antecedentes criminais)							
Transmissão de informações relativas à segurança da empresa para a polícia (p. ex., para fins de investigação de crime ocorrido no estabelecimento)	PC, PTC						
Atuação conjunta em casos de investigação relativa a crime ocorrido no estabelecimento	PC, PTC						
Outros (especificar)							

6.4 Na sua opinião, você diria que essas relações são melhor expressas como sendo de:

Categoria	Força policial envolvida	Nenhuma Cooperação	Muito pouca cooperação	Pouca cooperação	Cooperação	Muita cooperação	Não sabe / não respondeu
Rondas periódicas de policiais	PM						
Atendimento de ocorrências criminais no interior do estabelecimento	PM						
Resposta a alarmes	PM						
Guaritas policiais próximas ou dentro dos estabelecimentos (no caso dos shoppings)	PM						
Comunicação direta com a polícia	PC, PM						
Recebimento de informações da polícia sobre o perfil de possíveis novos funcionários (antecedentes criminais)	PC						
Transmissão de informações relativas à segurança da empresa para a polícia (p. ex., para fins de investigação de crime ocorrido no estabelecimento)	PC, PTC						
Atuação conjunta em casos de investigação relativa a crime ocorrido no estabelecimento	PC, PTC						
Outros (especificar)							

6.5 No caso de nenhuma, muito pouca ou pouca cooperação, quais seriam os motivos para isso? Descreva esses motivos.

6.6 No caso de haver cooperação ou muita cooperação, quais seriam os motivos para isso? Descreva esses motivos.

6.7 No caso de atendimento de ocorrências criminais no interior do estabelecimento, quem coordena essas ações (qual das forças de segurança)? Descreva como isso ocorre.

6.8 Você diria que a polícia tende a dar maior, igual ou menor prioridade ao atendimento de ocorrências neste estabelecimento (considerando-se aqui o fato de ser um espaço em que há policiamento privado)? Qual o motivo desta opinião?

Anexo 2: Estatísticas de segurança - Associação Residencial e Empresarial Alphaville – AREA e Sociedade Alphaville Tamboré – SIA

SIA – Sociedade Alphaville Tamboré
Atendimentos – 2010

Ocorrências	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Geral	%
1 Acidente de Trânsito com Vítima	6	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	3,8
2 Acidente de Trânsito sem Vítima	10	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	9,5
3 Acidente Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
4 Animal na via/em Local de Risco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
5 Apoio a não associada	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,5
6 Apoio a Associada	3	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	4,8
7 Apoio a Polícia Civil/Militar	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1,0
8 Apoio a Segurança Integrada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
9 Ato Obsceno	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
10 Atropelamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
11 Auto Localizado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
12 Auxílio a Morador	18	28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	46	21,9
13 Auxílio ao Público	27	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	52	24,8
14 Averiguação	26	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	61	29,0
15 Danos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
16 Demente/Indigente/Mendicância	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
17 Desinteligência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
19 Furto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
20 Incêndio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
22 Lesão Corporal Dolosa/ Agressão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
23 Mal Súbito	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1,4
24 Outras Ocorrências	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	2,4
25 Perturbação de Sossego Público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
27 Poluição Visual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
28 Queda de Fio Energizado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
29 Roubo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
30 Roubo com retenção de vítima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
31 Sinalização de Via	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1,0
32 Tentativa de Homicídio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
33 Falsidade Ideológica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
	96	114	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	210	100,0
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	

Fonte: Website da Sociedade Alphaville Tamboré – SIA - <http://www.sia.org.br>

SIA – Sociedade Alphaville Tamboré

Atendimentos – 2009

	Atendimentos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Geral	%
1	Acidente de Trânsito com Vítima	8	2	11	10	6	2	9	9	5	6	9	0	77	5,8
2	Acidente de Trânsito sem Vítima	15	17	14	17	23	16	9	9	12	18	15	0	165	12,5
3	Acidente Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
4	Animal na via/em Local de Risco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
5	Apoio a não associada	1	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	4	0,3
6	Apoio a Associada	11	7	12	9	8	10	3	8	2	4	6	0	80	6,1
7	Apoio a Polícia Civil/Militar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
8	Apoio a Segurança Integrada	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	2	0,2
9	Ato Obsceno	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
10	Atropelamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
11	Auto Localizado	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,1
12	Auxílio a Morador	16	17	20	22	19	19	18	24	16	34	17	0	222	16,8
13	Auxílio ao Público	18	33	33	17	26	18	24	21	20	29	33	0	272	20,6
14	Averiguação	29	29	29	22	44	46	40	38	37	39	52	0	405	30,7
15	Danos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
16	Demente/Indigente/Mendicância	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
17	Desinteligência	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,1
19	Furto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
20	Incêndio	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2	0,2
22	Lesão Corporal Dolosa/ Agressão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
23	Mal Súbito	1	5	6	2	2	7	4	3	2	1	0	0	33	2,5
24	Outras Ocorrências	2	2	2	3	1	0	0	3	2	4	0	0	19	1,4
25	Perturbação de Sossego Público	0	0	3	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4	0,3
27	Polição Visual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
28	Queda de Fio Energizado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0,1
29	Roubo	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4	0,3
30	Roubo com retenção de vítima	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
31	Sinalização de Via	2	2	2	2	0	3	2	4	2	1	6	0	26	2,0
32	Tentativa de Homicídio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
33	Falsidade Ideológica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
		104	116	133	105	132	122	110	121	98	137	140	0	1318	100,0
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	

Fonte: Website da Sociedade Alphaville Tamboré – SIA - <http://www.sia.org.br>

Associação Residencial e Empresarial Alphaville – AREA Principais categorias agregadas, 2001 - 2010

Fonte: Website da Associação Residencial e Empresarial Alphaville – AREA: <http://www.area-alphaville.org.br/>

Anexo 3: Perspectiva de Alphaville e do residencial Gênesis II em Alphaville

Fonte: <http://www.mapaalphaville.com.br/>

Fonte: http://www.projetogenesis.com.br/default_campanha.asp

Anexo 4: Histórico das entrevistas

Shopping Center

- (03/12/2008, sede da empresa Verzani e Sandrini) Conversa inicial com Renato Rosetto, Gerente Técnico de Análise e Gestão de Risco do Grupo Verzani e Sandrini, na sede da empresa no município de Santo André – SP (região metropolitana de São Paulo).
- (11/11/2009, sede da empresa Verzani e Sandrini) Entrevista com roteiro semi-estruturado com Renato Rosetto.
- (01/12/2009, sala de segurança do Shopping-Center Penha) Entrevista com roteiro semi-estruturado com o supervisor de segurança Souza e visita às instalações do Shopping Penha. Foram também entrevistados dois vigilantes que estavam presentes durante a visita aos espaços do shopping e a visita à sala de monitoramento.
- Entrevista com roteiro semi-estruturado com o comandante do 51º batalhão da polícia militar da cidade de São Paulo 51ºBPM/M (pertencente à Companhia de Policiamento de Área Metropolitano - CPA/M-11) Capitão PM Ricardo, e sargento Chacon (pertencente ao batalhão e responsável pelo policiamento comunitário da região correspondente).

Universidade de São Paulo

- (27/10/2009, sede da Guarda Universitária na Universidade de São Paulo - USP) Conversa inicial com Ronaldo Pena - Diretor de Operações da Guarda Universitária – USP.
- (10/12/2009, sede da Guarda Universitária na Universidade de São Paulo - USP) Entrevista com roteiro semi-estruturado com Ronaldo Pena - Diretor de Operações da Guarda Universitária – USP.

- (24/11/2009, sede da Guarda Universitária na Universidade de São Paulo - USP) Entrevista com roteiro semi-estruturado com Silmara, funcionária da Divisão de Operações da Guarda Universitária da USP.

Alphaville

- (13/11/2009) Conversa inicial com Marcelo Takaoka, no clube dos professores da Universidade de São Paulo (no campus da USP). Engenheiro civil e presidente da Y.Takaoka Empreendimentos S.A. (Takaoka é filho de Yojiro Takaoka, engenheiro idealizador do condomínio vertical “Ilhas do Sul”, em São Paulo (em 1973), e também de Alphaville, projeto iniciado também em 1973).
- (09/02/2010, sede da Y. Takaoka Empreendimentos S.A. em Alphaville) Entrevista com roteiro semi-estruturado com Wilson Honda, Diretor da Y. Takaoka Empreendimentos S.A. e com o Cel. Edson da Silva, Secretário dos Assuntos de Segurança de Barueri e consultor em segurança.
- (09/02/2010, residencial Gênesis II em Alphaville) Entrevista com roteiro semi-estruturado com o supervisor Maurício, do residencial Gênesis II, e visita às instalações do residencial. Foram também entrevistados dois vigilantes do período diurno.

Policiais entrevistados

Além dos entrevistados policiais no 51º batalhão da PM na capital paulista, entre janeiro de 2008 e fevereiro de 2010 foram realizadas entrevistas com policiais militares locados no prédio principal da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e de algumas unidades administrativas da PM paulista, sendo que alguns já estiveram locados no 20ºBPM/M de Barueri (2º companhia – Santana do Parnaíba), que é responsável por Alphaville. Foram também entrevistados alguns policiais militares que já exerceram funções de segurança em estabelecimentos privados em seus horários de folga (o “bico”), e que forneceram

informações importantes sobre as dinâmicas da segurança no dia a dia dos espaços em que há a atuação das empresas de segurança.

Outras contatos / entrevistas relevantes

- Entrevista com o agente da polícia federal e especialista em segurança privada Carlos Romão, em agosto de 2008.

- Entrevista com Coronel Adauto, gerente de segurança do Centro Empresarial São Paulo, dezembro de 2008.

Anexo 5: Organograma da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

Anexo 6: Organograma da Polícia Civil do Estado de São Paulo

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo